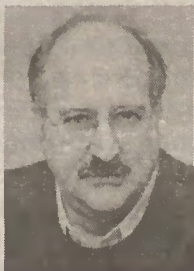


## Privatização da velhice

Os problemas da Segurança Social e o propósito do Governo PS proceder a uma profunda e gradual alteração do sistema constituem uma questão de premente e relevante actualidade.



■ **Edgar Correia**

Pág. 18

## IMIGRAÇÃO

### PCP denuncia Processo de legalização extraordinária está a correr mal

Pág. 32

## TRABALHADORES

### Lutar é o caminho

Na altura em que a CGTP assinala o seu 26º aniversário, trabalhadores de diversas empresas afirmam-se dispostos a lutar pelo emprego, pelos direitos e por salários justos.

Págs. 8 e 9

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Aprovado projecto do PCP sobre contrato dos pescadores a bordo

Pág. 10

## EUROPA

### Em defesa dos têxteis

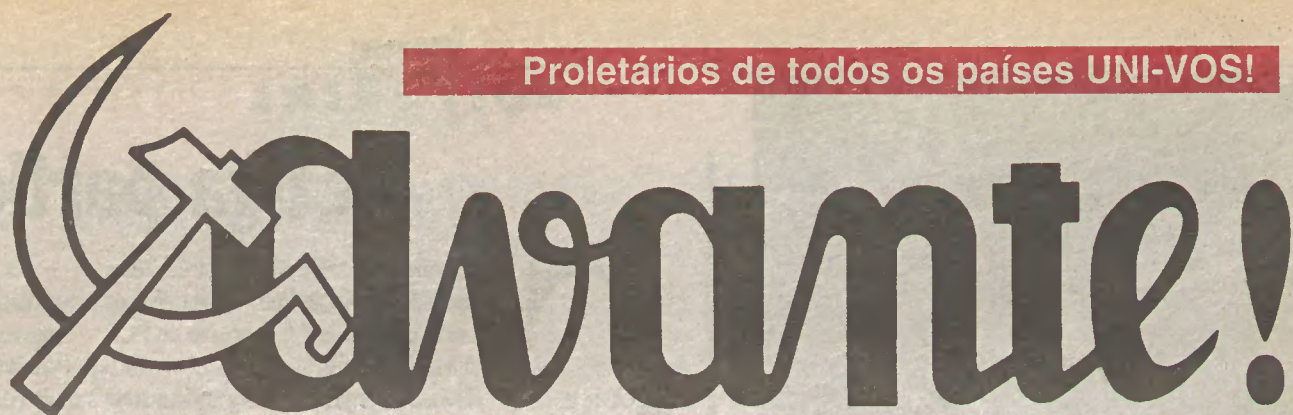
Os deputados do PCP ao Parlamento Europeu apresentaram exposição sobre a 2ª fase da integração dos têxteis e vestuário na OMC.

Págs. 20 e 21

## INTERNACIONAL

### AFEGANISTÃO O regresso à barbárie

Pág. 15



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 3 de Outubro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1192 • Director: Carlos Brito

## Comité Central do PCP aprova

# TESES

O Comité Central do PCP, na sua reunião plenária de 28 e 29 de Outubro de 1996, analisou os principais aspectos da situação política nacional e, com vista ao seu debate em todas as organizações do Partido, discutiu e aprovou as TESES para o XV Congresso do PCP que, sob o lema «UM PARTIDO MAIS FORTE – NOVO RUMO PARA PORTUGAL», se realizará no Porto em 6, 7 e 8 de Dezembro do corrente ano. O Comité Central aprovou também a proposta de Ordem de Trabalhos (tendo como 1º ponto «Balanço da actividade do Partido desde o XIV Congresso. Discussão e

votação da Resolução Política e das Alterações aos Estatutos» e como 2º ponto «Eleição do Comité Central») e o projecto de Regulamento para o XV Congresso que competirá ao Congresso apreciar e votar no início dos seus trabalhos. A divulgação, junto das organizações e militantes, da brochura com as Teses (que também serão integralmente publicadas em suplemento à edição do «Avante!» de 10 de Outubro) deverá iniciar-se em 4 de Outubro.



**COMICIO**  
**4. OUTUBRO**  
6ª FEIRA 21.30 H - PAV. DESPORTOS

Intervenção de:

*Carlos Carolhas*

Participação  
do Grupo de Música Popular Portuguesa  
«Quadrilha»



**UM PARTIDO MAIS FORTE**  
**NOVO RUMO PARA PORTUGAL**

**Declaração**  
**de**  
**Carlos**  
**Carolhas**

Págs. 5 e 6



Centrais





Reunião do Comité Central

## EDITORIAL

## Activa participação

Com a aprovação pelo Comité Central das Teses (projecto de Resolução Política) os trabalhos preparatórios do XV Congresso do PCP entram na fase decisiva.

Todas as organizações e militantes, todos os membros do Partido são agora chamados a apreciar e debater as propostas do Comité Central, sendo desejável que todos se compenem da necessidade de contribuírem para que sejam melhoradas e, se possível, ainda mais ajustadas às necessidades partidárias e aos problemas do país.

Na conferência de imprensa em que informou a comunicação social sobre os trabalhos do Comité Central, o Secretário-Geral do PCP, salientou precisamente: «As Teses, longe de serem um documento fechado para o qual se pede meramente a concordância ou a discordância dos membros do Partido, são antes um documento que convoca expressamente a opinião e a reflexão de cada militante e que está inequivocamente aberto a rectificações, a enriquecimentos e a novas ideias e propostas que resultem do debate democrático do colectivo partidário.»

Nas Assembleias Plenárias que em breve começarão a realizar-se para, no cumprimento do Regulamento da fase preparatória, se proceder à discussão e apreciação das Teses e à eleição dos delegados ao Congresso, a activa participação dos membros do Partido é o elemento que decidirá do sucesso das Assembleias, do trabalho preparatório e do próprio Congresso.

A participação activa de todos os membros do Partido nos actos congressuais que vão seguir-se é, pois, a primeira das tarefas que se coloca aos comunistas neste período.

Também o «Avante!» corresponderá a esta necessidade de uma activa e intensa participação nos trabalhos preparatórios do Congresso, não só reflectindo e dando conta das iniciativas e realizações promovidas pelas organizações, mas abrindo nas suas páginas, logo após a publicação das Teses, um espaço dedicado à colaboração dos militantes sobre os temas em debate, como consta aliás da Resolução do CC, de 29 de Junho.

As Teses começarão a ser distribuídas na sexta-feira e acompanharão a próxima edição do «Avante!», que estará na rua a 10 de Outubro.

Entretanto, como Carlos Carvalhas sintetizou na já referida conferência de imprensa, as Teses «constituem uma importante contribuição para favorecer e estimular a reflexão pelo conjunto dos militantes do Partido sobre a evolução da situação internacional e nacional nos últimos quatro anos, sobre a acção desenvolvida pelo PCP nesse período e sobre as grandes orientações, objectivos e tarefas que deve definir para o futuro próximo».

Ao abordar a situação internacional, as Teses detêm-se desenvolvadamente na caracterização do capitalismo na actualidade, destacam a resistência e a luta dos trabalhadores e dos povos e salientam a alternativa representada pelo projecto comunista e pelos ideais do socialismo.

Na análise da situação nacional, as Teses põem em evidência o fracasso da política de direita seguida pelos sucessivos governos e continuada, nas linhas fundamentais, pelo actual Governo do PS, o que é flagrantemente testemunhado pela evolução verificada nos planos económico, social, político e cultural, nos últimos quatro anos.

As Teses salientam a necessidade de «uma reforçada intervenção social e política»: põem em destaque o papel da luta de massas no combate à política de direita; a importância e a intervenção do movimento sindical e de outros movimentos e organizações sociais; detêm-se na apreciação dos resultados das últimas batalhas eleitorais e apontam direcções para as eleições futuras; apreciam e valorizam a intervenção do PCP nas instituições; avançam, como linha estratégica, a perspectiva de se trabalhar, num quadro marcado pela convergência do PS, do PSD e do PP nas opções estruturantes da política de direita, para uma audaciosa afirmação do PCP «como pólo aglutinador de valores e aspirações de esquerda e portador de uma alternativa democrática».

O objectivo sintetizado no lema para o XV Congresso do PCP - «Um Partido mais forte, novo rumo para Portugal» - perpassa por todo o texto das Teses e o capítulo dedicado ao Partido - o quarto - concentra um importante conjunto de orientações e medidas para lhe dar concretização.

Com efeito, este capítulo, intitulado «Um forte Partido Comunista na passagem para o século XXI», apresenta um breve balanço da actividade do Partido, procede à análise das questões relativas à direcção, aos quadros, à organização e aponta linhas de trabalho para uma maior responsabilização dos membros e do colectivo partidário e para uma mais forte intervenção do Partido na sociedade portuguesa.

Como o texto das Teses salienta, a primeira condição para a construção de uma alternativa democrática é «o reforço do PCP na sociedade portuguesa, da sua ligação cada vez mais profunda com as massas populares, da sua organização e da sua iniciativa e acção política, da sua intervenção nas instituições, como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, mas igualmente como partido portador de uma alternativa e de uma política para a sociedade portuguesa, que corresponde aos interesses fundamentais de outras classes e camadas não monopolistas».

A aprovação e o início da divulgação das Teses para o XV Congresso do PCP verificam-se um ano depois das eleições para a Assembleia da República que marcaram a chegada do PS ao Governo.

Esta circunstância põe especialmente em evidência até que ponto o PS defraudou a vontade de mudança e a esperança com que a maioria dos portugueses votou para afastar a direita do poder e pôr termo à política de direita e constitui, também, uma ocasião muito apropriada para se ajuizar e fazer o balanço do que tem sido a governação PS nas áreas fundamentais da política nacional.

As Teses do PCP não procedem apenas a uma severa análise crítica da governação PS, apontam políticas alternativas e a perspectiva de uma alternativa política, que é um objectivo de luta e um motivo de esperança para os trabalhadores e todos os que são lesados pela política de direita e para os desiludidos das promessas eleitoralistas do PS.

Coincidindo, também, com o 26º aniversário da CGTP-Intersindical Nacional e a popularização da sua plataforma reivindicativa para os próximos meses, as Teses para o XV Congresso do PCP são um importante contributo para relevar o fundamentalíssimo papel da Central na vida da luta dos trabalhadores portugueses e para a mobilização em torno dos justos objectivos que acaba de lançar.

## 25

## Quarta-feira

A Provedoria de Justiça afirma, em relatório, que a Câmara Municipal de Vila Verde demoliu ilegalmente as barracas da comunidade cigana de Oleiros, sob pressão popular ■ O Parlamento reabre ■ O exército israelita mata quatro palestinianos e fere cerca de 200 durante confrontos com os manifestantes que protestavam contra a construção de um túnel sob um lugar sagrado do Islão, em Jerusalém ■ Na Arménia, os apoiantes do candidato derrotado às presidenciais Vazgen Manukian invadem o parlamento e espancam o presidente da assembleia ■ Na Rússia, a junta médica de Boris Ieltsin adia a sua operação.

## 29

## Domingo

Ocorre um novo incêndio no Coliseu do Porto ■ Bill Clinton convida Yasser Arafat e Netanyahu para uma cimeira na Casa Branca, a realizar na terça-feira ■ O Conselho de Segurança da ONU pede o fim imediato das hostilidades no Afeganistão e o diálogo entre as facções.

## 30

## Segunda-feira

A JCP lança em Faro uma campanha «por uma educação pública gratuita e de qualidade» ■ A CGTP-IN acusa o Governo de «frustrar as expectativas dos trabalhadores com políticas que destroem a indústria e o emprego» ■ O Governo anuncia que vai participar a reconstrução do palco do Coliseu do Porto ■ Os sindicatos espanhóis da função pública levam a cabo as primeira manifestações contra a política orçamental do Governo ■ A Amnistia Internacional acusa a Turquia de praticar «violações em massa dos direitos humanos em nome da segurança do Estado».

## 1

## Terça-feira

Ministro da Cultura anuncia verba de 20 milhões de contos, até 1999, para recuperação do património ■ CNE recomenda ao bispo do Funchal, D. António Faria, que não emita declarações, ainda que indirectas, que possam ser entendidas como referências às listas concorrentes às eleições legislativas regionais ■ A União Europeia decide recorrer a uma última instância de arbitragem da Organização Mundial do Comércio (OMC) para resolver o seu diferendo com os Estados Unidos em relação à lei Helms-Burton sobre Cuba ■ Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze aprovam declaração pedindo abertura dos territórios palestinianos e responsabilizando Israel pela violência ■ Inicia-se a cimeira israelo-árabe, em Washington ■ Realiza-se em Luanda uma cimeira de chefes de Estado da África Austral ■ Boris Ieltsin propõe cimeira dos países da Comunidade de Estados Independentes (CEI) sobre o Afeganistão.

## 26

## Quinta-feira

O ministro das Finanças garante, na Assembleia da República, que os impostos não vão aumentar em 1997 ■ Os confrontos prosseguem em Gaza e na Cisjordânia, morrendo 40 palestinianos e 11 israelitas ■ Durante um contra-ataque no norte do Sri Lanka, os Tigres Tamil matam cerca de 100 soldados.

## 27

## Sexta-feira

Na Assembleia Geral da ONU, Jaime Gama defende uma maior democraticidade e representatividade no Conselho de Segurança ■ A Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém oriental, é invadida pelas forças de segurança israelitas, provocando três mortos e o reacendimento da violência na Cisjordânia e em Gaza ■ No Afeganistão, a milícia islâmica dos «taliban» toma o poder e mata o antigo presidente do país ■ Inicia-se o Portugal Fashion 96, no Porto ■ Maria Judite de Carvalho recebe o Grande Prémio do Conto «Camilo Castelo Branco».

## 28

## Sábado

O Comité Central do PCP reúne-se para a preparação e aprovação das teses a apresentar ao XV Congresso ■ Os primeiros-ministros português e espanhol encontram-se informalmente em Estremoz ■ Um violento incêndio destrói o palco do Coliseu do Porto ■ O primeiro-ministro israelita afirma que o túnel que provocou a onda de violência na Cisjordânia e

*Todas as organizações e militantes, todos os membros do Partido são agora chamados a apreciar e debater as propostas do Comité Central, sendo desejável que todos se compenem da necessidade de contribuírem para que sejam melhoradas e, se possível, ainda mais ajustadas às necessidades partidárias e aos problemas do país.*

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.º-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira.  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Roxa — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

|   |   |
|---|---|
| PORTUGAL<br>(Continente e Regiões Autónomas)    | EUROPA<br>50 números: 24 750\$00                                  |
| 50 números: 6 750\$00;<br>25 números: 3 487\$50 | EXTRA-EUROPA<br>50 números: 39 950\$00                            |
| ESPAÑA<br>50 números: 13 300\$00                | GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00 |

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## ACTUAL

## Cavaco outra vez?

O «Expresso» andou a ameaçar com um artigo onde Cavaco Silva iria romper o silêncio sobre a regionalização.

O artigo apareceu no passado sábado com o antetítulo: «Cavaco Silva quebra "tabu"».

O artigo não justifica esta festa, pois, é, claramente, um prato requeimado, em relação ao estado geral do debate e aos próprios argumentos do candidato (derrotado) à Presidência da República.

Na verdade, Cavaco não diz nada de especialmente novo, em relação ao que disse há anos quando rompeu com a regionalização. Nessa altura disse-o com muito maior dramatismo, numa conferência de imprensa convocada de madrugada, depois de uma reunião da Comissão Política do PSD.

Já se sabia, portanto, que para Cavaco Silva a regionalização é pior que as sete pragas do Egipto.

Não se esqueça também que o PSD fez campanha contra a regionalização nas últimas eleições legislativas invocando os argumentos catastrofistas de Cavaco sobre «a quebra da coesão nacional», «o agravamento da conflitualidade», «o aumento da ingovernabilidade», «o enfraquecimento

do Estado», «a indisciplina das finanças», etc.

Como se sabe os eleitores não se deixaram impressionar por estas maldições, de muitas formas refutadas.

No artigo do «Expresso», Cavaco volta com o argumento da «experiência e conhecimentos acumulados como primeiro-ministro durante dez anos».

Já foi esta também, como se lembra, a grande tónica do seu discurso nas presidenciais, de nada lhe valendo para concretizar as suas ambições.

Por tudo isto, é caso para dizer, que «tabu» se o há, não tem que ver com o teor do artigo, mas sim com a ocasião em que foi publicado.

A aparição pública de Cavaco, rompendo um longo silêncio, a uma semana de um congresso do PSD rodeado de crispções, para mais a tratar de uma matéria em que diverge do actual líder, que atravessa evidentes dificuldades, é que parece configurar uma situação de «tabu», tão ao gosto do antigo primeiro-ministro.

Nota curiosa é a do artigo de Cavaco aparecer na primeira página do «Expresso» ao lado de uma sondagem que lhe atribui 42 por

cento das preferências dos eleitores do PSD, como o melhor líder para o partido, enquanto que a Marcelo Rebelo de Sousa são atribuídas apenas 16 por cento das preferências desses eleitores.

Quem anda a tramar o Marcelo?

Dizia-se que Cavaco não estava parado. Aos almoços e jantares com apoiantes incondicionais sempre houve quem atribuísse um carácter conspiratório.

Agora regressa à intervenção política pública numa ocasião que não tem nada de inocente.

O que pretende Cavaco? Que interesses se movem por detrás dele?

Ao ser interrogado sobre o artigo do antigo líder, Marcelo não conseguiu disfarçar o embaraço e pretendeu enxotá-lo para uma nova candidatura à Presidência da República. Mas será só isso que Cavaco pretende?

Para já, importa assinalar que regressa com os tiques que fartaram o país. Aquela de se querer arvorar em porta-voz das «crianças, dos jovens, dos que ainda não votam» dá vontade de dizer: Cavaco outra vez? Não, obrigado!

■ Carlos Brito

## Pena de SIC

A SIC decidiu lançar uma campanha pela reintrodução da pena de morte em Portugal. Ninguém duvida que tal iniciativa é - do ponto de vista humano, cultural, civilizacional - digna de quem a promove. De facto, a SIC está para a pena de morte assim como a pena de morte está para a SIC; são da mesma família, dão-se às mil maravilhas, são unha com carne. A abolição da pena de morte foi, como se sabe, um acto retrógrado, dinossáurico, que a prestimosa SIC entende dever ser corrigido. Se até aqui valorizámos o facto de Portugal ter sido o primeiro Estado a abolir a pena de morte (em 1867); se até aqui relembrámos com orgulho o elogio que, a propósito, nos foi feito por Victor Hugo - foi por não entendermos nada de nada, por estarmos desfasados no tempo, por não sermos capazes de entender as novas realidades, por sermos incapazes de assumir plenamente a modernidade, enfim, por não termos a SIC. Agora a música é outra: valeu-nos a SIC, valeram-nos Balsemão, Rangel, Narciso & Cia., os quais nos demonstraram de forma concludente e irrefutável que a pena de morte é necessária e justa e que a maioria dos portugueses está com a pena de morte, ou seja, está com a SIC.

O método utilizado para determinar essa maioria é também da nobre família da SIC e da pena de morte. «O primeiro grande referendo» constituiu um exemplo de democracia comunicacional, sus-

tentada por um enormíssimo respeito pela inteligência e pela sensibilidade dos portugueses em geral e dos telespectadores da SIC em particular. Sem papas na língua e com grande didactismo, a SIC expôs a questão aos telespectadores mais ou menos assim: alguém que viola a sua mulher, ou mata um filho seu ou lhe vende droga, é preso, condenado e, logo a seguir, posto em liberdade - como vemos acontecer todos os dias; face a isto você prefere ver esse alguém em liberdade, a morar na sua rua, quiçá no seu próprio prédio, ou preferir que o Estado o condene à morte?

Como se vê, o referendo ficou na posse de todos os dados necessários para optar em consciência, isto é, para optar SIC, para optar pena de morte. E optou. Por larga maioria. Democráticamente. Não têm, por isso, ponta de razão os que protestam contra o pretensível conteúdo manipulador e fascizante da operação «Pena de SIC». Quem assim protesta não merece a SIC que tem.

(P.S.: Fontes dignas de crédito garantem-me que a SIC já assegurou o exclusivo da transmissão em directo da primeira execução. Dizem-me, mesmo, que Balsemão, Rangel, Narciso & Cia. já elaboraram o anúncio do evento que é do seguinte teor: «Sábado, às 21 horas. A SIC em directo. Da cela da morte à câmara de gás. O derradeiro passeio de um criminoso. Lá dentro: a equipa da Noite da Má Língua comenta o comportamento do criminoso nos momentos que antecedem a execução. Cá fora!: João Baião e o seu Big Show Sic fazem a festa»).

■ José Casanova

## Tudo explicado

Que a generalidade dos «media» e grande parte dos jornalistas com real capacidade de intervenção está numa onda de simpatia, apoio e cumplicidade com o Governo do PS é coisa que se topa à vista desarmada e que marca forte presença em muitas evocações e balanços feitos em torno da efeméride eleitoral de 1 de Outubro de 1995.

O jornalista do «Público» José Manuel Fernandes (que, com isenção o dizemos, escreveu dois textos contra o infame «referendo» da SIC sobre a pena de morte que quase assinaríamos de cruz) acaba, talvez involuntariamente, de dar uma grande contribuição para que se possa perceber que concepções (ou interesses) comandam este tórrido noivado entre os principais «media» e o Governo PS.

De facto, num comentário publicado na terça-feira passada, que arrancava com a interrogação «O que é que é o essencial da política: é o fundo ou é a forma?», J.M.F. escrevia que «se tivéssemos de encontrar uma preocupação central capaz de condicionar todas as opções do novo Executivo, a determinação de aderir à moeda única importava-se naturalmente. Exactamente tal como sucedia com o último Governo de Cavaco Silva. (...) No essencial do que é essencial, o ciclo da «nova maioria» representou uma continuidade do ciclo da «velha maioria». E ainda bem».

É este seco mas decisivo «e ainda bem» que explica tudo, e designadamente que J.M.F. festeje exuberantemente a mudança de «estilo» operada com o Governo PS como «uma impor-

tantíssima mudança política». E que explica também que, assim respondendo claramente à pergunta inicial, nos venha dizer que «o fundo, num país em que os dois maiores partidos convergem no essencial das opções económicas e de política externa, está adquirido» e venha proclamar espantosamente que «a forma é o que torna possível governar em sintonia com a sociedade, com os seus anseios e preocupações».

Com estas concepções, não tem mistério que o «Público» achasse há dias que a crise do PP fazia regressar a «bipolarização» à AR e que, metendo tudo no mesmo saco, proclamasse também na terça-feira que «um ano depois... oposições à deriva», que «as oposições comemoram o 1 de Outubro» numa «indisfarçável crise existencial», e que o PCP «assiste» e vê-se remetido a «figurante»,

dado que Guterres «não cedeu a quaisquer entendimentos».

Como se vê, está tudo explicado. E ainda ficamos todos altamente enriquecidos com esta pérola do «pensamento democrático» que consiste em considerar actores principais e exclusivos da oposição os partidos - PSD e PP - que só se opõem à «forma» e que consiste em classificar de «figurante» exactamente aquele - o PCP - que se opõe ao «fundo».

Como era inevitável em brilhantes cabecinhas que acham que o grande critério de avaliação positiva dos partidos de oposição deve ser, não a real oposição que fazem e a alternativa que defendem, mas a proximidade, cumplicidade e entendimentos que têm com o Governo.

■ Vítor Dias

## COLÔMBIA

## Luta popular e ingerências

Durante mais dum mês (Jul./Ag.), camponeses pobres colombianos reagiram à medida governamental de erradicação das plantações de coca. Em longas marchas, 150 mil homens, mulheres e crianças de 3 municípios do sudeste protestaram contra o êxodo a que seriam forçados se a implementação dessa decisão fosse integralmente cumprida. Confrontaram-se com uma brutal violência das forças armadas. Mortos, feridos, presos, desaparecidos, foi o resultado das cargas, uso de armas de fogo, granadas, estradas minadas e... até da electrificação duma ponte.

Quase simultaneamente, a guerrilha, através dos seus dois principais movimentos - FARC e ELN - que integram a Coodinadora Guerrillera Simon Bolivar, desencadeou uma grande ofensiva em vários pontos do país. As FARC - Forças Armadas Revolucionárias Colombianas - solidamente implantadas nas massas camponesas que lutam em defesa das suas terras e pela reforma agrária, prossegue a sua acção há mais de 30 anos, sendo a mais antiga guerrilha da América Latina. Lutam contra um poder de «dupla face» - que mantém liberdades formais mas reprime a luta dos trabalhadores, persegue e assassina milhares de activistas políticos e sindicais, essencialmente os comunistas e seus aliados da União Patriótica. Esta ofensiva guerrilheira saldou-se por mortes dos dois lados, a destruição quase total duma base militar e o aprisionamento de 60 militares.

A informação «isenta» do nosso país omitiu praticamente a luta dos camponeses e quanto à acção da guerrilha ligou-a aos narcotraficantes. Procurando desacreditar ambas, silenciando a proposta de negociações feita pelas FARC antes desta ofensiva e os resultados alcançados pelos camponeses com a sua luta - erradicação gradual das plantações, subsídios, culturas alternativas - a comunicação social quis iludir toda a gente quer sobre a génese do conflito interno colombiano quer sobre os reais interesses e objectivos directamente ligados ao tráfico da droga. Prestou objectivamente um serviço ao narcotráfico e fez aumentar a credulidade de muitos portugueses quanto ao pseudocombate dos EUA a este flagelo.

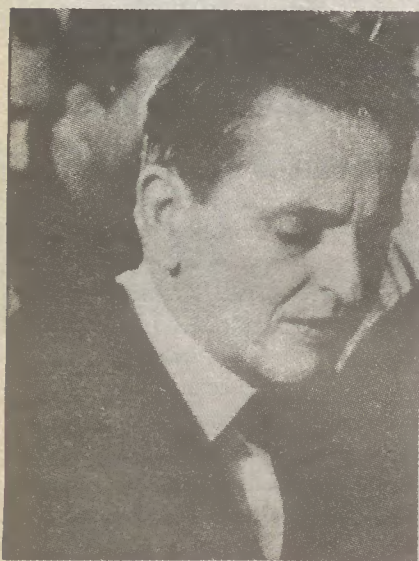
Com efeito, os EUA apregoam o seu grande empenho no combate à droga e, no caso colombiano, pressionam o presidente Ernesto Samper - ele próprio acusado de receber apoio dos narcotraficantes - para pôr fim à produção de coca. Mas, por outro lado, é a indústria química americana que fornece 90% dos produtos utilizados na produção de droga na América Latina e metade do lucro do narcotráfico passa pelo circuito do sistema bancário dos EUA (art. «Por detrás do alibi da droga», *Monde Diplomatique*, Ag.96). O negócio da droga é hoje uma importante expressão da política de domínio do capitalismo e «só possível neste sistema», através do qual «o capitalismo financeiro cobrou parte da dívida externa do 3º Mundo», como afirma o PC Colombiano em documento recente sobre a actual situação.

Os comunistas colombianos alertam, desde o início da profunda crise política actual, para os perigos que advêm da sistemática degradação social que gera ainda mais violência, dos sinais evidentes de recessão económica e do governo ser dirigido por um homem acurrado interna e externamente, presa fácil da ultradireita e do imperialismo. Crescem assim os sinais de autoritarismo e a contra-reforma constitucional em curso visa legitimar uma solução ainda mais autoritária, de cariz ditatorial. A chantagem dos EUA tornou-se permanente e, a pretexto do combate à droga, o apoio militar (metade da ajuda militar dos EUA para a América Latina destina-se à Colômbia) directo e indirecto aos grupos paramilitares mais não visa que liquidar a resistência popular e armada dos colombianos e impor ao riquíssimo país que é a Colômbia (ouro, esmeraldas, bauxite, cobre, petróleo, carvão, café, bananas, algodão, cacau, tabaco, açúcar, milho, gado, pescado, entre outras produções) os interesses das transnacionais.

Clinton, em plena corrida eleitoral, procurando agradar a gregos e troianos, afirma-se defensor de certos valores, mas continua uma política de ingerências, contrária ao direito internacional e atentatória da soberania dos Estados. Será assim que os EUA são o «garante mundial dos direitos humanos»? A luta do povo colombiano responde pela negativa.

■ Manuela Bernardino





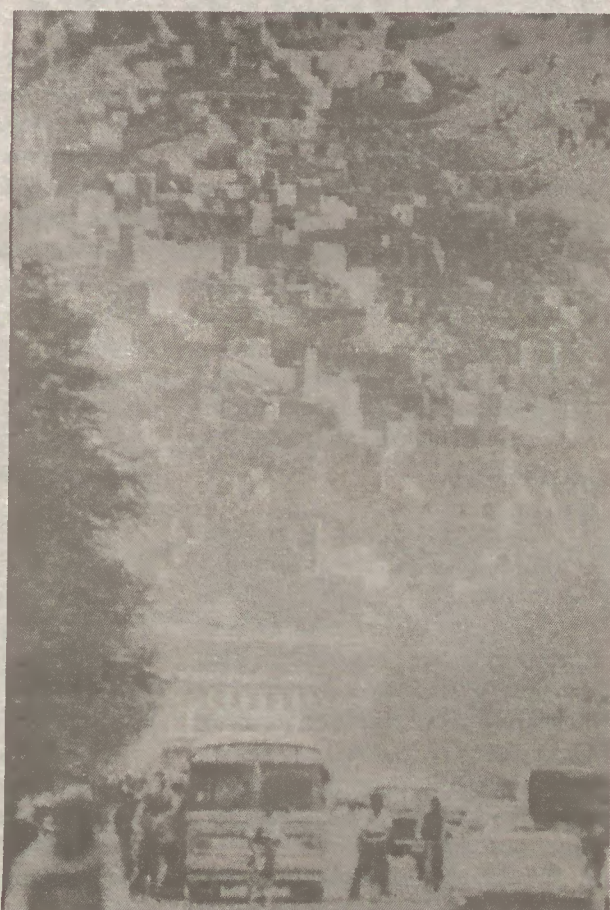
## Assassinato de Olof Palm tem pista sul-africana

O antigo chefe da polícia secreta sul-africana, coronel Eugene De Kock, garante estar na posse de informações que provam o envolvimento do regime racista do apartheid no assassinio do primeiro-ministro sueco, Olof Palm, ocorrido em 28 de Fevereiro de 1986 e até agora envolto em mistério. De Kock, que está a ser julgado em Pretória por 84 crimes e já garantiu que não se «afundará» sozinho, tem feito nos últimos dias declarações ao tribunal que incriminam altos responsáveis do regime do apartheid no

envolvimento do crime que vitimou Olof Palm, incluindo os ex-presidentes Pieter Botha e Frederik De Clerk. Concretamente, De Cock afirmou que o espião sul-africano Craig Williamson, que nos últimos meses tem feito algumas revelações sobre as actuações do regime do apartheid, tinha estado directamente envolvido na operação do assassinio do ex-primeiro-ministro sueco através de uma operação com o nome de código de «Long Reach». As autoridades suecas estão particularmente atentas a estas revelações.

## Cabul nas mãos dos fundamentalistas

Os fundamentalistas das milícias talibans conquistam a cidade de Cabul, capital do Afeganistão, após combates ferozes que provocaram número indeterminado de vítimas. Ao conquistarem a capital afegã, instituíram de imediato a charia (lei islâmica), «aconselhando» as mulheres a não saírem de casa e a velarem o rosto com véus, enquanto executavam em público o antigo presidente Najibullah, depois de o arrancarem violentamente da representação da ONU em Cabul, onde se encontrava refugiado há quatro anos. Entretanto, o presidente Burhanuddin Rabanni, o primeiro-ministro Gulbudin Hekmatyar e o que resta do governo derrotado refugiaram-se em Bagram, a 50 quilómetros de Cabul. Os talibans autodenominam-se «estudantes da religião corânica» formados nas escolas corânicas paquistanesas e fizeram a sua entrada fulgurante no conflito afegão em finais de 1994 sendo apoiados pelo Paquistão, com o apoio tácito dos EUA. O seu líder, o mullah Mohammed Omar, preconiza a instauração no Afeganistão de «um sistema islâmico completo».



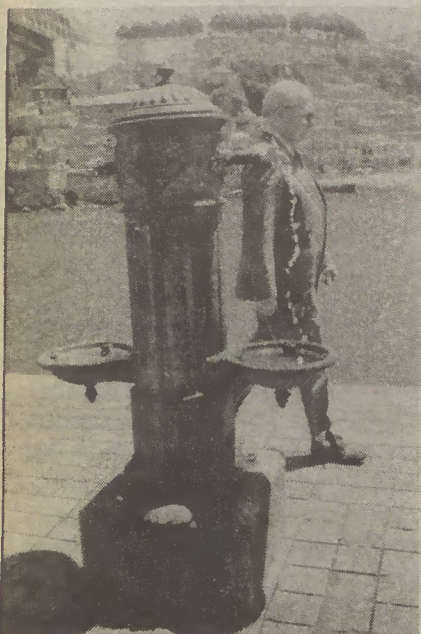
## Judiciária combate tráfico de mulheres

A Polícia Judiciária (PJ) de Aveiro colaborou no regresso a Portugal de mais duas mulheres supostamente levadas à força para Espanha para serem lançadas na prostituição. Com estas, são já dez as raparigas até à data localizadas pela PJ em Espanha, no âmbito da operação de desmantelamen-

to de uma alegada rede de tráfico de mulheres para o país vizinho. A operação começou a semana passada, com a detenção de três dos presumíveis membros da rede, com idades compreendidas entre os 35 e os 40 anos. A polícia acredita que um deles, um empresário da Figueira da

Foz proprietário de um bar em Espanha, será o cabecilha do grupo supostamente responsável pelo aliciamento e sequestro, através de falsas promessas de emprego no estrangeiro, de várias dezenas de mulheres (algumas das quais menores) quase todas oriundas da região Centro do País.

## Água... mas pouco



Comemorou-se esta semana o Dia da Água, o que permitiu a convocação de alguns dados inquietantes, nomeadamente que apenas pouco mais de metade da população do Norte de Portugal continental tem água ao domicílio, contra mais de 86% na zona da Grande Lisboa. O Norte é igualmente o que pior está em matéria de esgotos tratados, com apenas 17,9% de cobertura neste aspecto, enquanto o

Alentejo é a região que lidera o usufruto destes equipamentos, com 53,2% de cobertura efectiva, devido ao trabalho estrategicamente pensado e executado, ao longo do tempo, pelas respectivas autarquias. O actual governo, contando com fundos comunitários, já prometeu elevar para 95% o abastecimento de água ao domicílio e a 90% a recolha e o tratamento de águas residuais, isto até finais de 1999.

## Fogo no Coliseu

O Coliseu do Porto ficou parcialmente destruído por um violento incêndio que deflagrou de madrugada, na sequência de uma passagem de modelos internacional ali realizada. O fogo terá começado na zona do palco e da respectiva teia, cujo tecto ruiu. Salvou-se a plateia com mais outras dependências do edifício. Cerca de 24 horas depois deflagrou novo princípio de incêndio, desta vez em duas cadeiras da plateia, que foi prontamente dominado. Embora não tenha sido posta de parte a hipótese de acto criminoso e deliberado no atear do incêndio, mantém-se também em aberto a possibilidade de a tragédia ter ocorrido por negligência, nomeadamente através de um cigarro mal apagado. De qualquer modo, a Câmara Municipal do Porto anunciou que já tem um plano para retomar a programação normal desta casa de espectáculos, fechando a boca de cena (que, obviamente, vai entrar em obras) e utilizando o resto das instalações.

## Nome de rua para Fernando Lopes Graça

Fernando Lopes-Graça foi homenageado esta semana pela Câmara Municipal de Lisboa, que atribuiu o seu nome a uma rua da cidade, concretamente à antiga Rua E da Urbanização do Paço do Lumiar. Esta decisão já havia sido tomada pelo município lisboeta, por unanimidade, em 30 de

Novembro de 1994, na sequência da morte do compositor, onde se assinalava que «a morte de Fernando Lopes-Graça constitui a perda de um compositor, de um investigador, de um artista e cidadão exemplar».

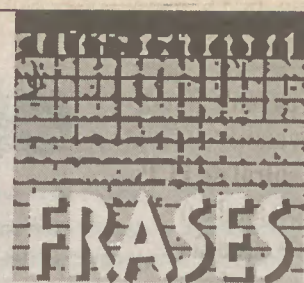
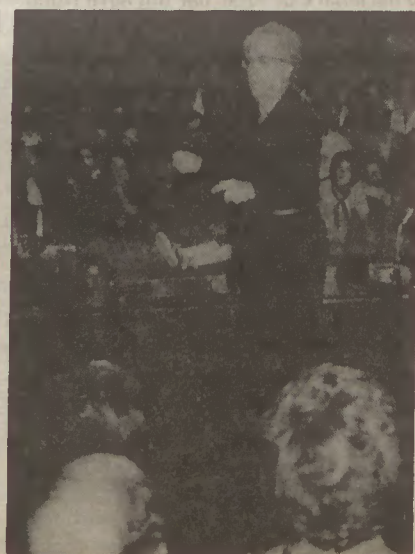
O Governo fez-se representar na cerimónia através do Secretário de Estado

da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins. Por parte do município, estiveram presentes na inauguração, além de Rego Mendes, o vereador responsável pela Toponímia da capital, o presidente da Câmara, João Soares. O PCP, de que Fernando Lopes-Graça foi militante desde muito jovem,

fez-se representar através de Aurélio Santos, membro do Comité Central. Presente, ainda, o Coro da Academia dos Amadores de Música, que Lopes-Graça fundou, e que cantou duas das suas canções.

A Comissão Municipal de Toponímia da Câmara Municipal de Lisboa ela-

borou, entretanto, uma pormenorizada biografia sobre Fernando Lopes-Graça, que Rego Mendes, vereador responsável, prefaciou com uma frase lapidar: «Grande foi o músico, o professor, o compositor, o investigador musical, o político. Mas maior de todos, foi o HOMEM.»



“ [Sob a direcção de Marcelo Rebelo de Sousa] o PSD «não tem interpretado as preocupações dos portugueses», ao contrário do que fazia Sá Carneiro, que tinha «convicções e não andava ao sabor dos ventos.»

(Pedro Santana Lopes, Diário de Notícias, 28/9/96)

“Isto é de gargalhada» [as várias posições assumidas por Marcelo Rebelo de Sousa sobre o próximo Orçamento de Estado].”

(idem ibidem)

“Não o digo com ironia: [Marcelo Rebelo de Sousa] não tem que se demitir neste congresso. Isso seria mau para o partido e para o País.”

(idem ibidem)

“Ninguém pense que vamos voltar ao governo só porque o País vai ficar desgraçadinho.”

(Luís Filipe de Menezes, Público, 29/9/96)

“Treze anos depois de ter entrado na vida política - em 1983, como Secretário de Estado no governo do bloco central -, Fernando Nogueira deixou a coisa pública e mudou-se para a virtuosa sociedade civil: hoje, trabalha no Banco de Investimento Imobiliário, do grupo do Banco Comercial Português, e, segundo os amigos, «está óptimo e feliz da vida».”

(A.S.L., Público, 1/10/96)

“Alberto João Jardim] antes de falar em tachos, que nunca os tivemos, devia olhar para dentro da sua casa e dizer que nomeou a mulher para um cargo para o qual ela não tinha habilitações, olhar para a família Cardoso de que é herdeiro e para os tachos que ele criou para a sua clientela, a começar pelos próximos primos.”

(Padre Martins Júnior, candidato do PS nas regionais da Madeira, Público, 1/10/96)

“Chegou a hora dos compromissos. O PS/Açores começa a concretizar as promessas sector a sector, tal como há um ano fez o partido nacional. No último comício em Ponta Delgada, ficaram prometidos 40 milhões de contos para a agricultura e uma espécie de «Plano Mateus» à açoriana. Mas não é só Guterres que César imita; naquela noite imitou Nogueira...”

(Luís Miguel Viana, idem)

“Não peço a Lua. Quero apenas que se cumpra o que foi acordado entre nós.”

(Yasser Arafat, RTP-1, Jornal da Uma, 1/10/96)

“A única promessa feita ontem por Netanyahu a caminho de Washington foi a de «negociações ininterruptas» sobre o reposicionamento do exército israelita em Hebron (...) Netanyahu insiste em mudar o acordo assinado pelo seu predecessor, para beneficiar os 400 colonos judeus da cidade.”

(Margarida Santos Lopes, Público, 1/10/96)



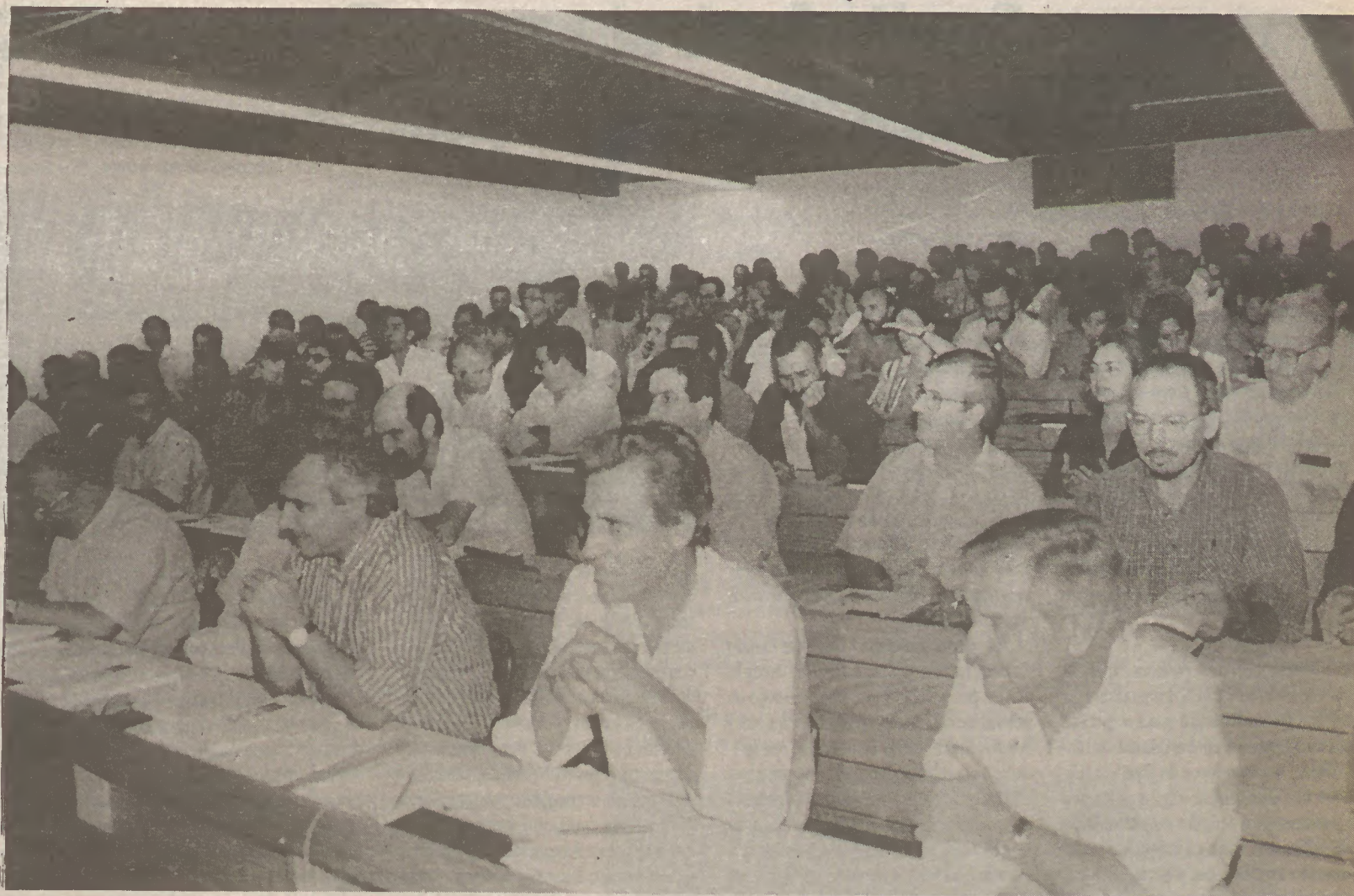
No passado fim-de-semana, o Comité Central do PCP reuniu para analisar aspectos da situação política nacional e discutir e aprovar as Teses para o XV Congresso do PCP, que se realizará nos dias 6, 7 e 8 de Dezembro próximo, no Porto, sob o lema «Um Partido mais forte - Novo rumo para Portugal». A partir de amanhã, as Teses começarão a ser distribuídas e debatidas em todas as organizações do Partido, para serem enriquecidas «com novas ideias e propostas» que resultem desse debate, como informou o Secretário-Geral do PCP, no domingo à tarde, depois de ter feito uma declaração à comunicação social que resumia as conclusões e apreciações feitas pelo Comité Central.

Questionado sobre as sondagens que dão maioria absoluta ao PS, Carlos Carvalhas disse considerar o PCP que esses estudos de opinião são muitas vezes contraditórios, valendo as sondagens principalmente para «vender papel».

Sobre o sentido de voto do PCP no Orçamento de Estado para 97, o Secretário-Geral dos comunistas afirmou que sem conhecer o Orçamento não será possível ao PCP dizer como votará, sendo porém certo que se o Governo mantiver as linhas de orientação de 96 «não poderá contar» com o seu voto. À pergunta do «Avante!» sobre o inquérito realizado por uma cadeia de televisão, relativo à reintrodução da pena de morte em Portugal, Carlos Carvalhas, lembrando que o nosso país havia sido o pioneiro da

abolição da pena morte, posição considerada então por Victor Hugo como «um avanço da civilização», considerou ter havido por parte desse canal de televisão uma grotesca exploração dos sentimentos das pessoas, sendo de rejeitar firmemente qualquer apologia no sentido do regresso da pena de morte.

Transcrevemos a seguir a declaração do Secretário-Geral do PCP:



## Comité Central aprova Teses ao XV Congresso e analisa situação política

### Declaração de Carlos Carvalhas sobre a situação política nacional

**1** - A dois dias de se completar um ano sobre as eleições de 1 de Outubro de 1995, o Comité Central salienta que com o prosseguimento do essencial da política que os portugueses quiseram ver derrotada crescerá compreensivelmente na sociedade portuguesa o sentimento e a consciência de que tem vindo a ser frustrada e desrespeitada a forte e incontornável vontade nacional de mudança de política que esses resultados eleitorais exprimiram.

**2** - Com efeito, passado quase um ano sobre a mudança de partido governante, Portugal não precisa menos, antes precisa mais, de uma nova política que rompa de forma decisiva com as grandes opções e orientações que comandaram a política de direita realizada durante uma década pelos governos do PSD.

Portugal não precisa menos, antes precisa mais de uma nova política de desenvolvimento que tenha como grandes prioridades o crescimento económico acelerado e sustentado, o aumento do emprego e a redução do desemprego e uma mais equitativa distribuição da riqueza criada.

Portugal não precisa menos, antes precisa mais de uma política de firme defesa e modernização do aparelho produtivo nacional e de lutar por um novo rumo para a política de integração europeia que poupe o país às gravosas consequências de uma insensata e irresponsável marcha forçada e acelerada para a moeda única.

Portugal necessita e com urgência de uma política de valorização de quem trabalha, de respeito pelos direitos dos trabalhadores e de firme combate à precariedade, instabilidade e insegurança no emprego.

Portugal necessita e com urgência de uma política de defesa e aprofundamento dos direitos sociais consagrados na Constituição e de sério e decidido combate à pobreza, à exclusão social e ao agravamento de dramáticos problemas como a toxicod dependência.

**3** - Contrariando as múltiplas pressões que pretendem induzir os portugueses a pensarem que até às próximas eleições legislativas só lhes resta entreterem-se com as encenações montadas pelo PS, pelo

PSD e pelo PP e assistir passivamente à passagem do tempo e à continuação, no essencial, da política que condenaram nas urnas há um ano, o Comité Central reafirma a necessidade e a legitimidade democrática de uma vasta e combativa intervenção dos cidadãos em defesa dos seus direitos, interesses e aspirações, e da ampliação do movimento social de protesto e de luta pela satisfação de justas reivindicações imediatas e por uma nova política.

**4** - O Comité Central confirma como sólidos compromissos de acção e intervenção imediatas do PCP:

- a luta por melhores condições de vida e de trabalho por uma mais justa distribuição do rendimento nacional (com destaque para a justa reclamação de um significativo aumento dos salários e pensões);

- o combate à ofensiva que, passo a passo, o Governo prepara contra o sistema público de segurança social;

- a exigência de um referendo nacional sobre a ratificação do Tratado de Maastricht e a participação de Portugal na moeda única;

- a firme oposição a projectos de desfiguração do regime constitucional, designadamente através de alterações de sentido antidemocrático à legislação eleitoral;

- o prosseguimento da valiosa acção de apresentação de propostas construtivas para a solução dos problemas nacionais;

- a preparação da intervenção do PCP e da CDU nas eleições autárquicas de Dezembro de 1997.

**5** - Face a situações, episódios, fenómenos e tendências que espelham uma triste degradação da vida política, o Comité Central do PCP salienta a imperiosa necessidade de rejeitar com firmeza todas as tentativas para proceder a injustas generalizações e defeituosas ilações que redundem numa abusiva responsabilização e culpabilização da política, da democracia e de todos os partidos.

As situações e fenómenos em causa são conhecidos e têm autores, protagonistas e responsáveis concretos. São eles que devem ser politicamente sancionados pela opinião pública.



Pela sua parte, ainda que por tal opção tenha de pagar, como já hoje lamentavelmente acontece, o alto preço de silenciamentos e discriminações, o PCP continuará fiel a uma elevada e generosa concepção da acção política, entendida e praticada como actividade humana fortemente ancorada nos problemas nacionais e nas aspirações dos cidadãos, em que a sinceridade e as convicções prevaleçam sobre a demagogia e a hipocrisia, em que a sobriedade e o sentido da responsabilidade prevaleçam sobre o espalhamento da «política-espectáculo» e em que o apelo à inteligência e intervenção dos cidadãos prevaleça sobre condutas que visam fomentar o seu alheamento e resignação. Pela sua parte o PCP continuará a levantar bem alto as bandeiras da esquerda, com clareza e firmeza e a posicionar-se como oposição de esquerda.

**6** - O Comité Central saúda fraternalmente os membros do PCP e os candidatos e activistas da CDU directamente empenhados na batalha das eleições para as Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira, apelando ao reforço da votação e representação parlamentar da CDU como importante contribuição para a luta que deverá prosseguir pela solução dos graves problemas que



# Comité Central aprova Teses ao XV Congresso e analisa situação política

## Sobre as TESES para o XV Congresso

**1** - As TESES, que o Comité Central já apreciou nesta reunião com vista à sua sujeição a debate em todas as organizações do Partido no âmbito da preparação do XV Congresso, constituem uma importante contribuição para favorecer e estimular a reflexão pelo conjunto dos militantes do Partido sobre a evolução da situação internacional e nacional nos últimos quatro anos, sobre a acção desenvolvida pelo PCP nesse período e sobre as grandes orientações, objectivos e tarefas que deve definir para o futuro próximo.

**2** - Correspondendo à positiva experiência do PCP, as TESES, longe de serem um documento fechado para o qual se pede meramente a concordância ou discordância dos membros do Partido, são antes um documento que convoca expressamente a opinião e a reflexão de cada militante e que está inequivocamente aberto a rectificações, a enriquecimentos e a novas ideias e propostas que resultarem do debate democrático do colectivo partidário.

**3** - Nesse sentido, o Comité Central apela a uma activa participação dos membros do PCP nas assembleias para debate das Teses e para eleição de delegados ao Congresso, animada pela firme convicção quer da importância do pensamento e reflexão de cada um para o acerto das decisões colectivas, quer do valor insubstituível do intercâmbio de pontos de vista e do debate vivo e fraternalmente comunistas.

**4** - As TESES, que constituem o Projecto de Resolução Política para o Congresso, serão divulgadas aos membros do Partido a partir de próxima sexta-feira e serão publicadas na íntegra, em suplemento, na edição do «Avante!» de 10 de Outubro.

**5** - As TESES estão organizadas em quatro grandes capítulos.

No primeiro, dedicado à situação internacional, procede-se a uma desenvolvimento caracterização do capitalismo na actualidade, da resistência e da luta dos trabalhadores e dos povos e da alternativa representada pelo projecto comunista e pelos ideais do socialismo.

No segundo, examina-se a evolução da situação nacional nos últimos quatro anos, no plano económico, social, político e cultural, sublinhando-se que a extensão e a gravidade dos problemas que hoje se manifestam globalmente na sociedade portuguesa espelham de forma indistigável o fracasso da política de direita que tem sido conduzida por sucessivos governos e que o actual governo do PS, nas suas linhas fundamentais, está a prosseguir.

No terceiro, intitulado «Por uma reforçada intervenção social e política», analisa-se o destacado papel da luta de massas no

cômbate à política de direita, a intervenção do movimento sindical e de outras estruturas e organizações sociais, as batalhas eleitorais passadas e futuras, a intervenção do PCP nas instituições e enuncia-se como linha estratégica a perspectiva de, num quadro partidário marcado pela convergência do PS, do PSD e do PP em torno de grandes eixos da política de direita, trabalhar para uma audaciosa afirmação do PCP como pólo aglutinador de valores e aspirações de esquerda e portador de uma alternativa democrática.

No quarto, intitulado «Um forte Partido Comunista na passagem para o século XXI», procede-se a um breve balanço da actividade do Partido, analisam-se questões relativas ao trabalho de direcção, aos quadros, à organização e propõem-se um vasto e rico conjunto de orientações que apelam a uma maior responsabilização e participação do colectivo partidário e dos membros do Partido e ao fortalecimento e renovação da organização partidária e da sua intervenção na sociedade portuguesa.

**6** - No Projecto de TESES que agora se submete a todo o Partido conclui-se que, no período que decorreu desde o XIV Congresso, acentuou-se a política de concentração de riqueza, de reconstituição do capitalismo monopolista, a política monetarista e neoliberal assente nos critérios de Maastricht e de desvio de importantes recursos dos sectores produtivos para aplicações especulativas no investimento imobiliário e financeiro.

Este processo tem caminhado a par e passo com transformações profundas do regime democrático, de limitações da soberania e independência nacionais, de agravamento da exploração dos trabalhadores e atentados contra os seus direitos e liberdades.

A análise da evolução das realidades nacionais nestes últimos anos põe em evidência que as orientações neoliberais que caracterizam a política de direita - antes com o Governo do PSD, agora com o Governo do PS - são incapazes de lançar as bases estáveis e duradouras de um processo de desenvolvimento económico e social.

É necessário um novo rumo para Portugal.

Num novo rumo para Portugal estão objectivamente interessadas classes e camadas sociais muito amplas da sociedade portuguesa. A construção de uma frente social alargada de resistência e de combate à política de direita é indispensável à elevação da consciência social sobre as suas causas e os seus responsáveis, à sua transformação em condenação desta política e à aquisição da consciência de que há outro caminho, de que existe alternativa ao rumo que vem sendo seguido.

Neste processo tem um papel decisivo a acção política geral do PCP, de todas as



suas organizações e militantes, numa relação viva, dinâmica e transformadora com a sociedade, de que são elementos complementares: a contribuição e a iniciativa dos comunistas na dinamização e organização dos movimentos e das lutas sociais; a intervenção, a tomada de posição e o diálogo directos do PCP e das suas organizações com as mais diversas classes, camadas e grupos sociais atingidos pela política de direita; uma combativa intervenção nas instituições, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, no Poder Local, estreita e permanentemente vinculada e articulada com os interesses populares.

O preocupante e crescente apagamento das diferenças estratégicas entre o PS e PSD configura a tentativa de reduzir as opções políticas dos portugueses a um «bloco central» inorgânico, funcionando na base da alternância de figuras e não de políticas, em que é reservado ao CDS-PP o papel de, através da sua demagogia populista, tentar evitar a canalização para o PCP do descontentamento popular causado pelos efeitos da política de direita e, nomeadamente, pelas consequências da actual política de integração europeia.

A luta pela construção de uma alternativa exige que se mantenha uma pronta denúncia e combate pelo PCP, em aspectos essenciais e concretos, da convergência de políticas e orientações estratégicas entre o PS e o PSD e o CDS-PP.

Neste quadro, considera-se entretanto que seria errado identificar totalmente o PS com o PSD e com o CDS-PP, ignorando as diferenças na base sociológica, na composição partidária, no percurso e história política do PS (em que pesam sem dúvida valores democráticos) e não as tendo em conta no processo de relacionamento interpartidário e no diálogo político prosseguido pelo PCP.

Existem condições políticas favoráveis à afirmação e ao crescimento da influência e do prestígio do PCP. Importa aproveitá-las, assumindo o PCP, de modo claro e convincente e com audaciosa iniciativa política.

A construção de uma alternativa à política de direita e aos Governos que a têm realizado só será possível com uma sensível alteração da correlação de forças actualmente existente, de que é factor decisivo e determinante uma expressiva ampliação da influência social, política e eleitoral do PCP.

**7** - A ampliação da influência social, política e eleitoral do PCP e a construção de uma alternativa, implicam um persistente e audacioso trabalho em várias direcções:

- o reforço em profundidade e amplitude da contribuição dos comunistas para o desenvolvimento do movimento de massas, dos movimentos e lutas sociais;

- a dinamização pelo PCP de um amplo movimento de debate, reflexão e diálogo com correntes e sectores democráticos, com organizações e movimentos sociais, com todos os cidadãos que reconhecem ser indispensável a construção na sociedade portuguesa de uma alternativa à política de direita que, com diferentes matizes, tem caracterizado a governação do País e que essa alternativa exige a participação efectiva do PCP e deve ter como referência a modernidade e actualidade dos valores fundamentais da Revolução de Abril;

- debate, reflexão e diálogo assente no respeito pela identidade e autonomia dos seus participantes, desde logo do PCP e que, sem recusar a sua evidente importância, não se circunscreve às fronteiras do relacionamento interpartidário, se dirige a todos os trabalhadores, a todos os cidadãos e que pode e deve exprimir-se em diferentes iniciativas e acções comuns inseridas no combate às manifestações concretas da política de direita e num processo necessariamente prolongado de edificação dum bloco de forças políticas e sociais capazes de exprimir os interesses das classes e camadas sociais não monopolistas e empenhadas num novo rumo democrático para Portugal.

- a dinamização da CDU - Coligação Democrática Unitária, importante espaço de diálogo e acção comum dos comunistas com o PEV, a ID e milhares de cidadãos independentes, lugar de encontro dos sectores mais consequentes da esquerda que têm sabido convergir no combate político e eleitoral;

- uma persistente, ampla e qualificada comunicação do PCP com a sociedade que ajude a superar o fosso e a contradição existentes entre as escolhas políticas dos cidadãos e os graves problemas sociais que sofrem no seu quotidiano;

- a confiante afirmação, em todos os planos da intervenção do Partido, das suas organizações e militantes, do valor próprio das propostas e do projecto político do PCP,

com destaque para o seu projecto de democracia avançada - uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural.

**8** - É possível e é necessária uma outra política para Portugal. A teoria do «pensamento único» é que pretende impor com carácter universal e absoluto os catecismos e fórmulas neoliberais numa tentativa de excluir, desqualificar e negar as alternativas do desenvolvimento social, apresentando-as como ameaças subversivas ou utópicas, irracionais e sem validade. Há alternativas. Há outros caminhos, quer em relação aos objectivos mais imediatos, quer em relação a horizontes mais distantes. A nível nacional, a nível da União Europeia e a nível mundial. O capitalismo não é o fim da história.

As imensas possibilidades de promoção do bem-estar material e espiritual do ser humano abertas pelas extraordinárias conquistas da ciência e da técnica, contrastam violentamente com o agravamento generalizado das suas condições de vida e de trabalho e o atirar de centenas de milhões de seres humanos para a mais negra miséria.

Os dramáticos problemas que percorrem o mundo contemporâneo - com o brutal agravamento da exploração, o aprofundamento das injustiças e desigualdades sociais, genocídios, povos dizimados pela fome, intervenções militares, como os recentes bombardeamentos dos EUA no Iraque, guerras, ocupações como a de Timor-Leste (e a política de «dois pesos e duas medidas» no cumprimento das Resoluções da ONU) e o espectro de autênticas regressões civilizacionais e de catástrofes ecológicas planetárias - constituem uma violenta acusação do capitalismo e da sua natureza injusta e desumana.

**9** - Dos 75 anos da sua existência e da história do movimento operário comunista deste século que agora termina, o PCP extrai a confirmação de que é justo e é realizável aquilo que tem constituído e constitui um objectivo da sua luta: a construção em Portugal de uma sociedade mais livre, mais justa, mais fraterna e mais humana, uma sociedade socialista; a construção de um mundo finalmente livre de exploração, da alienação e da opressão imperialista, de paz, amizade e cooperação entre todos os povos.





## SANTARÉM PS cede a PSD

Em nota à comunicação social, após a reunião realizada no fim-de-semana passado, a Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP lamenta que o PS, a propósito do Congresso do Ribatejo, tenha cedido às pretensões do PSD. Nada justifica a atitude do PSD, de, tentando «partidarizar o Congresso», se colocar de fora «por iniciativa própria», consideram os comunistas, afirmando que, tal como as outras forças políticas, o PSD «estaria presente no Congresso em função da influência e representatividade que tem na região». Apontando a proposta do Presidente da Federação Distrital do PS, de adiamento do Congresso, como prova de cedência, o PCP manifesta a sua disponibilidade para participar no Congresso que - considera - não está formalmente adiado.

## PORTO CPC em greve

Os 300 trabalhadores da Companhia Portuguesa do Cobre, empresa com «gestão controlada» até 1997, encontram-se em greve pelo pagamento dos salários e a exigência de medidas que viabilizem a empresa.

É estranho, diz o Sector de Empresas da Cidade do Porto do PCP, que, com uma carteira significativa de encomendas, a CPC passe nos últimos anos por tantas dificuldades e que a Caixa Geral de Depósitos - um dos seus principais credores - não avalize o contrato de 600 mil contos que a EDP pretende estabelecer.

Dúvidas apresentam também os comunistas quanto à boa gestão dos 700 mil contos investidos na CPC, que aparentemente apenas tiveram como consequência o despedimento de 200 trabalhadores.

Salientando os sacrifícios suportados pelos trabalhadores - sem aumentos desde 1992 e com salários em atraso - o PCP solidariza-se com a sua luta e responsabiliza o Governo, a Câmara Municipal do Porto e a Junta de Freguesia da Campanhã pela viabilização e manutenção desta empresa.

## ALMADA Desemprego preocupa

Na sua reunião de 25 de Setembro, a Comissão Concelhia de Almada registou «com profunda apreensão» a existência de 10.508 desempregados no concelho, produto de uma política de submissão aos ditames de Maastricht.

E como exemplos reveladores dessa política, o PCP refere a situação de algumas empresas como a Transportes Sul do Tejo, onde a política de baixos salários e discriminação salarial se agrava, a par da degradação dos serviços prestados; a Lisnave, em relação a cuja reestruturação alguns governantes têm proferido preocupantes declarações; a Função Pública, onde para além de não ter sido cumprido pelo Governo o acordado com a Frente Comum se perspectiva para 97 uma insuficiente actualização salarial.

Destacando ainda o trabalho desenvolvido pelos eleitos da CDU na Câmara Municipal em benefício das populações, a concelhia do PCP denuncia a falta de ajuda do Governo na realização de obras que o próprio PS, em campanha eleitoral, havia defendido.

## SINTRA Entrega de «mão beijada»

«A privatização da Tabaqueira vai para a frente única e simplesmente porque a empresa é uma importante fonte de lucro», acusou na segunda-feira passada, em comunicado, a Comissão Concelhia de Sintra do PCP.

Como é possível - perguntam os comunistas - que o governo do PS entregue de «mão beijada» uma empresa que só nos primeiros seis meses deste ano deu ao Estado 68 milhões de contos em impostos?

Afirmando que nenhuma oferta de compra substitui a «receita certa, segura e volumosa que o Estado obtém» com a Tabaqueira, os comunistas dizem que o Grupo Parlamentar do seu Partido vai solicitar um encontro com as organizações representativas dos trabalhadores para analisar a situação criada e os problemas daí decorrentes.

## UISEU Silêncio incompreensível

Quando da visita do primeiro-ministro ao distrito de Uiseu, diz a Direcção da Organização do PCP na região, os comunistas alertaram para o facto de, entre as preocupações governamentais, não constarem alguns dos mais graves problemas dos trabalhadores. Esse alerta é agora confirmado pela situação da INDUVIS, S.A., de Mangualde.

Esta fábrica metalúrgica, de que são sócios a União das Misericórdias Portuguesas e a Solidaritas, encontra-se com a sua produção parada, e os 8 trabalhadores a que está reduzida têm neste momento 3 meses de salários em atraso.

Considerando ter-se erguido um «muro de silêncio incompreensível» sobre a situação da empresa, o PCP defende como «urgente e imprescindível» que as entidades competentes tomem conta do assunto e sejam assegurados os postos de trabalho e os pagamentos devidos aos trabalhadores.

# IV Assembleia do Sector Público da ORL Responder a novas situações

Em conversa com Alexandre Teixeira, membro do Comité Central do PCP e responsável pelo Sector Público da ORL, e Artur Malheiro, do Executivo do Organismo de Direcção, o «Avante!» procurou saber quais os principais objectivos da IV Assembleia de Organização do Sector Público que se realiza no próximo dia 12 de Outubro, no Centro de Trabalho Vitória, e como decorre a sua preparação.

Cerca de 100 delegados e 50 convidados vão participar na IV Assembleia que terá como objectivos principais a eleição de um novo organismo de direcção e a apreciação e aprovação do projecto de Resolução Política que tem vindo a ser discutido em Plenários. José Casanova, membro da Comissão Política, participará nos trabalhos da Assembleia e intervirá no final.

O Sector Público da ORL é constituído pelos organismos do PCP de 8 grandes empresas - EDP, Marconi, CTT, Petrogal, EPAC, EPAL, GDP e Portugal Telecom -, tratando-se de um sector onde se têm verificado profundas alterações, seja pela fusão de algumas empresas ou pelo desmembramento de outras.

Os trabalhadores têm sido os grande prejudicados em todos estes processos. As privatizações levadas a cabo no sector público têm-se traduzido pela redução de efectivos - com a entrega crescente de serviços a terceiros (empresas que pertencem muitas vezes a quadros superiores ou a familiares seus) -, pelo aparecimento da polivalência, a retirada de direitos e, em algumas empresas, como na Portugal Telecom, a discriminação salarial. Aumentam os ritmos de trabalho, a remuneração passa a estar ligada à avaliação do desempenho, à promoção, participação nos lucros, evolução nas carreiras. A par do clima de competição que assim se pretende gerar entre os trabalhadores, aliena-se o património público, pioram-se os serviços prestados.

Para responder a todas estas questões, diz Alexandre Teixeira que é indispensável o reforço do Partido e da sua influência política, sendo particularmente importante que a IV Assembleia trace as linhas de trabalho no sentido de reforçar a ligação do PCP aos locais de trabalho e

proceder ao recrutamento de novos militantes. As orientações constantes no projecto de Resolução - resultado já de um trabalho aturado de reflexão e discussão - se vierem a ser aprovadas, irão traduzir-se por um importante salto qualitativo a nível de organização.

Artur Malheiro, trabalhador da EDP, chama aqui a atenção



Artur Malheiro e Alexandre Teixeira falam ao «Avante!» sobre o projecto de Resolução Política e apresentou à IV Assembleia do Sector Público

para a proposta de reestruturação constante da Resolução que, pretendendo responder a algumas das alterações verificadas nas empresas do sector, se propõe criar dois organismos intermédios: um virado para a energia, outro para as comunicações.

Esta reestruturação terá reflexos a nível da informação, já

que um dos seus objectivos é uma maior divulgação da imprensa do Partido.

O «fortalecimento da organização», afirma ainda Alexandre Teixeira, «vai partir de um núcleo activo», que integra um conjunto de camaradas com tarefas políticas. «Uma organização mais coordenada deste núcleo e o seu sucessivo alargamento irão permitir o envolvimento de todo o colectivo, seja através de reuniões plenárias regulares, seja de outras formas regulares de contacto».

Artur Malheiro ressalta, por sua vez, a importância desse reforço do Partido na luta contra o ataque que a generalidade das empresas vem sofrendo por força das privatizações, princi-

privado. «Estamos a lidar com empresas de altíssima rentabilidade».

De acordo com esta opinião, Alexandre Teixeira não hesita em criticar o PS que, em alguns aspectos, «chega a ir mais longe do que alguma vez foi o PSD». Em relação à Petrogal, por exemplo, onde os socialistas teceram duras críticas à forma como o PSD conduziu a privatização de 45% do capital, o governo do PS não só não tentou remediar a situação como, pelo contrário, se prepara para entregar a mãos estrangeiras uma empresa que, só em 1995, facturou 850 milhões de contos e tem uma quota de mercado da ordem dos 60%. E, a propósito, recorda as declarações de António Guterres, em Nova Iorque, de estímulo e confiança «às elites financeiras» americanas.

Todas estas medidas têm sofrido grande contestação no sector e os comunistas, encabeçando estas lutas, têm-se prestigiado e ganho a confiança dos trabalha-

dores, garantem-nos estes camaradas, afirmando que nas comissões de trabalhadores, por exemplo, 77% dos eleitos são unitários. «De facto, só a luta dos trabalhadores tem impedido que a situação não seja mais grave e que, apesar das alterações verificadas, o património de direitos se mantenha no fundamental.»

## Deputados comunistas no PE questionam Comissão

No âmbito do programa POSEIMA- Agricultura, Sérgio Ribeiro e Honório Novo, deputados comunistas ao Parlamento Europeu, colocaram à Comissão algumas perguntas relativas aos apoios comunitários previstos para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Manuel Almeida Seco

Faleceu no passado dia 17 de Setembro em Santarém, de onde era natural, o camarada Manuel Almeida Seco. O camarada, que contava 82 anos de idade, pertencia à Organização da Cidade.

#### José Rodrigues Portela

Com 81 anos, faleceu recentemente em acidente de viação o camarada José Rodrigues Portela, natural de Várzea, São Pedro do Sul. Membro do Partido desde antes do 25 de Abril, emigrou para o Brasil durante o fascismo, tendo colaborado no jornal «Portugal Democrático». Residia actualmente em São Paulo, onde estava organizado.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Perguntam concretamente estes deputados «quais as acções específicas, e respectivas verbas, previstas no quadro de apoio à produção de vinho na Madeira» e «quais os produtos agro-alimentares essenciais ao abastecimento dos Açores» apoiados, que «verbas foram atribuídas a cada um desses produtos» e se os apoios previstos «se mantêm actualmente, com que valores e destinados a que produtos».

Em relação ao Vinho da Madeira, responde a Comissão que foi previsto apoiar «a produção de vinhos licorosos da Madeira, através de uma ajuda à compra de mosto concentrado rectificado (12,08 ecus por hectolitro, no que diz respeito a uma quantidade máxima de 3.600 hectolitros por campanha) e de álcool vínico e uma ajuda ao envelhecimento dos vinhos licorosos (actualmente 0,02379 ecus por hectolitro por dia relativamente a uma quantidade máxi-

ma de 20.000 hectolitros por ano)». Informa ainda estar prevista uma ajuda fixa de 476,76 ecus/ha para a manutenção da cultura de vinha orientada para a produção de vinhos de qualidade e, «no âmbito do programa operacional plurifundos», um montante de 1,8 milhões de ecus para a melhoria das estruturas vitivinícolas.

Em relação aos produtos agro-alimentares para os Açores, a Comissão remete a sua discriminação para o Regulamento do Conselho nº 1600/92 e informa que as quantidades são fixadas anualmente pela Comissão, em parceria com as autoridades portuguesas, «aquando do estabelecimento da estimativa das necessidades de abastecimento para o período que decorre entre 1 de Julho e 30 de Junho do ano seguinte», não sendo o regime de abastecimento «limitado no tempo, salvo precisões em contrário no texto do Conselho».



## PCP

## LISBOA

**Intelectuais indignam-se**

O Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa do PCP manifestou a sua "indignação" pela conduta da estação de televisão SIC ao realizar um "referendo" sobre a pena de morte, iniciativa «que aparece de forma demagógica, propondo a pena de morte como medida alternativa ao juízo discutível de que assassinos, violadores e traficantes de droga cumprem penas leves, sobretudo devido à prática da liberdade condicional».

Considerando esta alternativa demagógica «por surgir como se fosse solução», os intelectuais comunistas afirmam que, se fosse objectivo da SIC saber qual a posição dos seus telespectadores acerca da proporção ou desproporção das penas de alguns crimes, «não os condicionaria à sua própria posição, que é de que há uma efectiva desproporção».

O Sector Intelectual do PCP «reafirma a posição dos comunistas contra a pena de morte» e lembra que «Portugal pode orgulhar-se de ter sido o primeiro Estado a abolir a pena de morte, no ano de 1867, em toda e qualquer circunstância». «Aceitá-la implica relativizar o direito universal à vida e, consequentemente, desvalorizar a gravidade do acto homicida, exactamente aquilo que não se pretende» sublinha o comunicado. «Considerar o homicídio justo e ainda mais dotá-lo de uma sustentação legal é uma atitude de extrema gravidade e irresponsabilidade».

## PENAFIEL

**Mercado em hasta pública**

Sem atender aos investimentos realizados no «Mercado do Gado» pela Cooperativa Agrícola aí sediada e à sua manifesta vontade de manter a exploração do imóvel, a Câmara Municipal de Penafiel submeteu à Assembleia Municipal uma proposta de Regulamento e condições para a venda do prédio em hasta pública.

A denúncia pertence à Comissão para as Questões da Agricultura da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, que lembra a propósito estar a COOPENAFIEL a pagar ao Município 450 contos mensais pelo aluguer deste prédio, onde funciona o Mercado Abastecedor de Frutas.

«A Câmara Municipal não demonstrou qualquer interesse em preservar que o "Mercado do Gado" continue a servir a Lavoura que ainda existe no concelho», afirmam os comunistas, manifestando a sua «discordância por esta medida lesiva dos interesses dos agricultores e do movimento cooperativo do concelho de Penafiel».

## OVAR

**CM arrasta obras**

Com a proximidade do debate parlamentar do Orçamento de Estado, o Governo do PS está a preparar a opinião pública e «sobretudo o mundo do trabalho» para mais uma vez «apertar o cinto», diz a Comissão Concelhia de Ovar, em comunicado. Alertando para o clima vivido em algumas empresas da região, os comunistas referem os casos da YAZAKI e PHILIPHS, que têm «lucros astronómicos com base em mão-de-obra barata, altamente qualificada mas sem quaisquer benefícios sociais e salariais»; da Texovar, onde se despede «com uma simples informação escrita»; do Centro de Promoção Social do Furadouro, que tenta pagar «o subsídio de férias às prestações».

Também os agricultores do concelho, «a braços, em especial nas zonas ribeirinhas da Ria, com a progressiva salinização das águas e consequente destruição das suas culturas», são seriamente atingidos pelos efeitos da Política Agrícola Comum.

A Concelhia de Ovar do PCP manifesta, por fim, a sua preocupação pelo «estado de bloqueamento e falta de capacidade de resposta do actual Executivo camarário, referindo algumas obras cuja concretização, apesar de urgente, se arrasta «indefinidamente».

## LISBOA

**«Autêntico escândalo»**

O Governo PS «está apostado no agravamento da desastrosa política» do PSD em relação à CP, denuncia a célula do PCP nesta empresa.

A função dos despachos do «superministro» João Cravinho, publicados em Agosto, é «extinguir totalmente a actual CP-EP, criando em alternativa 3 empresas».

A concretizarem-se estas orientações, a par do desmembramento já feito com a criação da Femave, da Soflusa, da Emef, etc., «o C. de Ferro fica totalmente destruído, com o consequente aumento dos custos globais e sem funcionar através de uma orientação central em prol dos interesses do país e das populações».

Para os ferroviários, dizem os comunistas, o estipulado nos despachos significa a curto prazo o despedimento de cerca de 4 mil ferroviários e mais 2.700 até ao ano 2002. Em paralelo, virá a anulação dos direitos consignados do AE em vigor (através de «acordos fantoches») e a restrição do direito e âmbito das concessões de viagem.

«Um autêntico escândalo», acusa a célula do PCP, considerando que o C. Ferro «não pode estar dependente do interesse dos grupos políticos e financeiros e em especial dos Transportes Rodoviários privados».

## TRABALHADORES

**Administração Pública exige cumprimento do acordo**

Existe «uma preocupante tendência geral de impasse, ou mesmo de bloqueamento, na concretização dos prazos, medidas e negociação de algumas das mais importantes matérias» constantes do acordo celebrado a 24 de Janeiro entre o Governo e os sindicatos.

Ao fazer o balanço do andamento daquele acordo, o Secretariado da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública especificou as razões que conduzem a tão severa apreciação: «Das 13 mesas negociais criadas, 4 expiraram já o respectivo prazo para a concretização dos respectivos trabalhos, sem que se vislumbre um desfecho positivo. Existem matérias, como a da negociação colectiva, que há mais de 4 meses aguardam uma posição do Governo.»

Noutras mesas «não existem reuniões marcadas, ou verifica-se a ausência de propostas por

parte do Governo». Por outro lado, «a resolução das situações de emprego precário encontra-se estagnada, sem que o Governo revele vontade política para a solucionar enquanto fecha os olhos a novas formas de contratação em situação precária».

Ainda não foram aprovados em Conselho de Ministros os diplomas que visam revogar a lei dos disponíveis, cuja negociação foi encerrada, com acordo entre Governo e sindicatos, no dia 24 de Julho.

Estes casos «justificam o mais veemente protesto da Frente Comum, que assaca ao Governo a exclusiva responsabilidade pela situação existente, geradora da inexistência de um clima de confiança negocial» — como se lê no comunicado distribuído segunda-feira pelo Secretariado sindical.

Este problema foi também abordado na semana passada, no

conselho regional de Lisboa de delegados sindicais da Administração Local. Para o STAL, «a concretização das matérias constantes do acordo regista afastamentos do espírito e da letra do mesmo, bem como atrasos de consequências imprevisíveis que importa, desde já, corrigir». Os delegados sindicais da região de Lisboa reafirmaram a disposição de não abdicar de «reivindicações centrais no acordo», como a regulamentação do subsídio de insalubridade, penosidade e risco, a reposição do direito a ajudas de custo e a valorização global das carreiras. Na resolução do Conselho Regional considera-se «uma clara afronta» a falada tendência do Governo para impor em 1997 aumentos salariais «muito aquém das expectativas criadas nos trabalhadores e das suas necessidades reais».

Foi decidido avançar para a realização de «uma intensa cam-

panha», com plenários nos locais de trabalho, para «acções de luta com forte expressão de protesto junto do Governo».

## Cimeira

Estes temas deveriam ser abordados também ontem, na cimeira dos sindicatos da Frente Comum da Administração Pública, convocada com o objectivo de aprovar a reivindicação salarial para 1997 e definir a estratégia para a negociação com o Governo. Segundo o departamento de informação da Frente Comum, os sindicatos iriam pronunciar-se também sobre o despedimento de funcionários públicos para reduzir o défice orçamental, sugerido no «Relatório Confidencial do FMI» sobre a economia portuguesa.

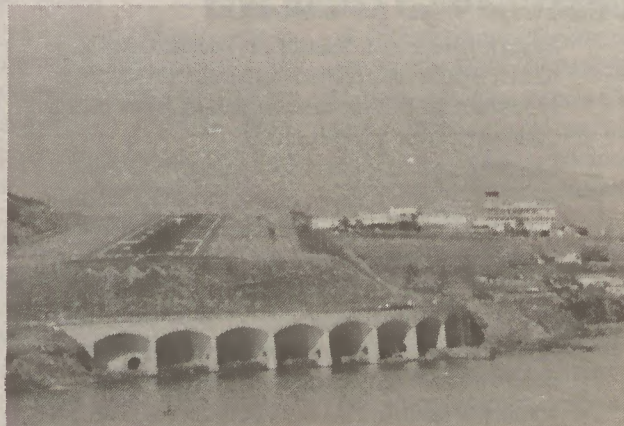
**Sitava contesta privatização da ANA**

Santo). Ocupa cerca de 2500 trabalhadores.

O Sitava contesta a hipotética extinção da Direcção-Geral da Aviação Civil, que seria, pelo menos temporariamente, integrada na ANA; o sindicato alerta para o facto de tal solução acabaria com a distinção entre o fiscalizador (a DGAC é quem passa as licenças de navegação aérea) e o fiscalizado.

Foram também expressas preocupações quanto a outras consequências da privatização, como a ameaça aos direitos e garantias dos trabalhadores, o risco imediato de supressão de postos de trabalho — a exemplo do que tem sucedido na generalidade das empresas privatizadas.

A privatização da ANA e da ANAM provocaria ainda o aprofundamento das assimetrias regionais, uma vez que entidades privadas não teriam interesse em manter abertos os aero-



Uma empresa privada não terá interesse em manter aeroportos cuja exploração é deficitária, como o do Funchal

portos das regiões autónomas, cuja exploração é deficitária.

## Petrogal

Para o próximo dia 15 está convocado um encontro nacional de organizações representativas dos trabalhadores da Petrogal, cuja preparação está a ser marcada por «violentos procedi-

mentos, com ou sem orientações claras, que desembocam numa aberrante e, nalguns casos, totalmente irresponsável, destruição de postos de trabalho e não aproveitamento devido dos trabalhadores», situação criada «em consequência da política inerente à privatização» - denuncia a CCT, numa nota em que protesta contra as «disponibilizações selvagens» na empresa.

**Federação dos Rodoviários quer mais segurança nas estradas**

Os organismos com funções de inspecção das condições de transporte rodoviário devem assumir as suas responsabilidades e punir os prevaricadores, reclama a Festru/CGTP, apontando «fundamentalmente as direcções das empresas, que sacrificam a objectivos de lucro a segurança e o bem-estar dos cidadãos».

Num comunicado emitido logo após o acidente que, nos últimos dias de Setembro, ocorreu perto de Badajoz com

uma excursão que regressava da Catalunha para o bairro lisboeta da Ajuda, a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos recusava que se indicasse já erro humano e se tentasse imputar responsabilidades ao motorista, «conclusão final habitual nos acidentes rodoviários com viaturas de transporte colectivo de passageiros».

A federação afirma nessa nota de imprensa, divulgada dia 23 de Setembro, que «deixam muito a desejar as

condições em que são organizados» estes transportes e recorda «situações que, a não serem alteradas, serão determinantes para o agravamento da insegurança rodoviária»:

— a frota tem uma idade média «elevadíssima», sendo normal a importação de veículos já abatidos noutros países da Comunidade;

— são utilizados pneus recauchutados em percursos de longo curso, entre outras anomalias de manutenção;

— os tempos de condução e repouso dos motoristas são violados por imposição das empresas, verificando-se em Portugal que a média de condução diária é «muito superior» à média de descanso diário;

— a própria Direcção-Geral dos Transportes Terrestres aprova horários cujo cumprimento implica a violação do Código da Estrada, pelo menos, no que respeita ao limite de velocidade.



## TRABALHADORES

# Governo acusado em Setúbal

## Recorde do desemprego espelha degradação social

«Por acção e omissão», o executivo de António Guterres tem fomentado «a continuada degradação das condições de vida e de trabalho dos portugueses e, em particular, dos trabalhadores do distrito de Setúbal», afirma-se na resolução aprovada unanimemente pelas centenas de participantes na «Tribuna do Trabalho».

Esta iniciativa da União dos Sindicatos de Setúbal teve lugar no passado dia 26, na Avenida Luísa Todi, onde ao longo do dia foram relatadas graves situações sociais de duas dezenas de empresas e sectores do distrito,

que nesse dia realizaram uma marcha a pé, desde o Pinhal Novo até ao Governo Civil, para protestar contra a falta de empenhamento do Governo na liquidação dos salários em dívida e na viabilização da empresa.

### Câmara criticada

Rui Paixão, depois de agradecer a presença dos grupos parlamentares e dos jornalistas e a colaboração da PSP, manifestou o «desagrado» da União dos Sindicatos relativamente à Câmara Municipal de Setúbal, que «sem justificação plausível, não permitiu que esta iniciativa se realizasse na Praça do Bocage», local mais central.

Este comportamento do executivo municipal foi colocado pelo dirigente da USS a par de outras situações características da relação da CM com o mundo do trabalho: «nenhum diálogo com a estrutura sindical do STAL», «nenhuma posição face aos problemas da Torralta ou da Renault», «crítica aos sindicatos e sua responsabilização pelo atraso do desenvolvimento no concelho».

como a Siderurgia Nacional, a Lisnave, A Renault, a Valfrío, a TST (ex-RN), a Merloni, a Torralta e a Ford Electrónica.

Na «Tribuna», a que assistiram representantes dos grupos parlamentares do PCP e do PEV, integraram-se os trabalhadores da Agaerre Teixeira Ramalho,

Nesta acção, tiveram a solidariedade do presidente da CM de Palmela, Carlos Sousa.

Além de trazer a público a gravidade da situação social e laboral no distrito, a «Tribuna do Trabalho» integrou-se também nas comemorações do 26º aniversário da CGTP-IN.

### Fachada

«O Governo parece já ter esquecido todas as promessas de melhoria do poder de compra, procurando dar o mote da mesma contenção que já vinha de trás, a começar com os trabalhadores da Função Pública, ou seja, mantendo e prosseguindo, na prática, uma política cavaquista de fachada socialista» - acusa-se na resolução, depois entregue no Governo Civil.

A par da referência aos salários, o documento final da «Tribuna» sintetiza os graves problemas dos trabalhadores, num distrito que «vem desde há muitos anos acumulando crises que têm deixado marcas profundas no seu tecido social». A ênfase é colocada nos mais de 56200 desempregados, «o número mais elevado de trabalhadores sem emprego desde há muitas décadas». Este número, segundo Rui Paixão, coordenador da USS e membro da Comissão Executiva da CGTP, era de 44 mil há dois anos e de 41 mil há três.

Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, sublinhou que é preciso «defender o emprego como uma referência essencial da sociedade actual» e o conceito de pleno emprego, defendido recentemente em Nova Iorque pelo primeiro-ministro, «não pode ser um objectivo para a sociedade global e para dentro da Internacional Socialista e já não o ser na situação concreta do País».

Entretanto, recrudescem em Setúbal o número de empresas com salários em atraso e com processos de despedimento em curso; são apontadas as situações da Iola, JEM10, Sadoce, Panificação Palmelense, Gel Ibérica, Júdice Fialho, Montitec, Infal, Soberana, Tagus, Esence, Agaerre e Valfrío.

Como exemplos da degradação das condições de trabalho, «mesmo nalgumas unidades industriais de tecnologia de ponta», são referidas as empresas Autoeuropa, Pioneer e Ford Electrónica.

Os participantes na «Tribuna do Trabalho» expressaram a sua indignação porque, «como se não bastasse este quadro laboral, o Governo PS tratou logo de impor uma lei de flexibilidade e polivalência, esquecendo o compromisso das 40 horas sem contrapartidas, ameaçando agora com o ataque à Segurança Social».



Os milhões de contos cedidos às empresas, em incentivos fiscais e outros benefícios, não geraram postos de trabalho - denunciou Carvalho da Silva, exigindo o apuramento de responsabilidades

Na resolução é reafirmado o apoio às reivindicações apresentadas pela CGTP e ao prosseguimento da luta pela sua satisfação.

### Riqueza escandalosa

O coordenador da CGTP-IN considerou «escandalosa» a concentração da riqueza verificada em Portugal, referindo que «as cinco famílias mais ricas» do País possuem «uma fortuna de 785 milhões de contos». Citado pela agência Lusa, recordou que uma dessas famílias é a de Belmiro de Azevedo, que hoje lidera a Sonae mas «há 20 anos era apenas funcionário de um grupo financeiro», e questionou: «Como é que se fazem fortunas destas?»

Segundo Carvalho da Silva, as opções políticas feitas em Portugal nos últimos anos têm pri-

vilegiado o sector financeiro e levado à destruição do aparelho produtivo, criando «mecanismos de condução do dinheiro para os bolsos de alguns».

A descapitalização de empresas tem funcionado, muitas vezes, como fonte de fundos para «actividades especulativas e ilegais», acusou, desafiando o Governo a fazer um levantamento do «valor monstruoso» que tem sido atribuído às empresas a título de incentivos e benefícios fiscais, «para se ver onde está e se realmente houve criação de emprego».

## Corte de estrada no Porto

# Continua a greve na Companhia do Cobre

Os trabalhadores da Companhia Portuguesa do Cobre decidiram avançar com novo período de greve, até amanhã, depois de terem cortado o trânsito na Estrada da Circunvalação, segunda-feira, exigindo o pagamento de salários em atraso e garantias de viabilização da empresa.

A empresa, como refere uma nota do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito do Porto, está totalmente paralisada desde o dia 24 de Setembro. Os 285 trabalhadores da CPC reclamam o pagamento de salários em dívida (receberam apenas 30 contos em Agosto e igual montante por conta dos subsídios de férias), mas querem também garantias quanto ao futuro da empresa e dos postos de trabalho.

Segundo as notícias da imprensa especializada, a CPC tem um passivo de 5 milhões de contos, tendo como principais credores a Caixa Geral de Depósitos, o Banco Totta & Açores e o Banco Comercial Português/BPA. Desde Julho de 1994, encontra-se sob gestão controlada, por decisão da assembleia de credores.

Na sexta-feira à noite, representantes dos trabalhadores e do sindicato deslocaram-se à Assembleia de Freguesia de Campanhã para protestar contra o «desinteresse» e a «ineficácia» dos eleitos locais na acção para resolver o problema da CPC. Em Junho, recorda o sindicato dos Metalúrgicos, foram entregues exposições sobre a situação da empresa a várias entidades, nomeadamente a Junta de Campanhã e a Câmara do Porto.

### Casa Hipólito

Os trabalhadores da Casa Hipólito, que durante toda a semana passada estiveram em luta pelo pagamento de três meses de salá-

rios em dívida, pela viabilização da empresa e pelo cumprimento dos seus direitos, resolveram renovar o apelo à intervenção do Governo. «Nem a administração, nem o conselho geral da empresa, nem o Governo, que prometeu intervir, nem os órgãos do poder na região demonstraram, até agora, qualquer esboço de medida para resolver o problema, apesar de estar demonstrado que a empresa é viável» - afirma um comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Lisboa.

Foi neste quadro que os trabalhadores decidiram aproveitar a presença do secretário de Estado do Ordenamento do Território em Torres Vedras, na sexta-feira à tarde, para, por seu intermédio, voltarem a reclamar do Governo que «assuma as suas responsabilidades na viabilização da empresa e no cumprimento dos direitos fundamentais que estão a ser violados».

### Siemens

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas anunciou a realização de uma greve de 48 horas (ontem e anteontem) na fábrica de transformadores da Siemens no Sabugo (Pêro Pinheiro, Sintra), como forma de protesto contra a discriminação salarial perpetrada pela direcção da unidade industrial.

Num total de 400 trabalhadores, a direcção da Siemens/Sabugo deixou sem aumento cerca de 130, protesta o SIESI, reclamando que a actualização salarial seja extensiva a todo o pessoal, para que se cumpra o preceito constitucional «a trabalho igual - salário igual».

Para o primeiro dia de paralisação foi convocado um protesto público na estação da CP no Sabugo.

### Consulados

A urgência de proceder à actualização dos salários dos trabalhadores das embaixadas e consulados de Portugal no estrangeiro foi um dos problemas em foco na Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas, realizada sábado em Paris.

Na reunião magna do sindicato - refere uma nota do seu departamento de informação -, que procedeu à eleição dos novos corpos gerentes, foram analisados os problemas mais sentidos por este grupo de trabalhadores, apontado como o mais numeroso ao serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Além da actualização salarial (acordada em Maio com o Governo, mas ainda não concretizada), o sindicato coloca nas suas perspectivas de acção futura a luta por um estatuto profissional condigno.

### Reformados

Os reformados da Mompur e da Equimetal decidiram marcar uma vigília de protesto junto à Secretaria de Estado do Tesouro, na próxima terça-feira, a partir das 15 horas, contra a situação de injustiça em que foram colocados pelo IPE: desde 1988 deixaram de receber complementos de reforma.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# No arranque do ano parlamentar PCP lança seis desafios ao PS para romper política de continuidade

Na reabertura dos trabalhos parlamentares, em declaração política proferida pelo deputado João Amaral, o Grupo Parlamentar do PCP voltou a reiterar a sua posição de que o prestígio da Assembleia da República "só poderá resultar da seriedade do trabalho que realize, com a aprovação de leis justas que correspondam às aspirações do povo português". Tal é o "critério ético maior" do Parlamento, no entender da formação comunista, que recusou qualquer concepção que transforme aquele órgão de soberania "no palco privilegiado para jogos do poder e para a política politiceira ou uma espécie de trampolim para *boys* e quejandos passearem vaidades e carreirismo".

A questão foi precisamente suscitada a propósito do combate ao desprestígio da Assembleia da República e das perspectivas para o novo ano parlamentar iniciado na semana transacta. A este respeito, João Amaral não perdeu a oportunidade para se questionar sobre o que pensam os portugueses quanto ao seu futuro quando se anuncia, por um lado, um Orçamento restritivo, em obediência aos ditames de Maastricht, e, por outro, se perpetua uma "política de continuidade", testemunhada em "mais compromissos e acordos com o PSD em áreas tão determinantes como o Orçamento e a revisão constitucional".

"Os sinais que saem para o País do comportamento do Governo e da bancada socialista são marcadamente invernosos e mais que justificam o acentuado pessimismo que vai penetrando a sociedade", observou o deputado do PCP, que lançou ainda uma séria advertência ao Governo do PS ao lembrar que todos aqueles

que "votaram na mudança em 1 de Outubro" - cuja vontade foi confirmada nas eleições presidenciais de 14 de Janeiro - não vão "ficar eternamente à espera, de braços cruzados, a verem as suas esperanças e expectativas a esboroarem-se no cinzento da política de continuidade que o PS assume e pratica".

"O PS tem de perceber que, se abdicou de lutar nas instituições onde tem presença determinante pela mudança que os portugueses votaram, então têm esses portugueses o direito e o dever de lutarem democraticamente, em conjunto, e em todos os locais e circunstâncias, por essa mudança", enfatizou da tribuna João Amaral, antes de formular seis questões - "seis desafios", assim lhes chamou, especialmente dirigidos ao PS, mas também ao PSD - que no seu entender a Assembleia da República terá de considerar se "quiser dar aos portugueses sinais de esperança".

O primeiro prende-se com a necessidade de dar "uma res-

posta justa aos interesses e direitos dos trabalhadores da função pública, designadamente no plano salarial", uma vez que, na perspectiva do parlamentar do PCP, "é totalmente inaceitável" querer que sejam estes, sistematicamente, "as primeiras vítimas de uma assumida política de contracção da despesa".

A ameaça que paira sobre o sector têxtil português, com a nova ofensiva protagonizada pela Comissão Europeia no quadro da globalização do comércio mundial - e este foi o segundo desafio deixado por

João Amaral -, não poderá ter outra resposta do Governo português que não seja a de "usar todos os mecanismos ao seu dispor, incluindo a invocação de interesse vital, para inviabilizar qualquer tomada de posição pela União Europeia com este ou semelhante conteúdo".

A "clara e frontal rejeição" pela representação portuguesa de qualquer propósito que no quadro da Conferência Intergovernamental vise o "alargamento das decisões por maioria qualificada, bem como alterações na ponderação dos

votos", constituiu outro dos desafios formulados pelo deputado comunista.

Consubstanciada sob a forma de repto foi ainda a proposta de que seja aceite pelo PS e PSD a possibilidade de os portugueses se exprimirem em referendo nacional sobre o aprofundamento da União Europeia, uma vez que, sublinhou, a "espécie de referendo que aqueles partidos querem introduzir na Revisão Constitucional é uma fraude, porque não permite que o próprio Tratado, incluindo o Tratado de Maastricht (e consequente-

mente a Moeda Única) possam ser sujeitos a referendo".

Depois das cedências e manobras dilatórias feitas pelo PS em matéria de Regionalização - e este foi o sentido do quinto desafio de João Amaral -, "retomem a vontade política de fazer as regiões", foram as palavras que dirigiu aos deputados do PS, partido a quem convidou, por último, a cumprir as "prometidas mudanças nos Serviços de Informações", cuja actividade, acusou, "nunca como agora esteve em roda livre, sem controlo".

## Contrato de trabalho a bordo Reforçar os direitos sociais dos pescadores

O Parlamento aprovou, faz hoje oito dias - com a oposição do PSD e PP - os diplomas do Governo e do Grupo Parlamentar do PCP que estabelecem o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca. Aprovadas na generalidade, estas duas iniciativas legislativas baixam agora à Comissão de Trabalho, Solidariedade, Segurança Social e Família para debate na especialidade.

No decorrer do debate, que preencheu a ordem do dia da sessão que marcou o reinício dos trabalhos parlamentares, a meio da semana transacta, sublinhado foi pelo secretário de Estado das Pescas, Marce-

lo Vasconcelos, o empenho do governo na criação de um edifício legal para "reconhecer aos pescadores os direitos sociais mínimos já estabelecidos para os outros trabalhadores".

Para o PCP, que desde há muito vem batalhando pela consagração em lei destes objectivos, trata-se ainda de reparar uma "gravíssima injustiça" - assim a classificou o seu deputado Rodeia

laboral para as relações de trabalho no sector. A única legislação que existe, se é que se lhe pode chamar assim, remonta a 1964, como lembrou Rodeia Machado, resumindo-se a "dois diplomas arcaicos e profundamente desadequados da realidade social e do ordenamento jurídico laboral e constitucional saídos do 25 de Abril".

O que está em causa, pois - foi ainda o parlamentar comu-

logo, como princípio geral, que o contrato de trabalho a bordo passa a regular-se pela legislação comum do trabalho, com as especificidades descritas no restante articulado e sem prejuízo da vigência de disposições mais favoráveis, resultantes da Lei, de instrumento de regulamentação colectiva ou de contrato individual de trabalho".

Nesse sentido, entre outras coisas, registre-se, é fixada a

## Revisão do PRN Ausentes a calendarização e as prioridades

O Parlamento inviabilizou, com os votos contra do PS e as abstenções do PCP e do PEV, a aprovação de uma deliberação subscrita pelo PSD sobre o anteprojecto do Plano Rodoviário Nacional. Apresentada na última reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República - ocasião em que o ministro João Cravinho apresentou aquele documento aos deputados -, a deliberação recomendava ao Governo, designadamente, a indicação, na próxima versão do anteprojecto, das prioridades concretas dos investimentos a realizar, escalonadamente, pelos anos de 1997 até 2000.

A ausência de calendarização e de definição de prioridades foi, aliás, uma das questões suscitadas pelo deputado comunista José Calçada no decorrer do debate então ocorrido na Comissão Permanente. Por si realçada foi con-

cretamente a dificuldade de apreciar um plano que não venha acompanhado desse dois elementos, dificuldade essa que considerou acrescida quando, por outro lado, "nada se diz sobre a sua articulação com a rede ferroviária ou com os portos e aeroportos", o que não permite uma "leitura global de uma rede nacional integrada de transportes e de comunicações".

Depois de fazer notar que a presente revisão ao PRN não introduz as desejáveis e necessárias alterações que o melhorem - lembrado foi, por exemplo, no plano das acessibilidades, a continuação de "larguíssimos vazios no conjunto do País" -, José Calçada sublinhou que no essencial o seu conteúdo continua fiel ao legado cavaquista, isto é, a padecer de uma visão "tecnocrática, quantitativa, desintegrada de qualquer conceito global de desenvolvimento".



Cerca de 34 mil pescadores vão poder finalmente dispor de um regime jurídico que salvaguarde os seus direitos

Machado -, aprovando um regime jurídico que confira aos pescadores um importante instrumento em defesa dos seus direitos.

E são mais de 34 mil pescadores e suas famílias que, 22 anos depois da Revolução de Abril, continuam, imagine-se..., a não ser abrangidos pela Lei Geral do Trabalho nem dispõem de qualquer regulamentação jurídico-

nista a lembrá-lo -, é o "direito a uma remuneração mínima, independentemente da «sorte» da pesca, o direito à proibição de despedimento sem justa causa e à consequente indemnização caso se verifique perda do posto de trabalho e o direito a férias remuneradas".

Questões a que o projecto comunista agora aprovado dá resposta ao definir, desde

duração da jornada de trabalho em oito horas diárias (podendo estender-se até um máximo de doze horas diárias quando em operações de pesca ou avaria no mar), sendo simultaneamente regulado o regime de trabalho a navegar e em terra e fixados os dias de descanso, os feriados e as férias, bem como o direito ao pagamento do subsídio de férias e 13<sup>º</sup> mês.



# Moeda única e integração europeia

A realização de um referendo sobre a moeda única e o processo de construção europeia voltou a ser exigida pelo Grupo Parlamentar do PCP no debate sobre a matéria realizado faz hoje uma semana no Parlamento. Em idêntico sentido se expressou a bancada do CDS/PP, enquanto o PSD convergia com o PS na defesa plena da integração nos moldes actuais. Tal não obstou a que a bancada laranja interpretasse o debate como uma "manobra de diversão" do Governo destinada a desviar as atenções dos reais problemas do País. Uma perspectiva corroborada pela formação comunista que, pela voz do seu líder, Octávio Teixeira, não viu qualquer seriedade nas "intenções" do Executivo quanto à substância do tema proposto, indo mesmo mais longe ao inseri-las "exclusivamente no âmbito do folhetim telenovesco que o Governo e o PS vêm desfolhando com o PSD".

Não se ficou todavia por aqui a desmontagem feita pelo presidente do Grupo comunista quanto aos propósitos governamentais. Precisando o seu ponto de vista, assinalou que a

"única e exclusiva intenção do Governo é forçar o PSD a repetir até à exaustão, agora em sede parlamentar, que os «laranjas» se comprometem, irremediável, antecipada e

cegamente, a viabilizar o Orçamento da moeda única, o cimento Orçamento do Estado para 1997 que os «rosas» se preparam para apresentar à Assembleia da República".

E a verdade é que o desiderato socialista terá sido conseguido na medida em que não foram as críticas de Manuela Ferreira Leite ao acordo entre o Governo e o PP para o agendamento urgente deste debate que descoloriram o essencial do seu discurso onde pontuaram afirmações convergentes como a de que "foi em resultado da acção governativa do PSD que o Governo encontrou a situação económica e financeira do País em condições de vir a integrar a terceira fase da UEM no pelotão da frente". A deputada do PSD não escondeu mesmo a congratulação do seu partido, caso os objectivos venham a ser cumpridos, por o Governo não ter "estragado o que o PSD laboriosamente construiu para o bem do futuro dos portugueses".

Convenhamos que não se podia exigir maior clareza de posições, sobretudo quando evidenciada fica a "convergência espúria de posições e opções políticas", como lhe chamou Octávio Teixeira, conferindo assim total oportunidade e razão à sua acusação de que "nas orientações e questões fundamentais o Governo do engenheiro Guterres em nada se diferencia, antes caminha de braço dado com as opções e as orientações políticas dos governos de Cavaco Silva".

E também não foram as afirmações optimistas do ministro das Finanças, segundo o qual "o desemprego está contido" e "vai melhorar", traçando o quadro mais rosa quanto à participação de Portugal na terceira fase da União Económica e Monetária, que alteraram a opinião do líder parlamentar comunista. Depois de criticar a "opção fundamentalista e exclusiva da moeda única", imposta pelo eixo franco-alemão, Octávio Teixeira, indo ao fundo da questão, lembrou que "não é possível conciliar os critérios monetaristas para a moeda única com as exigências estratégicas de modernização das empresas e sectores de actividade, de conquista de condições de competitividade e de uma especialização produtiva mais valorizada e adequada ao espaço económico em que estamos integrados".

Identificado por Octávio Teixeira foi ainda o que apelidou de "dramático busílis da moeda única", que sintetizou nos seguintes termos: "através de uma política deflacionista a inflação reduz-se, os défices orçamentais e as dívidas públicas diminuem, as moedas nacionais revalorizam-se; mas a produção e o investimento patinam ou decrescem, o desemprego continua a aumentar e degradam-se os direitos sociais e laborais dos trabalhadores".

## Regularização de imigrantes SEF boicota processo

O deputado comunista António Filipe acusou o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de adoptar uma atitude deliberada de boicote ao processo em curso de regularização extraordinária de imigrantes. Esta postura, assumida por aquele serviço de forma "sistemática e generalizada", segundo o deputado comunista, constitui um dos factores que o levam a concluir que o processo de regularização que termina a 11 de Dezembro "está a correr mal". Responsabilizando politicamente o Governo por esta situação, António Filipe formulou ainda um apelo no sentido de que este intervenha imediatamente para pôr cobro a este comportamento do SEF, sob pena de assumir na íntegra a responsabilidade pelo fracasso do processo de regularização de imigrantes e de "pactuar com as atitudes mais preocupantes de racismo e xenofobia que se manifestam na sociedade portuguesa."

A confirmarem os motivos de preocupação levados ao conhecimento da Câmara pelo deputado comunista, de acordo com a sua intervenção, estão a falta de divulgação do processo junto dos imigrantes - "praticamente inexistente", disse -, bem como a falta de apoio às associações de imigrantes com vista à sua participação activa, apesar desse apoio estar expressamente previsto na lei.

Verberado por António Filipe foi ainda o facto de o Governo não estar a divulgar o processo de regularização junto dos grandes meios de comunicação social, bem como, noutra plano, estar a ser adoptada nos serviços competentes uma atitude de hostilidade para com os requerentes, quase sempre acompanhada de exigências "manifestas e grosseiramente ilegais".

Citados a este respeito pelo deputado comunista foram, por exemplo, a exigência de fotocópia do requerimento apresen-

tado à Junta a solicitar atestado de residência (quando a lei exige apenas a apresentação do atestado), a obrigatoriedade de apresentação de determinados três documentos (quando a lei apenas exige um de entre os três), a realização de interrogatórios aos requerentes (não previstos em nenhuma disposição da lei).

Não admira, pois, em consequência de todas estas situações - contrariando todas as promessas feitas, a própria Lei e as expectativas criadas junto dos imigrantes e suas associações, como assinalou António Filipe -, que a afluência aos postos de regularização tenha vindo a "reduzir-se de forma alarmante".

"Milhares de cidadãos recolheram os impressos para a regularização e não os apresentam por receio do SEF e das suas atitudes prepotentes e arbitrarias", explicou o parlamentar do PCP, antes de concluir que, caso não adopte medidas que eliminem as ilegalidades, recairá sobre o Governo a responsabilidade pelo fracasso do processo.

## Aniversário da adesão ao C.E. Urge uma visão mais ampla dos direitos humanos

No 20º aniversário da adesão de Portugal ao Conselho da Europa, assinalado pela Assembleia da República na sua reunião plenária de sexta-feira passada, o deputado comunista Lino de Carvalho lembrou que aquele acto "não pode ser desligado do 25 de Abril e da instauração da democracia", que romperam com o isolamento internacional e diplomático em que o regime fascista mergulhara o nosso país.

Expressando a opinião da sua bancada sobre a acção do Conselho da Europa desde a sua constituição vai quase para meio século (o seu 50º aniversário é festejado daqui a três anos), Lino de Carvalho referiu que várias das suas iniciativas têm assumido com alguma relevância o papel de instrumento na defesa dos cidadãos, fazendo jus à vocação que presidiu à sua formação. Estão neste caso, recordou, a Convenção Europeia dos Direi-

tos do Humanos, bem como o Tribunal Europeu sobre aqueles mesmos direitos.

O deputado comunista não deixou de lamentar, porém, que nem sempre ao longo do seu período de existência o Conselho da Europa tenha respeitado e salvaguardado a sua vocação inicial - a defesa dos direitos humanos -, do mesmo modo que não foi capaz em muitas ocasiões de ter uma visão mais ampla desses direitos, designadamente em termos dos direitos sociais e económicos.

Exemplificando, Lino de Carvalho citou o recente debate sobre o desemprego e o relatório aprovado na última sessão da Assembleia Parlamentar, preconizando, qualquer deles, embora "sob o manto diáfano das palavras, uma maior precarização e fragilização dos direitos laborais" e não assumindo o direito ao trabalho como um direito inerente à dignidade da pessoa humana.

## Em defesa do Mercado da Ribeira

A CDU/Porto afirmou a sua solidariedade com os vendedores do Mercado da Ribeira, que reclamam contra o encerramento deste local de venda pela Câmara Municipal.

Em comunicado, a CDU/Porto afirma que o Mercado da Ribeira é "parte integrante da zona histórica do Porto e, como tal, deve ser preservado".

Segundo o documento, a Câmara Municipal do Porto quer acabar com aquele mercado e transferir os vendedores para outro local. "Em vez de acabar com o mercado, a autarquia portuense deve proceder a obras de forma a melhorar as suas condições, porque o Centro Histórico do Porto não são só casas e monumentos, mas também as pessoas que lá vivem e trabalham", sublinha o comunicado. A CDU considera contraditória a acção da Câmara, porque, segundo o comunicado, "em 1992, um vereador da autarquia dizia que o mercado se situava no local onde mais se sente a história da cidade e aconselhava as pessoas a visitá-lo porque o mesmo estava recuperado e melhorado".

"Se a Câmara não quer que o mercado forneça um espectáculo terceiro-mundista, o que deve fazer é proceder a obras que o beneficiem e enquadrem melhor no local", acrescentou.

## Stº António dos Cavaleiros - os problemas da freguesia

A CDU promoveu, no passado fim-de-semana, uma visita à freguesia de Stº António dos Cavaleiros que contou com a participação de 17 pessoas, das quais se destacam Paulo Piteira, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, e eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia. A CDU realçou a necessidade de o Orçamento de Estado para 1997 dever contribuir para melhorar a qualidade de vida da população da freguesia, designadamente: o combate ao desemprego, à redução do poder de compra e aos fenómenos de exclusão social; a construção de um equipamento de saúde que substitua a actual extensão do Centro de Saúde e de um Hospital com Maternidade; a construção de equipamentos escolares na freguesia; a construção do ginnodesportivo na Escola Secundária de Stº António; alargamento da rede pública do pré-escolar.

Nesta acção procedeu-se ainda à distribuição de um documento à população em que se realçam algumas intervenções realizadas pelo Município neste mandato, em áreas como: rede viária e acessibilidades; zonas verdes; educação-cultura; ambiente. A CDU critica entretanto o executivo de maioria PS/PSD, considerando que tem havido desperdício dos meios financeiros postos ao dispor para contribuir para a melhoria da vida urbana, e por não promover a discussão dos planos de actividade e orçamento com as populações, agentes sociais, culturais e religiosos da freguesia.

## Autarcas CDU incomodam

O Boletim CDU da Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra denuncia a retirada dos pelouros a todos os autarcas CDU como tentativa de calar "a voz da verdade".

Em causa está - como se afirma no Boletim - "o trabalho desenvolvido ao longo do mandato em curso pelos autarcas da CDU", que "incomodou seriamente o PSD, na medida em que toda a estratégia montada - no sentido de não fazer nem deixar fazer e esconder da população os reais problemas da freguesia - foi claramente desmontada através dos Boletins CDU que periodicamente divulgaram temas sérios que o PSD pretendia ocultar".

Esse é o caso do estudo efectuado ao estado sanitário das praias da freguesia, sobretudo do destino dado aos esgotos das estruturas militares e hoteleiras localizadas entre a estrada marginal e o mar; a divulgação periódica dos resultados das análises da água de consumo público; a divulgação regular dos resultados das análises das águas das praias da freguesia; a acção interventora do responsável do pelouro da Saúde (autarca da CDU) nas várias estruturas; o grande rigor da gestão dos dinheiros públicos, posto em prática pelo Tesoureiro da CDU.

## Plano Rodoviário em causa

Não permitir que o novo Plano Rodoviário Nacional seja elaborado nos gabinetes, em Lisboa, e aprovado à revelia dos eleitos no Poder Local - é o alerta feito por José Antunes, eleito da CDU na Assembleia Municipal de Amares.

Um alerta que tem, antes do mais, a ver com as dificuldades financeiras dos municípios.

No tocante ao Concelho de Amares, as preocupações vão para a desqualificação e entrega ao município de troços de estradas muito importantes para o concelho.

A seguir em frente este plano - sublinha o eleito CDU - o governo "deixa o concelho de Amares sem qualquer Estrada Nacional, desviando os acessos às localidades de importância turística e frequentemente procurados, contrariando percursos e privilegiando os concelhos vizinhos".



## Ministério da Educação desperdiça recursos

Na vila de Resende o Ministério da Educação está a pagar para o funcionamento do Colégio D. Afonso Henriques, apesar das escolas públicas da localidade serem suficientes para os alunos existentes - denuncia o Sindicato dos Professores da Região Centro, em nota à comunicação social.

Uma situação que se vem a arrastar há vários anos, à margem da Lei. Nos termos da legislação em vigor, o Ministério da Educação só pode celebrar contratos de associação com estabelecimentos de ensino particular (como é o caso), quando em zonas carenciadas de escolas públicas.

Não é essa a situação na vila de Resende, onde há duas escolas públicas com "espaço suficiente para os seus alunos e para os que frequentam o Externato D. Afonso Henriques".

Uma situação tanto mais imoral - denuncia o Sindicato - "quanto se sabe que, no que respeita ao OE de 1996, o custo anual médio por aluno nos colégios com contrato de associação é superior em 100 contos ao ensino público".

## Pastores transmontanos

Por iniciativa da Associação dos Pastores Transmontanos, realizou-se no passado dia 25 de Setembro, em Chaves, uma reunião de pastores de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Mereceram particular atenção, as críticas quanto ao excessivo atraso no pagamento dos subsídios aos agricultores e pastores transmontanos; a continuada perda de quotas/direitos para a Reserva Nacional em prejuízo da economia agrícola regional; a degradação das questões relacionadas com a sanidade animal e o seu previsível agravamento a curto prazo.

## Regionalização

A Assembleia Distrital de Évora, reunida em Montemor-o-Novo no passado dia 23 de Setembro, procedeu a uma análise do processo de regionalização.

A Assembleia Distrital defendeu a realização das eleições regionais em simultâneo com as eleições autárquicas de 1997 e a criação da Região Administrativa do Alentejo, conforme a vontade manifestada por 80% das Assembleias Municipais do Alentejo.

A Assembleia reivindicou ainda que a criação de regiões administrativas não afecte a autonomia municipal e que o Alentejo seja uma região onde as sedes dos órgãos e dos serviços sejam também distribuídas pelos vários concelhos.

Durante a reunião esteve em debate a situação do Quadro Comunitário de Apoio e do Programa Operacional da Região Alentejo (PORA), propondo-se o reforço das verbas em 25 milhões de contos, de forma a corresponder aos projectos aprovados e negociados.

## Jardins de infância na Moita

A Câmara Municipal da Moita vai abrir em Outubro dois jardins de infância da rede pública na Baixa da Banheira com uma capacidade total para 75 crianças, anunciou a autarquia.

A autarquia adiantou que os dois estabelecimentos de ensino pré-escolar vão funcionar em regime de externato, com três salas de duas escolas do Ensino Básico.

Os dois jardins de infância vão ter educadoras colocadas pelo Ministério da Educação e podem ser frequentados por crianças entre os três anos e a idade legal de ingresso no primeiro ciclo do ensino básico. As duas unidades de ensino pré-escolar, para cuja abertura a Câmara contou com o apoio da Junta de Freguesia da Baixa da Banheira, situam-se nas zonas Norte e Sul da freguesia, nomeadamente numa sala vaga da Escola 4 - com capacidade para 25 crianças - e em duas da Escola 7, que poderão acolher um máximo de 50.

No concelho existem jardins de infância da rede pública nas freguesias da Moita, Alhos Vedros, Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos.

## Aborto em Portugal

"O Problema do Aborto em Portugal: Questões Sociais, Médicas e Jurídicas" é o tema de um Seminário a realizar no próximo dia 16 de Outubro, no Edifício do ISCTE, em Lisboa.

O Seminário é organizado pela Associação para o Planeamento da Família (APF) e tem como objectivo constituir "um ponto de reflexão e debate sobre os factores sociais, médicos e legais" que estão na base do problema do aborto e, assim, contribuir para "a necessária adaptação da Lei 6/84 à realidade portuguesa".

Para a realização deste Seminário contribuíram os vários estudos e debates públicos entretanto promovidos pelo Grupo de Trabalho sobre o Aborto, dinamizado pela APF, e que integra, entre outras organizações cívicas, a OMC - Organização das Mulheres Comunistas. É objectivo deste grupo a implementação da actual legislação sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez e a sua correcção em alguns aspectos.

# Em defesa dos baldios O exemplo de Mogueirões

É uma pequena aldeia incrustada na verdejante serra do Caramulo. Uma aldeia, como muitas outras, por essas serranias fora. Um punhado de gente por ali labuta: ao todo não chegam a duzentos. E vivem de uma agricultura familiar e de montanha. Ali mesmo no aconchego da mãe natureza. As pequenas belgas dão o pão e o vinho e a serra (os 300 hectares de baldio da aldeia) dá o leite, a carne e a lã que é ali mesmo que os gados da comunidade demandam as pastagens.

Dá pelo nome de Mogueirões (na freguesia de Cambra, concelho de Vouzela) e não saltaria para as páginas dos jornais se a Junta de Freguesia de Cambra não tivesse vendido 42.000 m<sup>2</sup> dos seus baldios. O processo seguido (em que muitas juntas de freguesia são useiras e vezeiras e muitos notários pouco escrupulosos) foi este: primeiro uma escritura de justificação de baldios como forma de apropriação (ilegítima e ilegal, porque a Lei dos Baldios Lei 68/93 não permite a apropriação dos baldios por usucapião). Depois, a venda dos baldios, como se de propriedade sua se tratasse. 32.000 m<sup>2</sup> pelo preço de 32\$50 o metro quadrado vão direitinhos à empresa Avicambra. Os restantes dez mil são vendidos em doze lotes, ao preço de 100\$00 o m<sup>2</sup> a habitantes da povoação, a maior parte dos quais a residirem fora da povoação.

Esqueceu-se a usurpadora Junta de Freguesia de Cambra que, ali mesmo, em Mogueirões, vive um povo que ainda trabalha a terra; que vive em grande parte dos seus gados e que precisa dos baldios como do pão para a boca. Um povo teimoso que não se conforma em viver das "fartíssimas" reformas (como aconselhava furioso um dos proprietários da tal Avicambra). Um povo que teima em defender os baldios, dê por onde der.

Esse mesmo povo que foi ao Tribunal de Vouzela, junto do

Ministério Público, pedindo que a tal escritura de justificação e subsequente venda fossem anuladas. Mas, a justiça portuguesa é mesmo assim, não anda ao ritmo dos direitos ameaçados e pronto, por lá anda um processo que ninguém sabe muito bem se avança ou não avança ou "se fica a aguardar melhor prova".

Esse mesmo povo que, teimoso porque senhor da sua razão, desceu a Viseu a pedir apoio ao Secretariado Distrital dos Baldios.

A partir daí, Secretariado e população de Mogueirões pediram audiência ao Governo (naquele mediático "Governo em Diálogo" realizado em Viseu, de 19 a 22 de Setembro, lembrem-se?) e lá foram mais de 40 pessoas apresentar queixa e protesto ao senhor secretário de Estado da Produção Agro-alimentar. Ainda hoje estão para saber se tal protesto caiu ou não em cesto roto.

Pelo sim pelo não, decidiram não ficar calados e convocaram uma conferência de imprensa, ali mesmo na serra, e falaram para os jornalistas da falta que lhes faz aquele baldio; do modo como vivem ali na serra; da sua indignação por aquele abuso da Junta de Freguesia; do clima de ameaça e terror que a tal firma Avicambra criou ali na povoação. Segundo eles, foram contratados pela Avicambra alguns arruaceiros que exibem armas, intimidam, fazem disparos, ameaçam, agridem. Disseram tam-



Cerca de 50 compartes do baldio de Mogueirões, à espera de serem recebidos pelo "Governo em Diálogo"

bém que a Avicambra já está a causar danos no território baldio da "Lomba da Porqueira": terraplanou, cercou, estragou pastagens e até lá pôs um letreiro bem visível à entrada "propriedade privada, proibida a entrada". Que as forças de segurança estão demasiado passivas perante aquele criminoso clima de terror. Que querem de volta aqueles terrenos. Que a Avicambra terá de os indemnizar dos estragos que está a causar no baldio.

Entretanto, a Junta de Freguesia nada diz, visivelmente incomodada por aquela reacção da população e o empresário da Avicambra, José Manuel Correia, arrogante, proclama: "um grupo de velhos reformados não quer o desenvolvimento da aldeia, nem emprego para os mais jovens".

"Engana-se este empresário e a Junta de Freguesia de Cambra - dizia um representante da Direcção do Secretariado dos Baldios

do Distrito de Viseu, presente no local na defesa dos baldios daquela povoação - este povo sabe melhor do que ninguém o que quer: viver ali na serra, com o que é seu, à espera de medidas de apoio e protecção à sua agricultura e não do esbulho da sua propriedade comunitária."

E é por isso mesmo que um grupo de compartes já avançou com a marcação da primeira reunião da sua Assembleia de Compartes para 6 de Outubro de 1996. É que deram conta que a melhor forma de defender os seus baldios é assumir a sua administração. E nesta luta contarão sempre com o apoio solidário e combativo do Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu e da CNA - Confederação Nacional da Agricultura.

Quando perceberão os tradicionais inimigos dos baldios que com o que é do povo não se brinca?

Manuel Rodrigues

## JCP em notícias

### V Encontro Distrital de Setúbal

No quadro da preparação do Encontro Distrital de Setúbal, que deverá realizar-se em 5 de Outubro, na Casa da Juventude, em Almada, a Comissão Distrital da JCP promoveu uma conferência de imprensa, em que divulgou os objectivos fundamentais do Encontro e teceu diversas críticas à política do actual governo em relação à juventude.

Este Encontro Distrital - como é sublinhado pela juventude comunista - já está em marcha há algum tempo nos colectivos concelhios, de freguesia, de escola e de empresa, através da discussão dos documentos a aprovar no próximo dia 5 em Almada.

São objectivos do Encontro: o reforço da organização; a afirmação comunista; balanço da actividade do Governo e preparação do XV Congresso do PCP.

Nas críticas dirigidas à política do governo, a JCP-Setúbal considerou não se registar qualquer mudança, quer ao nível da política de emprego, quer na área da educação, ou ainda no que respeita à toxicodependên-

cia, segurança dos cidadãos e combate ao tráfico de droga.

### Campanha Nacional no Algarve

Por uma Educação Pública Gratuita e de Qualidade é o lema da Campanha Nacional que a JCP lançou na última Festa do "Avante!", como já foi divulgado nas páginas do nosso jornal. No Algarve, esta campanha irá decorrer nos meses de Outubro e Novembro, durante os quais a JCP montará bancas de esclarecimento à porta das escolas secundárias algarvias e na UAL, que servirão de base ao contacto com os estudantes.

Pretende-se recolher milhares de postais - no Algarve como por todo o país - de protesto em relação à política que tem vindo a ser seguida na área da Educação e por uma Educação Pública Gratuita e de Qualidade, que serão posteriormente enviados ao ministro da Educação.

A abertura da Campanha teve lugar em Faro, no passado dia 30 de Setembro, e contou com a presença do deputado da JCP, Bernardino Soares.

### Encontro Concelhio em Sintra

A JCP-Sintra realizou, no passado sábado, um Encontro Concelhio, no centro de Trabalho do PCP do Cacém, em que analisou a situação da juventude no concelho de Sintra e a actividade e intervenção da JCP.

No encontro foram definidas, como metas a atingir: o reforço da organização; uma maior intervenção da JCP junto dos jovens; o empenho de todos os militantes na batalha eleitoral de 97 no concelho de Sintra, tendo em vista um reforço da CDU que possibilite a conquista da Câmara Municipal de Sintra, sendo que a CDU é a única alternativa credível ao PS no concelho.

A JCP-Sintra considera negativa a política de juventude da Câmara de Sintra e refere em particular atrasos na criação de espaços lazer/desporto, como é o caso da Casa da Juventude das Mercês, o não alargamento da rede de bibliotecas municipais, o estado de degradação de escolas primárias e a ausência de uma condenação ao Ministério da Educação pelo não cumprimento do protocolado com a Câmara para a construção de seis pavilhões gímnosportivos em escolas do concelho.



## UNIÃO EUROPEIA

COMBATE  
À CRIMINALIDADE

O ministro da Justiça português, Vera Jardim, assinou em Dublin a convenção relativa à extradição entre os Estados-membros da União Europeia, considerada um instrumento fundamental para a cooperação judiciária e combate à criminalidade organizada. A questão foi tratada na reunião informal do Conselho de Ministros da Justiça e da Administração Interna da União Europeia, que analisou o problema do tráfico de menores ligado à exploração sexual.

De acordo com responsáveis governamentais, na reunião deram-se «passos importantes no combate ao tráfico de seres humanos, especialmente tráfico de menores para fins de exploração sexual».

Os ministros europeus aprovaram ainda acções comuns relativas à extensão do mandato da unidade «Droga» da EUROPOL para a formação e criação de centros tecnicamente apetrechados para o combate ao tráfico de seres humanos.

## FUNDO SOCIAL EUROPEU

A Comissão Europeia e o Governo português afirmam-se decididos a aumentar as garantias de qualidade, rigor e transparência na aplicação das verbas provenientes do Fundo Social Europeu (FSE), como contribuições para uma melhor eficiência dos apoios.

Em conferência de imprensa conjunta em Lisboa, na passada quinta-feira, o comissário europeu Pádraig Flynn e a ministra para a Qualificação e Emprego, Maria João Rodrigues, salientaram haver uma «boa parceria» entre a Comissão e o Governo português.

Segundo a ministra, os recursos do FSE devem ser canalizados para reais prioridades de formação, dirigindo-se a todos os elementos-chave que permitam um aumento da competitividade, e a formação deve ser ligada a uma garantia de qualidade.

## SENEGAL

O Governo do Senegal mantém o seu pedido de aumento, para o dobro, das compensações pagas pela União Europeia pela permissão de pesca de barcos comunitários nas suas águas territoriais.

As negociações para a assinatura do novo acordo pesqueiro entre a UE e o Senegal foram entretanto suspensas, dada a persistência de divergências entre as duas partes.

O acordo actual foi prorrogado por um mês, até 1 de Novembro, e a quarta ronda de negociações marcada para Dacar, a 30 de Outubro.

O Senegal reclama uma compensação anual de, aproximadamente, 25 milhões de ecus, contra os nove milhões de ecus estipulados pelo acordo actual. Por outro lado, Dacar pretende um aumento dos valores pagos pelos armadores comunitários para obterem licenças de pesca de 15 por cento no primeiro ano e 10 por cento nos anos seguintes. A Comissão contrapõe um aumento de cinco por cento.

## EUROTAXA

O Primeiro-ministro italiano, Romano Prodi, anunciou há dias um ajustamento orçamental de dimensão «sem precedentes» em Itália, para que o país possa aceder ao grupo da frente de adesão à Moeda Única europeia. O corte orçamental foi qualificado por Prodi de «muito amplo» e expressa, em «mensagem clara e definitiva», que a Itália «entra na Europa» no grupo da vanguarda, que adere em Janeiro de 1999 à Moeda única europeia.

Segundo Prodi, haverá uma redução do défice orçamental em mais de 60.000 milhares de milhões de liras (39.400 milhões de dólares). O ajustamento propriamente dito ascenderá a um equivalente entre 23.000 milhões e 24.000 milhões de dólares, procedentes em 75 por cento de cortes nas despesas e 25 por cento através da criação de novas receitas.

O ajuste completa-se com a implantação de um imposto extraordinário «para a Europa», eurotaxa, com a qual o Governo italiano pensa arrecadar algo como 8.665 milhões de dólares).

## Condenação do bloqueio a Cuba

A iniquidade da Lei Helms-Burton, que agrava o bloqueio norte-americano contra Cuba e já mereceu a condenação da União Europeia e da Organização dos Estados Americanos, o que obrigou os EUA a adiar a entrada em vigor de alguns dos seus artigos, deve ser condenada pelo Conselho da Europa. Esta posição foi defendida na última sessão da Assembleia Parlamen-

tar do Conselho, realizada de 23 a 27 de Setembro em Bruxelas, pelo deputado do PCP, Lino de Carvalho, que em nome do Grupo Unitário de Esquerda (GUE) apresentou uma proposta nesse sentido.

A proposta, que publicamos em separado, foi subscrita por deputados de todos os grupos políticos com assento parlamentar, o que é revelador do repúdio

suscitado pela Lei Helms-Burton. Entre os subscritores, destacam-se Jaakko Laakso, da Aliança de Esquerda, da Finlândia, presidente do GUE; Guennady Ziuganov, também do GUE e presidente do Presidium do Partido Comunista da Federação Russa; Alberto Martins, do Partido Socialista e presidente da delegação portuguesa; Diaz de Mera, senador, do Partido Popular, de Espanha; Ana

Guirado, do Partido Socialista de Espanha; Pedro Roseta, do PSD e do Grupo Liberal, presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; e Gert Petersen, do Partido Socialista do Povo, da Dinamarca.

A proposta de resolução foi aceite pela presidência da Assembleia e seguirá agora os procedimentos regimentais necessários ao seu agendamento.

Proposta de Resolução  
sobre o «Cuban Democracy Act» (Lei Helms-Burton)

1 - A lei «Cuban Liberty and Democratic Solidarity (liberdade) Act», conhecida como a lei Helms-Burton, aprovada pelo Congresso dos EUA contra Cuba e em violação do direito internacional constitui, na sequência da denominada «lei Torricelli», um novo e grave passo no bloqueio imposto a Cuba pelo Governo dos EUA há mais de trinta e cinco anos.

2 - A lei em causa constitui uma aberta ingerência na soberania dos Estados e ofende os acordos internacionais de comércio celebrados, designadamente, no âmbito do GATT e da Organização Mundial de Comércio.

3 - Não se afigura aceitável que os EUA se arroguem o direito de aplicar a sua própria legislação interna a empresas e cidadãos que não estão sujeitos à ordem jurídica norte-americana. É o caso da lei prever unilateralmente a aplicação de sanções a empresas e cidadãos de outros países que tenham ou estabeleçam relações económicas com Cuba.

4 - Esta extraterritorialidade agride frontalmente a soberania de estados terceiros e constitui um precedente grave nas relações comerciais internacionais.

5 - A tentativa de, através da lei Helms-Burton, aprofundar o bloqueio a Cuba, dando-lhe, na prática, um carácter internacional,

agrava as consequências para aquele país das sanções económicas impostas unilateralmente pelos EUA e cujas principais vítimas são os cidadãos cubanos.

6 - A iniquidade da lei Helms-Burton mereceu já a condenação da União Europeia e da Organização dos Estados Americanos bem como uma oposição e inquietação tão generalizadas que levou o Presidente dos EUA a adiar a entrada em vigor de alguns dos artigos da lei.

7 - A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa:

a) **Condena** a «lei Helms-Burton» e, em particular, as disposições unilateralmente adoptadas pelos EUA que implicam uma aplicação extraterritorial da lei;

b) **Exorta** o Governo e o Congresso dos EUA a anularem a referida lei;

c) **Espera** que as autoridades norte-americanas procedam a uma revisão das medidas de bloqueio económico a Cuba;

d) **Defende** a via da intensificação do diálogo político com Cuba;

e) **Encarrega** o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho de Ministros bem como às autoridades norte-americanas e cubanas.

## Cooperação ACP/UE

A vigésima terceira assembleia paritária ACP/UE, reunida a semana passada no Luxemburgo, decidiu manter a cooperação e o regime preferencial de que «beneficiam os países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) pelo tempo necessário».

A assembleia paritária convidou o governo angolano e a UNITA a formarem um Governo de União Nacional para organizar novas eleições legislativas, exigindo por outro lado às duas par-

tes que concluem a desmobilização das tropas e a recolha das armas em poder dos civis.

A assembleia pronunciou-se também pela adesão da África do Sul à Convenção de Lomé, em simultâneo com a ratificação de Lomé IV, recentemente revisto nas ilhas Maurícias.

Quanto ao acordo para a criação de uma zona de comércio livre entre a União Europeia (UE) e a África do Sul, a assembleia defendeu que não deve ser feito

em detrimento dos seus vizinhos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

«A União deve ser paciente e não pressionar a África do Sul a concluir um acordo a qualquer preço», refere o resumo dos trabalhos, citado pela Lusa.

Por voto secreto, a assembleia condenou novamente os governos nigeriano e sudanês pela opressão das minorias, e a Indonésia pela «repressão militar sobre o povo de Timor-Leste», solicitando à UE

que «suspenda toda a ajuda militar e qualquer venda de armas à Indonésia».

A assembleia pronunciou-se igualmente sobre a situação política na Libéria, Nigéria, Somália, Sudão, Saara Ocidental, Ruanda, Burundi, Níger, Guiné Equatorial, Mali e Djibuti, exigindo o cessar dos conflitos, a deposição de governos civis e a manutenção de sanções (ao Sudão), entre outros aspectos.

Uma Conferência «Regional»  
e a coesão económica e social

Esta semana, o Parlamento Europeu, por iniciativa da sua comissão política regional, organiza, em colaboração com o Comité das Regiões, a Conferência Parlamento Europeu/Pessoas colectivas territoriais da União Europeia.

A conferência, com este nome «estranho» (pessoas colectivas territoriais...), vem na sequência de outras realizadas em 1984 e 1991, em que o nome adoptado foi o de regiões (Parlamento Europeu-Regiões), e em 1994, com poderes locais em vez de regiões.

O objectivo a que se propõe é o de «reforçar as relações com as pessoas colectivas territoriais da União e proceder a uma reflexão comum sobre as perspectivas da Conferência Intergovernamental de 1996 e a aplicação da União Económica e Monetária».

Para além das reflexões que as sucessivas mudanças de designação poderiam suscitar, mostrando bem como há indefinição quanto aos conceitos e práticas de organização do espaço nos diferentes Estados-membros da dita União, sublinha-se a importância e a oportunidade de discutir a CIG numa perspectiva regional e confrontar essa perspectiva com a «aplicação da União Económica e Monetária».

Quanto ao debate sobre «as perspectivas (regionais) da CIG», será de referir que esta conferência procura ser uma forma de pressão, como foi a de 1991, para que o texto do Tratado, a sair da CIG, valorize a dimensão regional da «construção europeia». E 1991, essa pressão teria sido um contributo para a institucionalização do Comité das Regiões, o que, embora não correspondendo ao reivindicado, se pode considerar como um passo. Procurar-se-á, agora, que outros passos sejam dados, sobretudo a partir do tratamento do tema «Os poderes regionais e locais, actores da União Política».

Pelo nosso lado, defendendo a valorização da dimensão regional, temos a preocupação de que essa valorização não se transforme numa alavanca de uma União Política que, ultrapassando as realidades nacionais, leve a CIG a ter mais um motivo para avançar por fórmulas supranacionais atentatórias de soberanias nacionais e do princípio da «construção europeia» na base de Estados-membros.

No que respeita à «aplicação da União Económica e Monetária», logo à partida a redacção é preocupante porque vem na linha de considerar como adquirida a UEM, particularmente a sua 3ª fase e a criação da moeda única, a aplicar como projectado em 1991, em condições completamente diferentes e já então merecendo a nossa mais frontal oposição.

No segundo tema da conferência, «O futuro da coesão económica e social», damos relevo a essas reservas e preocupação, questionando se esse futuro é possível com a actual opção de tudo subordinar ao cumprimento de critérios nominativos vindos de Maastricht, que impõem uma política monetária e uma estratégia económica ditadas pelos interesses transnacionais e das grandes potências.

Para cada tema há dois relatórios introdutórios: um da responsabilidade do Parlamento e outro da responsabilidade do Comité das Regiões. O camarada João Saraiva, presidente da Câmara de Mora e membro do Comité das Regiões, é um dos dois relatores para o tema «O futuro da coesão económica e social», e elaborou um relatório determinante para o desenrolar do debate. Nesse debate participa ainda, pelo Parlamento Europeu, o camarada Sérgio Ribeiro, em substituição do camarada Honório Novo por este estar integrado numa delegação do Parlamento Europeu que visita o norte do nosso país por motivo da questão têxtil.



## INTERNACIONAL

## Arménia

Na semana passada, a Arménia foi palco de violentos distúrbios provocados pelos apoiantes de Vazgen Manukian, o líder da oposição, que contestam o resultado das eleições presidenciais que reelegeram Levon Ter-Petrosian. Segundo dados fornecidos pela Lusa, dezenas de milhar de pessoas lançaram um ataque ao edifício do parlamento, em Erevan, espancando o presidente da assembleia e o seu adjunto. Depois de ser acusado de organizar um golpe de Estado, actos terroristas e organização de desordens em massa, Manukian passou para a clandestinidade. Antes do assalto à Assembleia, Manukian prometeu que iria «tomar em mãos o processo político». Entretanto, quatro membros da Comissão Eleitoral vieram a público afirmar que o candidato da oposição ganhou as eleições com 60 por cento da votação. Por seu lado, os observadores da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa assinalaram irregularidades no escrutínio, mas insuficientes para pôr em causa a vitória de Ter-Petrosian.

## Alemanha

Quinta-feira foi dia de luta para os trabalhadores alemães. Dezenas de milhares de pessoas protestaram contra os cortes de 20 por cento nos subsídios por doença, uma das medidas aprovadas pelo Parlamento Federal, o Bundestag, de acordo com a política de austeridade do governo de Helmut Kohl. Por toda a Alemanha as greves multiplicaram-se: na Mercedes-Benz, em Estugarda, mais de 30 mil funcionários abandonaram o trabalho depois da empresa anunciar a redução nos subsídios, apesar do contrato colectivo instituir o pagamento de 100 por cento do salário; na Mercedes de Sildelfingen, 15 mil operários pararam durante duas horas toda a linha de montagem de automóveis. Entretanto, os conselhos de trabalhadores de várias fábricas aboliram os acordos para as horas extraordinárias. O Sindicato dos Metalúrgicos (IG Metall) já afirmou que «foram abolidos os direitos no Estado de Direito», advertindo que o boicote dos trabalhadores às horas extraordinárias não compensa, para as firmas, o que ganharão com a redução nos subsídios. O PDS, Os Verdes e o SPD exigiram que, pelo menos, seja institucionalizado por lei que os cortes são válidos em futuros contratos colectivos.

## França

A esquerda francesa decidiu criar um «comité de vigilância contra a extrema-direita». Reunidos em Paris no final da semana passada, os líderes do Partido Comunista Francês, do Partido Socialista, do Partido Radical-Socialista, do Movimento dos Cidadãos e dos Verdes definiram os meios para enfrentar conjuntamente a Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen, bem como todos os fenómenos de racismo e xenofobia. Este comité tem «vocações para se ampliar» a outros movimentos, sindicatos e associações.

## Palestina

## Sem luz ao fundo do túnel

Oito dezenas de mortos, mais de uma centena de feridos - eis o trágico balanço dos dramáticos acontecimentos da semana passada em Jerusalém e na Cisjordânia. Um preço elevado pela abertura do «túnel da discórdia», último símbolo da máxima israelita do «quero, posso e mando». Um preço tanto mais elevado quanto ao rol das vítimas se junta o desabar de uma esperança de paz que mal chegou a desabrochar.

Em nome da paz convocou Clinton para Washington os principais protagonistas do processo. O Presidente da Autoridade palestina, Yasser Arafat, o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, e o rei Hussein da Jordânia, responderam à chamada. O Presidente do Egipto, Hosni Mubarak, declinou o convite. Aos primeiros não restava outra alternativa; ao segundo, ficar de fora abre o campo de manobra.

«A nossa ausência de Washington visa simplesmente mostrar que não estamos contentes com os actos, as declarações e a atitude obstinada de Israel em

relação aos palestinianos», declarou Hosni Mubarak no Cairo, sublinhando compreender a opção de Arafat em estar presente.

«É a sua causa. Penso que se fosse a minha causa eu deveria ir para combater nas negociações e mostrar à opinião pública mundial que se o processo de paz não avançar será um desastre», disse.

Recordando as palavras de Netanyahu, segundo o qual o primeiro ponto da sua ordem do dia é «pôr fim ao terrorismo e à violência», Mubarak advertiu que «a violência e o terrorismo jamais terão fim se o processo de paz não avançar».

Grécia  
Comunistas  
são terceira força

O Comité Central do Partido Comunista da Grécia (KKE) considera que o aumento do seu eleitorado nas eleições legislativas, que o tornou a terceira força política do país, vem possibilitar uma maior intervenção dos comunistas tanto no parlamento como fora dele.

O fortalecimento do KKE reflecte o grande descontentamento por parte da população ao bipolarismo político entre o PASOK e a «Nova Democracia», e as políticas neoliberais por eles preconizadas (segundo as escolhas da União Europeia e da NATO) e suas consequências directas: altos impostos, desemprego, segurança social precária, sistema educativo e de saúde com graves problemas.

Segundo os membros do CC, os resultados eleitorais revelam, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores e o recrudescimento da consciência político-ideológica da população.

Nestas eleições, o PASOK, apoiado abertamente pela oligarquia económica rural, alcançou 41 por cento dos votos, reduzindo a sua votação em cinco por cento.

China  
Eliminar a pobreza  
até final do século

O Presidente chinês, Jiang Zemin, apelou recentemente à «mobilização de toda a sociedade» para eliminar a pobreza na China até ao final do século.

«Não é apenas um problema económico, mas também uma questão política que afecta a duradoura estabilidade do país», disse Jiang Zemin durante uma conferência nacional sobre a eliminação da pobreza.

Segundo dados oficiais, no final de 1995, o número de chineses que vivem abaixo da «linha de pobreza» desceu para 65 milhões, mas, embora esses resultados sejam considerados encorajadores, a realização do objectivo fixado pelo Governo é ainda considerada «uma árdua tarefa».

«Qualquer atraso na campanha contra a pobreza impedirá o bem-estar do povo e prejudicará todo o processo de modernização social em curso», disse Jiang Zemin, que é também secretário-geral do Partido Comunista Chinês e presidente da Comissão Militar Central.

Na mesma conferência, o Primeiro-Ministro chinês, Li Peng, anunciou que o Governo irá atribuir mais 1.500 milhões de yuan (30 milhões de contos) para ajudar a combater a pobreza, elevando para 12.300 milhões de yuan (246 milhões de contos) os gastos anuais com aquela campanha.



O cumprimento dos Acordos de Paz e o regresso ao diálogo são indispensáveis para pôr termo à crise que se vive no Médio Oriente

O chefe do governo israelita parece na verdade incapaz de perceber que a paz sem concessões a um povo espoliado de tudo não é viável. Como parece incapaz de compreender que um chefe de governo incapaz de respeitar os compromissos de Estado anteriormente assumidos, e sem alternativas credíveis, se desacredita em primeiro lugar a si próprio e ao executivo que chefia.

## UE condena Israel

A União Europeia, apesar da crónica dificuldade dos Quinze em assumirem posições comuns em matéria de política externa, não hesitou desta vez em condenar Israel pela abertura do túnel em Jerusalém, apelando ao mesmo tempo às autoridades israelitas para que assumam uma atitude construtiva no relançamento do processo de paz israelo-árabe.

A tomada de posição surge na declaração final sobre o processo de paz no Médio Oriente, saída do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da

UE, realizado terça-feira no Luxemburgo.

No documento, citado pela Lusa, insta-se o governo israelita a encerrar o túnel Hasmonean, em Jerusalém, e recorda-se a Declaração de Princípios ao abrigo da qual as duas partes se comprometeram a não lançar qualquer acção susceptível de pôr em causa o desfecho das conversações sobre o estatuto permanente dos territórios abrangidos pelas negociações de paz.

A UE exorta ainda ambas as partes a cessarem todos os actos que possam afectar o estatuto dos lugares santos em Jerusalém. A União lembra, a propósito, que Jerusalém Oriental não depende da soberania israelita.

Considerando que os recentes incidentes foram desencadeados por um clima de «frustração e exasperação» devido à «ausência de progressos reais no processo de paz», a União Europeia solicita directamente a Israel que demonstre o seu empenhamento no processo negocial em curso através de «acções concretas para cumprir com as suas obrigações».

As prioridades do processo de paz, segundo a UE, incluem a abertura das fronteiras israelitas aos trabalhadores palestinianos, a passagem garantida e segura entre Gaza e a Margem Ocidental do rio Jordão, bem como o levantamento dos obstáculos à ajuda internacional aos territórios autónomos palestinianos.

Ainda neste contexto, a UE insta os israelitas a absterem-se de medidas, tais como demolições de casas e expansão de colonatos, susceptíveis de prejudicar as negociações.

A União Europeia, que financia 75 por cento da assistência internacional aos palestinianos, não foi convidada para a cimeira de Washington, que ontem se iniciou. Clinton, em vésperas de eleições, prefere guardar para si os eventuais louros da (desejável) pacificação do conflito. Um exercício de diplomacia arriscado, ou talvez nem tanto. Afinal, os EUA e Israel sempre se entenderam. A sua complicitade ficou uma vez mais demonstrada nas Nações Unidas, onde não foi possível a condenação unânime de Israel, graças ao amigo americano.

## Festival pela Paz no Curdistão

No passado dia 21 de Setembro, realizou-se na Alemanha o Festival pela Paz no Curdistão. Esta iniciativa, promovida por forças democráticas curdas exiladas na Europa, teve como cenário o grandioso Estádio de Colónia por onde passaram durante todo aquele dia mais de 140 mil curdos, vindos de várias cidades da Alemanha (onde vivem mais de 500 mil curdos), mas também, entre outros, da Bélgica, França e Holanda.

Esta importante cidade alemã viveu, sem dúvida, um sábado diferente. Desde manhã cedo que milhares de curdos começaram a «invadir» pacificamente as principais artérias, vindos de carro ou autocarro.

Num palco montado no relvado do estádio actuaram vários grupos folclóricos e discursaram personalidades curdas, muitas delas no exílio. Ao lado, num ecrã gigante, a par de depoimentos e manifestações de solidariedade para com o povo curdo de personalidades alemãs, passavam testemunhos de curdos ainda com marcas físicas visíveis da repressão. Inseridos

num ambiente de festa e onde era evidente a forte participação da juventude, os presentes reagiam frequentemente às várias intervenções, gritando com determinação palavras de ordem a favor da paz.

Esta iniciativa teve o apoio de diversas forças políticas alemãs (PDS SPD e Verdes) e de várias organizações sociais e sindicais. Contou ainda com a presença de representantes de formações políticas e movimentos de paz de diversos países europeus, a convite da Frente de Libertação Nacional do Curdistão.

O PCP esteve representado pelo camarada João Armando, membro do Comité Central, que, nos contactos estabelecidos com o presidente e deputados do Parlamento Curdo no Exílio e representantes da comunidade religiosa, transmitiu a solidariedade dos comunistas portugueses face à violenta repressão de que o povo curdo é vítima e à sua luta pela paz e autodeterminação.



## Afeganistão

**O regresso à barbárie**

Kabul e quase todo o território do Afeganistão estão nas mãos dos talibans, «os estudantes de teologia». Depois de, em Outubro de 1995, verem frustrada a sua tentativa de conquistarem a capital afegã, os rebeldes islâmicos conseguiram enfim o que pretendiam, isto é, dominar o país e impor a lei islâmica.

Movem-se pela implantação da lei islâmica. Têm o Paquistão e a Arábia Saudita como apoiantes.

Os talibans surgiram no Outono de 1994 para islamizar o Afeganistão, mas ao longo dos últimos anos afirmaram-se sobretudo como inimigos do governo do presidente Rabbani e aliados preferenciais dos paquistaneses, apostados na divisão do país.

Nas áreas já dominadas implantaram um regime islamicamente «puro», em que impera a lei da Tabelião: os adúlteros, os que fumam haxixe ou consomem álcool são flagelados; os ladrões amputados; os assassinos e os traficantes de droga executados; as raparigas e as mulheres proibidas de estudar, de trabalhar, de mostrar a cara.

Os rebeldes trouxeram consigo um clima de repressão que, após 17 anos de



Tempos que passaram: nos anos revolucionários, as trabalhadoras têxteis de Kabul não tapavam a cara

guerra, liquida qualquer velevidade de protesto e contestação por parte das localidades conquistadas.

Mas será esta apenas mais

uma guerra entre as diversas facções islamitas afegãs, o prolongar da guerra civil que se iniciou em Abril de 1992 com a queda do regime comunista? O Governo acusa os talibans de serem um braço armado do Paquistão: «a interferência e a agressão paquistanesa tomaram a forma de uma invasão», lê-se num comunicado do Ministé-

rio dos Negócios Estrangeiros.

De facto, «os estudantes de teologia» provêm dos campos de refugiados afegãos no

Paquistão e são formados nas escolas corânicas paquistanesas. Mas qual é o interesse de Islamabad neste processo? O Paquistão conta, num futuro próximo, construir um gasoduto que o ligue ao Turcomenistão, que será, aliás, construído por uma companhia americano-saudita. Aspira a uma posição de domínio regional, tanto a nível políti-

co como económico. Para tal convém que o poder afegão esteja nas mãos de aliados, enfraquecido, se possível fragmentado.

Os Estados Unidos, sempre prontos a condenar certo tipo de violência, limitaram-se desta vez a apelar aos rebeldes islâmicos para que «formem rapidamente um Governo interino representativo». Omitindo que «representatividade» será essa. Os talibans, maioritariamente pastunes, não consultaram ninguém para a imposição da lei islâmica. Como irão abrir as portas do poder às minorias étnicas e religiosas existentes no país: baluches, xiitas, ismaelitas, quirguizes, nuristanis, turcomenos, tadjiques e usbeques?

Do lado do Governo deposto estão poderosos e experientes «senhores da guerra», mas a lealdade de muitos dos comandantes do presidente Rabbani e do primeiro-ministro Gulbuddin Hekmatyar foi já corrompida. Também as deserções são numerosas.

A Índia, o Irão e o Tadjiquistão são os seus principais países aliados, mas têm demasiados problemas internos para lhes prestar um apoio capaz de inverter a actual situação.

Os talibans apelaram a toda a população afegã para que abandone as armas e volte à sua vida quotidiana. Prometeram uma amnistia aos combatentes governamentais.

Mas que vida quotidiana é essa? Que amnistia? A realidade é que mais de metade da população, as mulheres, foram excluídas da vida do país, e os talibans têm vindo a executar muitos dirigentes do poder deposto. Mais: o antigo presidente afegão Najibullah, que se encontrava refugiado num edifício da ONU em Kabul desde 1992, foi barbaramente assassinado e o seu corpo, depois de ser arrastado pelas ruas por um jipe, exposto num poste da via pública.

As Nações Unidas pouco ou nada fizeram. Não houve condenações no Conselho de Segurança, o golpe está implicitamente aceite. A ONU, tal como os EUA, limita-se a pedir a ambas as partes que parem os combates e que iniciem conversações de paz.

## A execução de Najibullah — um retrato da nossa época

■ Miguel Urbano Rodrigues

Foi com uma sensação de náusea e revolta que contemplei as fotos de Muhamad Najibullah pendurado num poste em pleno centro de Kabul, após execução sumária. Najibullah pertenceu a uma geração que deu ao Afeganistão revolucionários de uma fibra e um talento excepcionais. A vida proporcionou-me a oportunidade de conhecer muitos deles e de estabelecer laços de amizade com alguns.

O Partido Democrático do Povo, pelo próprio facto de assumir o marxismo-leninismo como ideologia e de haver tomado o poder, foi sempre atípico no mundo islâmico. Nasceu já como organização hetenógena, cuja precária unidade sofreu sempre os efeitos da existência de duas facções. O denominador comum entre aqueles homens (quase não havia, no início, militantes mulheres) era o sonho de mudar a sociedade arcaica afegã, destruindo o feudalismo, e de transformar a independência formal em independência real. Não se lhes pode negar respeito e admiração pela tenacidade com que perseguiram a utopia.

Ao longo de um processo traumatizante, eles deram terra a camponeses misérrimos num país onde até a água dos rios era propriedade dos antigos senhores; deram às mulheres os direitos que sempre lhes haviam recusado; criaram hospitais, escolas, universidades (o analfabetismo, antes, excedia os 90%).

O imperialismo americano (com o apoio dos aliados europeus) considerou, desde o primeiro dia, a Revolução Afegã um desafio intolerável. Invocando a necessidade de defender «a tradição», moveu-lhe uma guerra ininterrupta e cruel. Doutrinou, armou e financiou grupos terroristas fanáticos. Promoveu contra o regime de Kabul, empenhado numa revolução democrática e nacional, uma cruzada que fez do Paquistão a plataforma para uma agressão externa que custou aos contribuintes

norte-americanos milhares de milhões de dólares. Para o povo do Afeganistão o preço foi incalculável: centenas de milhares de mortos e quatro milhões de exilados.

A desagração da URSS deixou os combatentes do Partido Democrático do Povo sem um único aliado. A sua fidelidade aos princípios e aos objectivos da Revolução e uma coragem espartana atrasaram, porém, o desfecho inevitável. Sobreviveram mais três anos, lutando sozinhos, sem abastecimentos, em condições de cerco e de inferioridade militar, contra uma chusma de organizações financiadas por Washington.

O Ocidente capitalista saudou como vitória da democracia e da liberdade a entrada em Kabul, no ano 92, das hordas das organizações sunitas de Peshawar. Desde então, morreu mais gente em combates fratricidas do que nos doze anos de guerra civil posteriores à Revolução. Kabul, Kandahar, Jalalabad foram reduzidas a amontoados de ruínas.

Mas o Afeganistão desapareceu das manchetes do *media*; o objectivo de estrangular a Revolução fora atingido.

Os ocupantes não conseguiram entender-se. Mataram-se uns anos outros numa orgia sangrenta.

O Paquistão, onde, além dos exilados, habitam seis milhões de *pashtoons* (descendentes das tribos historicamente afegãs cujos territórios foram anexados pela Inglaterra após a guerra de 1878-90) quis ir amis longe na agressão. Inventou uma nova organização — os *taliban*, a quem pôs o rótulo de estudantes de teologia — e lançou essa gentilha fundamentalista à conquista do Afeganistão. A meta é concretizar um velho sonho imperial britânico: o desmembramento do país. Em Islamabad,

sabe-se que nem a minoria usbeque nem os tadjiques (cuja língua, o dari (persa), é a mais falada) vão conformar-se com a ditadura islamista dos taliban tutelados pelo Paquistão. O açougue humano continuará em funcionamento.

\*  
\* \*

Os últimos acontecimentos de Kabul trouxeram-me à memória cenários da terra afegã. Entrei neles como espectador, em 1988, ao atravessar a cordilheira do Hindu Kush. Nas aldeias que subiam por vales apertados entre píncaros nevados vi, então, mulheres com os seios decepados, moças com os rostos queimados por ácido sulfúrico. Vinham de Kunduz, no Norte, fugindo de um mundo de horrores inimagináveis. Os mudjaedines de Gulbuddin Hekmatyar, chefe de Hesbe-i-Islame, haviam procedido às mutilações e ao desfiguramento porque elas não usavam o tchadari, cometendo o pecado de mostrar o corpo e o rosto...

Chegam agora de Kabul outras notícias e outras imagens sobre as proezas medonhas das novas hordas de fanáticos que substituíram as de Rabani e de Hekmatyar.

Os taliban decretaram a proibição do trabalho feminino e a obrigatoriedade do uso do tchadari.

A fotografia de Najibullah pendurado num poste, depois do assalto à sede local da ONU onde se encontrava asilado há mais de quatro anos, é um documento para a história. As gerações futuras poderão, ao contemplá-la, identificar a mentalidade dos dirigentes de grupos e organizações que durante longos anos contaram com a cumplicidade activa dos governantes do Ocidente industrializado.

O protesto das Nações Unidas contra a violação das suas instalações e o crime subsequente foi débil e convencional. Os dirigentes das grandes

potências não prestaram atenção mínima aos acontecimentos de Kabul e ignoraram o assassinio do ex-presidente afegão.

Quanto ao sistema mediático, tratou a trágica jornada de Kabul como um *fait divers*. Em Portugal, o diário *Público* inseriu um artiguinho caluniando Najibullah, colocando-lhe rótulos forjados pela CIA. Cito essa peça abjecta por ser expressiva da degradação do jornalismo no nosso país.

\*  
\* \*

Conheci Muhamad Najibullah. Tive a oportunidade de manter com ele uma demorada conversa em Abril de 1986. Era um homem simples, um comunista, um revolucionário desambicioso. Deixou transparecer no diálogo uma consciência dolorosa de que a Revolução Afegã que principiava a ficar isolada, enfrentava obstáculos quase insuperáveis. Mas não perdera a confiança. Bateu-se por ela, até ao limite do possível, com coerência, firmeza e bravura.

Ao prestar aqui homenagem ao combatente abatido por uma horda gerada no ventre da engrenagem imperialista, sei que a sua morte não quebrará o espírito de luta daqueles que, vivos, foram seus companheiros na generosa e trágica aventura da Revolução Afegã.

Os ideais pelos quais Najibullah lutou são eternos. A grande geração de revolucionários afegãos a que ele pertenceu encontrará forças e esperança para dar continuidade ao processo de libertação de um povo agredido, humilhado e imperializado, um povo que aprendi a amar ao descobri-lo num dos mais fascinantes cenários do planeta, uma terra onde floresceram e se chocaram civilizações que marcaram decisivamente a evolução da humanidade.



# Uma casa em Braga aberta para o trabalhador

Texto: Carlos Nabais  
Fotos: Jorge Caria



Os trabalhadores do distrito tem agora uma Casa onde sabem que podem encontrar resposta para os seus problemas

**E**ra um antigo projecto da União de Sindicatos de Braga. A primeira tentativa remonta a 1977, mas acabou por fracassar assim como as que se lhe seguiram na década de 80. No entanto, a Casa do Trabalhador nunca deixou de estar nos horizontes dos sindicalistas bracarense e quando a oportunidade surgiu não a deixaram escapar. Um bonito e sólido edifício de granito, na Rua dos Biscainhos, abriu as suas portas no passado dia 12 de Setembro. É o destino natural de qualquer trabalhador que necessite de ajuda sindical, informações ou outro tipo de apoio, mas é também um espaço aberto aos desempregados, aos jovens e reformados que queiram organizar-se e encontrar respostas para os seus problemas. O «Avante!» esteve lá e falou com Adão Mendes, coordenador da USB, e Amélia Lopes, membro do Executivo.

A falta de um edifício apropriado foi durante muito tempo o principal obstáculo à concretização desta ideia: reunir num só espaço sindicatos e meios técnicos e humanos que possibilitassem dar resposta a todos os trabalhadores que aí se dirigissem em busca de uma solução para o seu problema. A luz ao fundo do túnel surgiu depois da Câmara Municipal ter disponibilizado instalações para a Associação Industrial do Minho. A USB considerou que tinha o mesmo direito como parceiro social e reivindicou-o. O processo durou três anos, com insistentes contactos com a autarquia que terminaram com a cedência de um prédio de dois amplos pisos em bom estado de conservação.

Contudo, a USB teve de realizar obras de recuperação e adaptação que ultrapassaram a dezena e meia de milhar de contos. Vieram contribuições de vários sindicatos, bem como de artistas e particulares que doaram quadros e outras peças para decoração. Entre eles encontra-se um belo desenho de Júlio Pomar.

A Casa abriu há menos de um mês. Alberga já 18 delegações sindicais, tem um espaço para a Interjovem onde é prestado apoio aos

desempregados e um outro para a Associação de Reformados do distrito de Braga. As diferentes organizações instaladas contam com serviços de secretaria, pré-contencioso e contencioso, para além de sofisticado equipamento informático e de comunicações, uma reprografia, dois salões para reuniões com capacidade para 50 pessoas, bar e espaço de convívio. Em formação está ainda uma biblioteca e um arquivo.

## Maior eficácia

O ambiente que ali se vive é de satisfação: «Esta Casa permitiu a muitos sindicatos terem acesso a recursos técnicos e humanos que antes eram impensáveis nas suas sedes», diz Adão Mendes, recordando que «havia casos onde o equipamento se resumia a uma máquina de escrever. As condições técnicas e humanas aqui criadas abrem novas possibilidades ao trabalho sindical e sobretudo garantem que nenhum trabalhador saia daqui sem

uma resposta para seu problema, ou pelo menos com a indicação precisa onde se deverá dirigir».

Ao mesmo tempo que aumenta a eficácia, há também uma melhor rentabilização de recursos: «O movimento sindical de Braga economizou muitos meios. Basta pensar nos encargos com o aluguer de instalações, linhas telefónicas, etc., que desapareceram. Por outro lado, o facto de estarmos juntos, dirigentes de vários sindicatos, favorece a entejada e a solidariedade entre nós. É frequente estarem à porta de uma empresa dirigentes de vários sindicatos a distribuir materiais de informação aos trabalhadores. O mesmo acontece em acções de sindicalização e outras.»

## Acompanhar os tempos

Com a destruição do aparelho produtivo, o encerramento de empresas, a proliferação do emprego precário e dos salários em

atraso, os sindicatos enfrentaram novas dificuldades. Em tempo de profundas alterações houve que repensar toda a actividade;

«Muita gente previa, por exemplo, que o Sindicato têxtil acabaria por desaparecer porque as fábricas estavam a manietar a actividade sindical. Conseguimos evitar que tal acontecesse quer com os Têxteis quer com outros sindicatos porque iniciámos processos de reestruturação acelerados. Aliás, esta Casa só foi possível porque tivemos duas ou três fases intermédias, em que foram reduzidas estruturas e reorientada a nossa acção. No caso dos Têxteis, decidimos que, em vez de mantermos delegações espalhadas pelo distrito, devíamos criar o chamado *Sindicato Ambulante*. No fundo, tratou-se de arranjar uma viatura devidamente identificada que passou a percorrer as empre-

sas, ou seja, os locais onde os trabalhadores estão e precisam do sindicato».

Segundo Adão Mendes, o futuro do Movimento Sindical tem de passar por alterações de funcionamento: «A vida e o processo em curso dos trabalhadores não se compadecem com os nossos atrasos burocráticos e insuficiências. Em todas as regiões os sindicatos têm de ter a sua Casa aberta, disponível para atender e apta a resolver o problema de qualquer trabalhador, seja qual for a sua profissão ou vínculo contratual».

# É nas empresas que tudo acontece

O 4º Congresso da USB começa amanhã na cidade de Braga com a participação de 165 delegados, em representação de cerca de 48 mil trabalhadores, filiados em 28 sindicatos. São números que traduzem bem o peso e a influência que a União tem no distrito, onde tem um prestígio crescente.

Testemunham-no as adesões recentes de sindicalistas ligados à UGT que, na sequência da aprovação da Lei da Flexibilidade de Polivalência, decidiram juntar-se aos sindicatos CGTP-IN. Como nos referiu Adão Mendes, «os casos aconteceram no complexo Grundig, em empresas do sector têxtil e outras. É sempre significativo quando um delegado sindical que durante anos trabalhou com a UGT decide juntar-se a nós. Somos intransigentes quanto aos nossos princípios, todos o sabem, mas falamos com todos, e procuramos estar sempre presentes nas empresas. É lá que tudo acontece».

impediu os trabalhadores de acederem ao que tinham direito. Hoje, o património ou foi vendido ilegalmente pelos patrões ou está de tal modo degradado que praticamente não tem valor. Para a USB, é necessário arrumar de vez estas situações e devolver aos trabalhadores os valores em dívida com a venda do património que resta. Contudo, Adão Mendes formula uma exigência concreta ao Governo: rever o código do processo de falências e formação de sociedades.

## Empresas sem trabalhadores

O objectivo dos sindicatos é evitar as constantes mudanças de nome e a criação de empresas fictícias para fins fraudulentos. A actual legislação permite que uma empresa encerre dando lugar a outras que reparam entre si os trabalhadores, o património, a manutenção, etc. Os trabalhadores são convencidos a transitar para outra empresa com a garantia de não perderem direitos adquiridos, mas de facto passam a estar vinculados a uma entidade que não tem qualquer património e em caso de falência nada poderão reivindicar. Este esquema foi utilizado pela Sonicarla e pela Guimar que «desapareceram» furtando-se ao pagamento de dívidas aos credores e à segurança social. No mesmo edifício apareceram várias empresas que, juntas, realizam a mesma actividade, utilizam os mesmo trabalhadores, máquinas e viaturas, mas sem dívidas!...

A falência é outro dos expedientes para despedir pessoal. Em poucos dias são retiradas as máquinas e todos os equipamentos, ficando apenas um barracão a apodrecer sem qualquer valor e que dificilmente chegará para pagar aos credores. Aconteceu nas Malhas Dextra, na Luscor, na Carides, na Fábrica de Fiação e Tecidos de Lãs.

## Oito tostões o metro quadrado

A Fábrica de Produção de Calçado, propriedade do grupo alemão Riker, foi instalada na povoação de Sete Fontes com o apoio da Câmara de Braga que cedeu um grande lote de terreno ao preço simbólico a oito tostões o metro quadrado. Em troca o grupo prometia a

criação entre 700 a 800 postos de trabalho. Porém, ao fim de dez anos, os alemães decidiram fechar e ir-se embora, pagando aos trabalhadores entre 400 e 500 contos e prometendo-lhes que iriam receber o subsídio de desemprego.

Os sindicatos afirmaram que o despedimento era ilegal e que por isso não havia direito ao subsídio, solicitando que a Inspeção-Geral do Trabalho fosse ao local averiguar. Resultou daqui a confirmação da denúncia sindical e a aplicação de multa à empresa de 45 mil escudos (!) pelas ilegalidades cometidas no despedimento de 400 trabalhadores. Como se não bastasse, a segurança social concedeu subsídios de desemprego aos trabalhadores anulando assim qualquer tipo de resistência. O grupo retirou todo o equipamento, deixando um pavilhão vazio num terreno que é sua propriedade, uma vez que a Câmara de Braga não fez qualquer tipo de salvaguarda no contrato de cedência do terreno.

## Desenvolver o distrito

O Congresso que amanhã se inicia tem como temas fundamentais «O Emprego e os Direitos» e «A Regionalização e o Desenvolvimento». Defendendo a criação de uma região do Minho que reúna os distritos de Braga e de Viana do Castelo, a USB deixa claro que os centros de decisão devem ser colocados próximo dos seus beneficiários. Mas se a Regionalização constitui um progresso não resolve por si só os problemas de desenvolvimento, nomeadamente a desertificação das zonas rurais. «Concelhos como Celorico de Basto ou Terras de Bouro perderam cerca de 12 por cento da sua população que vieram concentrar-se em Braga e Guimarães. Pensamos que existem soluções que passam, por exemplo, por uma política que favoreça a fixação de indústrias, nomeadamente na área da agropecuária, que possam aproveitar os produtos agrícolas que hoje, na sua maioria, não têm escoamento», referiu Adão Mendes.

Actualmente, o distrito tem cerca de 32.800 inscritos nos centros de emprego, 11.500 são desempregados de longa duração, que têm idades entre 40 e 50 anos de idade. Rejeitados pelas fábricas, são excluídos da sociedade e tratados como reformados. Para a USB, as entidades competentes têm obrigação de promover acções de formação e reciclagem que permitam inserir estas pessoas na vida activa. «Devia-se começar por fazer uma inquérito a essas pessoas para determinar quais são as suas necessidades e depois investir na sua formação.»

## Ameaça na Grundig

A Grundig, com os seus cerca de 4 mil trabalhadores, ilustra bem a força dos sindicatos em Braga. A taxa de sindicalização atinge

95 por cento dos efectivos e as vitórias recentemente conseguidas em tribunal são legitimamente motivo de regozijo. Após um processo de despedimento ilegal decidido favoravelmente, uma outra decisão judicial deu razão a um trabalhador que estava há nove anos com contrato a prazo, transitando entre as várias empresas do complexo. O tribunal obrigou a empresa a integrá-lo nos quadros permanentes e abrindo um processo de que beneficiaram centenas de trabalhadores que se encontravam em situação semelhante.



Contudo, outra ameaça paira sobre os postos de trabalho. Pala-se na decisão da administração de transferir para a Austria a produção de equipamentos de alta fidelidade. As organizações laborais estão atentas e deixam claro que não permitirão despedimentos. Se a empresa fechar o sector, os 500 trabalhadores em causa deverão ser absorvidos pelas restantes produções do complexo.



Da Fábrica de Produção de Calçado, instalada em terrenos cedidos pela CM de Braga, resta apenas uma grande pavilhão vazio

## Têxtil ou desempregado

A predominância no distrito da indústria têxtil e de vestuário é conhecida. Emprega directamente 65 por cento da mão-de-obra, mas no total mais de 73 por cento da população activa está ligada ao sector. Em algumas zonas do vale do Ave a situação é ainda mais impressionante. O têxtil chega a ocupar 95 por cento da população. É lá que se costuma dizer que ou se é trabalhador têxtil ou se é desempregado.

É neste sector que os trabalhadores são vítimas da mais desenfreada exploração e se vêem privados de direitos elementares. Aqui despede-se sem justa causa, exerce-se impunemente a repressão, que atinge em particular os activistas sindicais, fecha-se a empresa para abrir depois com um outro nome, deixando por pagar salários e indemnizações. Um patrão «falido» exhibe frequentemente sinais de riqueza e até se diz que falar é uma boa maneira de enriquecer. Não é por acaso que no vale do Ave circulam tantos carros de luxo.

Muitos encerramentos não foram acompanhados pela declaração de falência, o que



Adão Mendes e Amélia Lopes

## BRAGA



## Enganadas pelo patrão



As trabalhadoras da Boeso foram até à Casa do Trabalhador em busca de ajuda. Sentem-se enganadas pelo patrão que, após a ocorrência de um indênio na fábrica, as convenceu a recorrer ao subsídio de desemprego até as instalações estarem recuperadas. Que fossem para casa, que ele depois as chamaria. Passou mais de um ano mas nenhuma regressou ao seu posto de trabalho. Entretanto, a Boeso «mudou» de dono, passando para o nome do encarregado que, tal como o «antigo» proprietário, é espanhol. As trabalhadoras, algumas das quais estavam na empresa há 40 anos, estão convencidas de tudo não passa de uma fraude e exigem os empregos ou então o pagamento dos seus direitos: dois meses de salários em atraso, subsídios de férias e de Natal e indemnizações. O Sindicato dos Químicos está com elas e já abriu um processo.

Os patrões alemães partiram despedindo 400 trabalhadores mas deixaram um aviso: isto é propriedade privada



EM FOCO

# A privatização da velhice (IV)

**S**OB O TÍTULO da «Privatização da velhice» publica-se «hoje o quarto e último artigo dedicado à ofensiva privatizadora contra o sistema público de Segurança Social.

Nos artigos anteriores <sup>(1)</sup> procurou-se sumariamente caracterizar a ofensiva neoliberal contra os direitos sociais e contra o papel do Estado na sua concretização. Foi examinada a estratégia do grande capital financeiro transnacional com vista a assenhorear-se do controlo de activos financeiros de gigantescas dimensões constituídos pelos descontos dos trabalhadores para sistemas públicos de segurança social. E abordaram-se os principais problemas com que a Segurança Social está confrontada no nosso país e algumas das linhas que se desenharam no ataque privatizador que tem estado a ser minuciosamente preparado.

Hoje a atenção incidirá sobre os planos do governo do PS em relação ao que afirmam ser a «reforma» da Segurança Social. E na apresentação, em contraposição, da necessidade de uma reforma democrática que - ao invés dos planos privatizadores e redutores de direitos sociais - defenda, reforce e aperfeiçoe a Segurança Social.

## Os planos do Governo PS

Embora no «Contrato de Legislação» com que culminaram os «Estados Gerais para uma Nova Maioria» organizados pelo PS no período que antecedeu às últimas eleições legislativas se afirmasse que «a reforma do sistema actual (de Segurança Social) não (deveria) ignorar o aperfeiçoamento da protecção garantida aos cidadãos», a verdade é que à medida que os meses de governação «rosa» vão passando mais nítidos se tornam os seus propósitos essenciais, redutores de direitos e de natureza privatizadora. E mais evidentes se tornam as contradições entre os planos do Governo e os compromissos assumidos no período pré-eleitoral, em que explicitamente foi prometida a preparação «de um livro branco sobre o actual sistema a realizar por uma equipa de peritos independentes, de nomeação parlamentar; em que foi defendido no que “respeita ao financiamento (que) o actual modelo (deveria) ser revisto no âmbito da reforma do sistema fiscal e no sentido de abranger todo o valor acrescentado”; e em que apenas era aceite o «desenvolvimento dos chamados «segundo» e «terceiro» patamares da segurança social (...) desde que se não (fizesse) à custa da degradação financeira do «primeiro patamar» (seguro social obrigatório e público)».

No que respeita à «Comissão do Livro Branco», nomeada exclusivamente pelo Governo e com uma composição em que pesam de forma determinante os interesses das grandes seguradoras, um primeiro conjunto de «recomendações» tornado público no final de Julho passado forneceu indícios significativos sobre as suas principais inclinações. <sup>(2)</sup>

Refiram-se:

- na linha redutora de direitos, a supressão dos subsídios de nascimento, casamento e aleitação, com simples redistribuição das suas dotações a favor do valor do abono de família; a baixa por doença só ter lugar ao fim de noventa dias de incapacidade temporária e ser significativamente reduzido o tempo de atribuição do respectivo subsídio;

- quanto ao financiamento, a recusa do alargamento da base de financiamento do sistema (nomeadamente no que respeita às facturações de empresas) e o obsessivo gradualismo com que são assumidas as responsabilidades do Orçamento do Estado em relação à Segurança Social (encargos de solidariedade, financiamento da contrapartida nacional às transferências do FSE no que respeita às medidas activas de emprego e formação profissional);

- quanto ao plafonamento de contribuições e pensões, apesar de não se ter ainda pronunciado em concreto por carência de elementos estatísticos, a sua concretização não suscitou todavia qualquer objecção de fundo por parte da Comissão.

Em relação ao plafonamento das contribuições e das prestações - que representa de facto uma primeira e decisiva ofensiva para a redução do sistema público da segurança social e para o simultâneo alargamento do espaço de actuação dos interesses privados -, importa chamar a atenção para o facto das cautelas de que se rodeou a Comissão do Livro Branco no que respeita à análise concreta das consequências da sua implementação não ter sido acompanhada por idêntica atitude por parte do Governo.

Na realidade o ministro Ferro Rodrigues, em declarações ao Canal 1 da RTP <sup>(4)</sup>, ao mesmo tempo que procura tranquilizar a opinião pública quanto aos propósitos do Governo com a afirmação de que «não queriam que o sistema público fosse destruído», confirmava que «estava a ser estudado seriamente o tecto a partir do qual as pessoas serão livres (sic) de contribuição». E acrescentava ainda que «sendo impossível aplicar (o tecto) no próximo ano», todavia «a concertação social estava a discutir uma ideia muito interessante que era avançar para que o excedente (sic) do tecto seja sujeito a um sistema acordado por acordo de empresa ou de sector».

Preto no branco, pode de facto ler-se na proposta de acta final para a reunião de 9 de Setembro passado, do Grupo IV - Protecção Social da Concertação Social de Médio Prazo a ideia de «reforço do 2º pilar da Segurança Social, incentivando a criação de Fundos de Pensões, designadamente através da implementação do *plafond* ao nível de empresa ou de sector, tendo como requisito a adesão (por AE ou CCT) a um regime profissional complementar», acompanhada pela expressa menção aos «incentivos fiscais adequados ao desenvolvimento dos regimes profissionais complementares».

Não é interessante observar que esta política havia sido apresentada, meses antes, pelo próprio Secretário de Estado da Segurança Social numa entrevista ao boletim da AEGFP - Associação das Empresas Gestoras de Fundos de Pensões? <sup>(5)</sup> Em que garantia que «ainda que o limite (à base das contribuições) não deva ser muito elevado, pelo menos funcionará como sinal para a criação de um novo mercado, um facto importante para a introdução das formas privadas de capitalização para a reforma». E em que acrescentava que «a proposta da AEGFP para a criação de dois *plafonds* (...), só precisa de ser trabalhada», que «no (seu) entender a grande vantagem que esta proposta teria seria a de criar uma zona intermédia de capitalização que poderia ser adoptada numa base já mais contratualizada e que «isso seria algo positivo na medida em que esta possibilidade seria inserida num quadro de negociação colectiva de trabalho, nomeadamente, a nível de empresa, como é o caso de alguns fundos de pensões».

Não é isto tudo ilustrativo do grau dos compromissos existentes entre o governo do PS e o sector segurador e das empresas gestoras dos fundos de pensões, no que respeita à redução do sistema público e à privatização da Segurança Social?

## Por uma reforma democrática

Os problemas da Segurança Social e o propósito do Governo do PS proceder a uma profunda e gradual alteração do sistema, de natureza privatizadora e redutora de direitos, constitui sem dúvida uma das questões de mais premente actualidade e de maior relevância social e política.

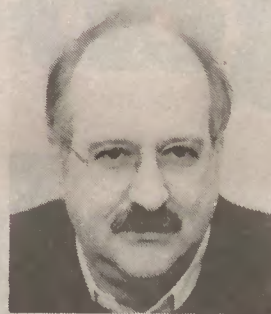
Neste quadro importa valorizar a realização em 22 de Junho último do Encontro Nacional do PCP sobre Segurança Social, o documento <sup>(6)</sup> aí aprovado para o prosseguimento da reflexão e do debate, e a perspectiva apontada no que respeita ao desenvolvimento de um vasto e diversificado movimento de opinião, de intervenção e de luta, com vista à defesa, ao reforço e ao aperfeiçoamento do sistema público.

O reconhecimento de que são necessários ajustamentos políticos de carácter estrutural, que respondam às dificuldades acumuladas na Segurança Social e aos problemas decorrentes das alterações que têm vindo a processar-se ao nível da economia, do emprego e da demografia, constitui evidentemente um importante ponto de partida da análise promovida pelo PCP.

Onde as diferenças se manifestam e os caminhos verdadeiramente se opõem, é quanto à natureza e aos objectivos desses ajustamentos.

Dois «modelos» ou duas linhas fundamentais se encontram em claro confronto, como o Encontro Nacional do PCP procurou sublinhar. Por um lado é o «modelo neoliberal», de que o Banco Mundial se assume como o porta-voz internacional e que está consubstanciado na «teoria dos três pilares», que associa a liquidação de direitos sociais e a desresponsabilização do Estado em relação à Segurança Social, com a privatização do fundamental dos sistemas públicos que actualmente a concretizam.

Por outro lado e em sentido diametralmente oposto, situam-se os que, a partir de perspectivas diferenciadas do ponto de vista técnico, económico e político, se colocam numa linha de defesa



■ **Edgar Correia**  
Membro  
da Comissão Política

do direito à segurança social como irreversível conquista civilizacional e que, com esse objectivo, procuram as vias e as medidas para salvaguardar, reforçar e aperfeiçoar o sistema público que lhe serve de suporte e garantia, nomeadamente através da melhoria da sua direcção e gestão, do alargamento da base de incidência contributiva a elementos distintos dos salários e da adequação mais lógica do financiamento às funções da Segurança Social e aos objectivos das prestações.

É necessário compreender a importância do confronto político e ideológico que está em curso entre esses dois «modelos» ou linhas fundamentais que disputam as alterações a realizar no sistema da Segurança Social. E que apesar da desproporção de forças (nomeadamente as que decorrem da magnitude dos interesses do grande capital nacional e transnacional e do poder comunicacional e político que ele comanda), esta é uma batalha em que os trabalhadores, os contribuintes e beneficiários do sistema, a opinião pública em geral, são chamados a ter uma participação seguramente decisiva.

Assume assim capital importância o esclarecimento argumentado de que o «modelo» neoliberal de privatização da Segurança Social que, com variantes de grau, modalidade e prazo mais curto ou mais longo de concretização, aparece a ser defendido no nosso país pelos representantes do grande capital financeiro (bancos, seguradoras, sociedades gestoras de fundos de pensões) e, no plano político, pelos responsáveis do PSD, do PP e do Governo do PS, não tem nada de positivo a oferecer aos beneficiários da Segurança Social. Nem dispõe de qualquer vantagem comparativa na abordagem dos problemas, velhos e novos, com que o sistema está confrontado.

Também a divulgação e o debate da proposta do PCP com vista à realização de uma reforma democrática da Segurança Social - que em sentido oposto às políticas redutoras de direitos e de natureza privatizadora assume claramente a defesa, o reforço e o aperfeiçoamento do direito à segurança social e do sistema público que o suporta e garante - constitui também um decisivo elemento para a luta em curso.

Por que o PCP não se limita a afirmar a existência de uma alternativa ao «modelo» neo-liberal.

O PCP assume a defesa de um conjunto coerente de orientações estratégicas e de medidas, cuja concretização - apenas dependente da orientação do poder político - é susceptível de dar boa resposta aos problemas actuais e à evolução futura dos principais indicadores, nomeadamente os de natureza económica e financeira, social e demográfica.

Convocar todas as forças susceptíveis de terem uma intervenção positiva neste grande combate; abrir uma perspectiva de acção comum ou convergente entre quantos - independentemente dos seus referenciais políticos e ideológicos - assumem um comum empenho na defesa do direito à segurança social e na sua concretização num nível mais elevado do que actualmente; - tais são as imperativas e inadiáveis tarefas de uma muito importante batalha que os trabalhadores e o povo português têm pela frente.

Notas:

(1) In «Avante» de 4/1, 11/1 e 2/5/96.

(2) Contrato de Legislação - conclusões dos Conselhos Coordenadores, págs. 88 e 89.

(3) Informação - trabalho desenvolvido pela Comissão do Livro Branco da Segurança Social desde Fevereiro até Julho de 1996.

(4) 12/9/96

(5) Fundos de Pensões - AEGFP n.º 6 - Janeiro/Março 96.

(6) O documento «Por uma Reforma Democrática da Segurança Social» pode ser obtido nos Centros de Trabalho do PCP ou solicitado à Comissão Nacional para as Questões da Segurança Social (CT do PCP - Rua Soeiro Pereira Gomes n.º 3 - 1699 LISBOA CODEX).



## EM FOCO

# A desigualdade em números

**A** crescente concentração da riqueza, para que a CGTP tem alertado noutras ocasiões, fica mais evidente com «dados inequívocos» a que a central teve acesso mais recentemente e que foram referidos aos jornalistas após a última reunião do Conselho Nacional da Inter. É igualmente clara uma desproporção na distribuição do rendimento nacional. E mesmo nos salários se vêem aumentos desiguais.

No que toca à distribuição da riqueza no País, «o desequilíbrio é preocupante e tende a agravar-se», disse Carvalho da Silva, citando resultados do estudo «Riqueza e Rendimento em Portugal», de Mónica da Costa Dias, publicado no Boletim Económico do Banco de Por-

tugal em Junho e que se baseia no Inquérito ao Património e Endividamento das Famílias, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística em Setembro de 1994.

Aquele trabalho «mostra que em Portugal a riqueza, apesar de continuar mal conhecida, está cada vez mais concentrada». Os números apontados dizem que:

— 1 por cento da população dispõe de 16,8 por cento da riqueza total;

— 10 por cento da população concentra quase metade da riqueza (47,5 por cento);

— 10 por cento da população detém 86 por cento dos activos financeiros (depósitos à ordem e a prazo, obrigações, participações em empresas, etc.).

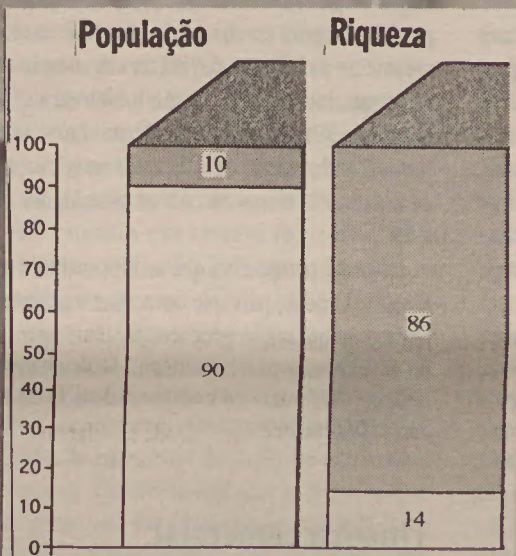
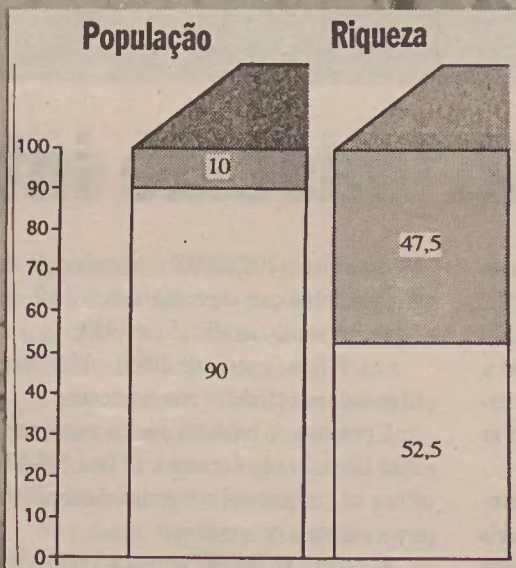
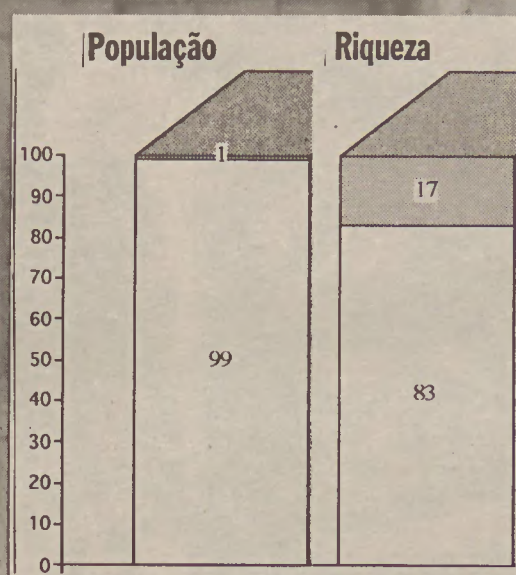
A CGTP refere ainda informações publicadas em Agosto na revista «Fortuna», indicando que nas cinco maiores fortunas (António Champallimaud, Manuel Bulhosa, família Amorim, Belmiro Azevedo e família Soares dos Santos) concentram-se 782 milhões de contos; a lista das 157 maiores fortunas contabiliza 2395 milhões de contos, o que equivale a mais de um terço (37 por cento) de todas as remunerações do trabalho pagas em 1995, incluindo as contribuições patronais para a Segurança Social.

Têm vindo a agravar-se as desigualdades no que respeita à distribuição do rendimento nacional. O estudo de Mónica da Costa Dias mostra que Portugal é um dos países com maior desequilíbrio:

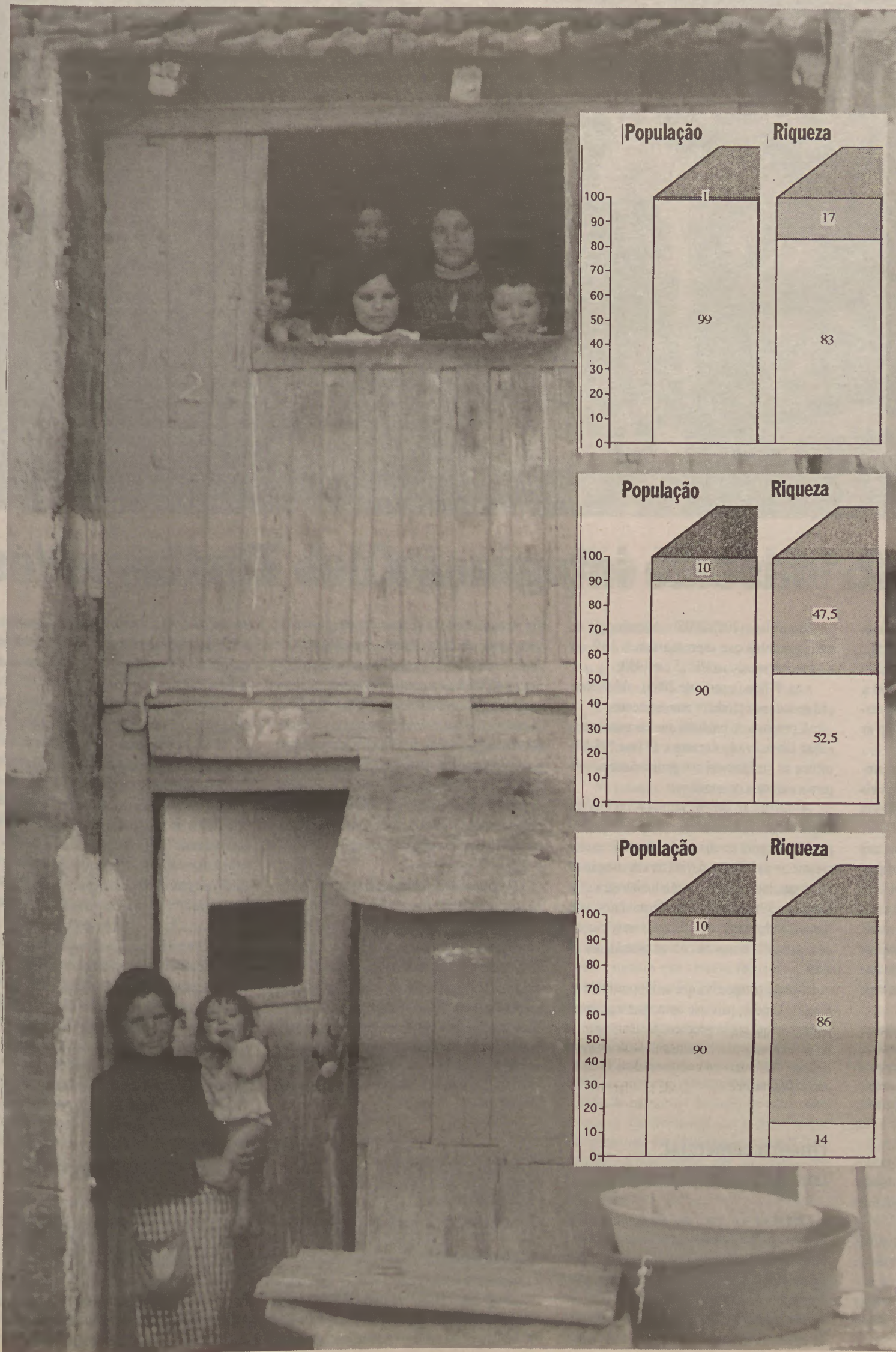
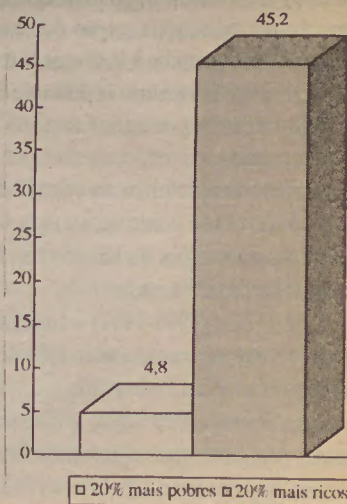
— para os 20 por cento da população que têm os mais baixos rendimentos foram apenas 4,8 por cento do rendimento nacional em 1994 (contra 5,6 por cento em 1990);

— aos 20 por cento com os rendimentos mais elevados couberam 45,2 por cento do rendimento nacional (42,4 por cento em 1990).

Analisando os dados constantes dos quadros de pessoal das empresas, a CGTP verifica ainda que também aumentaram as desigualdades salariais: de 1982 a 1993, na distribuição da massa salarial dos trabalhadores por conta de outrem (sector não agrícola e excluída a Administração Pública), apenas aumentou a parte dos 20 por cento que auferem remunerações mais elevadas, à custa da descida dos restantes 80 por cento.



## Distribuição do rendimento





# Em defesa dos têxteis

**O**s Deputados do PCP ao Parlamento Europeu enviaram no passado dia 25 de Setembro ao Comissário Leon Brittan (responsável pela política comercial da UE) uma exposição sobre a 2ª fase de integração dos têxteis e do vestuário na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Neste texto faz-se uma caracterização completa da evolução da proposta de produtos a integrar nesta 2ª fase, cuja versão final terá sido discutida e aprovada na reunião de Colégio de Comissários de ontem.

Ao longo dessa exposição, que publicamos em separado, demonstra-se ser possível atingir o plafond de libe-

apelas ao cumprimento estrito das regras do GATT, em tempos aceites pela UE, e ao respeito do espírito e da

realização de 17% exigido pelas regras do GATT sem recorrer à inclusão de produtos sensíveis, estratégia, aliás, que foi já adoptada pelos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo,

letra das conclusões do Conselho de Ministros da Indústria de 28 de Março de 1996, que preconizam a «realização de uma selecção cuidadosa dos produtos a integrar no sistema da OMC» o que, de acordo com a declaração do Governo Português anexa a essas mesmas conclusões, deve ser feito «no respeito pelo período de transição negociado no quadro da OMC» (dez anos até 2005).

Os Eurodeputados do PCP recordam também que o estabelecimento da lista de produtos a liberalizar não



## A 2.ª fase de integração dos Têxteis e Vestu

As negociações do GATT que concluíram pela inclusão dos têxteis e vestuário na OMC definiram um prazo de dez anos (subdividido em quatro fases, de 1995 a 1998, de 1998 a 2002; de 2002 a 2005; a partir 2005) para a integração plena deste sector, de acordo com as duas modalidades seguintes:

a) estabelecimento de quotas, cujos valores seriam automaticamente acrescidos no início de cada uma das fases, respectivamente, de mais 16% em relação à fase precedente, mais 25% e mais 27%.

Assinale-se que os produtos para os quais foram definidas quotas são, genericamente, produtos sensíveis que, por isso mesmo e pelo facto de crescerem em volume ao longo das quatro fases, foram, de forma programada e previsível, a uma crescente e progressiva adaptação e reestruturação da indústria comunitária do têxtil e do vestuário para fazer face à concorrência acrescida de tais produtos.

Por outro lado, a manutenção de todos os produtos sensíveis no regime de quotas até ao final do período de transição de dez anos, é essencial para permitir à indústria têxtil comunitária o tempo necessário (e definido à partida, no âmbito das negociações do GATT) à sua modernização.

b) liberalização plena da entrada de produtos têxteis, tendo como referência o volume total das importações da UE 15 em 1990, feita também de forma faseada:

- na 1ª fase (1995-1997) – liberalização de produtos que representassem 16% do volume importado na UE-15 em 1990;

- na 2ª fase (1998-2002) – liberalização de outros produtos que representassem 17% do volume importado na UE-15 em 1990;

- na 3ª fase (2002-2005) – liberalização de mais produtos que representassem 18% do volume importado na UE-15 em 1990;

- na 4ª fase (a partir de 2005) – liberalização de todos os produtos remanescentes.

A proposta de produtos que compuseram o cabaz liberalizado durante a 1ª fase (95-97) incluiu no fundamental categorias não sensíveis para a indústria comunitária.

A definição dos produtos a incluir no cabaz a liberalizar na 2ª fase (98-02), cuja proposta está agora em discussão, depende exclusivamente da UE, que deverá ter em atenção os interesses internos do sector e limitar-se a uma simples notificação da lista de produtos, não dependendo, pois, de qualquer negociação com países terceiros ou com as autoridades da OMC.

É nesta perspectiva que se têm mantido os Estados Unidos, país que optou por manter no regime de quotas os produtos sensíveis para a respectiva indústria, cuja liberalização plena só acontecerá, como se compreende e atrás se recordou, em 2005.

### Quadro comercial com países terceiros

É sabido que, por força de acordos bilaterais com países terceiros, pertencentes ou não à OMC, a UE tem aceite contratos de comércio livre nos quais tem permitido a inclusão, entre outros, dos produtos têxteis.

É conhecido que, regra geral, tais acordos de comércio livre têm promovido a liberaliza-

ção de entrada na UE de muitos produtos sensíveis, têxteis e de vestuário, através de bases contratuais que não respeitam nem os prazos nem a definição qualitativa e quantitativa de produtos (por quotas ou em regime de plena liberalização) que constam das regras resultantes das negociações do GATT para o sector, genericamente descritas em A. É o caso, para apenas recordar um exemplo recente, até pela posição de discordância que o Governo Português formulou e que o levou a apresentar queixa no Tribunal de Justiça Europeu, dos acordos com a Índia e o Paquistão.

De forma usual, acresce, neste casos, que os países terceiros objecto destes acordos de comércio livre têm usufruído de condições acrescidamente benéficas sem que, em contrapartida, tenham aberto os seus mercados aos produtos têxteis que interessam à generalidade da indústria têxtil comunitária. As contrapartidas oferecidas por tais países poderão eventualmente beneficiar outros produtos industriais comunitários, ou o investimento de capitais, mas não são feitas na base de uma reciprocidade de produtos.

### Quadro específico decorrente do Conselho de Ministros da Indústria

As conclusões do Conselho de Ministros da Indústria realizado em 28 de Março deste ano são bem claras no que concerne ao mandato

atribuído à Comissão para a elaboração da proposta de produtos dos têxteis e vestuário a incluir na 2ª fase do período transitório em curso.

Recordamos, nomeadamente, o que consta da alínea a) do ponto 6 das conclusões desse Conselho de Ministros sobre o «Impacto da evolução internacional no sector comunitário dos têxteis e do vestuário».

«... Assegurar (...) a integração progressiva e equilibrada do sector dos têxteis e do vestuário no sistema da OMC, designadamente através:

a) da análise e do estudo cuidadosos de todos os aspectos económicos no sector têxtil e do vestuário..., de modo a seleccionar produtos para integração no sistema da OMC».

Acresce, ainda, a Declaração do Governo Português anexa às conclusões do referido Conselho de Ministros, onde se faz notar que «a integração dos têxteis na OMC deverá respeitar o período de transição negociado no quadro da OMC, a reciprocidade efectiva na abertura de mercados e a consolidação da competitividade das indústrias têxteis e do vestuário comunitárias em curso durante o período de transição».

### O conteúdo (conhecido) da proposta a analisar em Colégio de Comissários

Como preâmbulo fundamental deve salientar-se que é perfeitamente possível definir um cabaz a integrar na 2ª fase de liberalização com



## EM FOCO

depende de qualquer necessidade de negociações com países terceiros nem com as autoridades da OMC, podendo (e devendo) ser apenas o resultado de uma decisão exclusiva da UE.

Em relação ao quadro mais recentemente divulgado em Portugal, assinala-se o aparecimento de uma nova versão – aparentemente final – da proposta de cabaz que apenas na aparência é melhorada em relação a versões anteriores. De facto, nesta última versão, deixa-se na mão da Comissão a possibilidade de, por acto meramente administrativo e em função de declarações de intenção de terceiros de abertura dos respectivos mercados, alar-

gar de forma indiscriminada a lista de produtos a liberalizar até níveis muito superiores ao plafond exigível de 17%.

Pode até acontecer que, por esta via capciosa, a liberalização de produtos se torne total já nesta segunda fase, isto é, a partir de 1 de Janeiro de 1998 (quando essa liberalização estava agendada para 2005).

Tendo em conta a importância que a discussão da referida proposta «tem para toda a indústria comunitária do têxtil e de forma muito especial para Portugal», os

Deputados do PCP (Honório Novo, Joaquim Miranda e Sérgio Ribeiro) dirigiram também cartas aos comissários Deus Pinheiro, Bangemann (Assuntos Industriais) e Flynn (Emprego e Assuntos Sociais).

Foi igualmente dirigida uma carta ao Ministro da Economia, Augusto Mateus, para que o Governo Português considere a invocação do «interesse vital» que possa bloquear a implementação prática dessa proposta, caso ela venha a ser aprovada pela Comissão.



Deputado  
do Parlamento Europeu

Bruxelas, 25 de Setembro de 1996

Exmo. Senhor  
Dr. Augusto Mateus  
Ministro da Economia  
Rua da Horta Seca, 15  
1200 LISBOA

Senhor-Ministro

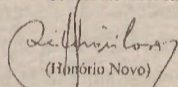
Junto enviamos cópias de uma carta e de uma exposição que hoje enviamos ao Senhor Comissário Leon Brittain sobre uma proposta de Regulamento do Conselho estabelecendo a lista de produtos dos têxteis e vestuário a serem integrados no sistema da OMC em 98/01/01.

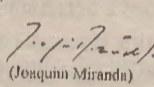
Os critérios que presidiram à elaboração da última versão da proposta a que tivemos acesso são naturalmente do seu conhecimento. Como por certo serão do conhecimento do Ministério as gravosas consequências que a aprovação de uma proposta deste tipo poderá ocasionar num sector essencial da economia nacional com incidência muito especial no emprego.

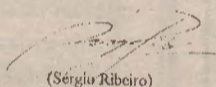
Torna-se decisiva uma colaboração multilateral muito estreita para que seja possível reunir vontades que convissem na rejeição de uma tal proposta pelo Colégio de Comissários. Por isso demos conhecimento da posição expressa ao Comissário Brittain e aos seus colegas de Comissão, Martin Bangemann, Pádraig Flynn e Deus Pinheiro. No plano nacional, esta iniciativa procura igualmente convergir com outras que estão em curso, e de que temos tomado conhecimento, designadamente na Assembleia da República, e assim suscitar novas e diversificadas tomadas de posição que, em conjunto possam criar um movimento nacional de rejeição desta proposta da Comissão.

Por outro lado, é indubitável que, caso venha a ser aprovada pela Comissão uma proposta de regulamento que inclua produtos sensíveis, e que seja baseada em critérios fortemente comprometedores do futuro do sector têxtil e de vestuário português, não nos restará outra hipótese que não seja rejeitar tal documento na reunião do Conselho de Ministros Europeu onde vier a ser analisado. Estamos certos de que o Governo Português assim o fará, não deixando de considerar a invocação do «interesse vital» para bloquear a sua aprovação e impedir a respectiva implementação prática.

Com os melhores cumprimentos

  
(Honório Novo)

  
(Joaquim Miranda)

  
(Sérgio Ribeiro)

Anexo: 7 páginas



## ário no sistema da Organização Mundial do Comércio

produtos de diversas categorias de cada um dos quatro grupos (1 – fios/fibras, 2 – tecidos, 3 – «made-up» e 4 – vestuário) cuja sensibilidade global é muito reduzida para a produção têxtil comunitária.

É o sector empresarial que o afirma, são os Sindicatos que o confirmam.

Foi com esta perspectiva que a EURATEX apresentou à DGI uma proposta de cabaz (em Abril de 1996). Proposta essa que representava um volume global a liberalizar de 17,20% do total das importações da UE-15, ou seja, ligeiramente superior aos 17% impostos pelas regras resultantes dos acordos GATT, integralmente constituída por produtos de sensibilidade zero ou muito diminuta.

Só por fortes pressões exteriores é que a EURATEX parece ter posteriormente alterado aquela lista e proposto a inclusão de algumas categorias, como a 28, de grande sensibilidade para Portugal, que fabrica cerca de 50% do total da produção comunitária, num valor de exportação de cerca de 20 milhões de contos. Não se compreende esta evolução da posição da EURATEX, que assim inflecte a correcção da sua proposta inicial que defendia a generalidade do sector industrial europeu, incluindo o português. Posição que parece ter abandonado...

A versão inicial da proposta em estudo na Comissão (de Junho/Julho deste ano?) definia, pelo contrário, um cabaz que, segundo sabemos, incluía inúmeros produtos extremamente sensíveis para a indústria comunitária, designadamente para a indústria portuguesa.

Entre outros citamos: a categoria 46 (lã, pelos finos cardados, penteados) do grupo 1;

as categorias 50 (tecidos em lã) e 100 (tecidos têxteis impregnados) do grupo 2; a categoria 90 (cordame, cordas, cabos em fibras sintéticas) do grupo 3; as categorias 4 (T-shirts), 12 (peúgas, collants, mini-meias em malha), 15 (casacos compridos femininos, impermeáveis, casacos curtos em tecido), 16 (fatos de homem em tecido), 29 (fatos e *tailleurs* para mulheres em tecido), 74 (fatos e *tailleurs* femininos, artigos de vestuário em malha), 77 (fatos para sky), 78 (outros fatos em tecido masculino e feminino), 86 (cintas), todas do grupo 4.

No caso de Portugal, estes produtos são globalmente de elevada sensibilidade, comprometendo directamente cerca de 25% da estrutura exportadora do sector. É natural e compreensível a oposição empresarial e sindical a uma tal proposta.

Restará acrescentar que nenhum destes produtos constava da lista proposta pela EURATEX à DGI em Abril deste ano, ou seja, da lista inicial proposta pelo sector empresarial.

### Nova proposta

Nos últimos dias, tomámos conhecimento de uma nova proposta, que supomos correspondida à versão final a apresentar em próxima reunião de Colégio de Comissários.

Esta versão (final?) da proposta, a qual representa 17% do volume total das importações da UE-15 em 1990 (aqui cumprem-se as regras) é aparentemente mais benévola que a inicial (pois que retira alguns produtos do

anexo a notificar à OMC). Apresenta, contudo, uma formulação escrita cujas consequências podem torná-la ainda mais perigosa para a indústria comunitária. A saber:

Da nova versão (final?) da proposta a apresentar em reunião de Colégio de Comissários foram retiradas, ao que supomos saber, categorias como a 4, a 15 e a 16.

No entanto, mantém-se a maioria das restantes, de que são exemplos as categorias 50, 78 e 90, as quais representam para Portugal, respectivamente, cerca de 3, 10 e 12 milhões de contos das exportações nacionais. No que diz respeito à categoria 90 pode mesmo afirmar-se que, na UE-15, só Portugal é que fabrica tais produtos. Por outro lado, no que respeita à inclusão da categoria 78 ela pode, pelos produtos que abrange (outros...), dificultar o controlo e ser um incentivo a todos os tipos de fraude...

Ao que julgamos ainda saber, existe a possibilidade de liberalizar a categoria 12 (que representa cerca de 21 milhões de contos de exportações portuguesas) embora formalmente pareça ter deixado de fazer parte do anexo discriminativo das categorias que são propostas para integração nesta 2ª fase, sucede, ao que parece, que tal categoria é referida, apenas, no texto da proposta de regulamento no qual se admite a possibilidade da sua inclusão posterior (e automática, a partir de decisão administrativa de competência exclusiva da Comissão) caso não se verifique determinada condicionalidade com um país terceiro (a Argentina). Só que diversas fontes consultadas admitem ser impossível que tal suceda nos prazos estipulados. O

que se traduzirá, na prática, na passagem da categoria para o anexo... e numa superação significativa do *plafond* de 17% de produtos a integrar...

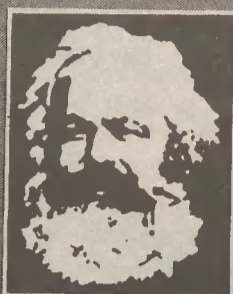
Por outro lado, a Agência EUROPE de 14 de Setembro divulgava um último apelo do comissário Leon Brittain a países terceiros (asiáticos e latino-americanos) para que rapidamente clarificassem as respectivas intenções no que concerne à abertura efectiva dos respectivos mercados a produtos europeus (subentende-se que igualmente têxteis embora no texto do apelo tal não venha adjectivado).

Só que, do texto da proposta de regulamento, não se conclui que, caso tais países não demonstrem disponibilidades de abertura de mercados, deverá ser qualitativamente alterada a lista de produtos constantes do anexo. De facto, a lista proposta não é alvo de qualquer condicionalidade desse tipo. Mas o contrário já pode ser admitido, pois que, se esses países confirmarem a intenção de abrir os seus mercados, há dispositivos na proposta de regulamento que podem colocar nas mãos da Comissão – novamente por mero acto administrativo – a possibilidade de aumentar o anexo de produtos a integrar com a inclusão de novas categorias. O que, no mínimo, contribuirá certamente para uma nova e ainda mais profunda superação do *plafond* de 17% exigido para a 2ª fase...

Daí a perigosidade acrescida para a indústria do têxtil e do vestuário comunitária que consideramos ter esta versão (final?), apesar de não incluir alguns dos produtos constantes da versão anterior.



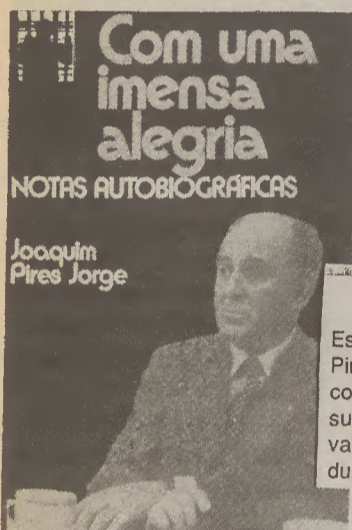
edições  
**Avante!**



O CAPITAL  
Karl Marx

Agora ao dispor dos leitores portugueses uma tradução rigorosa da mais importante obra de Karl Marx e do nosso tempo. Edição dirigida por: José Barata-Moura e Francisco Melo.

ISBN 972-550-223-X 363 pp.



COM UMA IMENSA ALEGRIA  
Joaquim Pires Jorge

Estas são histórias da História de Joaquim Pires Jorge, escritas na primeira pessoa, tal como foram contadas, ao longo de entrevistas sucessivas, a um jornalista. São histórias que valem pelas lições que encerram da vida duríssima e exemplar de um revolucionário.

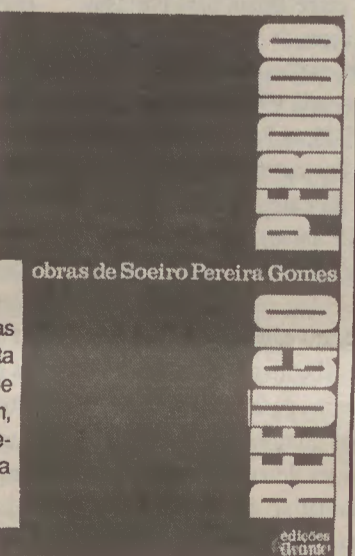
109 pp.



HISTÓRIAS CLANDESTINAS  
Joaquim Campino

Histórias dos que amassaram esperança durante os dias negros do fascismo e vivem hoje certezas inacabadas.

234 PP.



REFÚGIO PERDIDO  
Sоеiro Pereira Gomes

Colectânea de pequenos contos e crónicas (reunidos postumamente). A beleza desta obra, o seu rigor, a sua força mobilizadora que convidam à solidariedade e à luta os que a lêem, são fruto, em grande parte, de grande empenhamento e grande militância. Por isso é uma obra de liberdade e libertadora.

149 PP.

edições  
**Avante!**

## EM FOCO

■ Vasco Paiva (\*)

# Baldios

Os baldios constituem uma oportunidade excelente para o planeamento florestal e para se criarem pólos de dinamização do desenvolvimento local e regional. Na região de Trás-os-Montes, em 1961, estimava-se uma área de 159 244 ha de baldios (Mendonça, 1961) o que correspondia a 34,4% da área nacional de baldios submetidos a perímetros florestais. Actualmente, estima-se em 151 000 ha de baldios na Delegação Florestal de Trás-os-Montes submetidos a perímetros florestais, dos quais 89 000 ha estarão arborizados. São valores a que se devem associar as restantes áreas que não estão sob este regime. Valores que naturalmente estão subestimados, mas que só por si nos dão a noção da sua grandeza e importância para a região.

Nesta intervenção, não abordo propositadamente o tema das suas raízes históricas, da sua evolução, das lutas que as populações travaram em sua defesa, porque o objectivo desta não é tanto olhar para o passado, mas mais pensar o futuro.

Os baldios, mercê das vicissitudes que passaram, objecto de interesses de circunstâncias ou de cobichas desenfreadas e pelo processo histórico, perderam frequentemente os hábitos comunitários que lhe estavam associados e deixaram de ter o papel de suporte essencial para a sobrevivência das economias das comunidades em que estavam inseridos. Manteve-se no entanto uma forte ligação das populações aos baldios e representam ainda, ou podem representar, um instrumento importante para o desenvolvimento.

A questão que hoje se coloca é que os baldios têm sido vistos apenas como um local de produção de material lenhoso e que algumas receitas são ou serão aplicadas eventualmente em alguns melhoramentos locais. O próprio acrescentamento de valor que se poderia realizar nas matérias-primas não é efectuado na região e acaba por ir parar a outros bolsos: poderíamos citar como exemplos a exploração de eucalipto para celulose, de outras madeiras e das resinas para a indústria, a extracção de pedra e muitos outros. O próprio Estado nas receitas que recolhe dos baldios não as aplica fundamentalmente no local, nem tão-pouco na fileira florestal, acabam por reverter, no fundamental, para as receitas gerais do Orçamento do Estado.

### Uma visão redutora

Esta visão dos baldios, como meros espaços para a produção de material lenhoso, é uma visão redutora que desperdiça as potencialidades que estão inerentes aos mesmos.

As próprias intervenções nas matas florestais dos baldios não têm frequentemente um plano gestor e de ordenamento. Promovem-se cortes rasos e não se tem a preocupação de cortes distribuídos no tempo que pro-

porcionem receitas regulares e assegurem a regeneração natural das matas.

Uma outra questão, que é oportuno introduzir neste momento, é o processo de desertificação que tenha abalado as regiões do Interior, nomeadamente esta região Transmontana e aquelas em que se localizam os baldios. Se, no passado, um dos objectivos confessados de ataque aos baldios foi o de afastar as populações das suas economias tradicionais, o que permitiria disponibilizar mão-de-obra barata para o então processo de industrialização do país, esse motivo, para além de ser profundamente injusto, está perfeitamente ultrapassado mesmo para os que comunguem de perspectivas meramente tecnocráticas.

O despovoamento de extensas regiões do Interior é um factor de desequilíbrio e de alto risco para os próprios ecossistemas. O isolamento e atraso destas regiões, provocaram ondas sucessivas de migrações que geraram o despovoamento e agravaram problemas sociais nas cidades e locais de destino dessas mesmas populações. A desertificação humana, social e económica tornou-se assim o principal problema da região e de grandes incidências nacionais.

Impõe-se olhar para os baldios como um espaço privilegiado em que as intervenções terão também de, como um dos objectivos prioritários, promover um desenvolvimento integrado que proporcione riqueza, emprego local, bem-estar, que gira a fixação das populações.

O desafio dos tempos actuais é de, mantendo as características históricas e económicas dos baldios, procurar encontrar os mecanismos que promovam a sua melhor utilização e o desenvolvimento das comunidades locais em que se inserem.

No fundo, é necessário dar corpo

ao conceito de desenvolvimento florestal sustentado:

– para satisfação das necessidades e melhoria da qualidade de vida das populações em geral;

– para o desenvolvimento das actividades que têm por base os recursos florestais;

– para se alcançar um fluxo perpétuo, regular e optimizado dos bens e serviços que os recursos florestais proporcionam.

Um passo importante para se alcançarem estes objectivos seria a realização de Planos Integrados de Utilização dos Baldios e que a própria Lei 68/93 prevê, assim como

## Uma oportunidade para o desenvol

prevê o dever da administração oficial colaborar com os compartes na elaboração desses planos.

### Um exemplo das potencialidades

Em 1994, tive ocasião de realizar um estudo no baldio de Cidadelha de Aguiar. Importa sublinhar e saudar, antes do mais, o empenho e actividade do seu Conselho Directivo e dos seus compartes. Interessa ainda referir que este baldio é um belo exemplo daquilo que os compartes são capazes de realizar e de como o seu aproveitamento se traduziu numa melhoria qualitativa das condições de vida na localidade.

O estudo visou reflectir sobre a situação do baldio, inventariar recursos, avaliar produção e rendimentos, grau e diversidade de utilização do mesmo pela população e seu contributo para a comunidade local. Reflectindo-se sobre a situação do povoamento florestal existente, procurou-se elaborar um modelo de normalização da mata que, em simultâneo, promovesse a sua melhoria técnica e fosse gerador de maior rendimento para a comunidade local.

Ao referir aqui esse estudo, não é minha intenção alongar-me na sua descrição, mas apenas suportar-me do mesmo para exemplificar e justificar a afirmação de que os baldios possuem potencialidades que é urgente aproveitar.

Para a organização da mata, propôs-se a realização de cortes por faixas e a instalação de talhões que seriam delimitados com folhosas, rede divisional e aproveitamento das linhas de água. Estabeleceu-se um plano de ordenamento e de sequência de cortes que permitiria caminhar-se para a normalização da mata gerando uma produção sustentada e anual. No total, teríamos 35 anos





## de vimento regional

sucessivos de cortes das resinosas e instalação de talhões a que se seguiria o corte das folhosas. No final desse período e com uma boa condução dos povoamentos, aproximar-se-ia a época em que o primeiro talhão, já adulto, estaria a curto prazo em corte final e sucedia-se nova revolução, isto é, o material lenhoso em condições de corte estaria disponível todos os anos. Na ocasião, calculou-se que essa produção se traduziria em um aumento, no mínimo, para o triplo dos rendimentos anuais obtidos pelo baldio.

Apontaram-se medidas concretas para a melhoria da operação de resinação, para a protecção contra incêndios e para a melhoria do efeito visual da paisagem.

Consideraram-se medidas no âmbito do uso múltiplo, nomeadamente a instalação de pastagens para a silvopastorícia, o ordenamento e repovoamento cinegético com a criação de uma Zona de Caça Social, o aproveitamento das águas para a instalação de uma truticultura, o estudo das espécies melíferas e a apicultura, a recuperação de ruínas arqueológicas, a criação de infra-estruturas de lazer como a instalação de um parque de merendas, de um parque infantil e outras.

A concepção de exploração da mata que se preconizou proporcionava trabalho regular na mata, quer no corte e extracção de madeiras, quer nas limpezas e desbastes que seria preciso efectuar, o que gerava a criação de postos de trabalho. Também as outras actividades de uso múltiplo, como a truticultura e a cinegética geravam emprego e produziam rendimentos locais. A melhoria estética e de estruturas de lazer impunham a necessidade de alguém responsável pela sua conservação, mas certamente também atrairiam visitantes, pessoas que procuram um lugar tranquilo ao fim-de-semana, o que animaria

o comércio local. Um projecto integrado de salvaguarda do seu património arqueológico poderia ser uma actividade interessante e subsidiada para os jovens da localidade e de fora no período de férias.

A diversidade de actividades requeria formação profissional em que o baldio podia apostar com a realização de cursos específicos.

Finalmente considerou-se que o próprio baldio podia gerar as receitas necessárias a estes e outros investimentos e que existem mecanismos financeiros comunitários, como o PDF, as medidas agroambientais, e outros para suporte das actividades preconizadas.

Ao referir este exemplo, não pretendo estabelecer uma receita, desejo apenas sublinhar que muitas vezes se justificam as dificuldades do espaço florestal pela característica minifundiária da propriedade; no entanto, a dimensão dos baldios e a extensão continua de muitos deles são uma vantagem acrescida para o planeamento florestal e poderão ser um pólo de extrema importância para o desenvolvimento local.

### Planificar

Um passo importante nos baldios e na região seria o de estabelecer planos de utilização para cada um deles e que nesse planeamento estivesse sempre presente a preocupação não só de um projecto de técnicas florestais mas também as diversas componentes de uso múltiplo que pudessem ser implementadas, a quantificação do número de postos de trabalho que as actividades previstas iriam proporcionar, as preocupações de desenho de paisagem, enfim de qual seria o seu reflexo na comunidade local.

Hoje é necessário que a floresta seja atractiva, seja um elemento de fixação das populações. O espaço florestal e os baldios podem e devem

ser um elemento na criação de emprego, de progresso e de desenvolvimento.

Em muitos terrenos baldios existem potencialidades subaproveitadas, quer directas (florestais) quer associadas.

O empenho das populações aliado à capacidade científica e à criatividade dos técnicos será um elemento decisivo para aproveitar essas potencialidades e alcançar os objectivos referidos.

Existem instituições de ensino e científicas como a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e a Escola Superior Agrária de Bragança/Instituto Politécnico com saber e vontade que podem ser de grande utilidade para o apoio aos baldios e para o desenvolvimento regional. Será também importante um papel positivo da administração pública, uma acção de apoio e incentivadora, sem paternalismos, nem resquícios de que são ou foram «donos» dos baldios.

A crítica à actuação dos ex-Serviços Florestais ou do Instituto Florestal não deve esquecer a meritória obra que muitas vezes realizaram, nem tão pouco se poderá confundir com uma acção que leve à sua destruição ou à sua subalternização a outros serviços oficiais. Será oportuno sublinhar que a importância dos espaços florestais justifica só por si a existência de um organismo do Estado vocacionado para a floresta.

Os baldios não podem continuar a ser uma questão marginal, ou idílica, ou para os quais se olha como algo de pitoresco ou coisa do passado, são uma oportunidade de desenvolvimento que não pode ser desperdiçada. Trás-os-Montes não pode continuar a ser uma região adiada.

(\*) Intervenção para a 2ª Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro. Subtítulos da responsabilidade da Redacção.

# Uma casa mais

■ Hernâni Silva

*Para o Camarada António, com toda a amizade*

«Torna-se necessário, camaradas (Lemos, Mousinho, Paulo ou outro) arranjar nova casa para realizarmos as nossas reuniões» – colocava o responsável do organismo partidário, na alínea «importante» do ponto «diversos», da ordem de trabalhos.

E qualquer dos camaradas (o saudoso Lemos (\*) já morreu) objectava, quase taxativamente: «Temos três ao dispor. Estamos a servir-nos, rotativamente, desta, daquela e mais da outra. Volta e meia, descobre-se mais uma. Mas precisas dela. E “voa”...» Não voava, quem dela voava éramos nós. Vai de procurar-se outra. Memória votada a descobrir referências antigas, correspondendo ao «Dedicaís essas memórias ao assunto, meia hora por dia. E veremos quanto a coisa corre bem. Um dia destes encontrareis.» Trabalhava a memória. Mais dia, menos dia, vinham as necessárias conversas, para o efeito. Lá aparecia mais uma ou duas casas. E vinha o levantamento das situações de cada uma delas.

Para lá íamos: – Para Miramar, para Cortegaça, Delães, Afife ou Mindelo, aqui mesmo na cidade, para um que outro escritório, cooperativa, para o(s) apartamento(s) sei lá de quem, mesmo para o quinto (dos infernos não) mas da Terra, que na Terra sempre existiram casas (de comunistas, aparentados ou de simples simpatizantes. Às vezes de pessoas que não seriam nada disso, mas cujas bocas se não abririam. Não teriam coragem para dar passos políticos. Contudo até davam esse, que não era pequeno (!) só pelo prazer de desfeitearem a Pide e o seu patrão Salazar – Caetano fosse, era o mesmo... – Quantas vezes só por amizade para com o camarada que os abordou para tal fim).

Fazíamos descobertas, neste país de descobridores. A História nos ensinara o ensaio de dobrar cabos das Tormentas (tanto ainda era possível, continua a ser possível, no planeta).

«Arranjai mais um refúgio» – para tudo o que seja/fosse: – resguardar um camarada, para montar um copiógrafo, para... para... para...

Ora é isto que nunca compreenderam – não compreendem – nem podem aceitar os nossos adversários. Veja-se, no passado dia 30 de Agosto, o jornalista «comentador» Pedro Cid (agora aparecem como as cerejas, mas raivosos como este surge/surgem um tanto menos) no JN, na sua «colunata» «Ases e Duques», debitou o texto «O PCP de sempre». E destila veneno ali, para a fotografia do nosso camarada Carlos Carvalhas e tudo. Ainda bem que a prantou lá (ou aí lha prantaram) tanto mais que nos apresenta bem diferentes dos outros três maiores partidos, o do Governo, de que me parece/tem parecido fã, e os dos outros dois, pouco mais ou menos, a que chamam da «Oposição». E como nem compreendem como já não somos força em extinção, para ele até já extinta – dinossauros é que é... confessa, a dado passo: «Impressiona-me que um partido com estas características ainda mantenha a influência que tem, quer no poder local, quer na estrutura laboral do país. E como faz parte da maioria presidencial, há quem veja no PCP um poder de influência superior ou desajustado à sua contabilidade eleitoral.» Ó camaradas, a gastar cerra com ruim defunto?!... Assim mesmo, lede: Aquilo, para nós, conclui um único parágrafo, o primeiro. Depois seguem-se-lhe uma meia dúzia de parágrafos maiores, longos como a «légua da Póvoa» a analisar as grandes propostas de Agosto (pobres delas!) dos tais outros três «partidos parlamentares».

Realmente, camaradas, já naquele tempo de fascismo, e antes dele, havia, no mar, uma ilha para descobrir, um porto para se aportar e abrigar. Apareceria/aparecerá sempre, essa nossa gente, com força que eles nem sonham. Que esperem pela nossa força no campo social. E verão!... Sempre arranharemos casas. Agora, mesmo, abrimos, em Mértola, um novo Centro de Trabalho. Naqueles tempos, uma casa que nos «voava» ou de onde voávamos, pois o camarada António, ou outro, anteriormente ou depois dele, a levavam, com certeza, para que a Direcção do nosso Partido pudesse actuar com mais resguardado, por isso com mais força. Ó gentes, poetas, sim, mas com os pés pousados na Terra!... «E desculpai lá, qualquer coisinha», está bem?

(\*) Manuel Pinheiro Duarte, funcionário do Partido nos anos 40; técnico de contas/assessor administrativo de empresas.



■ Manoel  
de Lencastre

# O reino da loucura

O conflito entre os interesses dos trabalhadores e a corrida desenfreada do capitalismo para a globalização, começa a acentuar-se. Os povos já compreenderam o embuste das privatizações e, submetidos agora a uma austeridade incompatível com os resultados financeiros escandalosos das transnacionais que dominam a vida económica internacional, começam a preparar-se para lutar contra os terremotos do momento.

Esses terremotos que assolam a vida do cidadão ocidental são a supressão de subsídios, a redução das despesas dos orçamentos dos Estados, os cortes nos gastos com a Educação e os Serviços Sociais, os despedimentos no sector do funcionalismo público, os cortes nos salários, os benefícios fiscais para o grande capital, as grandes empresas e os investimentos especulativos. Protesta-se contra as desregulamentações e as condições de trabalho, contra a flexibilização e os reajustamentos estruturais. O mundo agita-se contra as centrais do capitalismo.

de um profundo agravamento da situação mundial. Existe uma guerra económica entre as grandes zonas de produção industrial e de comércio, os Estados Unidos, a chamada União Europeia, o Japão.

Em Cherburgo e Brest, diz o mesmo «Le Monde Diplomatique», vive-se um clima quase insurreccional e, na verdade, o passado fim-de-semana viu a realização de grandes manifestações populares na segunda daquelas cidades francesas. Na referida União Europeia (18 milhõ-

es de desempregados e 50 milhões de pobres), os despedimentos prosseguem - Deutsche Telekom: 70 000; Volkswagen: 30 000; Daimler-Benz: 15 000; National Westminster Bank:

15 000; Glaxo: 7500; Telefonics Española: 7000; Ibéria: 5200; British Airways: 5000; Olivetti: 5000, etc.

Uma empregada dos Correios franceses, admitida para trabalho à tarefa, já

teve de assinar 205 contratos diferentes por cada período correspondente a essas tarefas. A deslocação de empregos prossegue. A greve do pessoal da Boeing, em Seattle, não triunfou devido a certas realidades inultrapassáveis nas condições presentes - assim, enquanto um operário americano qualificado estava a ganhar 17 dólares por hora, a empresa transferiu o trabalho para a Polónia (onde paga à razão de 5 dólares à hora), para o México (1 dólar) e para a China (50 dólares mensais). A McDonnell-Douglas seguiu-lhe, rapidamente, o exemplo. Na Itália, a mundialização e a flexibilidade estão a operar milagres. A Pirelli, que empregava 4000 trabalhadores, já só conta 400. Mesmo assim, quando terminaram as férias de 1995, a empresa exigiu que os operários também trabalhassem aos domingos. Apesar de 58% do pessoal haver recusado aceitar tal prática, a empresa avançou com a iniciativa e o Sindicato acabou por aceitá-la, também, contra a concessão de um dia de trabalho a menos por ano. De outra maneira, o trabalho da Pirelli iria para qualquer outro país.

## Valores americanos...

Nos Estados Unidos, a distância entre pobres e ricos é já um escandaloso e chocante fosso inultrapassável. A classe média forte sofre e encara o futebol com pessimismo. E o presidente Clinton, manobrando politicamente para fazer frente aos fundamentalismos do Partido Republicano, assinou vergonhosamente a lei da reforma da pobreza. A partir de agora, as medidas de assistência social ao dispor do Estado americano são as mais limitadas e as mais retrógradas que o país conheceu desde o «New Deal». A cidade de Washington acha-se devorada por condições inaceitáveis para os seus habitantes. As ruas estão cheias de buracos e a criminalidade já ganha acesso às zonas de



## Vermelho e Negro

«Le Monde Diplomatique» dizia, no seu número de Julho, que o mês de Setembro seria vermelho, em França. Não tivemos, até agora, um Setembro vermelho, nem em França nem em país algum - o que temos é um conjunto de negras circunstâncias que fazem prever todo um próximo futuro de lutas e

## Cartas

### Do padre Geoff Bottoms, de Preston, ao «Morning Star», jornal diário do Partido Comunista britânico:

«Não foi preciso muito para que o "Novo Trabalhismo" de Blair, mostrasse o seu verdadeiro rosto através da recente declaração de que o termo socialismo seria posto de parte. Mas mantém-se, quer queira ou não, o facto de que o Partido Trabalhista continua a ser o partido de massas da classe trabalhadora organizada, o partido que representa os interesses do mundo do trabalho contra os do capital. Porém, o "Novo Trabalhismo" insiste em querer dar ao capitalismo uma face cristã.

Na altura do colapso da URSS, Neil Kinnock, o mentor de Tony Blair, acusava Gorbachev de "fazer uso do sistema para reformar o sistema". Brincar aos capitalistas não produz soluções para os problemas que se apresentam à maioria do povo deste país. Só o socialismo pode realizar justiça, igualdade e liberdade para todos. Pretender que a luta de classes deixou de existir é fazer o jogo dos capitalistas - e os capitalistas não são nem nunca foram tão estúpidos que se deixem conduzir ao cadafalso pelos propagandistas do "Novo Trabalhismo".»

### Do Banco Mundial, segundo o jornal «The Guardian», Austrália:

«Os objectivos conseguidos pelo sistema de Plano nas economias dos antigos países socialistas foram consideráveis. Materializaram-se em grandes aumentos de produção, na industrialização, no desenvolvimento da educação, na criação de emprego para populações inteiras, em soluções para os problemas da habitação, e tudo nas con-

dições mundiais da Grande Depressão dos anos 30. Mas, a partir de 1991, o crescimento e o desenvolvimento das condições de vida caíram. O desemprego e a pobreza, na Rússia, deram lugar a uma enorme desigualdade dos rendimentos. No período de 1991-94, os salários reais diminuíram em mais de um terço e os do sector da agricultura em mais de metade. O pagamento de salários realizou-se com três ou quatro meses de atraso e, em muitos casos, deixou de existir. Deu-se uma queda catastrófica na esperança de vida. Em Março de 1995, já mais de dois terços da população discordava da economia de mercado e da reintrodução do sistema de propriedade privada.»

### Do Secretário e Tesoureiro do sindicato americano AFL-CIO, Richard Trumka, ao Congresso dos Sindicatos Britânicos (Trades Unions Congress):

«Um "gang" de políticos direitistas a que se chama Membros do Congresso mas que só trabalham contra a classe trabalhadora, tem assaltado cruelmente os interesses das famílias da gente de trabalho, nos últimos dois anos. As grandes companhias estão a fazer enormes lucros e os seus dirigentes levam para casa milhões de dólares. Sai tudo dos salários dos trabalhadores. Nós, e as nossas famílias, estamos a sofrer como nunca acontecera desde os anos 30. Desde 1973, os salários médios caíram em cerca de 15% e os mais baixos em mais de 20%. Mais de 40% de toda a receita nacional foi para 1% dos membros da sociedade americana; 97% da totalidade dos rendimentos couberam aos 20% mais ricos no nosso país.»

## Comunistas

Morreu em Moscovo, com 83 anos de idade, o jornalista Michael Davydov, colaborador do «People's Weekly World» do Partido Comunista dos Estados Unidos. Era correspondente na capital russa e colocara-se ao lado dos parlamentares, em 1990, durante a confrontação entre aqueles e Boris Yeltsin. Davydov manteve-se no edifício mesmo durante o bombardeamento realizado pelos tanques de Yeltsin.

Nascera na Rússia, a 12 de Fevereiro de 1913, e emigrara, ainda jovem, para os Estados Unidos.

Estudou no Brooklyn College e aderiu ao Partido Comunista durante os anos 20. Combateu nas fileiras do 165º regimento de Infantaria americano no Pacífico durante a 2ª Guerra Mundial. É autor de 13 livros, quase todos sobre a Rússia e a União Soviética.

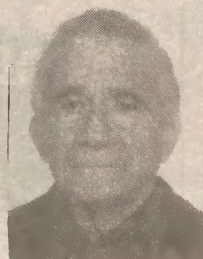
Entre os defensores dos «sans-papiers» barbaramente evacuados pelas autoridades francesas da igreja onde se abrigavam, encontrava-se o «maire» comunista, Jack Ralite, de Aubervilliers, que dormia junto dos oprimidos e fazia sua, também, a luta dos que procuravam justiça no país da «liberdade, igualdade e fraternidade», nas só encontraram ingratidão e brutalidade.

Anita Halpin, do Comité Executivo do Partido Comunista britânico, foi eleita para o Conselho Geral do Congresso dos Sindicatos britânicos nomeada pelo Sindicato dos Jornalistas.



## EM FOCO

# Sobre o debate de ideias na França inquieta e indignada



■ Miguel Urbano Rodrigues

**R**eencontrei em Paris, na Festa de *L'Humanité*, amigos da América Latina, da Ásia e da Europa que não via há anos. Somente no regresso a Lisboa, ao proceder a um inventário dessas conversas e despojá-las dos aspectos afectivos, me apercebi de que, contrariando o que seria na aparência lógico, falámos muito menos dos países de cada um que da crise profunda que a sociedade francesa atravessa.

Foi uma reacção espontânea. Todos sentíamos, não obstante as nossas experiências e mundividências serem com frequência muito diferenciadas, que a troca de ideias sobre a França, neste Outono do ano 96, era uma forma de abordarmos problemas que nos empurravam do particular para o universal. Isso por que a crise que tão duramente atinge a sociedade francesa não pode ser dissociada da crise, mais ampla e inquietante, que, na viragem do milénio, se abate sobre o conjunto da humanidade, apesar do abismo existente entre os países industrializados e os do mal chamado Terceiro Mundo.

A poderosa vaga de repulsa popular levantada pela ofensiva neoliberal do governo Chirac-Juppé não se nos apresentava como fenómeno local. Percebíamos que o tema dizia também respeito a cada um de nós, como internacionalistas e comunistas, aos nossos países e às lutas neles desenvolvidas, enraizadas nos malefícios de políticas de âmbito mundial inseparáveis da agressividade e irracionalidade do capitalismo no âmbito da estratégia da globalização.

Mais do que a qualidade do debate de ideias que se trava hoje em França, impressionou-me a sua intensidade e também a inquietação social que ele expressa, a consciência cada vez mais generalizada de que o projecto neoliberal se choca frontalmente com a lógica da vida. Não obstante o massacre mediático e a apologia perversa de um mercado quase sacralizado, milhões de pessoas de todas as classes e camadas sociais principiam a compreender, em França, que a ideologia que erige o dinheiro em bem supremo e meta dos actos humanos assenta em premissas insustentáveis e indefinidas pela própria legitimação e institucionalização do privilégio. O dramático aprofundamento das desigualdades sociais, indesmentíveis, não pode sobreviver na longa duração da história sem produzir catástrofes em cadeia.

É natural, neste contexto, que a transparente e saudável efervescência no debate de ideias me apareça como fenómeno positivo e mesmo como factor de formação e mobilização.

Poderia citar aqui muitos ensaios e artigos que li em jornais e

revistas, traduzindo preocupações que, sendo por vezes diferentes, coincidem quanto à conclusão de que as coisas não podem continuar como estão. Mas é desnecessário.

O esforço do governo Chirac-Juppé em repetir monocórdicamente o discurso sobre os supos-

discorreu, em entrevista de abertura, sobre grandes problemas do nosso tempo. Fê-lo em estilo elegante e linguagem sofisticada, mas de modo a evitar qualquer tomada de posição clara. Combater o capitalismo? Sim, mas sem pressas, para que ele retroceda, transformando-se, mediante reformas lentas que lhe minem a lógica da exploração, na sequência de lutas pacientes, sem desfecho previsível...

Dois depoimentos chamaram particularmente a atenção dos leitores. Antagónicos. Um do jornalista Jean François Kahn, um soci-

tenham trazido tudo o que prometiam e esperavam, contribuíram muito para o progresso da humanidade, tanto no campo das ideias como na melhoria das condições de vida.

Sublinhando que dramáticos acontecimentos do nosso tempo vieram reactualizar a importância da luta de classes como motor da História, Alleg considera irresponsável a atitude assumida por dirigentes comunistas franceses para os quais «todos nos deveríamos alegrar pelo desaparecimento da URSS porque tudo ali foi negativo». Tal posição, segundo o autor de *La Question*, equivale a «jogar pela borda fora tudo o que o movimento operário acumulou em longa sucessão de vitórias e derrotas». Sem subestimar a importância das lutas reivindicativas, Henri Alleg sustenta que uma sociedade como a que prevalece hoje num mundo imperializado, alicerçada na exploração do homem, não pode gerar através de reformas consensuais uma sociedade nova e humanizada.

«O papel dos comunistas – afirma Alleg – obriga por vezes ao choque com o ponto de vista da maioria. É indispensável *saber ouvir as pessoas*, mas os comunistas têm o dever de lutar, defendendo a sua própria doutrina.»

«Não pode existir – recorda – um movimento revolucionário sem teoria revolucionária, mesmo quando é necessário rectificar e criticar com firmeza o que se fez antes e confrontar permanentemente a teoria e a prática, sob pena de se cair no reformismo.»



Desenho de Luz em Humanité Dimanche

tos benefícios de Maastricht (desmentidos pela realidade) assume agora facetas quase grotescas. Os mitos da moeda única e da política externa e de segurança comum, estilhaçados, perderam o pouco que restava do seu poder mistificador.

\*  
\* \*

Na Festa do jornal francês foi muito comentado um conjunto de depoimentos publicado no número de *L'Humanité Dimanche* dedicado ao acontecimento.

Destacadas personalidades, comunistas e não comunistas, responderam a uma única pergunta: *É possível mudar de sociedade?*

O filósofo Joel Biard, chefe da Redacção da revista *La Pensée*,

al-democrata anticomunista. O homem dá voltas e contra voltas, invoca os anabaptistas alemães do século XVI, os jesuítas espanhóis do Paraguai, e até o faraó Amenófis IV, para chegar à conclusão de que toda a tentativa de ruptura social de conteúdo revolucionário leva sempre a situações trágicas – passa pelo reformismo.»

O grande impacto da iniciativa do *L'Humanité Dimanche* resultou do texto do escritor Henri Alleg, velho combatente comunista, autor de *SOS América* e *O Século do Dragão* e ex-secretário da Redacção do *L'Humanité*.

Alleg começa por desmontar a engrenagem mediática que, sem defesa do *statu quo*, apresenta a própria ideia da mudança de sociedade como «utopia perigosa».

Descendo ao fundo da questão, lembra que, embora a Revolução Francesa e a Comuna de Paris não

Não voltei pessimista de Paris. O povo francês, nas circunstâncias mais difíceis, tem encontrado a vontade, a energia e a imaginação para surpreender criativamente a humanidade com respostas adequadas a grandes desafios da história.

Reencontrei em Setembro uma França angustiada e revoltada com a política da direita de um dos piores governos das últimas décadas num contexto de complacência e de submissão à estratégia neoliberal comandada pelo sistema imperial de poder que tem o seu centro decisório nos EUA.

Acredito que o Outono francês vá ser muito quente, de Paris a Marselha, de Bordéus a Lille, com o povo nas ruas a recusar o projecto de sociedade que lhe querem impor.



elite, como Georgetown. As ruas de Capitol Hill, depois de vários anos sem beneficiações, tornaram-se artérias onde é perigoso circular. Os problemas de uma sociedade urbana em visível desagregação aumentam – a violência, o crime, o consumo de estupefacientes constituem a realidade de todos os dias. Esta sociedade, entretanto, tem outras prioridades e, impulsionada pelos fantasmas que o capitalismo agita, foge para a frente em busca de ilusões a perder – a amalgação entre a Bell Atlantic e a Nynex (23 biliões de dólares) deu lugar à criação da segunda maior companhia telefónica americana, mas provocou uma imediata «nacionalização» e o despedimento de 3000 pessoas, para começar. É a vida moderna no capitalismo selvagem, global, racional, reestruturado, flexível, voltado para a catástrofe. E o Japão, gradual mas seguramente, caminha para a falência.

## E japoneses

Neste país, as autoridades da economia e das finanças falam de 40 000 milhões de yen como sendo o valor das dívidas incobráveis registadas na contabilidade dos bancos. Mas, Kenneth Courtis, primeiro vice-presidente do Deutsche Bank para o mercado da Ásia, põe esse valor em 100 000 milhões. No centro da espectacular crise está o clima de intensa especulação a que se assistiu nos anos 80, particularmente no sector da propriedade urbana. De acordo com os preços megalómanos que se praticaram então, o valor imobiliário da cidade de Tóquio chegou a ser três vezes superior ao de todos os terrenos e de todas as construções nos Estados Unidos. O valor atribuído ao palácio imperial nipónico, segundo os preços em vigor nessa altura, era superior ao do Estado americano da Califórnia por inteiro.



## Dia do animal

Esta semana comemorou-se o Dia Mundial do Animal, o que permitiu sabermos algumas coisas surpreendentes. Uma delas é que os animais domésticos europeus estão a ficar obesos. Os mais gordos são os da Grã-Bretanha, onde 52% dos cães e 47% dos gatos necessitam urgentemente de fazer dieta, enquanto 48% dos cães holandeses e 44% dos seus irmãos italianos vão pelo mesmo caminho. A explicação

para esta desgraça que se abateu sobre os pobres animais domésticos europeus está, obviamente, nos excessos alimentares que os seus carinhos donos lhes proporcionam. O Hill's Institute - que promoveu um programa de emagrecimento para cães e gatos que culminará num concurso de elegância - exemplificou cabalmente até onde chegou o tipo de excessos alimentares prodigalizados aos animais domésticos pelos seus bondosos donos: um gato

# PONTOS CARDEAIS

inglês, que vai ser finalista deste «concurso de elegância», chegou ao lamentável estado de não se conseguir mexer devido a uma alimentação que consistia em peixe fresco - salmão, truta ou camarão gigante - todos os dias e várias vezes ao dia, a começar às cinco da manhã, ao «pequeno-almoço». Francamente, não há

gato que agüente... De Portugal também chegam histórias comoventes, contadas por um especialista português. Uma é a do gato «Osiris», tão gordo e senhor de si que não admite a ninguém lá em casa que se sente no seu canto preferido do sofá, e a outra é a de um cão, igualmente mastodôntico, que morde as pernas à dona quando

## ISRAELITAS-PALESTINIANOS



ela lhe não dá os pitús a que o habituaram.

Abre-se aqui uma oportunidade aos milhões de desempregados desta Europa farta a caminho da moeda única: transformem-se em animais domésticos que, pelo menos, fome não hão-de passar...

Produziu duas «advertências» formais à COFAC, para desespero dos milhares de alunos que tiveram o azar de se envolver com a Lusófona. A «paixão» do governo PS pelo Ensino está mais serôdia em cada dia que passa...

### Não funcionou...

Enquanto estrebucha no psicodrama da sua sobrevivência política, Manuel Monteiro saiu-se com mais uma originalidade, ao discursar nos Açores no âmbito das eleições regionais: confessou que «o PP reconhece que a oposição não funcionou» no combate ao governo PS. Dando de barato esta estranha coisa de Manuel Monteiro continuar a ser a voz do PP, apesar de autodemitido de presidente, é caso para recordar que, nesta coisa de enfrentar a política do PS, o que realmente funcionou foi o apoio explícito do PP ao Governo de António Guterres...

### Relatórios

Segundo um relatório do FMI, o governo socialista não vai no bom caminho, a não ser que aperte ainda mais nos impostos (a quem trabalha, pois claro). As «advertências» desta instituição do capitalismo mundial vão ao ponto de se intrometer não apenas no que existe, como o tímido «rendimento mínimo garantido» ou o «plano Mateus» (que apesar de tão bonzinho para os empresários, merece severas críticas dos senhores do dinheiro), mas também no que ainda não se concretizou no nosso país, como é o caso da regionalização. Alvorçados, os responsáveis portugueses apressaram-se a «desdramatizar» e, em vez de se demarcarem de tão grosseira intromissão nos assuntos nacionais por parte do FMI, preferiram dizer que o relatório não passava de «um estudo» (Sousa Franco) ou reconhecer, atenciosamente, que «há coisas menos positivas no plano académico nesse relatório» (Jorge Coelho). A subserviência é que não é nada académica, infelizmente...

## PONTOS NATURAIS



## Para além de Lisboa

### Exemplo bejense

Um alto responsável da PSP revela que Beja é uma das cidades menos violentas do País. «Há períodos em que não tem um grama de droga», garante.

(Diário do Alentejo)

### A grande mudança

EM BERINGEL, no concelho de Beja, numa antiga cadeia do século XVII, vai ser inaugurada, hoje, sexta-feira, 20, uma biblioteca. Cumpre-se, assim, uma das utopias dos anarquistas, que é a transformação de prisões em bibliotecas... A criação desta biblioteca deve-se ao esforço da Câmara Municipal de Beja, da Junta de Freguesia de Beringel e do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

(Idem)

### Pois...

FOGO - Ficou provado que as áreas ardidas no último Verão não tinham sido limpas. Portugal fica todo queimado mas limpo.

(Notícias de Vizela)

### Assim vai o País

Estamos cansadas de tanto procurar emprego e de promessas ou de anúncios às portas das lojas, que pedem empregadas, que recebem dezenas de candidaturas e depois não reclamam ninguém, como tem acontecido connosco. Batemos a muitas portas e uns disseram que não; outros disseram que já estávamos a passar da idade. Será que todas aquelas crianças de 11 e 13 anos, que vimos a trabalhar em algumas confecções, por onde passámos, têm idade para

trabalharem 12 e 15 horas por dia? Eu e a minha colega com 22 anos de idade, sem trabalho já estamos prontas para a reforma? Será justo que empresas têxteis e outras que recentemente despediram quase metade do seu pessoal, sobrecarregam agora com 12 e 15 horas diárias os que ficam e até trabalhem sábados, domingos e feriados? Se não acreditam, vão por essas empresas e verifiquem se é verdade ou não.

(Idem)

### História de um lince

O bicho é esquivo, de natureza reservada. Tão reservada que desde a criação da Reserva da Malcata foi capturado um único exemplar. Em Janeiro de 1992, depois de meses de esforço vão, um lince ibérico caiu na armadilha. O objectivo era a colocação de uma coleira-emissor que permitiria controlar os movimentos do bicho por radiotelemetria.

Aparentemente a missão foi cumprida. Os resultados é que não foram os esperados. Quatro dias depois, azar dos azares, a coleira-emissor avariou-se. A coleira perdeu o pio, os técnicos perderam o rasto ao lince. Até hoje, que haja registo, não voltaram a pôr o olho em cima de outro exemplar da mesma espécie. Têm esperanças que continuem a existir na serra, mas só de ouvirem dizer.

A história teria ficado por isto mesmo, não fosse uma cassette vídeo a que a *Gazeta* teve acesso, juntamente com crescentes rumores segundo os quais o lince capturado em Janeiro de 1992 terá morrido por overdose de anestésicos. O que aconteceu de facto ao bicho pode agora vir a ser apurado num inquérito interno dos serviços do Instituto de Conservação da Natureza que procuram pormenores sobre esta e outras questões relacionadas com o trabalho desenvolvido na Reserva Natural da Serra da Malcata.

(Gazeta do Interior)

Mário Castro



## AGENDA

## Carlos Carvalhas em Loures

Domingo, dia 6

Na visita ao concelho e contactos com as populações, o secretário-geral do PCP é acompanhado pelo presidente da Câmara Municipal de Loures e por outros autarcas e dirigentes locais do Partido.

O programa da deslocação começa em Odivelas (9.30 horas, Largo D. Dinis), seguindo-se Frielas, Bobadela e Santa Iria da Azóia.

Para as 13 horas, no refeitório da Câmara, está marcado um almoço-convívio de eleitos CDU nos órgãos autárquicos do concelho de Loures, onde Carlos Carvalhas fará uma intervenção política.

## Encontro dia 12 da CDU/Setúbal

O secretário-geral do Partido e os camaradas Francisco Lopes e Luís Sá, da Comissão Política, participam no próximo dia 12 no encontro distrital da CDU «Distrito de Setúbal — Participação, Desenvolvimento e Qualidade de Vida».

A iniciativa tem lugar no Salão dos Bombeiros Voluntários do Montijo, a partir das 9.30 horas.

## PCP

## Amadora

Reunião da Comissão Concelhia, alargada às comissões de freguesia e secretariados de célula, para debater a preparação do 15º Congresso do Partido e objectivos orgânicos - dia 8, terça-feira, às 20.30 horas, no auditório da CMA.

## Évora

Debate sobre o 15º Congresso, promovido pela Comissão Concelhia - hoje, às 21 horas, no CT do PCP. Com Raimundo Cabral, responsável da DOREV, e Agostinho Lopes, do Secretariado e da Comissão Política.

## Lisboa

Reunião distrital de quadros, para debate das Teses do 15º Congresso - dia 10, quinta-feira, no CT Vitória, das 10 às 13 horas.

Reunião do colectivo de jovens comunistas da Zona Oriental da cidade - dia 5, sábado, no CT Vitória, às 15.30 horas.

## Oeiras

Almoço-convívio em Carnaxide, seguido de debate sobre a situação política e as tarefas do Partido - domingo, dia 6, às 13 horas, no CT. Com Euclides Pereira, do CC.

Almoço-convívio da organização de freguesia de Linda-a-Velha - dia 12, sábado, no CT de Algés (inscrições até dia 10, telef. 4115746). Com Carlos Chaparro, do CC.

## Sintra

Plenários de militantes nas freguesias de Almargem do Bispo (dia 11, sexta-feira, às 21.30 horas, em Albogas), Montelavar e Pero Pinheiro (dia 12, sábado, às 21.30, no CT de Montelavar), Colares (dia 19, 15.30, CT de Mucifal) e São João das Lampas (dia 25, 21.30, no CT)

## Viseu

Reunião da direcção regional, para analisar a preparação do Congresso, as eleições autárquicas de 1997, a participação da ORV na Festa do «Avante!» - dia 5, sábado, a partir das 15 horas, no CT de Viseu. Com Sérgio Teixeira, da Comissão Política.



## Setúbal

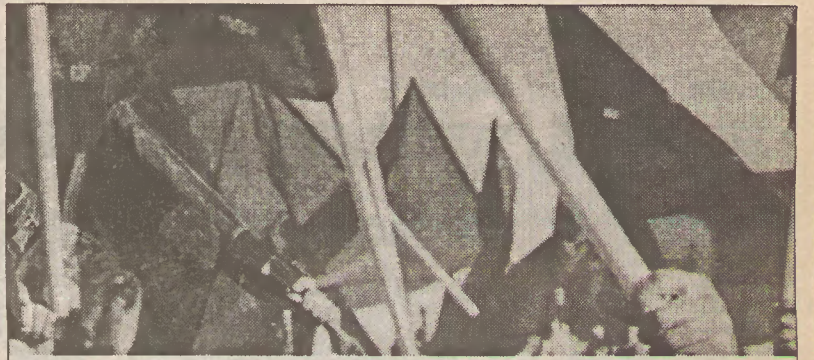
## 5º Encontro Distrital da JCP

Sábado, dia 5

Decorre na Casa da Juventude de Almada, a partir das 14.30 horas, sob o lema «Vontade de Mudar». Encerramento às 18.30, seguindo-se um jantar-convívio.

## Montemor-o-Novo

«O melhor para Montemor» — jantar-convívio da JCP, dia 12 (sábado), a partir das 20 horas, no CT do PCP. Com a participação de Florêncio Cacete (do Secretariado da DN da JCP) e Carlos Pinto Sá (da Concelhia do PCP e presidente da CM de Montemor-o-Novo).

COMÍCIO  
4. OUTUBRO

6ª FEIRA 21.30 H - PAV. DESPORTOS

Intervenção de:

## Carlos Carvalhas

Participação  
do Grupo de Música Popular Portuguesa  
«Quadrilha»



UM PARTIDO MAIS FORTE  
NOVO RUMO PARA PORTUGAL

## Autocarros

(informações e inscrições nos centros de trabalho)

Oeiras 1: Partida junto à estação de Oeiras (20.30 horas), com paragens em Paço D'Arcos (20.40, mercado), Dafundo (20.50) e Algés (21.00, Praça D. Manuel).

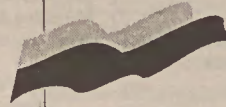
Oeiras 2: Partida de Porto Salvo (20.15, SIMPS), paragens em Leceia (20.20, largo), Tercena (20.25, GRT), Queijas (20.35, Igreja), Carnaxide (20.45, ex-Vimeca), Linda-a-Velha (20.55, largo) e Algés (21.00, Praça D. Manuel).

Sintra: Partida de Mem-Martins (junto ao CT do PCP, 20 horas), paragens em Mercês (20.10, junto à BP), Rio de Mouro (20.15, junto ao CT), Cacém (20.30, junto ao CT), Idanha (20.35, junto aos cafés), Belas (20.40, jardim) e Queluz (20.45, junto às paragens da ex-RN).

Amadora 1: Partida de Carenque (20 horas, Largo), com paragens em A-da-Beja (2.15, Largo), Brandoa (20.25, Alto, e 20.30, Largo), Falagueira (20.35, Café Piteira) e Venda Nova (20.40, Portas de Benfica).

Amadora 2: Partida do CC Babilónia (20 horas), paragens em Reboleira (20.10, Norte - Café Florença; 20.20, Bingo do Estrela), Damaia (20.30, monumento) e Buraca (20.40, Centro de Saúde).

CDU



PCP-PEV



## Açores

Iniciativas hoje em Fenais da Ajuda, Achadinha e Achada; amanhã em Água de Pau, Ribeira Chã, Santa Cruz do Rosário, Rosário da Lagoa e Lagoa.

Volta à Ilha do Faial, no sábado, com festa-convívio na Horta às 21 horas.

Flores: iniciativas na Fazenda (hoje), Lomba (amanhã) e Caveira (sábado).

## Barreiro

Eleitos autárquicos e activistas da coligação visitam sábado várias obras no concelho, com saída às 9.30 horas, do CT concelhio do PCP, e almoço no CT de Santo André.

## Ílhavo

Reunião concelhia de activistas da CDU, amanhã, às 21.30 horas, no salão da JF de S. Salvador (Ílhavo), para análise do trabalho autárquico no corrente mandato e definição de orientações e objectivos para as próximas eleições.



EM FOCO

Quinta, 3

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.45 Seleção RTP
16.10 A Lei das Ruas
16.55 Surf
17.05 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 Malha de Intrigas
18.55 O Campeão
19.50 Convite
19.55 Show Eu
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
20.50 Vidas de Sal
21.50 Reformado e Mal Pago
22.25 Polícias
23.20 Maria Elisa
00.35 24 Horas
01.05 RTP/Financial Times
01.30 Olho Vivo

RTP 2

17.00 Notícias
17.10 O Leão Leo
17.30 Avô MacDonaldis
17.55 Cantinho do Bebê
19.00 Notícias
19.05 Notas de Música
19.35 Missão Impossível
20.30 Para Além do Ano 2000
21.10 Remate
21.25 RTP / Financial Times
21.40 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «Mississippi Masala»
22.55 «Mira Nair, EUA-1991, com Denzel Washington, Sarita Choudhury, Roshan Seth, Sharmila Tagore, Charles S. Dutton. Drama.»
00.35 Inimigo à Porta
01.25 Instantes
00.55 A Morte da Jugoslávia

SIC

08.30 A Brincar, a Brincar
09.00 Buêrére
10.00 Olimpíadas Radicais
10.30 Ponto de Encontro
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Vira Lata / A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.40 Mulher de Honra
15.40 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Pensão Estrela
21.15 O Rei do Gado
22.15 Casos de Polícia
23.20 O Século do Povo
00.30 Último Jornal
00.45 Verdes Anos
01.45 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.00 TVI Jornal
13.30 Raminho de Salsa
14.00 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 Animação
18.00 Vida Falada (Talk-Show)
19.15 7 Ponto 15
19.45 Telejornal
20.30 Uma Família às Direitas
21.00 Notícia Escaldante
22.00 Carlos Cruz
23.30 Animação
00.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock apresenta...
01.00 Hunter

Da nova telenovela da RTP 1, «Vidas de Sal», ao regresso de «Ficheiros Secretos», na TVI, estarão ainda em destaque esta semana nas televisões um novo programa de magia e «Ilusões» por Luis de Matos, a confirmação de um bom «talk-show» com Maria Elisa, a estreia da notável série «O Nosso Século» e «Madama Butterfly», a ópera de Puccini. Podia ser muito pior!

Sexta, 4

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
10.45 O Beco dos Sarilhos
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.45 Olho Clínico
15.15 Seleção RTP
16.05 Os Andrades
16.40 Canal Aberto
17.45 Surf
17.55 Futebol: Ucrânia / Portugal (Sub-21)
19.50 Convite
19.55 Show Eu
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
20.50 Vidas de Sal
20.50 A Mulher do Sr. Ministro
22.20 «Stargate»
22.50 «Roland Emmerich, EUA-1994, com Kurt Russell, James Spader, Viveca Lindfors. Ver Destaque.»
00.20 24 Horas
00.50 RTP / Financial Times
01.05 Olho Vivo
01.35 «Amyville - A Vingança»
01.50 «Stephen Macht, Shawn Weatherly, Megan Ward. Terror.»

RTP 2

17.00 Notícias
17.10 O Leão Leo
17.30 Galinha a la Minute
17.55 Gosto da Minha Cidade
19.00 Notícias
19.05 A Ver Vamos
19.35 Missão Impossível
20.30 100 Melhores Vídeos
21.10 Remate
21.25 RTP / Financial Times
21.40 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «Lágrimas de Sangue»
22.55 «Zoltan Korda, Gr.Br.-1951, com Canada Lee, Sidney Poitier, Charles Carson. Ver Destaque.»
00.25 O Inimigo à Porta
01.15 Instantes

SIC

08.30 A Brincar, a Brincar
09.00 Buêrére
10.00 Olimpíadas Radicais
10.30 Verdes Anos
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Vira Lata / A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Mulher de Honra
15.30 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Malucos do Riso
21.15 O Rei do Gado
21.55 All You Need is Love
23.55 Má Língua (Especial Aniversário)
01.00 Último Jornal
01.20 Legendary Top Model: Naomi Campbell
02.50 Madredeus em Belém
04.00 Contos Eróticos
05.20 Enrique Iglesias em Lisboa
06.00 Prémios Mozart

TVI

12.00 Animação
13.00 TVI Jornal
13.30 Raminho de Salsa
14.00 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 Animação
18.00 Vida Falada (Talk-Show)
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 3ª Calhau a Contar do Sol
21.00 Ficheiros Secretos
23.00 Sem Reservas
00.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock apresenta...
01.00 Hunter

Sábado, 5

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.20 Cybermaster
12.00 Cuidados com o Cão
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Top +
14.00 Jornal Jovem
15.40 Beverly Hills
16.40 Clube dos Totalistas
17.55 Futebol: Ucrânia / Portugal (Seleção A)
19.55 Convite
20.00 Telejornal
20.45 Os Imparáveis
20.50 Serviço de Urgência
21.50 Miss Europa
23.20 24 Horas
23.40 «A Vocação»
23.55 «Michael Tolkin, EUA-1991, com Mimi Rogers, David Duchovny, Will Patton, Kimberly Cullum. Fantástico.»
01.20 «Planeta do Amor»
01.35 «John Ryman, EUA-Can.-1992, com Dwier Brown, Susan Walters, Karen Medak, James K. Ward. Comédia.»

RTP 2

11.00 MTV
12.50 Vida por Vida
12.15 Circo
13.00 O Mundo Maravilhoso da Floresta Temperada
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.00 Vidas do Século
19.00 Notícias
19.05 7º W (Defesa do Consumidor)
19.30 2001
20.00 Foyer: The Celluloid Closet
20.30 100 Melhores Vídeos
21.10 Notícias
21.05 Semana ao Sábado
21.55 Horizontes da Memória
22.35 Sinais do Tempo
23.25 «Morangos Silvestres»
23.35 «Ingmar Bergman, Suécia-1957, com Victor Sjöström, Ingrid Thulin, Gunnar Bjornstrand, Bibi Andersson. Ver Destaque.»

SIC

08.30 Buêrére
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Malhação
15.10 Portugal Radical
15.40 Médicos Sem Fronteiras
16.40 «Aguenta-te Canalha»
16.50 «Sergio Leone, It.-1972, com Rod Steiger, James Coburn, Romolo Valli, Maria Monti. Ver Destaque.»
19.00 Marina Dona Revista
20.00 Jornal da Noite
20.45 Clube VIP
21.20 O Fim do Mundo
22.20 Camilo e Filhas
23.20 Big Show Sic
01.00 Grande Prémio de Magia de Monte Carlo 96
02.25 Último Jornal
02.45 Legendary Top Model: Carla Bruni
03.35 Miss Universo 96
05.30 Rambling Rose
07.20 Circo Orfeu

TVI

09.30 Animação
11.30 Novos Ventos
12.15 Cartaz TVI
12.30 Urgente Salvar o Planeta
13.35 Contra-Ataque
15.00 Tênis ATP Tour
15.30 A Máscara
16.00 «A Nova Viagem de Sinbad»
16.10 «Gorson Hessler, Gr.Br.-1974, com John Philip Law, Caroline Monro, Tom Baker, Douglas Wilmer, Martin Shaw. Aventuras / Fantástico.»
18.00 Top of the Pops
19.30 Mini-Gladiadores
20.00 Telejornal
21.00 Tele-Choque
21.30 Docas
22.30 Últimas Notícias
23.00 Futebol
00.45 «Uma Ponte em Nova Iorque»
01.00 «Steve Rash, EUA-1991, com Kevin Bacon, Linda Fiorentino, John Malkovich, Joe Mantegna, Ken Olin. Comédia Dramática.»

Domingo, 6

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
12.25 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Made in Portugal
14.25 Alta Voltagem
15.05 86-60-86
15.40 Emoções Fortes
16.14 Super-Bebé
16.55 Motociclismo
18.00 Caixa Mágica
18.30 Golos
18.40 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Telejornal
20.45 Enviado Especial
21.30 Os Principais
22.30 Contra-Informação (Compacto)
22.45 Domingo Desportivo
00.15 24 Horas
00.35 «Cadeia de Comando»
00.50 «Davis Worth, EUA-1993, com Michael Dudikoff, Todd Curtis, Karen Tighman. Espionagem / Acção.»

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 Droga, Máscara e Realidade
11.55 Euronews
12.40 Máquinas
13.25 O Dinheiro Não Dorme
14.00 Desporto 2
18.00 «Das Tripas Coração»
19.05 7º W (Defesa do Consumidor)
19.00 Notícias
19.05 Bom Bordo
19.30 Artes e Letras - Dennis Potter
20.45 Karaoke
22.00 Notícias
22.05 Absolutamente Fabuloso
22.40 O Nosso Século
23.30 «Madama Butterfly»
(Ópera)
02.05 Instantes

SIC

08.30 Super-Buêrére
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Internacional SIC
14.10 Assuntos de Família
14.40 Malhação
15.50 Guerra dos Mundos
16.50 Justiça Negra
18.00 «O Exterminador Implacável»
18.10 «James Cameron, EUA-1984, com Arnold Schwarzenegger, Linda Hamilton, Michael Biehn. Ver Destaque.»
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Fim do Mundo
21.15 Cantigas da Rua
22.15 «Conan, o Destruidor»
22.30 «Richard Fleischer, EUA-1984, com Arnold Schwarzenegger, Grace Jones, Wilt Chamberlain. Aventuras / Fantástico.»
00.25 Último Jornal
00.40 «O Vale era Verde»
00.50 «John Ford, EUA-1941, com Walter Pidgeon, Maureen O'Hara, Donald Crisp, Barry Fitzgerald, Ann Todd. Ver Destaque.»

TVI

09.30 Animação
11.00 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.30 Portugal Português
14.30 Desafios Submarina
15.30 Desafios
16.00 «Pela Medida Grande»
16.10 «Italo Zingarelli, It.-1979, com Joe Bugner, May Dlamini, Dawn Jurgens, Malcolm Kirk. Comédia.»
18.00 1 West Wiki
19.00 Stick with Me, Kid
20.00 Telejornal
20.45 Sim, Senhor Ministro
21.15 O Último Dia
21.45 Models
22.45 Azul
23.00 «Krzysztof Kieslowski, Fr.-1993, com Juliette Binoche, Benoit Régent, Florence Pernel. Ver Destaque.»
00.45 Últimas Notícias

Segunda, 7

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.45 Seleção RTP
16.10 Programa a designar
16.55 Surf
17.05 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 Malha de Intrigas
18.55 O Campeão
19.50 Convite
19.55 Show Eu
20.00 Telejornal
20.45 Contra-Informação
20.50 Vidas de Sal
21.20 «O Fugitivo»
21.35 «Andrew Davis, EUA-1993, com Harrison Ford, Tommy Lee Jones, Sela Ward, Julianne Moore, Joe Pantoliano. Ver Destaque.»
23.25 Segunda Parte
00.25 24 Horas
00.50 RTP / Financial Times
01.05 Histórias da Noite

RTP 2

16.30 O Leão Leo
17.10 O Pântano dos Mafarricos
17.35 Viva a Família
18.00 Olho Clínico
18.45 Nas Nossas Mãos
19.15 Missão Impossível
20.45 Spray
21.20 Remate
21.35 RTP / Financial Times
21.45 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Lágrimas de Sangue
22.55 «Zoltan Korda, Gr.Br. 1951, com Canada Lee, Charles Carson, Sidney Poitier. Ver Destaque.»
00.20 Falatório
01.20 Instantes

SIC

08.30 A Brincar, a Brincar
09.00 Buêrére
10.00 Olimpíadas Radicais
10.30 Os Donos da Bola
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Vira Lata / A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Contrato Final
15.30 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Moda Paris
20.50 Sai da Minha Vida
21.25 O Rei do Gado
22.25 «O Último Grande Herói»
22.35 «John McTiernan, EUA-1993, com Arnold Schwarzenegger, F. Murray Abraham, Charles Dance. Acção / Comédia Dramática.»
00.50 Último Jornal
01.00 Contos de Arrepiar
01.50 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.00 TVI Jornal
13.30 Raminho de Salsa
14.00 Ambição
15.00 S.O.S. Urgências
16.00 Animação
18.00 Vida Falada (Talk-Show)
19.15 7 ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Doido por Ti
21.00 Série Especial
22.00 «A Escada de Corda»
22.10 «Charles Correll, EUA-1992, com Rosanna Arquette, Anthony Perkins, Amy Ryan, Beth Broderick, Harold Sylvester. «Thriller.»»
00.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock apresenta...
01.00 Hunter

Terça, 8

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.45 Seleção RTP
15.25 Lá em Casa Tudo Bem
16.10 Euronews
16.30 Histórias da Noite
16.55 Surf
17.05 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.00 Malha de Intrigas
18.55 O Campeão
19.50 Convite
19.55 Show Eu
20.00 Telejornal
20.45 Contra-Informação
20.50 Vidas de Sal
21.50 Nós os Ricos
22.20 De Par em Par
22.50 Maria Elisa
00.20 24 Horas
00.50 RTP / Financial Times
01.05 Olho Vivo

RTP 2

16.30 O Leão Leo
17.10 O Pântano dos Mafarricos
17.35 Viva a Família
18.00 Olho Clínico
18.45 Universidade Aberta
19.35 Spray
20.45 Missão Impossível
21.20 Remate
21.35 RTP / Financial Times
21.45 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 O Homem do Clã
22.55 «Terence Young, EUA-1974, com Lee Marvin, Richard Burton, Cameron Mitchell, Lola Falana. Drama.»
00.20 Falatório
01.20 Instantes

SIC

08.30 A Brincar, a Brincar
09.00 Buêrére
10.00 Olimpíadas Radicais
10.30 Táxi
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Vira Lata / A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Contrato Final
15.30 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Moda Paris
20.55 Jasmim
21.25 O Rei do Gado
22.25 Comédia da Vida Privada
23.35 Margarida Marante
00.50 Último Jornal
01.05 Escrita em Dia
02.05 «O Polícia da Estrada»
02.10 «James William Guercio, EUA-1973, com Robert Blake, Billy Green Bush, Mitchell Ryan. Ver Destaque.»
03.55 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.00 TVI Jornal
13.30 Raminho de Salsa
14.00 Ambição
15.00 S.O.S. Urgências
16.00 Animação
18.00 Vida Falada (Talk-Show)
19.15 7 ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Frasier
21.00 VRS, Realidade Virtual
22.00 «Escape»
22.10 «Ron Underwood, EUA-1994, com Alec Baldwin, Kim Basinger, Michael Madsen, Jennifer Tilly, Richard Farnsworth. Policial / Acção.»
00.20 TVI Jornal
00.50 Alfred Hitchcock apresenta...
01.00 Hunter

Quarta, 9

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.45 Seleção RTP
16.05 Nós os Ricos
16.00 Programa a designar
16.30 De Par em Par
16.55 Surf
17.05 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 Malha de Intrigas
18.55 O Campeão
19.50 Convite
19.55 Show Eu
20.00 Telejornal
20.45 Contra-Informação
20.50 Vidas de Sal
21.50 As Lições do Tonecas
22.20 Ilusões
23.10 Crime Violento
00.20 24 Horas
00.30 RTP / Financial Times
00.45 Olho Vivo

RTP 2

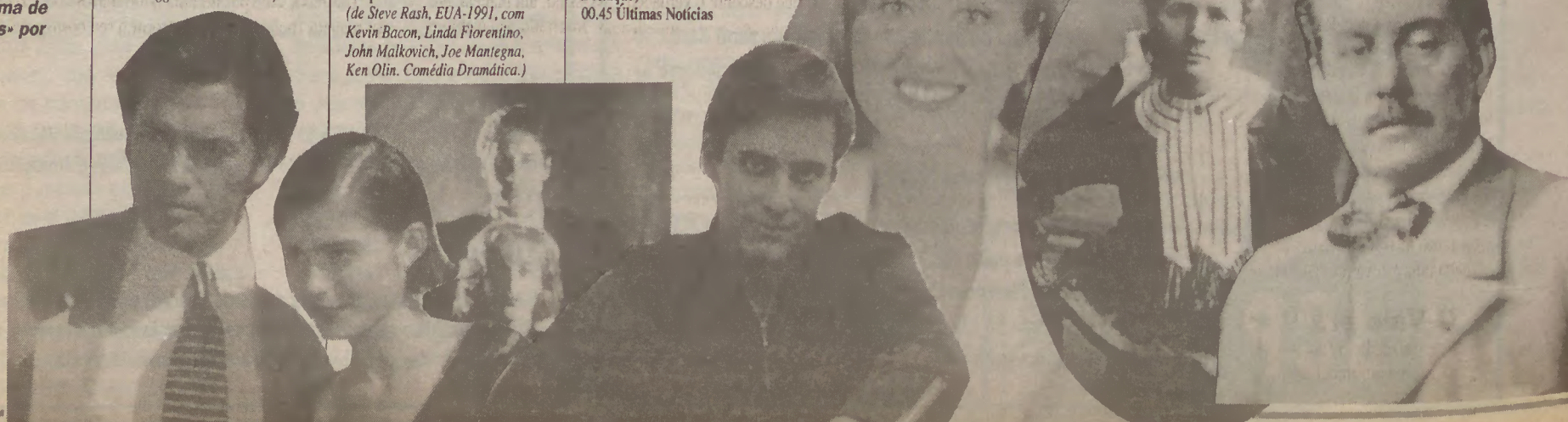
16.30 O Leão Leo
17.10 O Mundo de Richard Scarry
18.00 Vamos Aprender
19.05 Rumo à Lua
19.40 Missão Impossível
20.45 Os Simpsons
21.20 Remate
21.35 RTP / Financial Times
21.45 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Assassinato Sob Custódia
22.55 «Euchan Pally, EUA-1989, com Donald Sutherland, Janet Suzman, Zakes Mokae, Jurgen Prochnow, Susan Sarandon, Marion Brando. Ver Destaque.»
00.20 Falatório
01.20 Instantes

SIC

08.30 A Brincar, a Brincar
09.00 Buêrére
10.00 Olimpíadas Radicais
10.30 Escrita em Dia
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Vira Lata / A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Contrato Final
15.30 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.50 Moda Paris
20.55 O Rei do Gado
21.50 Miss América 96
23.35 A Noite da Má Língua
00.45 Último Jornal
01.10 Toda a Verdade - O Silêncio do Medo
02.10 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.00 TVI Jornal
13.30 Raminho de Salsa
14.00 Ambição
15.00 S.O.S. Urgências
16.00 Animação
17.40 Informação
18.00 Vida Falada (Talk-Show)
19.15 7 ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Frasier
21.00 VRS, Realidade Virtual
22.00 «Escape»
22.10 «Ron Underwood, EUA-1994, com Alec Baldwin, Kim Basinger, Michael Madsen, Jennifer Tilly, Richard Farnsworth. Policial / Acção.»
00.20 TVI Jornal
00.50 Alfred Hitchcock apresenta...
01.20 Hunter





## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

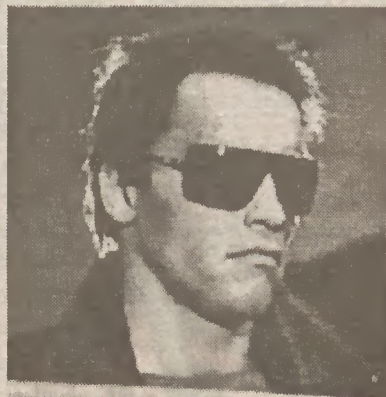
**Stargate** (Sexta, 22.20, RTP1)

Com recepção crítica muito diversa e de sentido contrário, trata-se de um muito recente filme de ficção-científica cujas principais qualidades são cumprir a contento a função de entreter através de uma história realizada com a desenvoltura que a indústria põe à disposição do mais hábil, desde que à partida se disponha, como aqui, de um orçamento de 55 milhões de dólares, pois então! Ora hábil e esperto é coisa que Roland Emmerich nunca deixou de ser desde que partiu da Alemanha, onde nasceu, para os EUA onde deu largas à sua especialização em efeitos especiais e truques de computador. Tudo agora ao serviço de uma história que nos fala de uma porta que um grupo de cientistas e arqueólogos por acaso descobre no Egito e que nos conduz a um outro universo completamente desconhecido... Com Kurt Russell e James Spader nos principais papéis.

**Lágrimas de Sangue**

(Sexta, 22.45, RTP2)

Estava na programação mensal indicado para inaugurar o ciclo dedicado pela RTP2 ao racismo e acaba por encerrá-lo, uma vez que, sem avisar, a estação transmitiu *O Nascimento de Uma Nação*, a obra-prima de Griffith. Como aqui escrevemos na semana passada, trata-se de um comovente filme realizado por Zoltan Korda, numa adaptação de um romance de Alan Paton, que nos conta a viagem de um pastor de província que vai a Joanesburgo em busca do filho que para ali partira na esperança de encontrar trabalho e sustento. Uma obra extremamente sensível e dramática que nos mostra as causas e as consequências da tragédia do *apartheid* na África do Sul.



Arnold Schwarzenegger, mais uma vez na pele de «O Exterminador Implacável», de James Cameron

mamente difíceis condições de trabalho, que levam à greve e à miséria, atravessando os que restam as mais duras provações. John Ford encena aqui mais uma exemplar obra cinematográfica,



Victor Sjöström e Bibi Andersson, dois dos principais intérpretes de «Morangos Silvestres», de Ingmar Bergman

**Aguenta-te Canalha**

(Sábado, 16.40, SIC)

O destaque aqui fica apenas pela curiosidade de se tratar de um *western-spaghetti* menos conhecido de Sergio Leone, ainda por cima com uma parêntese de actores de primeira água.



Harrison Ford é «O Fugitivo», em busca do assassino maneta, na versão cinematográfica de Andrew Davis

**Morangos Silvestres**

(Sábado, 23.25, RTP2)

Escolhido por Vitor Constâncio para preencher a rubrica «O Filme da Minha Vida», *Morangos Selvagens* é uma obra-prima grave e amarga que desvende, de forma impressionante e sublimada, as recordações de um velho professor que vai ser consagrado como *doutor jubilado* pela universidade de Lund e que, no trajeto de carro guiado pela sua filha, revê as cenas bucólicas da sua juventude e os momentos dramáticos da sua vida de homem egoísta, atraído pela mulher. Para além da impressionante segurança da *mise-en-scène* de Bergman, o filme ficou também marcado por uma fabulosa interpretação do realizador Victor Sjöström, no papel do velho professor. A não perder.

**O Exterminador Implacável**

(Domingo, 18.00, SIC)

Insólita mescla de homem e de robot, *Terminator* é um andróide indestrutível que veio do futuro para, lutando contra as forças do mal, salvar a humanidade da destruição nuclear: é este o traço essencial do primeiro filme da série *Exterminador Implacável* que, em 1984, constituiu um grande êxito de bilheteira e, através da invenção e espectacularidade dos efeitos especiais, ficou a marcar pontos na história do cinema de ficção científica, transformando-o num filme de culto. Entretanto, transmitido que já foi dezenas de vezes pelas nossas televisões, nada mais há a acrescentar àquilo que os espectadores já sabem, de cor e saltado...

**Azul** (Domingo, 23.00, TVI)

Depois de ter sofrido a perda do seu marido (um reputado compositor) e da sua filha num desastre de viação, Julie fica desesperada e tenta suicidar-se. Sem êxito. Abandona então a casa onde vivia, afasta-se de tudo e de todos e decide-se a encetar uma nova vida. As suspeitas de que tinha sido ela a escrever as obras que haviam tornado famoso o marido vêm a confirmar-se dado que é Julie que acaba de escrever a partitura de uma obra que aquele deixara incompleta e que um outro amigo compositor (com quem ela tivera uma ligação passageira) fora encarregado de terminar. Filmada com admirável sensibilidade num estilo visual que o celebrizou, esta obra de Kieslowski vai-nos mostrando gradualmente que as coisas às vezes não são o que parecem à primeira vista. Primeiro filme da célebre trilogia do realizador polaco, é assinalável que a sua primeira passagem nas nossas televisões se faça na TVI, embora com o atraso de uma semana pois esteve prevista para há oito dias.

**O Vale era Verde** (Domingo, 00.40, SIC)

Com raízes bem fundas numa pequena localidade mineira do País de Gales, uma família encontra-se dispersa pelo Mundo devido às extre-

na linha daquelas que constituem o retrato de uma profissão em crise ou de uma região paralizada e moribunda, através das figuras de uma família ou de um grupo de pessoas. Comovedor e pessimista, o filme parte mais de uma postura humanista do que da análise objectiva e rigorosa do regime social que tais sofrimentos e desesperos provoca. É, bem entendido, o timbre das obras de um cineasta sempre fiel aos seus temas e à forma particular de os abordar, com excelentes interpretações de um punhado de brilhantes actores e actrizes, de que é justo destacar Walter Pidgeon, Roddy McDowall, Donald Crisp e Maureen O'Hara. Uma obra-prima.

**O Fugitivo** (Segunda, 21.20, RTP1)

Um médico é acusado de ter morto a sua mulher e para escapar à injustiça da pena inicia uma longa fuga aos seus captores, em especial um agente do FBI. Até que descobre o verdadeiro assassino, um maneta, em busca do qual andara durante anos em bolandas. Inspirado na célebre e interminável série de televisão, esta adaptação ao cinema é extremamente bem arquitectada e encenada por Andrew Davis, bem apoiado por duas excelentes interpretações de Harrison Ford e Tommy Lee Jones o qual, aliás, com ela arrebatou um Óscar.

**Noite Brava** (Segunda, 22.45, RTP2)

Debruçando-se sobre um mundo sórdido, fundado na corrupção do dinheiro, este primeiro filme de um ciclo dedicado pela RTP 2 à homossexualidade é uma obra de uma dureza fora do vulgar do realizador Mauro Bolognini, aqui nitidamente influenciado pelo cineasta seu compatriota Pier Paolo Pasolini, aliás autor do argumento. Precisamente o argumento, pela sua inverosimilhança, é um dos pontos mais fracos do filme que conta com uma distribuição de luxo: Schiaffino, Terzoeff, Briali, Lualdi, entre outros.



Juliette Binoche e Benoit Régent, em «Azul», de Krzysztof Kieslowski



Saeed Jaffrey e Daniel Day-Lewis, os dois principais intérpretes de «A Minha Bela Lavandaria», de Stephen Frears

Um fotograma de uma obra-prima de John Ford: «O Vale Era Verde»

**A Minha Bela Lavandaria**

(Terça, 22.45, RTP2)

Tendo à partida o trunfo de um admirável título, este filme de Stephen Frears, um dos mais talentosos cineastas responsáveis pela renovação do cinema britânico dos anos 80, consegue ao mesmo tempo conciliar os elementos de drama, humor, sensibilidade e realismo de uma história de homossexualidade entre um emigrante paquistanês e um inglês pertencente a uma organização de extrema-direita vivida na Inglaterra da sra. Thatcher, repleta de problemas sociais e raciais. Ao mesmo tempo, o filme, realizado para a TV num tom de documentário, consegue dar uma imagem simultaneamente irónica e crua da realidade dos meios emigrantes na capital inglesa.

**O Polícia da Estrada** (Terça, 02.05, SIC)

Um modesto e pacato polícia de trânsito do Arizona, frustrado pelo seu reduzido porte, ambiciona trocar o seu posto pelo de detective na brigada criminal e assim trocar a sua *Electra Glide* (daí o título original) por um carro artilhado e veloz. Mas os sarilhos e as complicações acompanham as suas ambições e o nosso herói acaba por ser abatido durante um controlo de rotina. Percebe-se, assim, que o filme está longe de abordar esta temática pelo lado do humor, antes é espelho dramático da sociedade de frustrações perante o desfeito «sonho americano» que o cinema dos anos 70 nalguns casos tão bem expressou.

**Caravaggio** (Quarta, 22.45, RTP2)

Tal como o tratamento da luz se revelou revolucionário no tempo de *Caravaggio*, também a luminosidade deste filme nos devolve com grande esplendor e sumptuosidade a história da vida deste pintor, desde os tempos de miséria até ao convívio com os meios mais abastados.



## TELEVISÃO

■ Francisco Costa

# O espectáculo do crime

Mesmo que não houvesse outros aspectos a recomendá-la, a série norte-americana «Hill Street Blues», por coincidência agora em reposição na TVI, destacou-se em tempos da generalidade da produção televisiva sobretudo por ter inaugurado um novo estilo na narrativa televisiva de ficção.

Ao utilizar em grande percentagem a filmagem com a «câmara à mão» dos mais complexos planos de sequência ou dos mais simples planos de corte, mais se não pretendia do que inserir nos mecanismos de planificação e encenação, tradicionalmente tendentes ao rigor e à perfeição, os dispositivos pertencentes a um outro mundo - ao mundo da reportagem televisiva de informação. A intenção era clara: já não chegava a «impressão do real» que de forma tão brilhante a tradição do filme negro norte-americano inculcava nos mecanismos e hábitos de recepção do espectador - pretendia-se, agora, que a este lhe parecesse estar perante a autêntica «reprodução da realidade».

Pegando nesta «receita» precisamente ao contrário, certos produtos televisivos de baixa extracção procuraram anos mais tarde transferir para a habitual e normal linguagem da reportagem televisiva alguns mecanismos próprios das obras de ficção para o cinema ou para a televisão. Foi o caso da série «Cops», entre nós traduzida por «Crimes» e em tempos apresentada pela SIC. A intenção era, mais uma vez, também clara: porque os mecanismos de «reprodução da realidade» tinham já provocado os pretendidos efeitos ao serem progressivamente adoptados e absorvidos nos seus hábitos de recepção por parte do espectador, pretendia-se agora que este fosse levado a melhor consumir certas «reportagens» e «notícias», atraindo-o e captando-o através de dispositivos pertencentes ao mundo da ficção. Os habituais processos de filmagem com «câmara à mão», próprios do meio, do género e do conteúdo, eram agora condimentados com a introdução da iluminação mais cuidada e a própria evolução tecnológica em termos de sensibilidade da película (filme) ou dos suportes magnéticos (vídeo) permitiam que mesmo aquela fosse dispensada ou aligeirada em condições de filmagem ou captação nocturna. Por outro lado, a introdução da *steady-camera* permitia uma mobilidade incomparavelmente maior.

Entrávamos, então, na chamada era dos *reality-shows*, agora também chegada a Portugal pela mão (imagine-se!) do «serviço público» de televisão e do programa «Histórias da Noite». Mas, reconhecendo embora a influência das modas introduzidas por Sena Santos nos seus sincopados noticiários da manhã, «já lá vamos!»... Para já falemos de outra ocorrência, de outro crime, verdadeiramente lamentável, desta vez perpetrado na estação de Balsemão-Rangel.

## Um «spot» sinistro

Em termos de justa indignação e condenação, quase tudo já foi dito e escrito na nossa imprensa mais responsável acerca do que representou em termos de ética jornalística (e não só) o miserável lançamento deste pretendo debate e desta falsa sondagem sobre matéria tão delicada. Preferimos, portanto, analisar aqui, na sua estrutura altamente pensada, a peça que esteve na origem de mais este chocante e triste evento no nosso panorama audiovisual. Para os mais distraídos, talvez seja útil recordar algumas passagens desse «spot» de auto-promoção que a SIC passou três dias seguidos, a propósito de uma alegada sondagem sobre a pena de morte:

«A pena de morte deverá voltar? Será aceitável ver portugueses na forca, na guilhotina ou na cadeira eléctrica? E se a vítima for o seu filho? E se você for o acusado? Em Portugal, os violadores, os assassinos, os traficantes de droga podem cometer todos os crimes com uma certeza:

ao fim de poucos anos de cadeia, estarão na rua outra vez! Você prefere vê-los em liberdade ou prefere que o Estado os condene à morte? Pense e diga-nos a sua opinião. (...) A SIC lança o debate, Você responde. Se é a favor da pena de morte, ligue o XXXXXX, se é contra ligue o XXXXXX. Até domingo! A sua resposta conta para a Nação! É o primeiro referendo sobre uma grande questão nacional!»

Em termos de pura estratégia de comunicação, a organização interna deste «spot», pelos processos sinistros que lhe estão subjacentes, tem que se lhe diga:

1) - Para não entrar a matar, começa-se por lançar a ideia de que a introdução da pena de morte em Portugal (como se fosse uma possibilidade, uma hipótese, em termos abstractos) talvez não seja aceitável.

2) - A seguir, na mesma linha, utilizam-se ainda termos estranhos ao vocabulário da nossa Justiça - «forca», «guilhotina», «cadeira eléctrica» - mas que, no contexto global

do «spot», passam de instrumentos rejeitáveis e eventualmente chocantes a assumir um carácter de «fruto proibido, apetecido».

3) - Agora, o espectador é inquirido e investido, já directamente - é já violado na sua intimidade - em função de problemas para os quais (se não os terá previsivelmente experimentado na sua própria pele - «o seu próprio filho») amplamente tem vindo a ser preparado e manipulado pelo enxame de notícias veiculadas de forma compacta e por vezes irresponsável pela comunicação social (ver, a propósito, a crítica de TV do *Avante!* da semana passada).

4) - Passa-se, logo de seguida, explorando com a maior das desvergonhas as consequências (de nenhuma forma generalizáveis) das insuficiências do nosso sistema judicial - por exemplo, a mal resolvida problemática da «liberdade condicional» - à constatação sem apelo nem agravo de um ambiente de completa «impunidade», à mentira e à falsidade de sugerir que os assassinos estarão na rua passado pouco tempo.

5) - As opções então apresentadas para pôr cobro a esta (a ser assim, inadmissível) situação não admitem uma terceira possibilidade, como o aperfeiçoamento do sistema ou o agravamento ponderado das penas - para já não falar da decidida resolução dos problemas sociais e económicos que estão na base da situação: só há que escolher entre suportar os assassinos «na rua» ou optar pela solução de que... *alguém os mate!* Quem?

6) - O Estado, pois claro! O Estado, essa indefinível e impessoal autoridade que - tendo, por um lado, as costas largas para arcar com as responsabilidades de tudo o que é mau na nossa realidade económica e social - em tempos de ditadura nos obrigaram a temer (pela perseguição, o arbítrio, a censura, a tortura e a morte) e em tempos de democracia mais ou menos musculada a classe dominante não desdenha utilizar como argumento último, mesmo que odioso, para lidar com os verdadeiros problemas que ela própria pretende esconder e escamotear.

7) - Depois da utilização, *em off*, da voz grave de um «locutor-funcionário-invisível-anónimo» que lançara a primeira ofensiva e da presença, *em vivo*, do «jornalista-respeitável-corajoso-frontal» que o espectador se habituou a ver «dar a cara» para lhe falar todas as semanas dos mais horrendos crimes e de outras insuportáveis malfetorias, é a vez de ser montada (como dispositivos suplementares de «identificação» do espectador com as declarações dos «cidadãos anónimos») uma série de intervenções de «populares» que se pronunciam a favor e contra a pena de morte. Tudo habilmente doseado em percentagens iguais para dar a ideia de que estamos perante fragmentos de uma auscultação séria e credível.

8) - Trata-se agora de preparar um final em beleza: é a vez de devolver ao espectador a oportunidade de dizer de sua... justiça e de, assim, ele se assumir à altura do que aqueles seus corajosos cidadãos tinham acabado de fazer. Por isso, aquilo que começara por ser a abordagem de uma «hipótese», de uma «possibilidade», em termos abstractos, perfila-se como algo que está mesmo «em cima da mesa», como costuma dizer-se. O texto diz até que se trata de «uma grande questão nacional» e que a resposta do espectador, tratando-se de um «referendo», «conta para a Nação!». Há que telefonar!

## Apesar de tudo, fez moossa

Nem tudo saiu como era pretendido, em resultado desta manobra de forte impacte emocional que a estação de Balsemão-Rangel pretendia levar a cabo, na miserável intenção de assim conseguir mais uns pós de audiência na permanente guerrilha que alimenta com os outros operadores de televisão concorrentes.

Em primeiro lugar, mau grado os patéticos esforços de Carlos Narciso, a SIC saiu-se pessimamente de um debate no qual - ao contrário do que poderiam esperar os seus responsáveis, demasiado convencidos da sua impunidade e da sua arrogante petulância - a estação ficou de rastos pela ponderada (porque avisada ou realista) ou pela vigorosa (porque cingida ao essencial) participação dos intervenientes convidados: o economista Pedro Arroja e o jurista Garcia Pereira. Depois, a credibilidade da SIC saiu mais uma vez abalada, mesmo em meio de um tão pantanoso panorama informativo, porque por um lado ficou patente o carácter não-científico de uma falsa «sondagem» e por outro lado os números absurdos apurados nos telefonemas para a estação contrastavam flagrantemente com os apurados numa sondagem do «Expresso», publicada na véspera.

Mas o que fica e é altamente criticável é a intenção que esteve na base desta manobra, pura e exclusivamente arquitectada de um ponto de vista sensacionalista e em tudo afastada da seriedade exigível ao mais empenhado jornalismo de investigação. Afinal, para a televisão de Balsemão-Rangel, como infelizmente para o seu «braço armado» de serviço - em tempos profissional exemplar desse melhor jornalismo - parece que o crime compensa.

Quanto às sinistras «Histórias da Noite», do primário e insignificante Luís Pires (na RTP 1), talvez fiquem para outra ocasião. Mesmo acabando por vos falar dos mecanismos de manipulação ao serviço do «espectáculo do crime» em televisão, as minhas desculpas são devidas ao leitor. Mas também Sena Santos, nos seus sincopados noticiários das manhãs, às vezes não chega a falar do que anuncia! Parece que a moda pega...

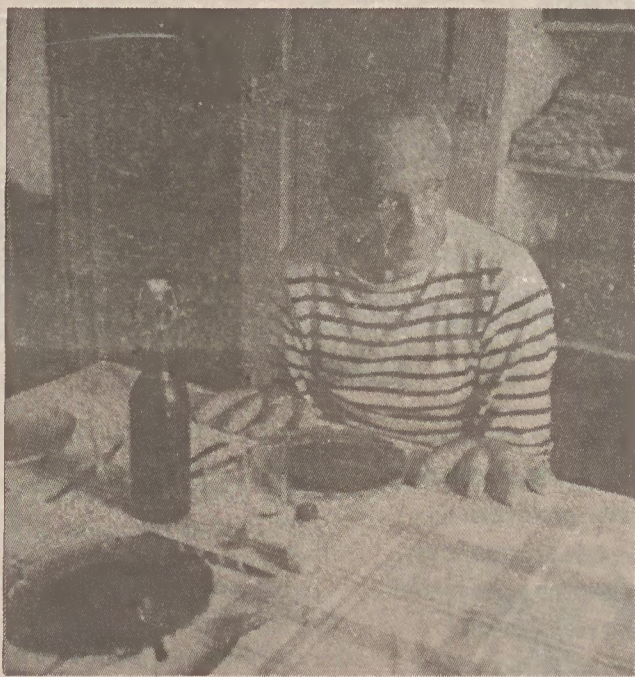


## ESCAPARATE

### MULTIMÉDIA

#### Picasso em CD-ROM

Mais de 600 obras de Picasso espalhadas por museus de todo o mundo vão poder ser consultadas em CD-ROM a partir de 16 de Outubro. A Grolier Interactive e uma sociedade representante da família do pintor assinaram em Janeiro um acordo de exclusividade para a concretização da iniciativa, que mobilizou cerca de vinte pessoas. Anunciado como o acontecimento multimédia da temporada, a publicação deste *Picasso* coincidirá com a exposição *Picasso e o Retrato*, que decorrerá no *Grand Palais*, em Paris, a partir de 18 de Outubro. Segundo *Claude Picasso*, filho do pintor e conselheiro editorial do projecto, o CD-ROM, com uma estética cuidada e abordando o grafismo de Picasso, pretende agradar ao maior número possível de pessoas. Convidado a percorrer este «museu virtual», rico de 604 obras (pintura, escultura, cerâmica), o visitante conhecerá a obra do autor de *Guernica* em três grandes secções: «o diário de uma obra», decomposto em 17 períodos cronológicos, e ainda outras obras-chave; os «temas» (da taumomaquia ao retrato, passando pela escultura);



e por fim uma «visita guiada», muito sucinta, destinada a familiarizar o visitante com o CD-ROM. Completado por um dicionário de 100 palavras e um índice (por ordem cronológica e alfabética), este CD-ROM será comercializado por cerca de 12.000 escudos e os seus promotores contam que se imponha no mercado como o único título de referência sobre Picasso, o mestre que revolucionou a arte contemporânea.

### EVENTOS

#### Vai abrir arquivo de imagens

A Cinemateca Portuguesa vai abrir ao público as portas do Arquivo Nacional de Imagens em Movimento (ANIM) em cerimónia marcada para 7 de Outubro e a qual estarão presentes o Primeiro-Ministro e o ministro da Cultura. O arquivo, localizado no Freixial, em Bucelas; tem como objectivo principal conservar o património cinematográfico português, bem como outras imagens em movimento. O ANIM visa ainda recolher e catalogar todo o material cinematográfico, facilitando assim o acesso aos filmes seja qual for o seu suporte, formato, género ou época.



A Cinemateca promove, através deste arquivo, estudos cinematográficos sobre a produção nacional e desenvolve investigação e formação especializada no âmbito da conservação do cinema e de todas as imagens em movimento.

#### Revolucionário Seeger pela primeira vez em CD

A primeira colecção de canções revolucionárias de Pete Seeger, na era digital, foi esta semana editada pela Sony com o título *A Link In The Chain*. Trata-se de um duplo CD com 38 canções, entre as quais *This Land Is Your Land*, *Where Have All The Flowers Gone?*, *Waist Deep In The Big Muddy*, *Turn! Turn! Turn!*, *Guantanamera*, *Oh, Freedom* e *We Shall Overcome*, editadas pela primeira vez na mais avançada tecnologia de 20 bits.

Activista dos direitos cívicos, Pete Seeger nasceu em Nova Iorque há 77 anos. Estudou na Universidade de Harvard, onde se interessou pela música folk norte-americana, tendo aprendido a tocar banjo e ukulele, com os quais deu a volta aos Estados Unidos a actuar para trabalhadores e agricultores.

O seu primeiro grupo, *Almanac Singers*, que incluía Woody Guthrie, dava frequentemente concertos grátis para sindicatos e trabalhadores em greve. Entre 1949 e 1958, fez parte dos *Weavers*. Em



1948 foi chamado às autoridades norte-americanas, acusado de simpatias comunistas, mas isso não o impediu de continuar a

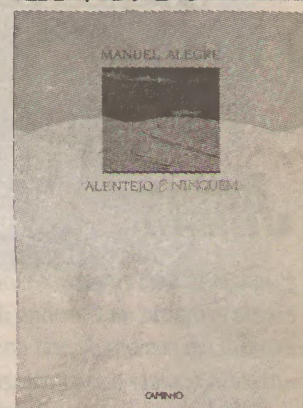
cantar nos Estados Unidos e no estrangeiro sobre questões políticas e ambientais, embora durante 17 anos não tivesse podido entrar na televisão.

Nos tempos mais recentes, Pete Seeger participou no projecto *Clearwater Sloop*, no rio Hudson, para evitar a poluição das águas. A

colectânea *A Link In The Chain* está tematicamente dividida em quatro partes, *Tall Tales And Stories*, *Songs Of Freedom*, *Saints, Sinners, Just Plain Folks* e *For The Children*, contendo canções políticas, folk, canções para crianças e outras, cobrindo um período entre 1961 e 1971, provavelmente o mais rico da carreira de Pete Seeger.

Pete Seeger assinou contrato com a Columbia em 1961, via John Hammond, coincidindo a sua permanência na etiqueta com os assassinatos de J. F. Kennedy e Martin Luther King, o nascimento do movimento dos direitos cívicos e a guerra do Vietname. É da autoria de Seeger a expressão «*waist deep in the big muddy*», que não passava de um eufemismo para significar Vietname.

### LIVROS



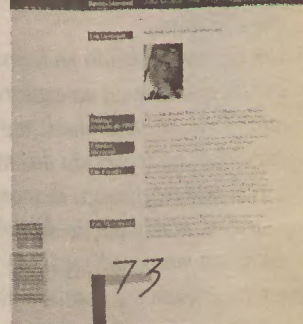
#### Alentejo e Ninguém

Sendo sempre curtas estas resenhas de livros publicados, eis que se nos afigura muito estreito o espaço para dizer alguma coisa sobre este *Alentejo e Ninguém*, de Manuel Alegre. Quarenta e três poemas de rara qualidade, onde entretanto cabe um grande Alentejo, até aquele, social e histórico, cujo drama persiste. Onde transborda a contradição entre o poeta e o homem político, pois quem conhece apenas a voz generosa de Alegre na poesia não se espantará; e quem dele apenas haja conhecido a qualidade de destacado membro do PS há-se interrogar-se sobre as motivações desta paixão alentejana. Embora breve, este livro ficará certamente assinalando um marco na poesia do autor que aqui exprime, parece-nos, uma decidida vontade de diálogo, através das referências assumidas (a João Cabral de Melo Neto, o poeta de *Morte e Vida Severina*, por exemplo), das dedicatórias e das evocações. Outros poetas povoam as páginas de *Alentejo e Ninguém* - uns distantes na morte que os levou (Bernardim, Florbela, Manuel da Fonseca, Pessoa e Vieira), outros perto (Urbano Tavares Rodrigues, José Manuel Mendes). Um diálogo que não se refugia no falar apenas, mas no ouvir, no estar atento às vozes que se levantaram (a de Catarina) e ainda levantam:

*Agora chamam-lhe utopia e Alentejo de novo está cercado.*

*Alentejo e Ninguém* foi editado pela Caminho, com o apoio da Câmara Municipal de Beja.

### VERTICE

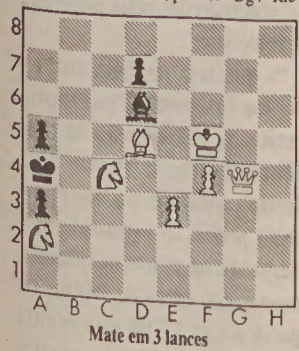


#### Vertice

Com o texto de Óscar Lopes, *Reflectindo sobre o Currículo*, lido pelo autor na cerimónia de atribuição do Prémio Vida Literária 1996, abre mais este número da *Vertice*, que contém, como a revista nos vem habituando, a colaboração de destacados nomes da cultura portuguesa. O balanço literário do ano que passou é um dos temas fortes propostos aos leitores. Estudos literários é outra das rubricas. Estudos e outras reflexões sobre temas vários - desde a cooperação com os Palop à problemática das bibliotecas - completam, com as crónicas e outras notas de actualidade, este número de Julho-Setembro, agora em distribuição.

### XADREZ

DLXXIX - 3 DE OUTUBRO DE 1996  
PROPOSIÇÃO Nº 1996X040  
Por ERICH ZEPLER  
192º Prémios Schacholympia Berlin, 1936  
Pr.: [5]: Ps. a3, a5, d7 - Bd6 - Ra4  
Br.: [7]: Ps. e3, f4 - Cs. a2, c4 - Bd5 - Dg4 - Rf5



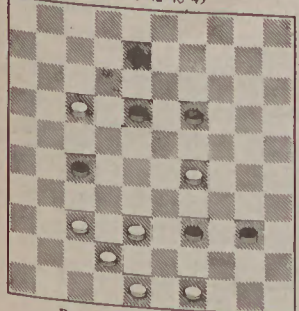
Mate em 3 lances

SOLUÇÕES DO Nº DLXXIX

Nº 1996X040 [E.Z.]: 1. R64!, B:f4; 2. Cd6, B:d6; 3. D:d7 #  
A. de M. M.

### DAMAS

DLXXIX - 3 DE OUTUBRO DE 1996  
PROPOSIÇÃO Nº 1996D040  
Por LOUIS DALMAN  
Combat Dans L'Arène [171/17c], Nîmes, 1976  
Pr.: [6]: 8-18-19-27-39-40  
Br.: [5]: 17-29-37-38-42-48-49



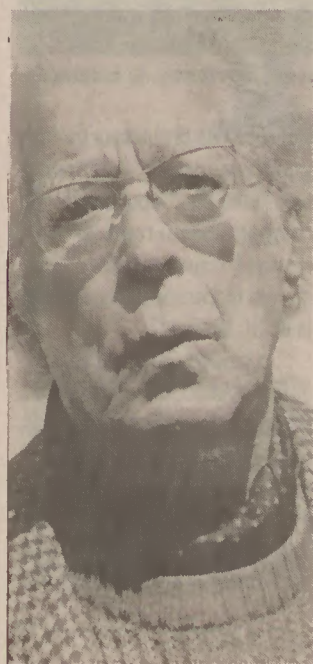
Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXXIX

Nº 1996D040 [L.D.]: 1. 48-43!, (39x48-D); 2. 49-44, (40x49-D); 3. 29-23, (49x46); 4. 23x3-D, (48x12/8); 5. 3x5 +  
A. de M. M.

### MÚSICA

#### Recordando Lopes-Graça

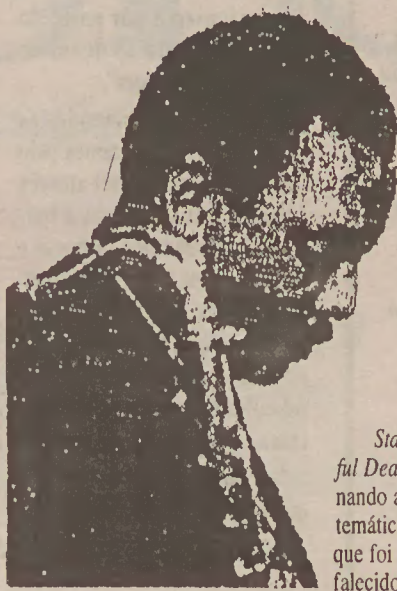


Com uma exposição sobre a vida e obra de Fernando Lopes-Graça (organizada com a colaboração do Museu da Música Portuguesa), a Câmara Municipal de Benavente inaugura a IX Temporada da Música e do Teatro que se realizará entre 5 de Outubro e 5 de Janeiro. Esta exposição, centrada nos anos 30, um dos mais fecundos e criativos na vida de Lopes-Graça, estará patente ao público no Centro Cultural de Benavente até 30 do corrente, mas já no dia 5, no mesmo local, realizar-se-á um colóquio seguido de concerto pelo Coro da Academia de Amadores de Música, dirigido por José Robert.

### JAZZ

#### David Murray no São Luiz

O saxofonista-tenor e clarinetista-baixo David Murray actua hoje no Teatro Municipal São Luiz, em Lisboa. O concerto, que se inicia às 22 horas, realiza-se em duas partes e Murray, que já actuou em Portugal por cinco ocasiões, apresenta-se pela primeira vez com a formação de octeto.



Esta formação inclui Craig Harris (trombonista), Fred Hopkins (contrabaixista), Hugh Ragin (trompetista) e James Spaulding (saxofonista), entre outros.

Surgido em meados da década de 70, Dave Murray apresenta no seu último disco, *Dark*

*Star: The Music Of The Grateful Dead*, uma nova faceta, combinando a improvisação do jazz com a temática do lendário grupo de rock que foi liderado por Jerry Garcia, falecido no ano passado.

### DISCOS

#### Nocturnos de Chopin por Maria João Pires

Um novo disco da pianista portuguesa Maria João Pires será lançado mundialmente amanhã em Portugal. Trata-se de um CD duplo em que a pianista gravou para a *Deutsche Grammophon* a integral dos *Nocturnos*, de Chopin.

O lançamento, com pormenores ainda por divulgar, realiza-se na Quinta da Piedade, em Sintra, sendo organizado conjuntamente pela *Deutsche Grammophon* e pela *Polygram Portugal*.



# ATALHE DE FOICE

## Judas

Quando há uma semana se soube que a direcção de uma escola primária da Carolina do Norte, EUA, tinha expulso um menino de seis anos sob a acusação de «assédio sexual» a uma colega da mesma idade, os órgãos de comunicação social europeus ficaram tão sem fala, que optaram por olhar o assunto como mais uma bizzaria dos americanos, arrumando-o numa espécie de *fait divers* a não merecer mais que um esgar de troça. Compreende-se: argumentar o óbvio pode ser tão penoso como encher uma banheira à colher. Exige, no mínimo, paciência de santo.

Só que a ocorrência, sendo bizzarra, não é contornável pelo lado da ligeireza.

Nem ela, nem sobretudo o que decorrentemente se desencadeou no grande país das Américas.

Começando pelos factos, o que espanta em primeiro lugar é todo o mecanismo que presidiu ao acto «disciplinador».

A expulsão da criança foi baseada na denúncia de um professor - que, supostamente, terá surpreendido o pequeno Johnathan Prevette, de seis anos, a beijar uma colega da mesma idade -, e decidida pela direcção duma escola infantil.

Que saúde mental tem um professor destes, que vê perversão num beijo entre duas crianças?

Que saúde mental, competência pedagógica e estofo moral tem uma direcção assim, para educar crianças sob tais parâmetros?

Finalmente, que gente é esta ou, melhor dizendo, que anormais são estes?!...

Só que a monstruosidade não se ficou por aqui.

A porta-voz das escolas do distrito de Lexington, a cidade onde ocorreu o episódio, aplaudiu a expulsão sob o fantástico argumento de que «uma criança de seis anos que beija uma criança de seis anos toma uma atitude inapropriada», enquanto a Organização Nacional das Mulheres (NOW) se solidarizava igualmente através da sua presidente, uma tal Patricia Ireland, declarando que a não educação dos rapazes «no respeito pelas raparigas» os transformava em potenciais «assediadores».

Obviamente estamos em presença de uma multidão de tarados que, apesar de numerosos, não definem a rica e multifacetada cultura norte-americana nem, muito menos, a simbolizam no que de mais digno e profundo ela contém. Se provas fossem necessárias, bastava ver a chuva de indignados protestos que soterraram a direcção da escola, vindos dos quatro cantos dos EUA.

A simbologia deste episódio não cai sobre o povo norte-americano no seu conjunto.

Emerge, com nitidez, do regime e da ideologia de classe que o domina.

Um regime caldeado na hipocrisia dos valores, onde o quotidiano assenta na exploração desenfreada, na lei do mais forte, no individualismo egoísta, na arrogância xenófoba, na repressão das mentalidades, no culto da força, na insegurança desconfiada, no desprezo pelo outro, na manipulação do colectivo, na obsessão do lucro, na mercantilização da vida e na sementeira do medo, enquanto o domínio ideológico é assegurado por um eficaz sistema de mentira global.

Numa palavra, o capitalismo. Foi ele que gerou os «educadores» de Lexington, tal como é a calda da sua cultura que vai segregando o sinistro universo que está a afogar a Humanidade numa espiral de injustiça.

Uma espiral onde quase todos são, afinal, mais ou menos vítimas, para vantagem da voracidade de alguns.

É por isso que o grotesco episódio que brutalmente agrediu uma criança de seis anos em Lexington, está longe de ser apenas uma bizzaria.

Por estranho que pareça, a sua matriz cultural é a mesma que espanca crianças, que explora o trabalho infantil, que gera a pedofilia, que abate os meninos da rua.

Actos e situações que, como se sabe, continuam a não inquietar os guardiães dos beijos e dos bons costumes. Para quem, aliás, beijos decentes só os de Judas.

■ HC

## ÚLTIMAS

# PCP denuncia Processo de legalização de imigrantes está a correr mal

Passados quase 4 meses sobre o início do processo extraordinário de legalização de imigrantes iniciado no passado dia 11 de Junho, «os graves problemas e insuficiências que estão a marcar este processo e as evidentes responsabilidades do Governo nesta matéria justificam que o PCP, que deu um reconhecido e positivo contributo para que este novo processo de legalização fosse aprovado através da Lei 17/96, apresente publicamente as fundamentadas preocupações que possui e as medidas que considera indispensáveis para que seja assegurado o seu sucesso».

Na declaração lida na conferência de imprensa do PCP sobre o processo extraordinário de legalização e outros problemas actuais da imigração em Portugal, Henrique de Sousa, membro do Secretariado do PCP, começou por salientar que «o processo extraordinário de legalização está a correr mal».

Em síntese:

«- Faltam pouco mais de 2 meses para a conclusão do período previsto e o número de requerimentos de legalização apresentado nos postos do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), segundo os últimos dados conhecidos, é apenas de cerca de 18 mil, quando é sabido que as estimativas quanto ao número de imigrantes ilegais em Portugal apontam, pelo menos, para largas dezenas de milhar».

«- A divulgação do processo de regularização junto das comunidades imigrantes é ainda muito reduzida, verificando-se um quase completo e deliberado demissionismo por parte do Governo quanto ao dever de informar e esclarecer».

«- Os apoios prometidos às associações de imigrantes pelo Governo, em especial através do Alto Comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas e dos Governos Cívicos não foram cumpridos ou, «nos poucos casos em que tardiamente se concretizaram, têm valores ridículos e claramente insuficientes».

«- Numerosos testemunhos que recolhemos em recente reu-

nião promovida pelo PCP com associações de imigrantes, sindicatos e movimentos anti-racistas, dão também conta de preocupantes atitudes de intimidação, interrogatórios e exigências manifestamente ilegais por parte do SEF nos postos onde estão a receber os processos de legalização, com consequências na visível e alarmante redução da afluência de imigrantes aos postos onde tais procedimentos se verificam».



Conferência de imprensa do PCP sobre problemas de imigração

Henrique Sousa salientou que «o comportamento do Governo PS e do SEF, a passividade do Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas neste processo, não se podem desligar entretanto do visível e crescente alinhamento, na sua prática e na sua política, com as orientações repressivas de outros Estados da União Europeia contra os imigrantes, e do tributo pago aos seus assumidos compromissos com a aplicação dos

Acordos de Schengen (a que o Estado português se vinculou pelos votos do PS, PSD e CDS-PP, com a oposição do PCP), que favorecem a concepção xenófoba duma Europa-fortaleza».

São disso exemplos evidentes, afirma-se na declaração:

«- a ostensiva e propagandada operação policial do SEF de identificação e detenção de 64 imigrantes ilegais no passado mês de Agosto em Lisboa»;

«- a política fortemente restritiva quanto à atribuição da nacionalidade portuguesa, afectando imigrantes que há longos anos vivem, trabalham e estão enraizados em Portugal, na sua maioria originários dos países de língua oficial portuguesa»;

«- a significativa recusa dos grupos políticos do Parlamento Europeu em que participam os deputados do PS, do PSD e do CDS-PP, quando do recente debate e votação duma Resolu-

problemas da inserção na sociedade portuguesa da comunidade cigana»;

«- o lamentável silêncio do Governo e do órgão acima citado, quando faltam apenas 3 meses para o início do «Ano Europeu contra o Racismo» proclamado para 1997 pela União Europeia, quanto ao necessário lançamento de um programa de acção e quanto à constituição de um Comité Nacional (previsto na resolução da União Europeia que aprovou o «Ano»)».

Neste quadro, «o PCP considera que constituem medidas indispensáveis e de carácter urgente, quanto à eficácia do processo extraordinário de legalização:

«- que o Governo promova rapidamente uma campanha na televisão e noutros meios de comunicação social nacionais, de esclarecimento e informação dos imigrantes e igualmente de esclarecimento do povo português sobre o valor deste processo;

«- que sejam desbloqueados com brevidade os apoios materiais necessários para que as associações de imigrantes possam desempenhar o seu insubstituível papel;

«- que seja prontamente modificada a conduta do SEF no seu relacionamento com os imigrantes e no tratamento dos processos de legalização, cingindo-se ao cumprimento da lei e não exorbitando dos seus poderes e atribuições;

«- que seja também atribuído aos imigrantes, cujos processos de autorização de residência se encontravam pendentes quando da abertura deste processo extraordinário (segundo os números oficiais, eram então cerca de 7 000) e a quem a Lei 17/96 que regula este é aplicável, um recibo comprovativo com o valor de autorização de residência até à decisão respectiva, à semelhança do que sucede com os entregues no âmbito do actual processo extraordinário».

«O PCP, através do seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República, vai também tomar a iniciativa de requerer a audição do Ministro da Administração Interna pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, acerca da situação e das medidas para impulsionar o processo extraordinário de regularização», concluiu Henrique Sousa.

## Parlamento Europeu Em defesa dos imigrantes

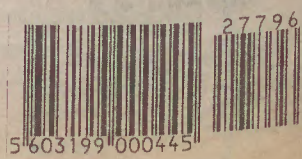
O Parlamento Europeu aprovou, na sua última Sessão Plenária, uma Resolução «Sobre as práticas de expulsão de imigrantes em situação ilegal».

Trata-se de uma Resolução resultado de uma Proposta de Resolução Comum subscrita por vários Grupos Políticos do Parlamento Europeu, incluindo o Grupo em que se inscrevem os Deputados do PCP.

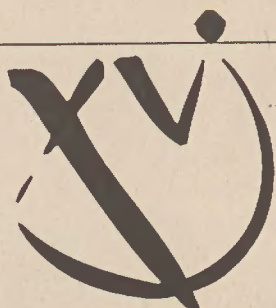
O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (onde se inserem os Deputados do PCP) apresentara um Proposta que ia bastante mais longe nesta temática, incluindo a questão dos processos de legalização dos imigrantes e suas famílias nos Estados-membros da Comunidade.

Tratava-se, entretanto, de unir esforços, numa área hoje particularmente importante.

A Resolução agora aprovada pelo Parlamento Europeu refere, nomeadamente, que «a evolução da legislação sobre imigração em determinados Estados-membros da UE prejudicou a situação de alguns imigrados, e que um grupo significativo destes deixou de ter direito à residência, ficando assim em situação ilegal» e defende «a necessidade de assegurar, em qualquer circunstância, o respeito dos direitos do Homem, bem como um tratamento humano dos imigrantes em situação irregular, e nomeadamente nos domínios da saúde e da educação».







CONGRESSO

**PCP**

**UM PARTIDO  
MAIS FORTE  
NOVO RUMO  
PARA PORTUGAL**



PORTO - 6,7,8 DEZEMBRO 1996

# TESES

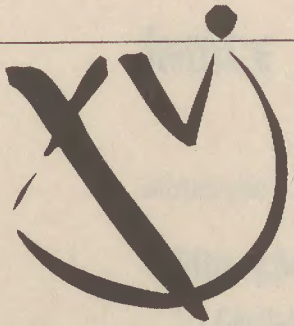
(Projecto de Resolução Política)

Documento proposto pelo Comité Central  
para debate em todas as organizações









CONGRESSO

PCP

**UM PARTIDO  
MAIS FORTE  
NOVO RUMO  
PARA PORTUGAL**



PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

*As TESES ( Projecto de Resolução Política ) que o Comité Central apresenta para debate em todas as organizações do Partido, no âmbito da preparação do XV Congresso, constituem uma importante base para favorecer e estimular a reflexão do conjunto dos militantes sobre a evolução da situação internacional e nacional nos últimos quatro anos, sobre a acção desenvolvida pelo PCP nesse período e sobre as grandes orientações, objectivos e tarefas que deve definir para o futuro próximo.*

*De acordo com a positiva experiência do nosso Partido, as TESES, longe de serem um documento acabado e fechado para o qual se solicita a mera concordância ou discordância dos militantes, são antes um documento cujas lacunas e insuficiências são claramente assumidas no momento da sua apresentação e que está inequivocamente aberto a rectificações, a enriquecimentos e a novas ideias e propostas que resultarem do debate democrático do colectivo partidário.*

*No momento em que o debate preparatório do XV Congresso entra numa fase essencial, o Comité Central apela a uma intensa, interessada e activa participação de todos os militantes, sustentada numa firme consciência da importância do pensamento, da opinião, da experiência e da reflexão de cada um para o acerto das decisões colectivas e animada, ao mesmo tempo, pela profunda convicção do valor e da riqueza do debate fraternal, vivo e criador entre os membros do Partido.*

*Essa vasta mobilização de energias, de capacidades e de reflexões existentes no colectivo partidário será uma contribuição fundamental para que o XV Congresso esteja à altura das responsabilidades do PCP na vida nacional e defina as melhores orientações no caminho para um Partido Comunista Português mais forte, condição indispensável para a conquista de um novo rumo para Portugal e para um novo impulso na afirmação do seu projecto de democracia e socialismo para Portugal.*

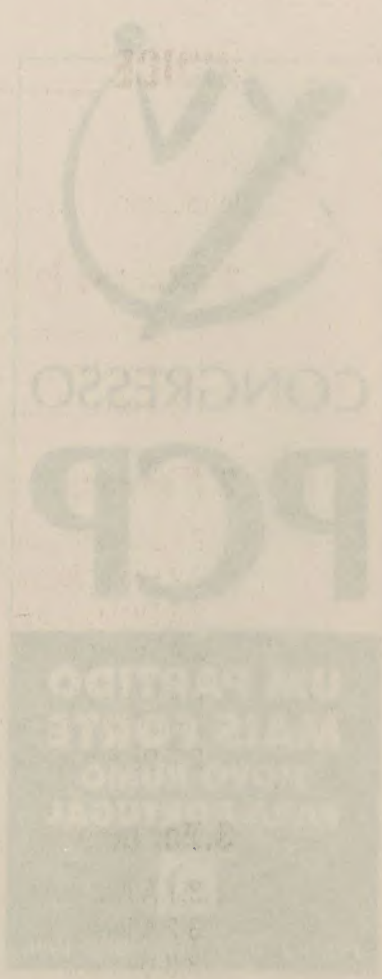


A: 1922 (Programa de Resoluções Políticas) e 1923 (Carta Constitucional) foram os documentos que serviram de base para a elaboração do Estatuto da República, aprovado em 1934. Este documento, além de estabelecer a estrutura do Estado, também definiu os princípios fundamentais da organização política, econômica e social do Brasil, marcando o início de uma nova era na história do país.

De acordo com o primeiro estatuto da nova República, o Brasil seria governado por um presidente eleito por voto direto para um mandato de cinco anos, com possibilidade de reeleição. O Poder Executivo seria exercido pelo presidente, auxiliado por um Conselho de Ministros. O Poder Legislativo seria exercido pelo Congresso Nacional, formado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

Os poderes do presidente da República seriam: nomear e destituir os ministros, declarar o estado de guerra, conceder e retirar o perdão, declarar o estado de sítio, declarar o estado de defesa, declarar o estado de emergência, declarar o estado de calamidade pública, declarar o estado de exceção, declarar o estado de intervenção federal, declarar o estado de intervenção estadual, declarar o estado de intervenção municipal, declarar o estado de intervenção distrital, declarar o estado de intervenção territorial, declarar o estado de intervenção local, declarar o estado de intervenção regional, declarar o estado de intervenção nacional, declarar o estado de intervenção internacional, declarar o estado de intervenção universal, declarar o estado de intervenção absoluta, declarar o estado de intervenção total, declarar o estado de intervenção completa, declarar o estado de intervenção plena, declarar o estado de intervenção absoluta, declarar o estado de intervenção total, declarar o estado de intervenção completa, declarar o estado de intervenção plena.

Em 1934, o Brasil adotou o sistema de voto direto para a eleição do presidente da República. Este sistema foi considerado uma inovação importante, pois permitiu que o chefe do Executivo fosse escolhido diretamente pelo povo brasileiro. Além disso, o novo sistema também estabeleceu o voto secreto, o que garantiu maior liberdade de escolha aos eleitores.





|  |           |
|--|-----------|
| Introdução .....   | 3         |
| <b>1.Situação Internacional .....</b>  | <b>7</b>  |
| 1.1.Capitalismo na actualidade .....   | 7         |
| 1.2.Resistência e luta dos trabalhadores e dos povos .....                             | 16        |
| 1.3.A alternativa .....  | 21        |
| <b>2.A situação nacional .....</b>   | <b>25</b> |
| 2.1.Enquadramento comunitário e soberania nacional .....                               | 25        |
| 2.2.Evolução económica .....   | 26        |
| 2.3.Evolução social .....  | 32        |
| 2.4.Evolução política - o Estado e o regime democrático .....                          | 37        |
| 2.5.Evolução da política cultural .....  | 42        |
| 2.6.Evolução da comunicação social .....   | 43        |
| 2.7.Os grandes problemas sociais e nacionais - das causas à alternativa .....          | 44        |
| <b>3.Por uma reforçada intervenção social e política .....</b>                         | <b>47</b> |
| 3.1.A luta de massas no combate à política de direita .....                            | 47        |
| 3.2.A intervenção do PCP no combate à política de direita .....                        | 50        |
| 3.3.Os trabalhadores e as suas organizações de classe .....                            | 51        |
| 3.4.Outros grandes movimentos e organizações da frente social de luta .....            | 56        |
| 3.5.As batalhas eleitorais e a intervenção do PCP nas instituições .....               | 66        |
| 3.6.O PCP como força aglutinadora da esquerda e de uma alternativa democrática .....   | 72        |
| 3.7.Reforço do PCP - o caminho da alternativa .....                                    | 74        |
| <b>4.Um Partido Comunista na passagem para o século XXI .....</b>                      | <b>77</b> |
| 4.1.Breve balanço da actividade .....  | 77        |
| 4.2.Trabalho de Direcção .....   | 77        |
| 4.3.Política de Quadros .....  | 78        |
| 4.4.Balanço, evolução e análise do trabalho de organização (1992/96) .....             | 79        |
| 4.5.Um Partido Comunista na passagem para o século XXI .....                           | 82        |
| 4.6.Aprofundar uma intervenção coerente com a identidade e o projecto comunistas ..... | 82        |
| 4.7.Desenvolver a democracia interna .....   | 84        |
| 4.8.Reforçar a organização partidária .....  | 84        |
| 4.9.Por uma mais eficaz comunicação do Partido com a sociedade .....                   | 87        |
| 4.10.Fortalecer a capacidade financeira do Partido .....                               | 89        |
| 4.11.Assegurar e desenvolver a dimensão nacional do projecto e do Partido .....        | 91        |
| 4.12.Reforço da cooperação e da solidariedade internacionalistas .....                 | 92        |







# 1.

## Situação Internacional

### 1.1. Capitalismo na actualidade

**1.1.1. A identificação dos traços e características do sistema económico mundial do capitalismo** reveste-se da maior importância para a definição das tarefas que na actualidade se colocam aos comunistas e a outras forças revolucionárias e progressistas.

**1.1.2.** Ainda há poucos anos, os ideólogos do imperialismo proclamavam, com a pretensa «morte do comunismo», o triunfo definitivo do capitalismo à escala mundial. É certo que, com o desaparecimento da URSS e do socialismo no Leste da Europa, se abriram novos espaços à expansão do capitalismo. Mas esse facto não resolveu, nem podia resolver, as contradições que o minam. Hoje, não obstante os imensos recursos de que dispõe e a capacidade de recuperação que tem revelado no passado, é cada vez mais patente o agravamento das contradições intrínsecas ao sistema capitalista que evidenciam os seus limites históricos.

**1.1.3.** A aplicação crescente das novas tecnologias resultantes dos avanços da ciência e da técnica têm sem dúvida permitido, em vários aspectos o desenvolvimento das forças produtivas, embora de forma irregular, não generalizada e com consequências contraditórias. Todavia, cada vez mais avulta as enormes potencialidades abertas com a revolução científico-técnica para desenvolver as forças produtivas estão a ser travadas pela lógica das relações de produção capitalista e a sua busca do máximo lucro. A principal força produtiva, os trabalhadores, vem sendo desvalorizada, marginalizada e mesmo destruída. E em vez da possível e necessária aceleração do crescimento do produto, as taxas de crescimento, particularmente nas áreas do capitalismo desenvolvido, mas não só, estagnam ou reduzem-se. Ao mesmo tempo aprofunda-se ainda mais a polarização entre a riqueza e a miséria, tanto à escala mundial como dentro de cada país capitalista. E a preservação da Natureza continua a sofrer gravíssimos atentados, fazendo perigar essa condição essencial do futuro da Humanidade.

**1.1.4.** A aplicação capitalista das novas tecnologias, permitindo uma imensa acumulação de capital, tem todavia como contrapartida, particularmente nas últimas duas décadas, um aumento em flecha da parte do capital constante relativamente ao capital variável, criador da mais-valia. Daí decorre o agravamento da tendência para a baixa da taxa de lucro na actividade

produtiva e fenómenos de sobre-acumulação de capital. Na busca de mais elevadas taxas de lucro, o capital desloca-se, particularmente nas indústrias de mais baixa tecnologia, para as zonas e países onde a força de trabalho é mais barata e desprovida de direitos sociais.

**1.1.5.** As exigências da investigação, do desenvolvimento e aplicação das novas tecnologias requerem enormes volumes de recursos, o que, com a acrescida concorrência, tem estimulado ainda mais a concentração e centralização do capital, traduzida em especial por uma vaga crescente de aquisições, fusões e megafusões de empresas. Destruindo rivais, absorvendo ou tornando dependentes outras empresas, reestruturando grandes espaços económicos e sociais, criam-se gigantescos grupos que agem a nível mundial. Ramos inteiros da economia do planeta são dominados por reduzidos grupos de grandes empresas, oligopólios que comandam, partilham e disputam entre si os mercados. Escassas centenas das maiores empresas transnacionais (ETN) lutam para subordinar aos seus interesses o poder e as políticas dos Estados, das estruturas supranacionais regionais em que se integram e das instituições internacionais (FMI, BM, OMC, OCDE e outras).

**1.1.6.** A crescente internacionalização dos processos produtivos e toda a actividade económica é causa e consequência da colossal dimensão dessas ETN, das suas exigências de rentabilizar o enorme volume de capital que concentram e de aproveitar, segundo as suas próprias necessidades e interesses, as possibilidades abertas pelas novas tecnologias. O investimento estrangeiro, nas suas várias modalidades, mais que o incremento das trocas comerciais por ele induzido, é o motor essencial da mundialização crescente da vida económica. Essa mundialização adquire uma dimensão global na esfera financeira, com a actual circulação praticamente sem entraves do capital transnacional, especialmente do especulativo, processo facilitado pelos desenvolvimentos da informática e das telecomunicações. A crescente mundialização e mobilidade do capital exige e provoca uma crescente precarização dos estatutos laborais, tanto nos países capitalistas desenvolvidos como nos países dependentes.

**1.1.7.** As alianças de vários tipos entre grandes ETN não anulam a concorrência entre si, antes são expressão e instrumento duma brutal guerra económica pelo domínio dos recursos naturais, das tecnologias e dos



mercados. Os processos de integração regional, com características e graus diferentes, são comandados pelas respectivas ETN nos três pólos imperialistas mundiais (Tríade): América do Norte, Europa Ocidental, Ásia Oriental, onde assumem papel decisivo os EUA, a Alemanha e o Japão. Além da concorrência dentro de cada espaço de integração, desenvolve-se intensa concorrência entre os vários pólos daquela Tríade. O papel dominante dos EUA à escala mundial continua em diminuição no plano económico, o que leva a principal potência imperialista a socorrer-se cada vez mais do seu poderio extra-económico (diplomático, militar, ideológico, etc.) para tentar manter e impor a sua hegemonia. A luta por «zonas de influência» entre as várias potências imperialistas acentua-se, assim como a luta pela tomada de posições no interior dos países imperialistas rivais.

**1.1.8.** O chamado Terceiro Mundo, na sua heterogeneidade, continua globalmente com um nível de desenvolvimento das suas forças produtivas muito inferior às zonas do chamado capitalismo desenvolvido e a este subordinado pela teia de relações neocolonialistas. Com excepção de algumas zonas e países, aprofunda-se intoleravelmente o fosso entre o Norte e o Sul. Verifica-se todavia uma crescente diferenciação no Terceiro Mundo. Há países e zonas com um rápido crescimento económico, nomeadamente os chamados «novos países industrializados», que se encontram praticamente integrados, embora numa situação de dependência, no modo de produção capitalista, e onde se verificam igualmente incipientes processos de integração regional. Há extensas e populosas zonas e países onde o processo de ampliação do modo de produção capitalista continua a coexistir com fortes situações pré ou para-capitalistas. Outros países e mesmo continentes quase inteiros, como a África sub-saariana, são crescentemente marginalizados do desenvolvimento económico e social. A imposição de planos de «ajustamento estrutural», a sobreexploração da mão-de-obra, o sistema de trocas desiguais, a continuada e agravada sucção da dívida externa, a rapina dos recursos naturais, continuam a ser um fardo insuportável imposto aos povos do Terceiro Mundo pelas potências imperialistas e as suas ETN, com trágicas consequências sociais para a esmagadora maioria da Humanidade.

**1.1.9.** Dada a dificuldade de obtenção de uma taxa de lucro satisfatória no sector produtivo, enormes somas de dinheiro deslocam-se para a esfera improdutivo, aplicadas particularmente em actividades rentistas e especulativas, bolsistas, cambiais, imobiliárias e tráfico ilícitos de vária ordem, como o da droga e do armamento. Esta «financeirização» crescente do capital, sendo um dos traços mais relevantes do capitalismo contemporâneo, exerce por sua vez uma punção contínua sobre a mais-valia criada na esfera produtiva.

A colossal massa de dinheiro retido e movimentado nas actividades especulativas não só impede o desenvolvimento necessário e possível da esfera produtiva, mas submete-a aos seus próprios interesses de rentabilidade parasitária. Pelo seu volume desmedido, pela tendência a se empolar cada vez mais, pelo risco aleatório do seu movimento, esse capital fictício financeiro-especulativo faz pairar sobre a economia dos países e do mundo a instabilidade monetária e o perigo de colapsos bolsistas devastadores.

**1.1.10.** A vaga de privatizações de grandes empresas e serviços públicos, que varre praticamente todos os países capitalistas, desenvolvidos ou dependentes, é determinada pela busca pelo grande capital financeiro de novas fontes de obtenção de mais-valia, aposando-se privadamente, com a ajuda do poder do Estado e quase sempre por um custo ínfimo relativamente ao seu valor real, de uma enorme massa de riqueza acumulada pela sociedade ao longo de gerações e que escapava relativamente à lógica da rentabilidade capitalista. A função social das empresas e dos serviços públicos, de regulação económica e satisfação das necessidades básicas das populações, fica assim posta em causa.

**1.1.11.** Acentuou-se ainda mais, tanto no plano nacional como no supranacional, a intervenção estatal ao serviço do grande capital. Encapotando-se sob a falaciosa divisa de «Menos Estado», a onda de privatizações, os cortes nos sectores públicos de interesse social, a imposição das políticas ditas de «flexibilização» da legislação laboral, «liberalização» das trocas, «desregulamentação» da esfera financeira, representam efectivamente o uso do poder do Estado para beneficiar os grandes grupos monopolistas em detrimento das mais largas massas das populações.

**1.1.12.** Políticas fiscais cada vez mais profundamente injustas reduzem os impostos pagos pelo grande capital e os mais ricos e sobrecarregam os trabalhadores e os mais pobres. Tanto as receitas como as despesas do Estado são colocadas ao serviço de políticas que facilitem a cada vez maior acumulação por parte do grande capital, que aliás pratica uma maciça evasão e fraude fiscal com a complacência dos Estados, incluindo pelo uso intensivo dos chamados paraísos fiscais. Múltiplas isenções, reduções e perdões fiscais e outros avultados subsídios, directos e indirectos, tal como a assunção pelo Estado de enormes dívidas de empresas falidas, nomeadamente no domínio financeiro, efectuam uma transferência maciça de recursos para o grande capital, reduzindo assim também a capacidade do Estado para assegurar as suas funções sociais e de regulação económica.

**1.1.13.** O enorme endividamento público a que tais políticas e práticas conduziram tornou-se hoje uma questão crucial para o desenvolvimento da vida



económica e a satisfação das necessidades sociais, colocando os Estados, incluindo os EUA, o maior devedor mundial, como reféns dos seus credores, os grandes potentados financeiros nacionais e internacionais.

1.1.14. O empolamento da esfera dos serviços, que cada vez menos serve o desenvolvimento da esfera produtiva e interesses sociais relevantes, tornou-se um encargo excessivo para o capital, que também nela aplica novas tecnologias economizadoras de mão-de-obra. A esfera de serviços tende por isso a não mais poder funcionar como válvula de escape suficiente para absorver os trabalhadores «excedentários» da esfera produtiva.

1.1.15. Acentua-se a contradição entre as possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento científico e técnico e as regressões sociais em curso. A aplicação capitalista das novas tecnologias para aumentar a produtividade e maximizar os lucros tem agravado as condições de vida das massas trabalhadoras. Por um lado, tem feito crescer imparavelmente desde há 20 anos o desemprego, tornado massivo e crónico, verdadeiramente estrutural nos países capitalistas desenvolvidos; por outro lado, tem precarizado cada vez mais o emprego, agravado as condições de trabalho, aumentado a taxa de exploração. Generaliza-se o esforço para forçar a diminuição dos custos do trabalho, directos e indirectos, como forma de rentabilizar o capital. Essa diminuição, para além de resultados relativamente reduzidos dado o peso crescente dos custos não-laborais, tem todavia limites objectivos e subjectivos e contraria a premente necessidade de ampliar a procura.

1.1.16. A ampliação do modo de produção capitalista nos países ex-socialistas e nos países do chamado Terceiro Mundo faz aumentar a massa dos assalariados sujeitos ao capital. Mas essa ampliação tem dimensão reduzida e limites objectivos, não conseguindo anular os graves problemas com que se defronta o capitalismo nos países desenvolvidos, dado o peso decisivo destes na economia mundial.

1.1.17. O desemprego adquiriu no mundo capitalista desenvolvido uma dimensão só comparável à da Grande Depressão dos anos trinta. Qualitativamente, ele é porém hoje muito mais grave, porque no quadro do capitalismo actual não está no horizonte nenhuma ampliação significativa do investimento gerador de emprego. Actualmente, a aplicação capitalista das novas tecnologias destina-se fundamentalmente a eliminar empregos e aumentar a exploração, opondo-se à diminuição do tempo de trabalho com manutenção ou aumento da sua remuneração.

1.1.18. O desemprego e o subemprego, crescentes e massivos, tal como a baixa relativa e absoluta dos rendimentos de camadas cada vez mais amplas da população e a brutal concentração da riqueza numa escassa oligarquia do capital financeiro, são factores

determinantes da ampliação da pauperização e da marginalização social. Estas assumem taxas crescentes inclusivamente nos países capitalistas mais desenvolvidos e atingem, em níveis incapazes de garantir a subsistência humana, mais de um quinto da população do planeta nos países do chamado Terceiro Mundo.

1.1.19. Estes factores, apesar do alargamento do espaço de funcionamento das relações de produção capitalistas, determinam uma relativa contracção do mercado para a realização da mais-valia. Após a longa retoma do crescimento económico nas três primeiras décadas do pós-guerra, em que as crises cíclicas de sobre-produção puderam ser muito atenuadas pela regulação estatal, nos últimos 20 anos verificam-se maiores e novas dificuldades na regulação, com três graves crises em 1974-76, 1980-82 e 1990-93. Nesta última, a fase de depressão foi mais longa e a recuperação mais débil, estando já em desaceleração e acumulando-se os sinais precursores de nova crise cíclica.

1.1.20. As políticas neoliberais generalizadas nos últimos 20 anos não correspondem a exigências inelutáveis do desenvolvimento social. São sim as políticas do grande capital, especialmente do financeiro, que correspondem aos seus interesses próprios e às dificuldades com que se depara na sua actual fase. Conduzem, não ao progresso social, mas a retrocessos civilizacionais. A orientação antilaboral e antipopular das políticas neoliberais, a regressão social, a degradação da democracia, a deriva cultural obscurantista, o agravamento da militarização, das ingerências e agressividade imperialistas, que decorrem da tentativa de impor uma «Nova Ordem» do imperialismo neste final do século XX, são incapazes de dar solução aos grandes e graves problemas que a Humanidade enfrenta, agravam as contradições do capitalismo contemporâneo e suscitam o recrudescer da luta dos trabalhadores e dos povos, imprescindível para abrir caminho a uma alternativa progressista.

1.1.21. A evolução económica, as oligarquias financeiras e os governos que impõem as suas políticas neoliberais são os responsáveis pela **regressão social** que nas últimas décadas caracteriza a vida da maioria da Humanidade, gerando um contraste cada vez mais desumano entre a prosperidade, a opulência exorbitante, o consumismo esbanjador de uma minoria de privilegiados, que para si mesmos instalam o paraíso na terra, e a degradada situação de milhares de milhões de seres humanos, para quem a terra se tornou um inferno.

1.1.22. Desde logo e decisivamente, aprofundando a polarização entre ricos e pobres.

1.1.23. Nos últimos 30 anos, os 20% que vivem nos países mais pobres viram a sua parte do rendimento mundial diminuir de 2,3% para 1,4%, enquanto os 20% que vivem nos países mais ricos aumentaram a sua



parte de 70% para 85%, mais que duplicando assim o fosso entre eles. Globalmente, o fosso do rendimento por habitante entre o mundo capitalista mais desenvolvido e o mundo dito «em desenvolvimento» triplicou de 1960 para 1993. Os 358 multimilionários mais ricos do mundo possuem hoje uma fortuna que iguala os rendimentos anuais de 45% da população do mundo, cerca de 2.300 milhões de pessoas.

**1.1.24.** É por isso que no mundo dito «em desenvolvimento» mais de 1.300 milhões de seres humanos vivem na pobreza, 800 milhões passam fome, 500 milhões sofrem de subalimentação crónica, um terço das crianças lutam por sobreviver à carência alimentar, e a mortalidade infantil é aí 6 vezes maior que nos países industrializados.

**1.1.25.** Não é só entre o «Norte» rico e o «Sul» pobre que tais disparidades e chagas se manifestam. Elas verificam-se também dentro de alguns dos maiores países do «Sul», como o Brasil entre outros, onde cliques privilegiadas coparticipam na exploração desenfreada dos seus povos. E verificam-se nos países capitalistas mais desenvolvidos: nos países ricos da OCDE, mais de 100 milhões de pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza. Na União Europeia há hoje cerca de 55 milhões de pobres. Na Grã-Bretanha, entre 1979 e 1993, o rendimento real dos pobres caiu quase 20%, enquanto os mais ricos ganharam mais 61%, triplicando o número de mendigos desde o começo da era Thatcher. Nos EUA, o 1% dos mais ricos aumentaram o seu património, de 1975 para 1990, com as governações de Reagan e Bush, de 20% para 36% da riqueza nacional total.

**1.1.26.** São os trabalhadores que, pelo seu trabalho socialmente produtivo criam riquezas. E é sobre eles que recai directamente a exploração capitalista, insaciável na apropriação privada da nova riqueza criada.

**1.1.27.** Novas formas de exploração conjugam-se com o recurso às velhas formas, com o regresso em força do trabalho infantil, o alastrar do trabalho ao domicílio, a aceleração dos ritmos de trabalho, o alargamento dos horários laborais, o recurso, em manchas vergonhosas, ao próprio trabalho escravo.

**1.1.28.** Trabalho e emprego, indissociáveis do direito a uma vida humana e criativa, são intoleravelmente precarizados, assim precarizando a própria existência dos trabalhadores e suas famílias: trabalho sem direitos, empregos sem vínculos laborais, a tempo parcial ou desmedidamente prolongado, com «flexibilidade» e «polivalência» ao sabor das conveniências do capital, com desprezo pelas normas de segurança no trabalho, e com o desmantelamento dos sistemas de segurança social que ameaça o seu presente e o seu futuro. Proliferam o trabalho negro, os empregos desqualificados, as ocupações serviçais.

**1.1.29.** O desemprego e o subemprego, massivos

e crónicos, atingem segundo a OIT mais de 820 milhões de trabalhadores, (120 milhões de desempregados totais registados, 700 milhões de trabalhadores a ganharem tão pouco que nem conseguem garantir níveis vitais mínimos). Na União Europeia, os desempregados totais já rondam os 20 milhões. Nos países da OCDE, o desemprego sobe imparavelmente, de cerca de 10 milhões em 1970, para mais de 35 milhões em 1995.

**1.1.30.** Os direitos laborais são alvo de constantes atentados e restrições. O direito à greve é coartado. A organização e a actividade sindicais são perseguidas e dirigentes e activistas sindicais alvo de discriminação, repressão, assassinatos.

**1.1.31.** Uma prolongada e violenta ofensiva contra os trabalhadores e os seus mais elementares direitos, a compressão do nível salarial real da maioria dos trabalhadores, a desvalorização do trabalho é uma vertente essencial da política antisocial do neoliberalismo dominante nas últimas décadas.

**1.1.32.** Direitos sociais fundamentais, à saúde, à habitação, à educação, a uma reforma justa na velhice, são golpeados e sujeitos, com a destruição dos sistemas e serviços públicos, à ganância do lucro privado. Deterioram-se as condições de vida das mulheres, o futuro das crianças é comprometido, jovens, idosos, camponeses, massas de marginalizados, são abandonados à sua sorte.

**1.1.33.** As condições sanitárias e os serviços de saúde deterioram-se, com dramáticas consequências. Mais de mil milhões de seres humanos não têm acesso aos cuidados básicos de saúde e à educação, não têm sequer água potável para beber. Cada ano mais de 17 milhões de pessoas, na maioria crianças, morrem de doenças infecciosas e parasitárias hoje facilmente curáveis, enquanto a indústria farmacêutica, uma das mais rentáveis e poderosas, arrecada lucros fabulosos.

**1.1.34.** Enquanto a desertificação flagela 200 milhões de pessoas, prossegue a desflorestação para que avance a grande propriedade capitalista nos campos. A migração rural para as cidades cria anarquicamente gigantescas megacidades desprovidas de condições mínimas de vida, crescendo como venenosos cogumelos os bairros da lata, as favelas, os subúrbios clandestinos, verdadeiros *ghetos* para onde são amontoados os marginalizados do sistema, onde se desenvolve a criminalidade e difunde a droga. A falta de habitação minimamente condigna penaliza mais de 1000 milhões de pessoas no mundo — enquanto a especulação imobiliária prospera como um cancro.

**1.1.35.** As mulheres, que pela sua luta têm conquistado importantes progressos sociais, continuam a sofrer vexames sexistas e a ser massivamente discriminadas em todos os domínios. São elas que suportam, sem remuneração, um peso desproporcionado das



lides domésticas. A prostituição continua a alastrar e o seu tráfico é objecto de imensos lucros para poderosas mafias.

**1.1.36.** As crianças, particularmente as filhas das famílias mais carenciadas, são as mais vulneráveis e indefesas vítimas da pobreza, da fome, da doença, da violência, da nefanda exploração laboral e sexual.

**1.1.37.** Mais de 500 milhões de deficientes no mundo lutam para sobreviver, contra os obstáculos que se levantam à sua recuperação e à realização das suas capacidades.

**1.1.38.** O narcotráfico continua a vitimar centenas de milhões de homens, mulheres e jovens, gangrenando a sua saúde física e espiritual. Os gastos com o consumo de drogas ultrapassa os rendimentos (PIB) combinados de 80 países ditos «em desenvolvimento».

**1.1.39.** As despesas militares igualam o rendimento de quase metade da população do mundo.

**1.1.40.** A criminalidade, que entre meados dos anos 70 e meados dos anos 80 cresceu no mundo a uma taxa de 5% ao ano, instala-se nas mais altas esferas e corrompe todo o corpo social, espalhando a insegurança e o medo.

**1.1.41.** A situação de regressão social que hoje flagela a maioria da Humanidade é o mais trágico libelo acusatório da bárbara lógica que preside ao funcionamento do sistema capitalista contemporâneo.

**1.1.42.** A **regressão democrática**, com a degradação da democracia política e os ataques a liberdades fundamentais, constitui uma inquietante expressão da ofensiva exploradora do grande capital.

**1.1.43.** O sistema capitalista desde muito cedo mostrou a sua incapacidade para responder às aspirações da esmagadora maioria dos cidadãos, desde logo por se fundar na exploração de classe.

**1.1.44.** Graças à luta dos trabalhadores e dos povos e à influência do socialismo foi possível, particularmente após a derrota do nazi-fascismo, alcançar importantes avanços no plano social e político, traduzidos num importante património de direitos humanos. Na actualidade, com o desaparecimento do socialismo como sistema mundial, o enfraquecimento das forças progressistas e o desenvolvimento do poder dos monopólios, está em curso e acentua-se uma poderosa ofensiva que visa limitar a participação dos povos e dos cidadãos na vida política.

**1.1.45.** Nos países capitalistas mais desenvolvidos, o aprofundamento da fusão do poder económico do capital financeiro com o poder político, acentua o carácter antidemocrático do capitalismo monopolista de Estado. As limitações ao carácter representativo dos organismos eleitos (diminuição da proporcionalidade, barreiras percentuais, recenseamento, altos níveis de abstenção, etc.), as políticas antipopulares, a corrupção e a mediatização da vida política que substitui o

debate de ideias pelo espectáculo afastam os cidadãos da intervenção cívica transformando-os em espectadores e reduzem o «multipartidarismo» a um sistema partidário que perpetua no poder, em alternância, partidos apenas formalmente diferentes, já que realizam no essencial as mesmas políticas. São artifícios destinados a dificultar a eleição de comunistas e outras forças progressistas e facilitar a eleição dos que servem ou não se opõem aos intentos do grande capital. Esta tendência é agravada com a degradação dos padrões culturais e a diminuição da capacidade de crítica das populações, a militarização dos Estados com intervenções limitativas das liberdades, a manipulação do quotidiano e das consultas populares. À reacção popular às políticas de direita, as classes dominantes respondem com a centralização do Estado e acentuam o seu carácter autoritário, intervindo no desrespeito da vontade democraticamente expressa quando esta não coincide com os seus interesses vitais. Decisões vitais para o futuro de cada país são transferidas para instâncias supranacionais, não eleitas, que escapam ao controlo popular.

**1.1.46.** À medida que regride a democracia baseada na participação e no voto populares vão-se consolidando poderes de facto como o das igrejas e seitas religiosas, de maçonarias e de outros grupos de pressão. Também as mafias organizadas, os cartéis de droga, com o peso que hoje têm sobre a economia e a sua ligação às instituições financeiras, constituem já em alguns casos verdadeiros governos paralelos, muitos deles secretos mas reais, em estreita articulação com forças armadas e militarizadas e com os governos, constituídos a partir de eleições mas cada vez mais serventuários e virtuais.

**1.1.47.** No mundo capitalista o apelo aos direitos humanos por parte dos seus dirigentes revela-se, cada vez mais, um exercício de hipocrisia.

**1.1.48.** Desemprego estrutural, desregulamentação social, perda de direitos, agravamento das disposições penais incluindo o recurso à pena de morte, desumanidade das situações prisionais, são alguns dos traços do acentuar da componente coercivo-repressiva do Estado que acompanha a perda das suas funções sociais.

**1.1.49.** O sistema não dá resposta aos problemas sociais, mas a pretexto do combate ao terrorismo, reforçam-se aparelhos policiais estatais e privados, realizam-se agressões imperialistas, intensifica-se a repressão política às forças progressistas e aos sindicatos, impõem-se mais condicionalismos à liberdade de circulação de pessoas e ao direito de asilo, pratica-se o uso abusivo de meios informáticos e bases de dados para devassa da vida privada, e o controlo do legítimo exercício da cidadania, nomeadamente a participação em organizações sociais e políticas por parte dos serviços secretos.



**1.1.50.** A crise económica, os processos de expansão das grandes potências e das multinacionais associados à integração económica, as imposições dos preços de matérias primas e de «ajustamentos estruturais» das economias, o peso das dívidas e a supranacionalidade, têm estado na origem de reacções de afirmação nacional progressistas mas também de visões retrógradas do mundo como é o caso do nacionalismo reacçãoário e do fundamentalismo que atinge todas as grandes religiões. É particularmente grave o fundamentalismo islâmico que, alimentado pela política de opressão e exploração imperialista, facilitado pela falência das políticas neoliberais conduzidas pelas burguesias saídas dos processos de libertação nacional e instrumentalizado contra as forças progressistas, tem aberto o caminho a «guerras santas» e à instauração de estados teocráticos que espezinham as liberdades e direitos humanos fundamentais.

**1.1.51.** As políticas neoliberais, agravando intoleravelmente a situação social, têm aberto o caminho à ascensão de forças fascistas, racistas, xenófobas. As classes dominantes, ao mesmo tempo que silenciam a oposição de esquerda, estimulam a visibilidade política dessas forças, apostando nelas como beneficiárias do inevitável descontentamento popular e como instrumento de contenção das forças progressistas.

**1.1.52.** Apoiadas frequentemente por grandes potências que exploram sentimentos negativos para alargarem a sua influência, estas forças estão na origem de violências, de um crescente número de crimes contra trabalhadores estrangeiros e de «purificações» étnicas em algumas regiões.

**1.1.53.** A manifesta **regressão cultural** a que hoje assistimos constitui um traço particularmente negativo do desenvolvimento do capitalismo na actualidade.

**1.1.54.** As teorias do neoliberalismo, da «globalização» e da «economia de mercado», absolutizando fragmentos da realidade objectiva para construir um simulacro de doutrina, num processo de manipulação e falseamento obscurantistas, constituem um suporte ideológico, uma expressão actual e um instrumento, no plano cultural, da dominação socioeconómica do capitalismo e da expansão transnacional do poder monopolista.

**1.1.55.** Os mercados são transfigurados em entidades impessoais que, qual «mão invisível», assegurariam automaticamente o equilíbrio da vida económica e social. Propagandeia-se as virtudes estimulantes das desigualdades sociais e da concentração e centralização de capitais. Promove-se a idolatria da competição, fomenta-se a agressividade e o egoísmo. Erige-se a competitividade como factor essencial do desenvolvimento económico. Promove-se a mercantilização de todos os valores e formas da actividade humana. Proclama-se a exploração capitalista como fazendo parte

da ordem natural das coisas. As classes sociais e a luta de classes, o seu papel na evolução da sociedade, são negados e escamoteados.

**1.1.56.** Apresentando-se como defensores da supremacia do indivíduo sobre a sociedade, os ideólogos do capitalismo procuram destruir os progressos alcançados, designadamente com a luta pelo socialismo, no sentido de criar formas superiores de sociabilização e cooperação humanas.

**1.1.57.** O Estado e as suas funções, no plano nacional e internacional, são outro alvo dessa ofensiva. O «Estado mínimo» é propagandeado pelo neoliberalismo com o objectivo central de amputá-lo das funções sociais que as conquistas democráticas do último século lhe atribuíram. Mas são reforçadas as suas funções repressivas, para fazer frente à agudização dos conflitos provocados pela polarização social., bem como a sua intervenção no plano económico, ao serviço do grande capital.

**1.1.58.** Simultaneamente, a esfera da vida política é reduzida, com o argumento de que as decisões sobre as grandes questões estão relacionadas apenas com opções de natureza técnica. Daí derivaria um suposto natural consenso político geral que, a par do esvaziamento da política da sua dimensão de representação dos diferentes interesses sociais favorece a possibilidade de rotação dos executantes de uma mesma orientação dominante, restringe o leque de escolhas possíveis, e incrementa a partir dos próprios órgãos de poder, a perda de referências éticas e a potenciação de fenómenos de corrupção.

**1.1.59.** Ao mesmo tempo, as teorias da supranacionalidade pretendem apresentar como ultrapassadas e esgotadas a realidade das nações e as funções da soberania nacional. A pretexto da adaptação ao processo da «mundialização» advogam a sua transferência para estruturas supranacionais dando cobertura à liquidação dos aparelhos produtivos nacionais. Neste processo, o apagamento e esmagamento das culturas e identidades nacionais têm também o seu papel, designadamente através da subordinação às leis do mercado mundial que lhes são impostas.

**1.1.60.** Outra frente da ofensiva obscurantista do grande capital consiste na reescrita falsificadora da História mais recente.

**1.1.61.** Com isso pretende-se desvirtuar os mais importantes acontecimentos deste século. Apagar o papel que nele tiveram a partir da revolução russa de 1917 as revoluções socialistas e o empreendimento da construção de uma nova sociedade libertada da exploração capitalista. Ignorar o papel da luta dos trabalhadores e dos povos pela sua emancipação social e nacional, pelo socialismo, pela democracia e pelo alargamento do conceito de direitos humanos, desvalorizar as lutas contra o colonialismo, o fascismo e o imperialis-



mo. Varrer da memória dos povos os factos, acontecimentos, experiências, lições e vitórias que confirmam a viabilidade e as perspectivas da sua luta por um sociedade melhor, mais justa, liberta da exploração capitalista.

**1.1.62.** A elaboração e propaganda de um «pensamento único», como fecho de abóbada de conceitos vagos e vazios, como os de «aldeia global», «fim da história» e «fim das ideologias», preterir e impor com carácter universal e absoluto os catecismos e fórmulas neoliberais numa tentativa para excluir, desqualificar e negar as alternativas de desenvolvimento social, apresentando-as como ameaças subversivas ou utopias irracionais e sem validade.

**1.1.63.** No assalto geral à democracia, aos direitos humanos e ao desenvolvimento social e cultural, cabe um papel essencial aos principais meios de comunicação social, cuja propriedade está cada vez mais concentrada nas mãos do grande capital, tanto no âmbito nacional como internacional.

**1.1.64.** Utilizando de forma perversa as tecnologias e meios mais sofisticados, estabelece-se um férreo silenciamento ou falseamento de tudo o que põe em causa as estruturas políticas e económicas do capitalismo, procura-se condicionar comportamentos sociais e manipular valores, negando à cultura a sua função social e de instrumento do progresso e impondo uma subcultura alienada e alienante, que fomenta a passividade, desenraíza o indivíduo da sua condição social e actua como factor de obscurantismo sobre as mentalidades.

**1.1.65.** Ao mesmo tempo assiste-se à sistemática difusão de linhas de propaganda que espalham a confusão, a angústia e o medo, promove-se a banalização da violência e a sua apologia como forma de fazer justiça, alimentam-se superstições e difundem-se visões catastrofistas sobre o futuro da humanidade, criando e generalizando estados de espírito que são caldo de cultura para o alastramento dos integristas, dos racismos e da xenofobia, e para a redução das liberdades democráticas.

**1.1.66.** O desenvolvimento do **militarismo** e a intensificação das **ingerências e agressões do imperialismo**, correspondem ao propósito de consolidar, reforçar e alargar a todo o mundo o domínio do sistema capitalista.

**1.1.67.** O militarismo, o desenvolvimento do complexo militar industrial, as alianças e blocos militares agressivos, a corrida aos armamentos, as intervenções e guerras de agressão, foram durante décadas justificadas com a «ameaça soviética». Mas o desaparecimento da URSS, a dissolução do Tratado de Varsóvia, o chamado «fim da guerra fria» não conduziu a um mundo mais pacífico e seguro. A instabilidade da situação internacional, a persistência e eclosão de novos

focos de tensão, as ingerências e agressões militares, a continuação da corrida aos armamentos com a produção de armas cada vez mais sofisticadas, aí estão para o demonstrar. Com o brutal desequilíbrio de correlação de forças operado no plano internacional, a agressividade e as tendências militaristas do imperialismo manifestam-se de forma mais aberta e perigosa.

**1.1.68.** Neste sentido são de salientar:

— A arrogante pretensão dos EUA ao papel de polícia do mundo;

— O reforço da NATO, hegemónizada pelos EUA, com a reformulação de estratégias e doutrinas e o alargamento da sua esfera de influência política e área de intervenção militar;

— A militarização da União Europeia com os esforços para a sua transformação num bloco político-militar em que a UEO, articulada ou mesmo integrada nas estruturas da UE, se transformaria simultaneamente em «braço armado» da UE e no « pilar europeu » da NATO;

— A criação na Europa de sistemas de forças de carácter multinacional pela integração de unidades militares de diversos países, como a Euroforce, a Euromarforce e a Força Anfíbia;

— As profundas transformações nas Forças Armadas, nomeadamente com a criação de exércitos profissionais de carácter ofensivo e a abolição do Serviço Militar Obrigatório;

— A militarização da Alemanha e do Japão e as pressões para a eliminação dos obstáculos constitucionais à intervenção de forças militares destes países fora do seu território;

— O processo de reintegração das forças armadas da França na estrutura militar da NATO e a acentuação do carácter intervencionista deste país, nomeadamente em África;

— O pôr em causa do tradicional estatuto de neutralidade e não alinhamento de vários países, nomeadamente da Europa (Áustria, Suécia, Finlândia), pressionados a inserir-se na dinâmica da política de blocos;

— A recusa dos EUA e outras potências capitalistas de liquidar as armas nucleares a par da corrida ao seu aperfeiçoamento, da persistência na teoria da «dissuasão nuclear» e da pretensão de se assegurar do seu monopólio.

**1.1.69.** O militarismo confirma-se assim como uma tendência e uma característica intrínseca do imperialismo que encerra enormes perigos para a paz e a independência e soberania dos povos. Ele significa também a delapidação de colossais recursos materiais e humanos que poderiam e deveriam ser consagrados à promoção do nível de vida dos povos e a programas de cooperação para o desenvolvimento, esse sim, factor decisivo da segurança internacional.

**1.1.70.** Na sua política agressiva os EUA e outras



potências imperialistas utilizam como pretexto o que designam por «novas ameaças», usam como capa o combate ao «terrorismo», ao tráfico de droga e a outras formas de crime organizado (em que aliás participam também); invocam cinicamente a salvaguarda dos «direitos humanos», o pretenso «direito de ingerência humanitária», a «diplomacia preventiva», a «imposição da paz».

**1.1.71.** Na realidade procuram assenhorear-se de posições económicas e estratégicas, abater resistências à sua política imperial, cortar o passo a processos nacional-libertadores, progressistas e revolucionários, impor regimes subservientes, enfraquecer a soberania de Estados, abrir caminho à desenfreada exploração das transnacionais.

**1.1.72.** Neste caminho exacerbam conflitos étnicos, religiosos e fronteiriços fomentando guerras de extermínio, alimentam as forças mais reaccionárias e obscurantistas, apoiam ditaduras repressivas e sanguinárias, massacram populações civis e provocam massivos êxodos de populações, tornam reféns pela fome povos inteiros, praticam em numerosos casos uma autêntica política de terrorismo de estado.

**1.1.73.** A invasão pelos EUA da Somália e do Haiti, a intervenção francesa no Ruanda e noutros países africanos, a ingerência imperialista nos Balcãs, com intervenção directa da NATO e a imposição da «pax americana» de Dayton, os crimes de Israel na Palestina e no Líbano, o genocídio do povo curdo, a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia e do Sahara-Occidental por Marrocos, o morticínio no Afeganistão, o bloqueio ao povo iraquiano e os bombardeamentos dos EUA no Iraque, o drama do povo de Angola, o bloqueio norte-americano a Cuba, as pressões e ameaças militares sobre a RPD da Coreia, são exemplos flagrantes da política agressiva do imperialismo e seus instrumentos e aliados no plano regional.

**1.1.74.** A multiplicação dos focos de tensão e de guerra assim como o alastramento de situações de catástrofe económica, social, demográfica e ecológica são, no essencial, consequência do sistema de exploração e opressão capitalista.

**1.1.75.** É uma situação insustentável que conduzirá inevitavelmente a grandes explosões de descontentamento e protesto popular cujo carácter, anti-imperialista e democrático, ou populista e reaccionário, dependerá da capacidade dos comunistas e outras forças patrióticas e progressistas para encabeçar a luta.

**1.1.76.** Perante uma tal perspectiva o imperialismo actua basicamente em duas direcções. Por um lado, acentuando a perseguição das forças progressistas e revolucionárias e procurando que sejam os sectores mais reaccionários e obscurantistas a capitalizar o descontentamento popular. Por outro lado, desenvolvendo instrumentos internacionais e supranacionais de

concertação e intervenção — económicos, políticos, ideológicos, militares — visando assegurar o domínio planetário incontestado do grande capital e impor ao mundo uma «nova ordem» totalitária contra os trabalhadores e contra os povos.

**1.1.77.** Os mecanismos da «Nova Ordem» imperialista estão a ser criados a nível dos países, dos espaços de integração e no plano mundial.

**1.1.78.** Através de uma densa rede de relações político/diplomáticas, em que pontifica o G-7, as grandes potências procuram concertar as respectivas posições sobre as grandes questões da situação internacional e definir uma estratégia planetária comum. A associação formal e subalterna da Rússia insere-se na tentativa de enquadrar qualquer evolução e neutralizar a sua resistência.

**1.1.79.** A OCDE, o FMI e o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio traçam as grandes orientações da política económica, financeira e comercial que convêm às grandes potências e às multinacionais, definem as linhas de ataque às conquistas sociais e aos direitos dos trabalhadores, zelam pelo seu cumprimento.

**1.1.80.** A NATO, principal aliança militar do imperialismo intervém como um braço armado da «nova ordem». Em lugar de caminhar para a desactivação da sua estrutura militar e dissolução, reestrutura-se, reforça-se, alarga a sua área de influência com a associação de novos países, amplia a sua área de intervenção militar. Define novos «inimigos» e «ameaças» e dota-se de novos conceitos estratégicos de carácter abertamente ofensivo. Cria dispositivos militares, forças operacionais, armamento sofisticado com o objectivo de intervir onde os EUA e seus aliados considerem os seus interesses ameaçados, nomeadamente nos conflitos de «baixa intensidade» e na repressão de revoltas populares e revoluções.

**1.1.81.** A expansão da NATO para o Leste da Europa e Mediterrâneo, assim como a activação da UEO, concebida como « pilar europeu » da NATO, e a criação das Forças Combinadas Conjuntas, significam um enorme reforço do papel desta aliança militar agressiva. Os bombardeamentos e a intervenção militar na Bósnia conduzidos pelos EUA representam um precedente gravíssimo.

**1.1.82.** Simultaneamente, as perspectivas abertas pela Acta Final de Helsínquia e a criação da Organização de Segurança e Cooperação Europeia foram bloqueadas ou distorcidas.

**1.1.83.** A ONU em vez de se orientar no sentido de promover a solução política dos conflitos, do desarmamento, do desenvolvimento e da cooperação internacional, tende a tornar-se num instrumento da política hegemónica dos EUA e seus aliados.

**1.1.84.** O FMI/BM, a OMC, a NATO, uma ONU



instrumentalizada pelos EUA e outras grandes potências imperialistas, constituem os grandes pilares da «nova ordem» cuja estruturação abarca entretanto muitos outros aspectos como: a revisão de princípios consagrados do direito internacional; o recurso a «Tribunais» especiais, orientados por critérios políticos; o aperfeiçoamento dos Serviços Secretos e a sua estreita cooperação; o controlo das tecnologias da informação e o domínio da comunicação social, utilizada massivamente como instrumento de desinformação e manipulação das massas; a criação de sofisticados instrumentos de neutralização, recuperação e integração no sistema de organizações e movimentos sociais; a criação de organizações ditas «humanitárias» destinadas a alforçar as devastadoras consequências das políticas neoliberais e das agressões imperialistas.

**1.1.85.** A necessária cooperação internacional entre povos e Estados soberanos e iguais em direitos está a ser aceleradamente substituída por orientações e decisões supranacionais impostas pelas grandes potências imperialistas através da formação de um complexo sistema de organizações e instituições, cada vez mais articulado e centralizado. Sendo um processo em evolução constitui já em muitos aspectos uma realidade. A sua consolidação criaria um obstáculo qualitativamente novo, em termos de poder, ao processo de libertação dos trabalhadores e dos povos.

**1.1.86.** O reforço das estruturas (formais e informais), internacionais e supranacionais do imperialismo visa concertar uma estratégia planetária comum (no plano económico, político, militar, e ideológico) e é impulsionado pelo processo de mundialização do capital e a necessidade de regulação monopolista transnacional.

**1.1.87.** É um processo que põe em evidência a solidariedade de classe do grande capital mas que não anula nem domestica as contradições no campo imperialista. Pelo contrário, as rivalidades, conflitos e contradições entre as grandes potências e os grandes pólos do imperialismo não se atenuaram e mostram mesmo tendência para se avolumar e exacerbar.

**1.1.88.** Para isso concorrem: o desenvolvimento desigual do capitalismo, com as brutais pressões dos EUA para impor a sua hegemonia no plano mundial e assegurar a todo o custo a supremacia no próprio campo imperialista; a formação de grandes espaços de integração económica e livre comércio com a agudização da luta por matérias primas (nomeadamente petróleo), mercados, esferas de influência, posições de importância geo-estratégica; uma nova partilha imperialista do mundo no quadro do que os próprios designam de «preenchimento do vazio estratégico» criado pelo desaparecimento da URSS e do socialismo como sistema mundial.

**1.1.89.** É assim que em relação à Europa de Leste,

aos Balcãs, ao Médio Oriente, à Ásia, à África e à própria América Latina, são múltiplas as áreas de conflitualidade relevante entre grandes potências envolvendo com frequência, por «procuração» ou não, outros países com aspirações a potências regionais.

**1.1.90.** A pretensão dos EUA de impor a sua hegemonia planetária choca-se crescentemente com o expansionismo da «grande Alemanha» (particularmente em direcção ao leste da Europa e aos Balcãs), da França (nomeadamente em África), do Japão (na Ásia). A influência no Médio Oriente e região do Mediterrâneo está a ser palco de séria disputa, nomeadamente entre os EUA e as grandes potências da União Europeia.

**1.1.91.** A guerra económica entre os três grandes pólos do imperialismo — EUA, União Europeia/Alemanha e Japão — marcada por arrogantes imposições unilaterais dos EUA, tende a agudizar-se. O perigo de que a guerra económica possa resvalar para a disputa militar não pode ser subestimado.

**1.1.92.** Como afirmámos no nosso XIV Congresso, com o desaparecimento da URSS e do socialismo como sistema mundial, o mundo ficou mais perigosamente exposto à dinâmica das contradições inter-imperialistas e aos impulsos da natureza exploradora, opressora e agressiva do imperialismo.

**1.1.93.** O processo de subversão de princípios e normas básicas das relações entre povos e Estados soberanos e de reestruturação reaccionária do sistema de relações internacionais, não está consolidado nem concluído. A instauração da «nova ordem» imperialista confronta-se com a resistência e a luta dos povos e com as contradições no próprio campo imperialista.

**1.1.94.** Apesar da poderosa ofensiva dos ideólogos e propagandistas do «pensamento único» e de ilusões acerca de um «governo» mundial e outras formas de regulação supranacional «global», assiste-se a uma crescente tomada de consciência quanto às nefastas consequências das políticas ditadas pelas organizações dominadas e instrumentalizadas pelo imperialismo, em particular pelos EUA. Não obstante as debilidades que ainda se verificam, as acções de denúncia e protesto perante a política exploradora, opressora e agressiva do imperialismo, têm-se multiplicado, ganho crescente expressão de massas e dimensão internacional.

**1.1.95.** À «nova ordem» imperialista os comunistas e outras forças democráticas e progressistas contra-põem a **luta por uma nova ordem económica e política internacional** assente na cooperação entre povos e países soberanos e iguais em direitos e orientada pelos valores da paz, da democracia, do progresso social e da amizade entre os povos. Uma nova ordem empenhada na abolição das armas nucleares e no desarmamento geral; no combate ao racismo e à xenofobia, ao populismo neofascista, ao nacionalismo agressivo e ao fanatismo religioso; na ajuda efectiva aos



países subdesenvolvidos, na eliminação do desemprego, da miséria, da fome, da doença, da toxico-dependência, do analfabetismo e outros flagelos da humanidade; na difusão da cultura e de uma informação objectiva; na preservação dos recursos naturais e defesa do ambiente. Uma nova ordem que respeite e assegure o direito de cada povo à livre escolha do seu próprio caminho de desenvolvimento.

**1.1.96.** As forças que se opõem ou são susceptíveis de opor-se às orientações e aos mecanismos da «nova ordem» imperialista são muito amplas. É na sua luta que assenta a possibilidade de transformações progressistas e revolucionárias que, alterando a actual correlação de forças desfavorável, possibilitem a instauração de uma nova ordem de paz, cooperação e amizade entre os povos.

## **1.2. Resistência e luta dos trabalhadores e dos povos**

**1.2.1.** A ofensiva económica, política, ideológica e militar do imperialismo, facilitada e articulada com as derrotas do socialismo e o enfraquecimento global das forças progressistas, traduziu-se em grandes recuos no processo de emancipação social e nacional.

**1.2.2.** Tal ofensiva não é, porém, uma fatalidade com que os trabalhadores e os povos tenham de conformar-se. Pelo contrário. Ela desenvolve-se no contexto inevitável de uma intensa luta de classes que, assumindo formas e reivindicações imediatas muito diversificadas, converge objectivamente numa crescente e generalizada rejeição e condenação da «nova ordem» imperialista (e com ela a exigência de profundas transformações de natureza anti-imperialista e anticapitalista) e do que ela significa de brutal agravamento da exploração, das injustiças e desigualdades sociais, de opressão nacional, de agressões, conflitos e guerras.

**1.2.3. Nos países capitalistas desenvolvidos** a ofensiva neoliberal contra as conquistas sociais e democráticas alcançadas por décadas de duras lutas está a defrontar-se com a resistência crescente dos trabalhadores e tem dado lugar a grandes lutas populares, particularmente na Europa, mas também nos EUA e no Japão, país onde são particularmente de destacar, a par de importantes lutas sociais, grandes acções de massas contra o militarismo nipónico e pelo desarmamento nuclear.

**1.2.4.** No primeiro plano encontram-se as lutas em defesa do emprego e contra a precarização das relações laborais, por melhores salários, contra o desmantelamento dos serviços públicos, os ataques à segurança social, as privatizações. Apesar do grande capital contar com a colaboração aberta de burocracias sindicais reformistas e da generalidade das direc-

ções dos partidos socialistas e social-democratas, têm tido lugar importantes lutas, incluindo greves gerais e jornadas de acção com grandes manifestações de massas. Entre elas avultam pelo seu particular significado político greves e manifestações de fins de 1994 na Itália, o poderoso movimento de Novembro/Dezembro de 1995 em França, as grandes manifestações na Alemanha contra o «plano de austeridade» de Kohl em 1996. Mas são também de realçar centenas e centenas de greves, manifestações e protestos dos trabalhadores da indústria (nomeadamente contra os despedimentos, pelo aumento de salários, pela redução do horário de trabalho, contra as privatizações), dos sectores de serviços (função pública, profissionais de saúde, professores, etc.), de agricultores (nomeadamente contra as gravosas consequências da PAC), de pequenos e médios comerciantes e industriais.

**1.2.5.** Objectivamente, para lá das reivindicações imediatas, tais movimentações constituem uma inequívoca condenação das políticas neoliberais antipopulares inerentes ao Tratado de Maastricht e dão uma nova dimensão à crescente oposição em todos os países da Comunidade Europeia ao actual processo de «construção europeia», já bem visível nos expressivos resultados dos referendos realizados na Dinamarca, na França e na Noruega em 1993 e 1994.

**1.2.6.** São também de assinalar outras importantes movimentações populares muito diversificadas que exprimem profundos sentimentos democráticos: dos jovens em protesto contra o sistema de ensino e pelo emprego; pelos direitos das mulheres; em defesa da escola pública; contra o racismo, a xenofobia e as limitações ao direito de asilo; contra as armas e as experiências nucleares, a agressão imperialista nos Balcãs e muitas outras.

**1.2.7.** É certo que a resistência e a luta popular, se têm imposto importantes recuos ao poder e ao grande capital, não estão ainda à altura da gravidade da ofensiva, nomeadamente por falta de uma clara alternativa política credível para as massas. Trata-se porém de uma realidade que, escamoteada e silenciada pelos «media» se impõe valorizar, até porque a luta das massas populares é factor determinante para vir a alcançar uma viragem política de progresso.

**1.2.8.** O processo contra-revolucionário da restauração do capitalismo nos **países da ex-URSS e no Leste da Europa**, provocando desde logo uma enorme queda de produção e degradação do aparelho produtivo, tem significado uma brutal deterioração das condições de vida da maioria dos seus povos, com explosão da miséria, do desemprego, da criminalidade, de violentos conflitos étnicos, de guerras entre nações anteriormente componentes de Estados socialistas multinacionais e outros flagelos.

**1.2.9.** Uma voraz classe capitalista em acelerada



formação, integrada e apoiada por uma ampla camada de burocratas venais e variadas mafias, com representação dos mais altos escalões do Estado, alia-se ao imperialismo para dismantelar estruturas económicas, direitos sociais, valores morais, memória histórica, tudo quanto de positivo foi criado por gerações sucessivas no socialismo, apesar das gravíssimas perversões que se verificaram.

**1.2.10.** Aquele tem sido o objectivo estratégico fundamental das grandes potências imperialistas, com destaque para a Alemanha e os EUA, directamente e através das suas estruturas económicas, políticas e militares, do FMI à NATO, passando pela União Europeia. Empenhados desde já no saque às enormes riquezas acumuladas ao longo de décadas, as potências imperialistas procuram, por um lado, conquistar novos espaços para a exploração capitalista (mão-de-obra altamente qualificada e barata, recursos naturais, mercados), e por outro enquadrar e assegurar a irreversibilidade dos processos em curso. A brutal ingerência nos assuntos internos desses países é acompanhada pelo mais cínico atropelo e subversão dos apregoados valores da «democracia» e dos «direitos humanos», como é particularmente patente nos países da ex-URSS ou na ex-Jugoslávia.

**1.2.11.** Todavia, os trabalhadores e os povos da ex-URSS e do Leste da Europa, apesar dos acontecimentos traumáticos e do massacre ideológico a que têm estado submetidos, rebelam-se em numerosas lutas contra as consequências desastrosas da restauração capitalista, buscam salvar conquistas do socialismo e, com formas e êxitos diversos consoante os países, salvaguardar a sua independência e determinar o seu próprio destino. Vários países lutam corajosamente, no adverso condicionalismo externo prevalecente, para preservar a sua soberania e assegurar o desenvolvimento de acordo com a vontade própria dos seus povos. Forças e partidos comunistas refizeram-se e alcançaram uma influência assinalável em vários países. A derrota das forças reacçãoárias, na generalidade das últimas eleições realizadas, reveste-se de um importante significado político, mesmo nos casos em que tal não signifique uma clara mudança de rumo. Particular significado assumiram mais recentemente os resultados eleitorais alcançados pelos comunistas na Rússia, demonstrando constituírem uma grande força que, em aliança com outras forças democráticas e patrióticas, tem um peso real na vida política desse imenso país.

**1.2.12.** É no Terceiro Mundo que se concentra a esmagadora maioria da população do nosso planeta. É porém nessa vasta área do globo que se concentra a maior pobreza. Muitas centenas de milhões de pessoas vivem em condições infra-humanas. Nos últimos dez anos aumentou o fosso que separa os países capitalistas desenvolvidos dos países subdesenvolvidos do

Terceiro Mundo. A ofensiva do imperialismo em direcção do chamado Terceiro Mundo configura uma tentativa de autêntica recolonização de povos e países que, através de duras lutas, haviam conquistado a independência, construído estados soberanos e, muitos deles, empreendido vias de desenvolvimento progressista.

**1.2.13.** Contra os países que, independentemente do seu sistema político, recusam submeter-se, foi desencadeada uma política de ameaças, boicotes, embargos e pressões económicas de grandes proporções.

**1.2.14.** A luta dos povos do Terceiro Mundo pela sua emancipação nacional, sofreu um sério retrocesso. O Movimento dos Países Não Alinhados, assim como a Organização de Unidade Africana, a Liga Árabe e outras organizações de carácter objectivamente anti-imperialista enfraqueceram-se e, embora haja indícios de recuperação, o seu futuro apresenta-se incerto.

**1.2.15.** Conjugando a imposição dum «multipartidarismo» artificial e falseado com pressões e ingerências do mais variado tipo, incluindo o militar, derrubaram-se regimes progressistas, impuseram-se novas ditaduras e governos submissos aos ditames dos desastrosos planos de ajustamento estrutural do FMI e do Banco Mundial, agravou-se a sangria da dívida externa, abateram-se as barreiras à «livre circulação» de capitais e à acção rapace das multinacionais, acelerou-se a destruição tanto do sector empresarial do estado como das estruturas económicas pré-capitalistas de subsistência, impedindo que se assentem as bases de um desenvolvimento independente. Provocaram-se mortíferos conflitos étnicos e tribais e colossais deslocamentos das populações. A situação social, cultural e sanitária de muitos dos povos do Terceiro Mundo conheceu um dramático retrocesso, constituindo um dos mais desumanos crimes do capitalismo nos tempos modernos.

**1.2.16.** Entretanto, num quadro global de recuo e dificuldades, os povos da África, Ásia e América Latina prosseguem a luta pelos seus interesses vitais, contra as imposições do imperialismo e do capital transnacional, pela liberdade, democracia, pela independência nacional.

**1.2.17.** A derrota do regime do apartheid e a vitória do ANC na África do Sul; progressos verificados na influência política e eleitoral por comunistas e outras forças de esquerda na Índia e outros países; a persistência, como na África Austral, de países dirigidos pelas forças políticas que conquistaram a independência e lutam contra imposições externas; a resistência de Estados soberanos às imposições do imperialismo; o prosseguimento da luta de libertação nacional dos povos, palestino, sahaouri, maubere, curdo e outros; movimentos de resistência armada como na Guatemala, na Colômbia, no Sudão; as lutas pelos direitos dos povos



indígenas na América Latina; as lutas pela terra; grandes acções populares de massas pela democracia e pelo respeito dos direitos humanos contra ditaduras e contra governos corruptos em países como o Brasil, a Venezuela, a Birmânia, o Bangladesh, a Coreia do Sul, a Turquia, a Indonésia; greves e manifestações contra as políticas neoliberais, a acção das multinacionais, as privatizações e o próprio GATT/OMC, como na Índia, no México; — tudo isto mostra que os trabalhadores e os povos não se conformam e que são inevitáveis grandes explosões de descontentamento e de luta popular.

**1.2.18.** São manifestas as pretensões do imperialismo para canalizar num sentido reaccionário o descontentamento e o desespero das massas — nomeadamente com o seu estímulo ao fundamentalismo religioso de cariz fascista — e o seu propósito de abafar com a força militar acções que ponham em perigo o seu domínio, de que as «Forças de Reacção Rápida» são instrumento. Tudo dependerá porém da capacidade das forças progressistas e nacional libertadoras para conquistar o apoio das massas e organizá-las em torno de alternativas de desenvolvimento democrático, progressista e nacional libertador.

**1.2.19. Os países que definem como orientação e objectivo construir uma sociedade socialista** — China, Vietname, Cuba, Coreia do Norte, Laos — constituem uma realidade com importante significado no desenvolvimento da situação internacional. Com especificidades concretas nacionais, experiências e soluções muito diferenciadas, representam um importante factor de resistência e contenção aos propósitos de domínio planetário do capitalismo. Importantes progressos no plano do desenvolvimento económico e na promoção das condições de vida das massas são de realçar em relação à China e ao Vietname, países muito populosos onde se concentra quase um quarto da população mundial e que partem de um nível de desenvolvimento extraordinariamente baixo. Em relação a Cuba, brutalmente golpeada pelo imperialismo norte-americano e forçada a reorganizar completamente as suas relações económicas externas, a continuação de conquistas sociais básicas e da orientação socialista do regime constitui um feito heróico, só possível na base da identificação profunda dos comunistas cubanos com o seu povo.

**1.2.20.** O PCP tem a sua própria concepção de socialismo e o seu próprio projecto para a edificação em Portugal de uma sociedade socialista que se diferenciam e distanciam em vários aspectos importantes de concepções, soluções, práticas e experiências em curso e tem sérias preocupações pela existência nesses países de factores negativos. Isso não impede porém o PCP de valorizar a existência dos países que definem como objectivo a construção de sociedades socialistas, de acompanhar com grande atenção as suas

experiências e ser solidário com a sua luta para salvar o direito à livre escolha do seu próprio caminho.

**1.2.21.** Os condicionalismos de ordem externa, determinados pela hegemonia das relações económicas internacionais pelo grande capital, são muito grandes. O imperialismo e a reacção internacional não escondem a sua esperança e o seu propósito de — explorando problemas, erros, dificuldades e contradições e através de ingerências, boicotes e ameaças de agressão — alcançar o afastamento dos comunistas do poder e (ou) a degenerescência capitalista (dita «evolução pacífica») dos complexos processos em curso. É do interesse dos povos respectivos e de todos os povos que lutam pela sua libertação que tais intentos fracassem.

**1.2.22.** Para a consideração das perspectivas de evolução da situação internacional é particularmente importante considerar as **grandes forças sociais** atingidas pela política do grande capital e do imperialismo. Sob o impacto da crescente mundialização das relações de produção capitalistas, da revolução científica e técnica, das profundas transformações dos sistemas de produção e de troca, verificam-se grandes mutações sociais e demográficas com forte impacto na estrutura, composição e arrumação das forças de classe nas sociedades. É uma época de instabilidade em que centenas e centenas de milhões de seres humanos economicamente desapossados, socialmente desenraizados e marginalizados, deslocados pela fome e pela guerra, procuram desesperadamente um novo lugar no sistema de relações sociais. É uma situação que dificulta extraordinariamente o progresso da consciência política e a luta organizada, favorecendo por outro lado o desenvolvimento de forças reaccionárias, obscurantistas e de cariz fascista como o fundamentalismo islâmico.

**1.2.23.** Entretanto, uma das tendências objectivas da situação internacional na actualidade consiste no estreitamento da base social de apoio do próprio sistema de exploração e opressão capitalista.

**1.2.24.** A classe operária e o trabalho assalariado (que continuam a aumentar em valor absoluto e peso relativo no mundo e constitui já hoje a principal força social mesmo em países subdesenvolvidos); as massas camponesas (ainda predominantes em vastas regiões do Terceiro Mundo e privadas de terra); as forças da intelectualidade e da cultura (limitadas na sua criatividade); os pequenos e médios comerciantes e industriais (esmagados pelo poder dos monopólios); a juventude (que vê o seu horizonte fechado por um sistema de ensino classista, pelo desemprego e a miséria); as mulheres (as primeiras vítimas das injustiças e desigualdades do sistema) — são as principais classes e camadas sociais directamente atingidas nos



seus interesses e aspirações pela política do grande capital e do imperialismo.

**1.2.25.** Tal é a base social em que assenta a possibilidade e a necessidade de forjar uma ampla frente anti-imperialista, de que são também parte integrante os países que definem como objectivo a construção de uma sociedade socialista, os movimentos de libertação nacional, os estados que defendem a sua soberania contra imposições externas.

**1.2.26.** Da capacidade dos comunistas e outras forças de esquerda, patrióticas e progressistas para dar expressão política organizada ao enorme potencial de luta libertadora realmente existente, dependerão decisivamente as perspectivas de evolução da situação mundial.

**1.2.27.** A brutal ofensiva em curso do imperialismo tornou-se possível pelo enfraquecimento geral e pela dispersão dos partidos comunistas e demais forças progressistas e revolucionárias, pelo avanço de concepções políticas reformistas e o enfraquecimento do sindicalismo de classe, por uma nova guinada à direita da social-democracia. Mas seria errado não valorizar a existência e a acção de um vasto conjunto de **organizações e movimentos unitários** como: sindicatos; organizações de classe dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais; movimentos de jovens; movimentos de defesa dos direitos das mulheres; organizações e movimentos ambientalistas; movimentos pela paz e de solidariedade; movimentos anti-racistas; organizações agrupando intelectuais, cientistas, artistas; movimentos específicos de defesa de direitos cívicos ou de promoção dos interesses das populações; numerosas «organizações não governamentais» (ONG) não obstante ambiguidades e contradições.

**1.2.28.** Trata-se de uma realidade que, na sua grande diversidade, traduz uma crescente vontade de intervenção e participação democrática e representa um real obstáculo à concretização da política do grande capital. É porém necessário preservar o carácter democrático e unitário de tais organizações e movimentos sem o que estiolarão na sua dinâmica de massas, se tornarão politicamente inofensivos e poderão mesmo ver-se integrados na lógica de funcionamento do sistema, como instrumentos de contenção de luta e de colaboração de classes. Num tal objectivo continua particularmente empenhada a social-democracia. A degenerescência burocrática e colaboracionista de numerosas direcções sindicais constitui o exemplo mais negativo de uma tal evolução.

**1.2.29.** No plano político intervém em todos os continentes um amplo leque de **forças democráticas, de esquerda, progressistas, revolucionárias e nacional-libertadoras**. A situação é muito diversa nos diferentes países. Se nuns casos se verifica a existência

de forças com grande implantação de massas e com perspectiva de protagonizar no plano político alternativas vinculada com os interesses dos trabalhadores, tal situação não se apresenta de momento em muitos outros. A experiência mostra porém que no desenvolvimento da própria luta, sejam quais forem as dificuldades, se forjam e fortalecem as forças necessárias à solução dos problemas colocados pelo desenvolvimento social.

**1.2.30.** De referir, particularmente na Europa, o significativo conjunto de partidos e forças de esquerda que, não se definindo como comunistas também se não reconhecem na social-democracia. Trata-se de partidos e forças diversificadas na sua origem, no seu programa e na sua implantação social, com contornos fluidos e em processo de definição da própria identidade, oscilando entre o reformismo e a aliança com a social-democracia e relações de cooperação com os partidos comunistas. São conhecidas as tentativas para criar uma «nova esquerda», uma espécie de terceira força «nem comunista nem social-democrata» mas de facto marcada por preconceitos em relação aos comunistas. A prática está porém a mostrar que é necessário e possível, com base no respeito mútuo, na identificação de objectivos comuns e pondo de lado pretensões hegemónicas, o desenvolvimento de cooperação dos comunistas e outras forças de esquerda na luta contra as desastrosas consequências do neoliberalismo, em defesa da democracia, contra o militarismo e, em particular, contra o Tratado de Maastricht e por uma outra Europa de paz, progresso e cooperação. É o que se verifica com a cooperação no quadro do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica no Parlamento Europeu. O comício «Contra o desemprego, por uma Europa dos povos, do emprego e do progresso social», realizado em 11 de Maio em Paris, representa um novo passo positivo.

**1.2.31.** O PCP continuará a esforçar-se por concretizar reais possibilidades de cooperação bilateral e multilateral, não apenas no plano europeu mas mundial. É esse o sentido da sua participação no processo do Fórum de S. Paulo que envolve um largo leque de partidos e organizações progressistas da América Latina.

**1.2.32.** A evolução da social-democracia, com a adopção das teses centrais do neoliberalismo, a identificação com a direita em numerosos países e a realização, quando no poder, das políticas do grande capital conduziu ao descrédito e à crise de muitos partidos socialistas e social-democratas, particularmente na Europa. No quadro de uma «bipolarização» e do «sistema de alternância» direita/social-democracia, partidos social-democratas incorporam-se directamente no sistema de domínio político do grande capital. As consequências de uma tal evolução são contraditórias. Por um lado abre possibilidades ao alargamento da



influência dos comunistas junto da base social eleitoral operária e popular daqueles partidos, justamente desiludida com a capitulação política e ideológica dos dirigentes sociais-democratas. Por outro lado pode conduzir — e de momento está a conduzir — ao reforço das forças da direita e mesmo da extrema-direita populista e fascizante.

**1.2.33.** Globalmente, a social-democracia, a Internacional Socialista, o «partido socialista europeu», apesar de persistirem no seu seio sectores e correntes de esquerda, aparece hoje como um instrumento da ofensiva do grande capital e do imperialismo. Isso não significa porém que, em condições concretas existentes em tal ou tal país, não seja de adoptar uma orientação no sentido da acção comum de comunistas, socialistas e social-democratas para fazer frente e derrotar as forças da direita, particularmente as mais reacionárias e agressivas. Deve naturalmente prosseguir a cooperação com as forças progressistas filiadas na Internacional Socialista.

**1.2.34.** Atingido pela mais grave crise da sua história o **movimento comunista e revolucionário** continua a atravessar grandes dificuldades. Mas a anunciada «morte do comunismo» e o «declínio irreversível» dos partidos comunistas não se confirmou. Em todos os continentes há comunistas que, com esse ou com outro nome, continuam a lutar pelos ideais do socialismo.

**1.2.35.** Há países onde os comunistas continuam no poder. Em muitos outros, mesmo quando enfraquecidos, os partidos comunistas são grandes forças nacionais que desempenham um papel fundamental na luta dos trabalhadores e das massas populares e contam com significativa presença nas instituições, incluindo a nível de governo. Noutros países, partidos comunistas com influência limitada não desistem da luta para ampliá-la. Noutros ainda, enfrentando corajosamente a repressão e mesmo a clandestinidade, prosseguem a luta com determinação. Verificam-se casos particularmente significativos de reconstrução de partidos comunistas lá onde haviam sido destruídos (como na Rússia) ou se verificara a sua degenerescência social-democratizante (como na Itália).

**1.2.36.** Sem dúvida que subsistem grandes problemas e dificuldades. É muito forte e sofisticada a pressão tendente ao isolamento e à divisão dos comunistas. Em numerosos casos, prossegue uma intensa luta política e ideológica em torno da história do movimento comunista, da natureza de classe do partido, do seu programa, do seu objectivo de construção de uma sociedade socialista, da sua política de relações internacionais. Mas são já visíveis sinais de recuperação e mesmo o reforço de vários partidos comunistas e cresce a consciência da necessidade da sua cooperação internacionalista.

**1.2.37.** A política de relações internacionais do PCP está permanentemente orientada para o fortalecimento dos laços de solidariedade internacionalista dos comunistas, das forças democráticas e progressistas, dos trabalhadores e dos povos.

**1.2.38.** No quadro de um amplo leque de relações bilaterais e multilaterais com outras forças de esquerda, o PCP coloca no primeiro plano o seu relacionamento com os outros partidos comunistas e revolucionários, no plano europeu e mundial. Para o PCP a cooperação dos partidos comunistas e revolucionários não só não se contrapõe como constitui factor indispensável da mais larga cooperação das forças democráticas, progressistas, nacional libertadoras, que se opõem à ofensiva do grande capital e à «nova ordem» imperialista.

**1.2.39.** É certo que a evolução mundial determina na actualidade uma amplitude maior do internacionalismo. Alarga-se a todas as forças em luta contra a exploração e a opressão. Alarga-se não apenas à classe operária e aos trabalhadores mas às forças sociais e políticas em luta pela liberdade, a democracia, o progresso social, a independência nacional e o socialismo. Os comunistas não podem fechar-se nem pretender estabelecer fronteiras rígidas no seu relacionamento. Mas o internacionalismo mantém como mais profunda e sólida raiz a sua natureza de classe e a sua decorrente característica anti-capitalista.

**1.2.40.** Desde a sua fundação por Marx e Engels, o movimento comunista e operário passou por diferentes fases. Teve períodos de avanço impetuoso, de estagnação e de retrocesso, obteve grandes vitórias da sua unidade e conheceu dramáticos conflitos, divisões e derrotas, dotou-se de estruturas e formas de relacionamento muito diversificadas, consoante as situações objectivas e subjectivas.

**1.2.41.** Na actualidade, a par da dispersão, fragmentação e da persistência de tendências para a diluição das relações entre partidos comunistas no quadro de alianças democráticas mais amplas, desenvolvem-se em vários partidos complexos processos de definição da própria identidade que tornam ainda mais difícil que no passado precisar as componentes, delimitar as fronteiras e pôr em prática formas estáveis de relacionamento multilateral e internacional, necessariamente flexíveis, do movimento comunista e revolucionário.

**1.2.42.** O PCP continuará a agir no sentido da recuperação, renovação e reforço do movimento comunista e revolucionário internacional, com a convicção de que o fortalecimento dos laços de amizade, cooperação e solidariedade dos comunistas e todos os revolucionários é uma necessidade determinada pela identidade fundamental de interesses e objectivos emancipadores da classe operária e de todos os trabalhadores.

**1.2.43.** No respeito pela independência e autono-



mia respectivas, a troca de experiências, o exame colectivo dos problemas, a acção comum ou convergente, a solidariedade recíproca, são da maior importância para a luta de cada um e de todos.

**1.2.44.** Os processos de internacionalização, a mundialização do capital, o reforço dos mecanismos de poder supranacionais, a estreita cooperação das forças da burguesia monopolista, tornam particularmente necessária e urgente a cooperação dos comunistas e outros revolucionários.

### 1.3. A alternativa

**1.3.1.** Os dramáticos problemas que percorrem o mundo contemporâneo — com o brutal agravamento da exploração, o aprofundamento das injustiças e desigualdades sociais e regionais, genocídios, povos dizimados pela fome, intervenções militares, guerras e o espectro de autênticas regressões civilizacionais e de catástrofes ecológicas planetárias — constituem uma violenta acusação do capitalismo e da sua natureza injusta e desumana.

**1.3.2.** Há muito já que o capitalismo se transformou num obstáculo ao progresso da Humanidade. Há muito já que a agudização das suas contradições e a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos abriu a possibilidade da sua superação revolucionária.

**1.3.3.** É certo que à escala mundial o capitalismo manteve no Século XX um poder hegemónico no terreno económico e ideológico e mostrou imprevistas capacidades de desenvolvimento, adaptação e recuperação. E que na URSS e no Leste da Europa, a construção de uma nova sociedade em bases socialistas, apesar dos grandes progressos alcançados, veio a sofrer dramática derrota, evidenciando a extraordinária dificuldade e complexidade do empreendimento e o fracasso de um «modelo» que em numerosos aspectos, se afastou de características fundamentais sempre proclamadas de uma sociedade socialista.

**1.3.4.** Mas o capitalismo não modificou a sua essência exploradora, opressora e agressiva; não anulou as suas contradições internas que se agudizaram ainda mais; não neutralizou a ânsia fortemente enraizada de liberdade, democracia e justiça social.

**1.3.5.** Não se ignora que no quadro do capitalismo, com a inteligência e a criatividade humana e a luta dos povos, foram possíveis grandes conquistas democráticas e avanços de civilização.

**1.3.6.** Acontecimentos da história do século XX — particularmente o nazi-fascismo, duas guerras mundiais destruidoras e, hoje, a ofensiva neoliberal — mostraram que tais conquistas e avanços estão permanentemente ameaçados pela manutenção do poder económico e político do grande capital. A sua defesa, consolidação e aprofundamento só é possível no cami-

nho de profundas transformações democráticas antimonopolistas, numa perspectiva de rotura com o sistema de exploração capitalista. No quadro da insubstituível intervenção consciente e organizada das massas populares, a propriedade social dos principais meios de produção e a instauração de um efectivo poder popular continuam a ser elementos básicos do programa revolucionário dos comunistas.

**1.3.7.** As imensas possibilidades de promoção do bem estar material e espiritual do ser humano abertas pelas extraordinárias conquistas da ciência e da técnica, contrastam violentamente com o agravamento generalizado das suas condições de vida e de trabalho e o atirar de centenas de milhões de seres humanos para a mais negra miséria. Mais do que qualquer outra, esta contradição maior do mundo contemporâneo evidencia o carácter irracional, predador e desumano do capitalismo. O sistema capitalista tornou-se, não apenas obstáculo ao progresso social, mas numa ameaça para a Humanidade. Urge superá-lo e reorganizar a sociedade sobre bases novas que tenham as necessidades e aspirações do homem e o seu trabalho criador como elementos integrantes e finalidade. Socialismo ou capitalismo, tal é a grande alternativa da nossa época.

**1.3.8.** O processo de superação revolucionária do capitalismo no plano mundial começou com a revolução russa de Outubro de 1917, outras revoluções vitoriosas e o primeiro empreendimento de construção de uma nova sociedade. Foi ele que marcou com um passo histórico de progresso libertador o século XX e se irá prolongar pelo século XXI.

**1.3.9.** Um tal processo revelou-se mais complexo, acidentado e demorado que o previsto. É impossível antecipar as formas e os ritmos do seu desenvolvimento. Mas a experiência histórica demonstrou que é nas massas populares, na sua organização, e na força da sua luta emancipadora que assenta a real possibilidade de um mundo finalmente liberto de exploração de classe, da opressão nacional, do flagelo da guerra e do desastre ecológico.

**1.3.10.** O caminho da revolução é o caminho das massas e da sua mobilização para a luta. Desde logo no plano de cada país, pelos seus interesses vitais, pela defesa e aprofundamento da democracia, por políticas de desenvolvimento económico e de progresso social, pela construção de alianças que isolem as forças mais reaccionárias e agressivas, defendam a soberania nacional, combatam a «nova ordem» imperialista. Cada país vive a sua realidade própria, defronta contradições e problemas próprios, tem as suas próprias potencialidades de desenvolvimento progressista. Não há nem pode haver «modelos» universalmente aplicáveis ou «plataformas» universalmente válidas.

**1.3.11.** Entretanto, os processos de internacionalização, de cooperação e integração, de divisão



internacional do trabalho, conduziram a uma mais estreita interdependência dos povos. A dialéctica dos factores nacionais e internacionais ganhou maior importância. Os condicionalismos externos pesam cada vez mais na ordem interna dos Estados. Na sua luta, os trabalhadores confrontam-se com o poder nacional e, simultaneamente, de modo crescente, com poderes económicos e políticos supranacionais.

**1.3.12.** Tal realidade não torna «caduca» a importância do espaço nacional como terreno incontornável da luta de classes, não fecha a possibilidade de alcançar conquistas democráticas e transformações revolucionárias a nível dos diferentes países. A defesa da soberania nacional, conjugada com a luta por relações de cooperação internacional livres das imposições das grandes potências, ganha mesmo maior importância. Simultaneamente, a cooperação e a solidariedade internacionalista, a acção comum ou convergente dos comunistas, dos progressistas, dos trabalhadores e dos povos, torna-se imprescindível para a luta de todos e de cada um, para o avanço do processo libertador no plano mundial.

**1.3.13.** A generalizada ofensiva do grande capital e as tentativas de impor ao mundo uma «nova ordem» de cariz totalitário exigem dos comunistas e de todas as forças progressistas grandes esforços para fazer confluir numa **ampla frente anti-imperialista** a luta dos trabalhadores e dos povos.

**1.3.14.** Tendo em conta a diversidade da situação política, económica e social, e portanto a diversidade das tarefas que se colocam a cada povo na luta contra o imperialismo, no momento actual assumem particular importância:

— a luta contra os monopólios e o capital financeiro: contra a liberalização da circulação de capitais, contra a especulação, pela canalização de recursos para o investimento produtivo contra as privatizações e contra as imposições por via dos países mais poderosos do domínio e exploração de países menos desenvolvidos;

— a luta contra a exploração e a miséria e o subdesenvolvimento, pelo emprego, pela valorização do trabalho e dos salários, pelos direitos laborais e sociais, pela redução do horário de trabalho sem perda de salário e de regalias, em defesa e promoção dos serviços públicos;

— a luta pela democracia política, social, económica e cultural, contra todas as manifestações de forças fascistas, racistas, xenófobas e obscurantistas e a defesa da soberania e independência nacional contra os ataques das transnacionais e do imperialismo e suas instâncias económicas e políticas;

— a luta pela paz, contra o militarismo, contra as intervenções agressivas do imperialismo, pela dissolução dos blocos político-militares, pela interdição das

armas nucleares e outras armas de destruição massiva e sua total eliminação, pela defesa da ONU como organização vocacionada para a promoção da cooperação pacífica entre os povos;

— a solidariedade internacionalista, particularmente com os povos que lutam pela liberdade e autodeterminação ou são vítimas da agressão externa.

— a luta pela salvaguarda da Natureza, contra a poluição ambiental, contra a desertificação, pela preservação dos recursos naturais e dos equilíbrios ecológicos.

**1.3.15.** Particular relevo assume a luta ideológica. Desde logo contra a ideologia do «pensamento único» que, apregoando o «fim das ideologias» e o «fim da história», é expressão dos interesses servidos pelas políticas neoliberais, endeusando o capital e o mercado; fomentando o Individualismo e a competição exacerbada; apelando para o irracionalismo, o obscurantismo, o fanatismo religioso e étnico; induzindo sentimentos de fatalismo, de impotência e de descrença na luta pela transformação progressista e revolucionária da sociedade.

**1.3.16.** Depois no próprio campo democrático e progressista em que concepções idealistas e reformistas ganharam novo alento com, nomeadamente: o escamoteamento e mesmo negação do lugar central que ocupam na evolução das sociedades as classes e a sua luta, a propriedade dos grandes meios de produção, o Estado; uma «democracia» concebida como independente da evolução histórica e da estrutura de classes da sociedade com limitações e discriminações sociais e políticas que objectivamente permitem a manutenção no poder às forças do capital; um «humanismo» que isola e desenraíza o indivíduo da sua situação de classe e condição social; uma «solidariedade» concebida em termos caritativos para atenuar o impacto do aprofundamento das injustiças e desigualdades; uma estratégia evolucionista e possibilista que tende a identificar conquistas democráticas e sociais possíveis sob o capitalismo à própria noção (que implica rotura revolucionária) de superação do capitalismo. Tais concepções, que assumem formas e expressões muito diferenciadas, surgindo no quadro da procura de respostas para os problemas da transformação social, representam entretanto — na linha do chamado «reformismo forte» que precedeu a degenerescência do PCI — o reavivar de concepções reformistas que determinaram a rotura histórica no movimento operário entre comunistas e social democratas.

**1.3.17.** De forma explícita ou implícita, constitui constante objectivo da ofensiva ideológica do capitalismo apresentar como ideologia do passado, morta em termos históricos, o marxismo-leninismo, que entretanto não só esclareceu e inspirou o caminho da luta e das conquistas dos trabalhadores e dos povos do mundo



ao longo do século XX como, enriquecido pela experiência disponível e por respostas criativas às novas situações e fenómenos, continua constituindo um valor e um elemento central na batalha ideológica.

**1.3.18.** O PCP, atento às novas realidades de um mundo em acelerado processo de mudança e levando em conta as lições da experiência, positivas e negativas, próprias e alheias, concebe a sua renovação como uma exigência permanente, intrínseca do papel de vanguarda que assume na luta libertadora da classe operária e dos trabalhadores de Portugal.

**1.3.19.** O que implica preservar e desenvolver crítica e criadoramente como matriz teórica da sua identidade comunista o materialismo dialéctico e histórico, fundamentos da economia política e da teoria do socialismo científico. Essa conquista maior do pensamento, em que avultam as históricas contribuições de Marx, Engels e Lenine, é de capital importância para a análise e compreensão do mundo contemporâneo e das vias da sua transformação. A actualidade de Marx que mesmo sectores democráticos não marxistas reconhe-

cem (procurando frequentemente dissimular a essência revolucionária do marxismo e opor Marx a Lenine) é, de facto a actualidade e modernidade do marxismo-leninismo, por natureza antidogmático, criativo e revolucionário.

**1.3.20.** É com esta forte convicção e com confiança na força libertadora da luta dos trabalhadores e dos povos e da sua solidariedade internacionalista, que os comunistas portugueses prosseguem em Portugal a luta pelos valores e ideais do socialismo e do comunismo.

**1.3.21.** Dos 75 anos da sua existência e da história do movimento operário e comunista deste século que agora termina, o PCP extrai a confirmação de que é justo e é realizável aquilo que tem constituído e constitui um objectivo essencial da sua luta: a construção em Portugal de uma sociedade mais livre, mais justa, mais fraterna e mais humana, uma sociedade socialista; a construção de um mundo finalmente livre de exploração, da alienação e da opressão imperialista, de paz, amizade e cooperação entre todos os povos.







## 2.

# A situação nacional

### 2.1. Enquadramento comunitário e soberania nacional

**2.1.1.** A situação nacional desenvolve-se num quadro global internacional difícil, complexo e perigoso, cuja caracterização, nas suas múltiplas vertentes, foi feita no Capítulo I.

**2.1.2.** Neste contexto global, o PCP assume a soberania como valor fundamental da Nação. Não como refúgio para qualquer (impossível) isolacionismo mas, pelo contrário, como condição essencial ao reforço da capacidade de decisão estratégica residente no nosso país e à afirmação dos interesses de Portugal e dos portugueses num contexto de profundas mudanças e acrescidas interdependências à escala internacional. E como base para a indispensável defesa e valorização dos recursos do país, que mobilize o dinamismo social e democrático da sociedade portuguesa, e potencie a capacidade cultural e a adaptabilidade às mudanças do nosso povo.

**2.1.3.** O XIV Congresso do PCP fez uma fundamentada análise da evolução do processo de integração europeia e da situação criada pela aprovação do Tratado de Maastricht, cuja validade se mantém e a vida veio a comprovar.

**2.1.4.** No decurso destes quatro anos, o PCP sempre agiu conseqüentemente de acordo com a análise feita da natureza da fase actual da chamada «construção europeia» e das conseqüências essencialmente prejudiciais para os interesses dos trabalhadores, do Povo e da Nação portuguesa, defendendo uma outra construção europeia, uma verdadeira Europa de cooperação e paz, entre povos e nações iguais, com vantagens mútuas para todos e a salvaguarda da soberania e independência nacionais.

**2.1.5.** Completamente diferentes foram as posições e actuações de outros partidos portugueses.

**2.1.6.** Os sucessivos governos do PSD e agora o do PS têm-se preocupado apenas em mostrarem-se «bons alunos», em proclamar o objectivo de apanharem o «pelotão da frente» agora baptizado «primeira linha da Europa» e em fazerem crer que a participação de Portugal se traduz apenas em receber mais fundos comunitários. Escamoteando os pesados custos que advêm para o nosso país nos domínios da soberania nacional, económica e social.

**2.1.7.** Em vez de, numa base de firmeza e de fidelidade aos interesses nacionais, enfrentarem os problemas reais existentes e as debilidades da economia portuguesa para enfrentar um quadro de competição alargada, que tem trazido grandes problemas ao nosso tecido produtivo, nomeadamente à agricultura, às pescas e a importantes sectores industriais, os sucessivos governos (primeiro os do PSD, agora o do PS) optaram por uma política de abdicacão e subserviência às orientações e determinações dos poderes dominantes na União Europeia. Ao mesmo tempo que abriram as portas e alimentaram as práticas de favoritismo de clientelas, de falta de transparência, de corrupção e delapidação de fundos comunitários.

**2.1.8.** Na actualidade, o PS como anteriormente o PSD, têm preferido dar prioridade à moeda única e à passagem à terceira fase da União Económica e Monetária, embora sabendo que daí decorre uma especial penalização para um país como Portugal. A liquidação de importantes sectores do aparelho produtivo nacional, o aumento do desemprego, o corte das despesas públicas e em particular das despesas sociais e o abrandamento do crescimento económico são as principais conseqüências desta orientação.

**2.1.9.** O PS, para além de ter alinhado no apoio ao Tratado de Maastricht, prossegue as orientações fundamentais do cavaquismo em matéria de integração comunitária, sendo difícil encontrar neste domínio de importância estratégica para o nosso país, diferenças relevantes entre os dois partidos.

**2.1.10.** Por outro lado, o CDS/PP, para além de um discurso populista de aparente oposição ao Tratado da União Europeia, sempre apoiou, e continua a apoiar, as orientações fundamentais na integração europeia, defendendo aspectos essenciais da União Económica e Monetária, em especial o favorecimento de grande interesses económicos, incluindo estrangeiros, e a política de desregulamentação social.

**2.1.11.** O PCP que foi a única grande força política que alertou para as conseqüências e perigos da integração europeia, rejeita e combate a evolução num sentido federalista da União Europeia nos planos económico, político, diplomático e militar, que ameaça transformar Portugal num Estado subalternizado e periférico, cuja política tenderá a ser crescentemente decidida, mesmo que contra os interesses Portugueses, por instâncias supranacionais dirigidas no fundamental pelos



Estados mais fortes e mais ricos e pelas empresas transnacionais.

**2.1.12.** Por isso, e na sequência das posições que tem assumido quanto às orientações da integração europeia, e designadamente desde a aprovação do Tratado de Maastricht, o PCP considera que Portugal deve lutar na União Europeia em defesa da igualdade soberana dos Estados e de uma política de cooperação, que proporcione vantagens a todos os povos e países, visando essencialmente a concretização efectiva de princípios tais como a «igualização no progresso das condições de vida e de trabalho», da «coesão económica e social» e o desenvolvimento harmonioso das diversas regiões e sectores da economia. Considera igualmente que o estatuto de cada país deve ser ajustado à vontade do seu povo e à sua real situação, admitindo cláusulas de excepção para os Estados que de tal tenham necessidade. O PCP opõe-se à concepção de União Europeia como um novo bloco político militar dirigido por uma espécie de directório de grandes potências que ditam as regras aos outros países. O PCP opõe-se à substituição das decisões por unanimidade pelas decisões por votos maioritário em áreas particularmente sensíveis para a soberania e os interesses dos Estados, tais como a política externa, a política de defesa, a justiça, as polícias e os assuntos internos.

**2.1.13.** Acerca do futuro da União Europeia não é admissível que questões fundamentais para a vida dos povos sejam decididas à revelia da sua intervenção e participação, como resultado do texto actual do Tratado de Maastricht.

A revisão do Tratado da União Europeia e as Conferências Intergovernamentais de 1996 colocam um conjunto de questões fundamentais.

**2.1.14.** Este processo deve ser aberto e participado pelos parlamentos nacionais e, à semelhança do que defendeu a propósito do Tratado de Maastricht, o PCP preconiza que o povo português seja chamado a pronunciar-se em referendo nacional sobre a revisão do Tratado, abrangendo igualmente objectivos que constam do Tratado da União Europeia, como a passagem à terceira fase da União Económica e Monetária.

**2.1.15.** Por outro lado, o objectivo essencial da revisão do Tratado da União Europeia deverá ser a mudança de rumo no processo de integração, para romper com as orientações de Maastricht, para a eliminação das disposições mais gravosas para os trabalhadores e os povos e mais limitativas da independência nacional. Nesse sentido, o PCP continua a defender como principais orientações para o processo de revisão do Tratado de Maastricht:

— a reconsideração da União Económica e Monetária e das políticas comuns e orientações económicas que lhe estão associadas, e a ruptura com as orientações monetaristas e neoliberais;

— a defesa de uma Comunidade de Estados soberanos e iguais em direitos, como base inegociável do processo de integração, com o conseqüente combate às orientações federalistas e de supranacionalidade ao nível das questões institucionais e de outras vertentes da União Europeia;

— a luta pelo objectivo da coesão económica e social, e a manutenção do sistema institucional único, que abranja todas as esferas da vida comunitária com a recusa de uma Europa assente num directório de grandes potências;

— a defesa do princípio da igualdade de direitos dos Estados, bem como o princípio de que cada Estado tem o direito de participar nas políticas que considere vantajosas e negociar a exclusão ou derrogações da aplicabilidade das políticas, regulamentos e directivas que entenda prejudicarem interesses considerados importantes;

— a defesa de uma Europa de paz e cooperação, de liberdade e tolerância, o que significa a oposição a toda e qualquer passagem dos chamados 2º e 3º pilares da UE — Política Externa e de Segurança Comum (PESC)/União Europeia Ocidental (UEO) e cooperação no domínio da Justiça e dos Assuntos Internos/Schengen — a políticas comunitárias comuns, com a correspondente transformação da Comunidade em potência político-militar e em «fortaleza» inacessível a cidadãos de outros países;

— a abordagem do alargamento da União Europeia tendo como pressuposto o respeito integral pela soberania dos países candidatos e os compromissos assumidos para com os países comunitários de economias mais frágeis;

— a inegociabilidade do uso da língua portuguesa como língua oficial e de trabalho em todas as instâncias, da presença de todos os Estados-membros em todos os órgãos e instâncias e da rotatividade das presidências.

## 2.2. Evolução económica

**2.2.1.** No período que decorreu desde o XIV Congresso acentuou-se a política de direita prosseguida, primeiro pelo Governo do PSD e, mais recentemente, pelo actual Governo do PS, de reconstituição, restauração e institucionalização do capitalismo monopolista de Estado como sistema socioeconómico e sua associação ao capital estrangeiro.

**2.2.2.** Este processo, em desenvolvimento desde 1976, encontra-se em fase avançada, embora não concluído, e caminha a par de transformações profundas do regime político, do agravamento da exploração dos trabalhadores e de atentados contra os seus direitos e liberdades, de limitações da soberania e independência nacionais.



**2.2.3.** Formaram-se e consolidaram-se novos grupos económicos, ressurgiram, através de processos fraudulentos de privatizações e concessão de privilégios, velhos e poderosos grupos dos tempos do fascismo (Champalimaud, Mellos, Espírito Santo, entre outros) que não só reforçaram o seu poder económico como recuperaram poder político, e reconstituiu-se a propriedade de extensão latifundiária no sul do país.

**2.2.4.** A acentuação da política económica de direita de centralização e concentração de capitais e do primado da esfera financeira esteve associada à ausência de uma estratégia de desenvolvimento económico e social adequada às realidades e necessidades da economia portuguesa.

**2.2.5.** O reforço do poder do grande capital sobre a economia portuguesa tem tido como principais instrumentos o nefasto processo de privatizações com o desmantelamento do sector público da economia e a entrega de sectores-chave ao grande capital (nacional e estrangeiro), a distribuição privilegiada dos fundos estruturais (comunitários e nacionais), uma política fiscal de benefício descarado das grandes empresas e das actividades financeiras e especulativas, a crescente desregulação da economia, o agravamento da exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos.

**2.2.6.** O primado da esfera financeira e a ausência de uma estratégia nacional de desenvolvimento tornaram-se um corolário lógico da completa submissão da política económica portuguesa ao objectivo da participação de Portugal na moeda única europeia em 1999.

**2.2.7.** Como consequência destas orientações básicas, persistiu o agravamento dos défices estruturais da economia nacional, acelerou-se a desindustrialização e a desertificação agrícola do país, acentuaram-se as assimetrias regionais, a periferização, a dependência e as vulnerabilidades da economia portuguesa.

**2.2.8.** Do ponto de vista das medidas macro-económicas adoptadas, a política desenvolvida centrou-se no controlo da inflação — na deflação — através de uma política monetária restritiva, cuja consequência tem sido a permanência de elevadas taxas de juro reais, e com elas o excessivo custo real de financiamento das empresas, a par da contracção do consumo privado.

**2.2.9.** Estas elevadas taxas de juro privilegiaram os investimentos financeiros em detrimento dos produtivos. Os capitais externos tal como os investimentos nacionais, orientaram-se, em grande parte, para aplicações na esfera improdutivo e operações de carácter financeiro e especulativo, produzindo uma forte deterioração do tecido produtivo português.

**2.2.10.** Do mesmo modo, foi e continua a ser seguida uma política cambial de sobrevalorização do escudo, penalizando as nossas exportações e favorecendo

as importações, isto é, penalizando fortemente a produção nacional, as empresas e os trabalhadores portugueses.

**2.2.11.** Aquelas medidas macro-económicas foram acompanhadas de medidas liberalizadoras que abandonaram as nossas empresas aos ditames exclusivos do mercado e de medidas fiscais que beneficiaram as aplicações financeiras e especulativas e penalizaram, relativamente, os investimentos produtivos.

**2.2.12.** A isto há que somar a inadaptação da indústria e da agricultura portuguesas para se confrontarem com o desarmamento alfandegário e outras exigências decorrentes da nossa participação na União Europeia, na medida em que não foram desenvolvidas políticas que ajudassem a nossa indústria, a nossa agricultura e as nossas pescas a atingir níveis de produtividade e de competitividade comparáveis aos dos restantes países comunitários.

**2.2.13.** Aqui reside um dos factos mais graves que nos conduziu à situação actual: Portugal não contou com políticas activas de desenvolvimento industrial, agrícola e das pescas, o que nos levou, através de duras «reconversões» e «reestruturações», a contar hoje com menos empresas directamente produtivas e sectores mais pequenos, mas nem umas nem outros mais competitivos.

**2.2.14.** Mais. Esta política agravou o processo de desindustrialização do país, com a sistemática quebra do investimento real das empresas portuguesas (há já cinco anos consecutivos), fundamentalmente devido às fortes quebras reais do investimento das empresas privadas (há seis anos consecutivos), com especial incidência na indústria transformadora e nas empresas de pequena e média dimensão.

**2.2.15.** Igual e consequentemente a produção industrial tem vivido entre o decrescimento e a estagnação a níveis cada vez mais baixos (realidade que a entrada em funcionamento da Auto-Europa não consegue escamotear).

**2.2.16.** Paralelamente, e como uma das causas desta evolução negativa, a generalidade dos grupos económicos portugueses prossegue uma estratégia de desvio de enormes e excessivos recursos dos sectores produtivos em que se inserem para aplicações especulativas no investimento imobiliário ou financeiro.

**2.2.17.** Porque as Pequenas e Médias Empresas se caracterizam por uma orientação fundamentalmente virada para o mercado interno, com uma propensão exportadora relativamente reduzida e, em regra, com baixo nível tecnológico, revelam naturalmente a sua menor capacidade de resposta perante conjunturas recessivas e a sua dificuldade para competir num mercado cada vez mais internacionalizado e dominado pelas grandes empresas nacionais e multinacionais.

**2.2.18.** Por isso, os efeitos nefastos da política de



direita sobre a estrutura produtiva nacional fizeram-se sentir de forma dramática sobre as Pequenas e Médias Empresas, dominantes a nível de produção e de emprego no nosso país.

**2.2.19.** Por outro lado, a política económica de direita tem tido como um dos seus principais pilares o nefasto e acelerado processo de privatizações que, constituindo um dos maiores e mais escandalosos esbulhos do património público empresarial, tem vindo a lesar gravemente os interesses económicos do país e dos trabalhadores dessas empresas e, retirando ao Estado alavancas fundamentais para promover o desenvolvimento económico, a tornar mais dependente e periférica a economia nacional.

**2.2.20.** Contrariamente ao que afirmavam e teimam em afirmar os defensores das privatizações (PS, PSD e CDS-PP), os «novos e dinâmicos grupos económicos nacionais» que se constituíram à custa das privatizações não se mostram «promotores de um maior e melhor crescimento económico», antes diminuíram o emprego e aumentaram os despedimentos, as rescisões forçadas e os ataques aos direitos dos trabalhadores, acentuaram as assimetrias regionais e os desequilíbrios económicos face ao exterior.

**2.2.21.** Só uma minoria constituída por grupos económicos nacionais, grupos capitalistas estrangeiros e alguns especuladores bolsistas beneficiaram, e têm a beneficiar, com o processo de privatizações.

**2.2.22.** Agravou-se a injustiça fiscal, cuja carga incide fundamentalmente sobre os rendimentos do trabalho, quer directamente através do IRS quer, indirectamente, por via dos impostos sobre o consumo, ao mesmo tempo que são isentos ou objecto de desproporcionados e ilegítimos benefícios fiscais os rendimentos de capital e as operações e aplicações financeiras e especulativas.

**2.2.23.** Paralelamente, a política económica de direita tem conduzido e tem sido acompanhada pela degradação da situação social, constituindo o persistente e crescente aumento do desemprego uma das mais graves consequências sociais da política económica de direita.

**2.2.24.** Não são a alegada «rigidez do mercado de trabalho», nem as novas tecnologias por si só, nem o nível dos salários e dos encargos sociais, a causa do desemprego massivo e crescente no nosso país.

**2.2.25.** O factor chave, as causas essenciais do crescente desemprego encontram-se na política de destruição do aparelho produtivo, nas orientações monetaristas da política macro-económica, na afectação prioritária dos recursos financeiros às actividades especulativas e parasitárias, nas privatizações, na competitividade económica assente na intensificação da exploração dos trabalhadores e na desregulamentação do mercado do trabalho.

**2.2.26.** Em suma, a análise da evolução das realidades nacionais nestes últimos anos põe em evidência que as políticas de direita — antes com os Governos do PSD, agora com o Governo do PS — são incapazes de lançar as bases estáveis e duradouras de um processo de desenvolvimento económico e social. Pelo contrário, agravam os problemas de fundo da economia e da estrutura produtiva portuguesas, aumentam o atraso relativo do país e acentuam as injustiças e desigualdades sociais.

**2.2.27.** Estes são os resultados de uma política económica de direita que, por um lado, visa a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria e, por outro lado, se orienta pela prioridade absoluta aos aspectos nominais e financeiros da vida económica, em detrimento da «economia real», do investimento e da produção material.

**2.2.28.** Os Governos defensores e executores desta política de direita — primeiro o PSD e agora o PS — fundamentam-na, basicamente, em dois argumentos: 1) a necessidade absoluta do cumprimento das orientações neoliberais e monetaristas e dos critérios de convergência nominal da União Económica e Monetária; 2) o primado do «mercado» na regulação das economias.

**2.2.29.** Em relação ao primeiro argumento, é falso que Portugal esteja obrigado a cumprir aquelas orientações e critérios e a seguir uma política monetarista, ou que o seu incumprimento implique que Portugal seja excluído da União Europeia.

**2.2.30.** Mas, mais importante que tudo, a evolução económica e social do nosso país nos últimos anos mostra que aquelas orientações e aqueles constrangimentos são contrários e se opõem ao desenvolvimento económico e social.

**2.2.31.** Os objectivos de prioridade absoluta à convergência nominal (inflação, paridade cambial e défice orçamental) esquecem o lado real da economia, o que é profundamente gravoso para um país como Portugal que apresenta uma estrutura industrial e agrícola em fase de desenvolvimento relativamente atrasada e níveis de produtividade substancialmente mais baixos que os dos seus «parceiros».

**2.2.32.** Como tem vindo a ser demonstrado pela prática da nossa economia, não é possível conciliar os critérios monetaristas para a moeda única com as exigências estratégicas de modernização das empresas e sectores de actividade, de conquista de condições de competitividade e de uma especialização produtiva mais valorizada e adequada ao espaço económico em que estamos integrados.

**2.2.33.** Na realidade objectiva de Portugal, a perda de instrumentos essenciais para a condução da política económica nacional (designadamente as políticas cambial, monetária e mesmo orçamental) implicará que



os diferenciais de produtividade com os restantes países comunitários venham a ser suportados essencial ou exclusivamente pela redução relativa dos salários dos trabalhadores portugueses (que são já os mais baixos da UE) e pelo aumento permanente do desemprego.

**2.2.34.** Inversamente ao que foi propagandeado anteriormente pelos Governos do PSD e actualmente pelo Governo do PS, os constrangimentos e sacrifícios impostos pela prioridade atribuída à convergência não são transitórios, não terminam com a criação da e a integração na moeda única.

**2.2.35.** Os efeitos mais nefastos desta política far-se-ão sentir permanentemente depois da moeda única, com a frágil e relativamente atrasada estrutura produtiva portuguesa, alinhada por uma moeda única sobrevalorizada em relação à nossa economia, a ter de competir nos mercados nacional e internacionais fundamentalmente com as produções de países do chamado Terceiro-Mundo.

**2.2.36.** A sujeição às políticas únicas monetária e cambial, impede hoje e impedirá no futuro que a economia portuguesa cresça a um ritmo substancialmente mais rápido que o da média comunitária, e que os salários dos trabalhadores portugueses aumentem em termos reais mais que os dos restantes países. O que significa e significará que a convergência real (níveis de desenvolvimento das estruturas económicas e sociais, de rendimentos e de segurança social) de Portugal com a média dos países da UE deixará de ter qualquer viabilidade, mesmo a médio ou longo prazos.

**2.2.37.** A exigência de redução do défice orçamental e da sua manutenção a longo prazo ao mesmo nível do de uma Alemanha, por exemplo, exige uma forte contenção das despesas públicas nacionais, designadamente das despesas sociais e de investimento. O que, identicamente, significa e significará o abandono definitivo de qualquer perspectiva séria de convergência real.

**2.2.38.** A adopção, em permanência, de uma política monetária restritiva, como é a que decorre da União Monetária e da moeda única, tem e terá como principal resultado a continuação da destruição do aparelho produtivo e o aumento permanente do desemprego.

**2.2.39.** Em relação ao segundo argumento, a defesa e endeusamento do mercado como mecanismo de regulação automática da economia, por oposição à intervenção do Estado neste domínio e com este objectivo, é a defesa da velha — e há muito ultrapassada pela vida — concepção liberal do Estado que, pretendendo apresentar este como pura instância política separada da economia e da sociedade mais não visa, de facto, que escamotear a efectiva e multifacetada intervenção do Estado capitalista na economia e nas relações sociais em favor dos detentores dos meios de produção, da classe capitalista.

**2.2.40.** Uma concepção que deliberadamente ignora a compreensão da natureza de classe do Estado, escamoteando que a alegada não-intervenção do Estado na economia é apenas uma das formas de o Estado capitalista garantir as condições gerais indispensáveis ao funcionamento do modo de produção capitalista e à manutenção das estruturas sociais que o viabilizam. Que voluntariamente omite que, actualmente, as relações económicas — quer ao nível nacional quer no âmbito internacional — se apresentam cada vez mais como relações de poder, e que o mercado não é um puro mecanismo natural de afectação eficiente e neutra de recursos escassos e de regulação automática da economia. Que pretende esquecer que na vida real actual a «mão invisível» do mercado foi substituída pela mão visível das grandes empresas, dos conglomerados transnacionais e do Estado ao seu serviço.

**2.2.41.** A verdade é que o mercado é um produto da História que, desde que adquiriu um papel dominante, tem correspondido concretamente a determinadas circunstâncias económicas, sociais, políticas e ideológicas. Desde há séculos, com o capitalismo, que o mercado serve mais os interesses de uns que os de todos, regula e mantém determinadas estruturas de poder que asseguram a prevalência dos interesses dos detentores dos meios de produção que podem viver sem trabalhar sobre os interesses dos trabalhadores que têm de trabalhar para sobreviver.

**2.2.42.** A tese do mercado todo poderoso e intocável é, ainda, um pretexto que visa perpetuar as estruturas de poder na sociedade que geram e mantêm as diferenças de rendimentos entre os grupos sociais, que pretende «justificar moralmente» a diferença de natureza dos rendimentos dos trabalhadores (o salário) e dos rendimentos dos capitalistas (o lucro) e a existência do «desemprego natural» que, não tendo qualquer fundamento teórico (apenas servindo os objectivos capitalistas de aumento da exploração dos trabalhadores), tem por objectivo impor a ideia de que, por um lado, o desemprego é inevitável e, de que, por outro lado, o emprego é um «privilégio» para os trabalhadores, cuja manutenção deve obrigar os trabalhadores empregados a aceitar a estagnação ou redução salarial, a precarização das condições de emprego e a eliminação de direitos sociais.

**2.2.43.** A situação real da economia portuguesa é suficientemente preocupante e grave para não admitir sofismas e manobras de diversão. Pelo contrário, exige que seja encarada frontalmente e com toda a seriedade.

**2.2.44.** O essencial é uma alteração profunda da política económica, colocando o emprego com direitos como o objectivo fundamental da prioridade primeira que é o desenvolvimento e modernização do aparelho



produtivo nacional, reconhecendo que a criação sustentada de novos postos de trabalho (em quantidade e com qualidade) só é possível com políticas de crescimento económico acelerado (que exigem a redução substancial das taxas de juro reais e uma paridade cambial adequada às realidades e às necessidades da economia portuguesa), e assumindo que o desemprego é em si mesmo um travão ao crescimento e ao investimento e que elevadas taxas de crescimento económico sustentado exigem um elevado ritmo de criação de emprego e o aumento permanente do poder de compra dos trabalhadores.

**2.2.45.** Uma nova e radicalmente diferente política de desenvolvimento económico e social, em que o crescimento económico não seja um fim em si mesmo mas um elemento essencial para a criação de emprego, para o aumento da riqueza a distribuir de forma mais justa, para a melhoria, progressiva mas permanente, das condições e nível de vida dos portugueses. Em que o objectivo do crescimento económico não seja o da produção pela produção, mas sim o de dar resposta e satisfação às necessidades urgentes e crescentes da sociedade portuguesa, de garantir mais formação e qualificação profissionais aos trabalhadores, de atribuir à investigação científica um importante papel no desenvolvimento, de alargar os direitos e as possibilidades de intervenção dos trabalhadores nos processos produtivos e nas estratégias de desenvolvimento das empresas e do país.

**2.2.46.** Esta nova e necessária estratégia de desenvolvimento económico, sem recusar os contributos úteis que possam advir do investimento directo estrangeiro, deverá assentar fundamentalmente nas vontades e capacidades nacionais (públicas e privadas), que permitam determinar e dominar internamente o processo de modernização da nossa economia e de internacionalização activa das empresas portuguesas e controlar o ritmo de crescimento económico.

**2.2.47.** Com esta nova política de desenvolvimento é necessário e é possível produzir mais em Portugal através do aproveitamento racional e eficiente dos recursos endógenos, nomeadamente criando fileiras industriais e agro-alimentares de produção, favorecendo a cooperação entre regiões e apoiando as pequenas e médias empresas e os agricultores, no quadro de uma economia mista que integre um forte sector público empresarial, empresas privadas, empresas do sector social-cooperativo e empresas e explorações familiares, com as suas dinâmicas próprias e complementares respeitadas e apoiadas pelo Estado.

**2.2.48.** Em particular, o futuro da nossa indústria passa necessariamente por uma política industrial activa, coerente com as medidas macro-económicas que se adoptem, que não-de servir tanto para superar as carências estruturais como os problemas

conjunturais, ainda que no quadro concorrencial do mercado único europeu.

A política industrial deverá prosseguir dois objectivos essenciais: por um lado, obter uma base industrial mais sólida, o que significará alcançar um crescimento económico sustentado que, por sua vez, permitirá que nos aproximemos do resto dos países da UE quanto ao grau de industrialização, e que contribuirá para a criação de emprego; por outro lado, modernizar o nosso aparelho produtivo, de forma a melhorar a produtividade, a qualidade e o nível tecnológico, o que redundará numa maior competitividade das nossas empresas nos mercados interno e externos. Neste quadro impõe-se articular política de inovação industrial e de desenvolvimento de novos sectores e ramos com a defesa e modernização dos sectores industriais onde temos experiência, conhecimentos adquiridos e mercados assegurados ou potenciais.

**2.2.49.** É imprescindível conseguir um elevado nível de investimento que capitalize a indústria portuguesa em «extinção». E nesta perspectiva é essencial defender a existência de um sector público industrial estratégico como elemento de consolidação do tecido produtivo.

**2.2.50.** Apesar dos vultuosos meios financeiros transferidos para o sector agrícola desde 1986, o balanço mostra-nos que a agricultura portuguesa está mergulhada numa profunda crise, que os rendimentos dos agricultores caíram brutalmente, que o desemprego nos campos aumentou, e que, em consequência disto, são hoje ainda mais preocupantes o nível de dependência agro-alimentar do país, o acelerado processo de despovoamento dos campos e a ausência de perspectivas futuras. Crise da responsabilidade da política de direita e da Política Agrícola Comum (PAC).

**2.2.51.** A política agrícola do actual Governo PS — que tem apresentado como características estruturais a prossecução, no essencial, das políticas anteriores — o agravamento das políticas comunitárias e a aceleração do processo de abolição de fronteiras põem cada vez mais em perigo a sobrevivência futura da agricultura e do mundo rural.

**2.2.52.** Impõe-se uma nova política que assegure a viabilidade da agricultura portuguesa e a defesa da produção nacional, a revitalização do mundo rural e a garantia de futuro para os agricultores.

**2.2.53.** Tal política deverá ter como grandes eixos estruturantes o reconhecimento do direito de todos os agricultores a produzir e a serem remunerados pela sua actividade produtiva e a unificação das funções de produção agro-pecuária e florestal e das outras valências do mundo rural. Eixos estruturantes que deverão assentar na revisão das regras da Política Agrícola Comum e na renegociação dos acordos do GATT; numa política de renovação e sustentação do tecido agrícola



nacional; no fomento do cooperativismo agrícola e na reconversão da estrutura fundiária designadamente com a realização de uma reforma agrária nos campos de latifúndio.

**2.2.54.** Hoje como ontem, a estrutura latifundista surge como o mais pesado factor de bloqueamento do desenvolvimento da região e do progresso social das populações do Alentejo. Uma reforma agrária, com características e com critérios inseridos na realidade actual do país e da região, é a resposta necessária à degradação económica e social do Alentejo, gerada pela contra-reforma agrária e agudizada pela PAC.

**2.2.55.** Nas pescas impõe-se uma política de valorização deste importante segmento da economia, de desenvolvimento da produção nacional de pescado quer para satisfazer em mais larga escala as necessidades internas quer para aumentar o volume e o valor acrescentado das exportações. Defendendo, nomeadamente perante a Política Comum de Pescas, as características e especificidades das pescas nacionais, promovendo o apoio à renovação da frota e acabando com a actual política de abates, defendendo as posições de pescas em águas exteriores à Comunidade de forma a viabilizar a frota longínqua promovendo a modernização e adequação dos portos piscatórios e apoiando uma política de investigação virada para a preservação dos recursos e a potenciação da actividade produtiva.

**2.2.56.** No âmbito de uma estratégia nacional de desenvolvimento impõe-se, igualmente, a definição e concretização de políticas activas para outros importantes sectores de actividade, nomeadamente os do turismo, comunicações e telecomunicações, comércio interno e sector financeiro.

**2.2.57.** Para a concretização desta nova política, o Estado não pode nem deve renunciar ao seu poder de intervenção na direcção e regulação do sistema económico, utilizando para isso os instrumentos ao seu dispor, aí incluindo a sua actividade empresarial, o sector empresarial do Estado.

**2.2.58.** O papel económico real do mercado como lugar de circulação das mercadorias e dos capitais, não pode ser confundido com o seu papel de regulação da actividade económica.

**2.2.59.** A intervenção do Estado na regulação da actividade económica, sem pôr em causa a complementaridade concorrencial entre sectores e empresas, é indispensável para que sejam tidos em conta os objectivos sociais do desenvolvimento a bem do interesse nacional, para alcançar com eficiência os fins de interesse público da responsabilidade do Estado, para permitir a efectiva prossecução de políticas que prossigam opções estratégicas nacionais, para conciliar a concorrência e a solidariedade e a inovação empresarial e a modernização da economia e da sociedade, para

garantir o pleno aproveitamento das capacidades nacionais e para fazer a harmonização possível das actuações dos sectores público e privado à luz dos crescentes desafios externos e de um objectivo claro de progresso social e de desenvolvimento económico.

**2.2.60.** A competitividade de que carece a generalidade da economia portuguesa não passa pela redução dos salários dos trabalhadores portugueses nem pela degradação das condições laborais (se assim fosse seríamos hoje os mais competitivos da União Europeia), mas sim, e nomeadamente, pela definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento, pelo acréscimo da chamada produtividade do capital, pela organização eficiente da produção, pela modernização dos processos produtivos, pelo aumento do nível educativo e de formação profissional, por taxas de juro e preços dos elementos produtivos concorrenciais, pela aplicação eficaz dos fundos estruturais, por uma política cambial realista e de apoio à actividade produtiva.

**2.2.61.** Aliás, a maior ameaça à competitividade da economia portuguesa é, precisamente, a sua sujeição a uma «moeda única» sobrevalorizada em relação à realidade da economia portuguesa e às outras moedas internacionais.

**2.2.62.** Só um crescimento económico mais forte permitirá resolver, ou pelo menos atenuar fortemente, os problemas do desemprego.

E para permitir esse crescimento económico mais forte e sustentado impõe-se, como necessidade absoluta, uma ruptura efectiva com as orientações monetaristas da União Europeia e, por maioria de razão, com os critérios de «convergência nominal» do Tratado de Maastricht, e a assunção da opção de que Portugal deve dar prioridade ao desenvolvimento e, por isso, não se amarrar à terceira fase da União Económica e Monetária nem acatar a moeda única.

**2.2.63.** Economias estruturalmente diferentes e com diferenciados níveis de desenvolvimento exigem políticas monetárias, cambiais e orçamentais adequadas a cada caso e não políticas únicas (que, necessariamente, terão de ser definidas de acordo com os interesses das economias mais desenvolvidas e determinantes).

**2.2.64.** Trata-se, afinal, de substituir o objectivo da «convergência nominal» pelo objectivo da «convergência real», com a adopção de normas diferenciadas (e não alinhadas pela economia mais forte) que possam traduzir uma evolução positiva dos padrões económicos e sociais (nível de emprego, distribuição do rendimento, desenvolvimento regional, condições de vida e de trabalho, ...).

**2.2.65.** Em suma, impõe-se uma nova política que assuma o emprego e o progresso social como o grande objectivo e condição essencial do desenvolvimento económico e a defesa do sistema produtivo português e o aumento sustentado da produção como uma



primeira prioridade. Em que o sector empresarial público e os grandes serviços públicos sejam colocados ao serviço do desenvolvimento, dos trabalhadores, dos portugueses. Em que se busque o crescimento harmonioso com a correcção dos desequilíbrios regionais e a defesa do ambiente. Em que os condicionantes da integração comunitária e dos processos de crescente mundialização das economias sejam abordadas, não como imperativo a cumprir ou dogmas a aceitar, mas como uma frente de intervenção e de luta na defesa dos interesses nacionais e da cooperação e solidariedade entre os povos.

**2.2.66.** Uma nova política, uma política de esquerda, que assuma frontal e permanentemente que a causa da justiça social não apenas é justa, como desempenha uma verdadeira função económica.

## 2.3. Evolução social

**2.3.1.** Nos últimos quatro anos assistiu-se a uma acentuada degradação da situação social, caracterizada quer pela agudeza das suas diversas expressões, quer pela crescente amplitude dos seus efeitos na sociedade portuguesa.

**2.3.2.** A desvalorização do trabalho — como direito social fundamental, condição básica da integração na sociedade e da realização humana — é cada vez mais profunda. E a concretização dos restantes direitos sociais consagrados na Constituição tem vindo a ser, também, progressivamente posta em causa.

**2.3.3.** O desemprego não pára de aumentar, tendo o número de desempregados ultrapassado já o meio milhão. Constituem aspectos particularmente inquietantes nesta situação:

- a aceleração brutal da taxa de desemprego nos últimos meses, ao invés das promessas do PS e do Governo, que se comprometeram formalmente com a sua redução;

- o crescimento da proporção de desempregados de longa duração, o que exprime o carácter não conjuntural do problema;

- o agravamento do desemprego de mulheres, constituindo mais de metade dos desempregados e dos desempregados de longa duração;

- e o nível muito elevado do desemprego que atinge os jovens, muitos dos quais se vêm além disso confrontados com a dificuldade de encontrarem emprego adequado à formação que adquiriram.

**2.3.4.** A precarização do trabalho e o subemprego assumem uma expressão cada vez mais generalizada, com todo o seu cortejo de incertezas e de condições objectivas mais desfavoráveis para a defesa dos interesses dos trabalhadores.

**2.3.5.** Além do desemprego, do subemprego e do

trabalho precário, outros factores contribuem de forma também decisiva para a degradação da situação social. São de sublinhar:

- a violação e o desrespeito dos direitos dos trabalhadores;
- o agravamento da exploração e as profundas e crescentes desigualdades na distribuição do rendimento nacional (com destaque para o nível muito baixo da parte do trabalho no rendimento nacional e para o valor reduzido das prestações sociais);

- o alastramento das manchas de pobreza e dos fenómenos de marginalidade e de exclusão social;

- e as discriminações de natureza classista que continuam a afectar o carácter efectivamente universal da concretização dos direitos sociais de que o Estado está incumbido e de cujas obrigações procura descartar-se nomeadamente relativos à segurança social, à saúde e ao ensino.

**2.3.6.** No que respeita à distribuição da riqueza são expressivos os factos, reconhecidos num estudo oficial, de que se vem verificando nos últimos anos um crescimento significativo da desigualdade, e que 1% da população portuguesa concentra 16,8% do total da riqueza, que 5% da população dispõe de 34,3%, e que um quarto da população monopoliza 72% da riqueza.

**2.3.7.** Quanto ao alastramento das manchas de pobreza e dos fenómenos de marginalidade importa salientar que à pobreza tradicional, em que sobrevive um vasto sector de idosos e de deficientes, desempregados há longa data ou jovens à procura de primeiro emprego, famílias monoparentais, minorias étnicas, sectores de assalariados e do campesinato com um nível muito baixo de rendimentos, se vêm acrescentemente somando os efeitos sociais do que vem sendo designado por «nova pobreza» provocada pelas alterações estruturais muito profundas que se verificam no mercado do trabalho, e que atingem uma parte cada vez mais significativa da população que, ou não consegue acesso a um rendimento regular certo, ou é atingida por alterações da regularidade, da certeza e/ou do nível de rendimento.

**2.3.8.** Na evolução social da sociedade portuguesa reflectem-se também fenómenos e tendências de natureza muito diversa e transformações que têm vindo a processar-se em várias esferas da vida nacional. São de salientar, nomeadamente:

- as transformações nas actividades produtivas, com acentuada queda da população agrícola, o desaparecimento ou redução de pólos industriais, e o desenvolvimento da área dos serviços;

- a quebra demográfica e a desertificação de muitas zonas rurais, associada à crescente urbanização do país provocada pelos movimentos migratórios do campo para as vilas e para as cidades, com particular destaque para os fluxos que se orientam para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto;



— os problemas complexos, decorrentes do crescente fluxo imigratório para Portugal, especialmente dos PALOP, e o desenvolvimento de inaceitáveis expressões de racismo e xenofobia;

— os novos fluxos emigratórios, de curta duração, com origem nas zonas rurais mas também de centros urbanos;

— e o abaixamento muito acelerado da taxa de natalidade (provocando a sensível redução do peso do grupo etário dos menores de 15 anos) e o envelhecimento da população;

**2.3.9.** A política neoliberal de crescente desresponsabilização do Estado em relação às funções sociais que constitucionalmente lhe incumbe assegurar, associada à progressiva mercantilização e submissão a critérios lucrativistas de áreas como a saúde, a educação e a segurança social, que tem caracterizado a acção dos sucessivos governos de direita e que agora o governo do PS prossegue, em aspectos fundamentais, constitui uma causa fundamental da degradação da situação social que se regista na sociedade portuguesa.

**2.3.10.** O combate a essa política constitui, por isso, uma questão central para quantos se empenham em travar e inverter o deteriorado panorama social da sociedade portuguesa. E configura, à esquerda, uma clara prioridade para a intervenção e a acção política e de massas, seja num sentido da defesa de direitos e dos sistemas sociais que os suportam (serviço nacional de saúde, escola pública, sistema público de segurança social), seja da sua concretização num nível mais elevado e do seu aperfeiçoamento, que são indispensáveis para o desenvolvimento integrado, económico, social e cultural do país.

**2.3.11.** No que respeita à **Segurança Social**, sem dúvida uma das questões sociais que toca mais profundamente o conjunto dos trabalhadores portugueses, a diferença maior que separa o sistema existente no nosso país dos que existem nos países mais desenvolvidos tem a ver com o nível de protecção social, que é muitíssimo baixo entre nós. É o caso, nomeadamente, das precárias condições de vida em que vive a esmagadora maioria dos reformados e pensionistas, muitos deles a viverem abaixo dos limites de pobreza. No que respeita às próprias pensões do regime geral (contributivo), abrangente no final de 1995 de um milhão e seiscentos e cinquenta mil pensionistas (mais de 2/3 do total), 66,5% das pensões de velhice e 72,5% das pensões de invalidez eram inferiores a 30 contos por mês, sendo também que mais de 88% dos pensionistas dessas modalidades auferiram valores inferiores a 50 contos por mês.

**2.3.12.** A política de direita — com destaque para a década do cavaquismo — não foi apenas responsável pela manutenção das prestações num nível muito

baixo, com todas as suas consequências negativas, incluindo as relativas à menor confiança inspirada pela Segurança Social. Ela conduziu, também, à acumulação de gravíssimos problemas e desregulações no sistema, que o fragilizaram e o tornaram mais vulnerável ao ataque neoliberal. Referem-se, em particular, as debilidades financeiras resultantes do continuado incumprimento governamental da Lei de Bases da Segurança Social, que atribui ao Estado a responsabilidade pelo financiamento do regime não contributivo (ou fracamente contributivo) e da acção social, da extrema permissividade perante uma evasão contributiva de grandes proporções e da acumulação de um vultuoso montante de dívidas por parte do patronato.

**2.3.13.** Apesar de ser este o quadro, o PCP não acompanha a visão catastrófica sobre a situação do sistema e critica os interesses privatizadores que a promovem.

**2.3.14.** As insuficiências notórias que o sistema público da Segurança Social apresenta no nosso país e as dificuldades acumuladas durante muitos anos (resultantes da sua má gestão e da utilização dos seus recursos por sucessivos governos ao serviço de interesses estranhos à protecção social dos beneficiários), não põem em causa o direito social fundamental que ele concretiza, não desvalorizam as suas inegáveis realizações e muito menos o imenso património social que foi erguido com o trabalho e com o sacrifício de várias gerações de trabalhadores portugueses. Essas inegáveis realizações e esse imenso património social ilustram mesmo as potencialidades existentes no sistema público de Segurança Social, desde que seja levada a cabo uma política de orientação democrática, para passar a ser dada uma melhor e garantida resposta às necessidades de protecção social constitucionalmente estabelecidas.

**2.3.15.** O «modelo» neoliberal de privatização da segurança social, que com variantes de grau, modalidade e prazo de concretização, aparece a ser defendido no nosso país pelos representantes do grande capital financeiro (bancos, seguradoras, sociedades gestoras de fundos de pensões) e, no plano político, pelos responsáveis do PSD, do PP e do governo do PS, não tem nada de positivo a oferecer aos beneficiários da Segurança Social, bem pelo contrário, nem dispõe de qualquer vantagem comparativa na abordagem dos problemas (velhos e novos) com que o sistema está confrontado, e representa, por isso, uma grave ameaça.

**2.3.16.** Às «reformas» da segurança social redutoras de direitos e com objectivos privatizadores, contrapõe o PCP a realização de uma política de sentido inteiramente oposto, que defenda, reforce e aperfeiçoe o direito à segurança social e o sistema público que o suporta e garante.



**2.3.17.** O PCP propõe como orientações estratégicas da reforma democrática da Segurança Social: a garantia dos direitos adquiridos e em formação a todos e individualmente a cada um dos beneficiários do sistema de Segurança Social, de forma a reforçar a confiança e a impedir a imposição de regimes mais desfavoráveis; a melhoria das prestações sociais e a elevação dos seus valores, em especial das prestações que se encontram num nível mais degradado; a concretização da universalização, de modo a cumprir o direito de todos os cidadãos à segurança social, independentemente da sua situação profissional; a autonomia institucional, a descentralização democrática e o reforço da participação social no sistema; e o reforço e a adequação do financiamento da segurança social, com a elevação dos recursos e a clarificação do que deve ser financiado pelas contribuições dos beneficiários e o que deve ser financiado pelos impostos pagos por todos os portugueses, por forma a garantir os compromissos assumidos e a permitir uma resposta de nível mais elevado aos riscos sociais.

**2.3.18.** Na área da **Educação**, verifica-se o prolongamento de uma crise cujas expressões mais agudas são o insucesso educativo e o abandono escolar. A «reforma educativa» promovida pelo PSD, que o actual governo do PS tem vindo a prosseguir, veio tornar essa crise ainda mais complexa.

**2.3.19.** Esta situação é indissociável de uma política, a que o PS tem dado continuidade nos últimos meses, de desresponsabilização do Estado em relação à educação e ao ensino e de mercantilização dos saberes, e que se traduz nomeadamente na não concretização do sistema público de educação pré-escolar, na selectividade da frequência da escola pública, ao nível do secundário e do superior (em que avulta a manutenção do sistema de *numerus clausus* no acesso ao ensino público), em privilégios escandalosos ao ensino particular, na sobrecarga dos estudantes e suas famílias com os custos do ensino e na transferência de responsabilidades para as autarquias sem lhes serem atribuídos os correspondentes meios.

**2.3.20.** Daí decorre um conjunto de problemas de natureza estrutural tais como, meios financeiros insuficientes e muito mal aproveitados; política de gestão de pessoal marcada pelo economicismo, por um estatuto docente socialmente desvalorizado, uma formação de professores inicial e contínua insuficiente e desvirtuada em relação às suas finalidades essenciais; carências sérias no plano das estruturas físicas, pela sobrelocação e degradação de escolas em muitas regiões.

**2.3.21.** Esta situação é agravada pela deficiente articulação entre as várias estruturas, sectores e segmentos do sistema educativo, problema que assume expressões particularmente agudas na transição entre diferentes níveis e ciclos de ensino, quer no plano

dos currículos e programas, quer no da avaliação dos alunos, quer no da concepção de escola.

**2.3.22.** Outra questão, não menos importante e grave, é a excessiva e sufocante governamentalização de todo o sistema educativo com a tendência para o comando burocrático-administrativo e até repressivo de toda a vida escolar, a partir do Ministério da Educação, aparelho central e suas extensões regionais. Tal governamentalização constitui um fortíssimo elemento de bloqueio do conjunto do sistema educativo e da intervenção dinâmica que professores, estudantes e a comunidade nele deveriam assumir.

**2.3.23.** A reflexão sobre a educação, numa estratégia de verdadeiro desenvolvimento humano, e sobre as forças motoras do urgente processo de transformação e de modernização do sistema educativo faz avultar o papel das próprias escolas (e dos seus profissionais) e o papel decisivo de uma dinâmica centrada no sistema educativo e auto-regulada de forma democrática, no seu interior e em ligação com a sociedade. Dinâmica essa que à fracassada «reforma educativa» do PSD contraponha uma reforma educativa de orientação democrática, com um objectivo fundamental: um ensino de qualidade para todos os portugueses.

**2.3.24.** O PCP propõe como linhas de orientação geral: a Educação, como factor estratégico para o desenvolvimento; a escola pública de qualidade como opção fundamental; a democratização do acesso à educação e ao ensino; o sucesso educativo e escolar dos jovens, o sucesso do sistema; uma escola com mais autonomia e com mais participação; e um sistema não governamentalizado, dotado de autonomia democrática, descentralizado e com financiamento suficiente e regular.

**2.3.25.** No que respeita à **Saúde** o PCP recusa firmemente um caminho que acentua a divisão dos portugueses, do ponto de vista da garantia do seu direito à saúde, em cidadãos de primeira e de segunda. E que conduz à divisão entre aqueles que têm capacidade económica para usufruírem da prestação de cuidados de saúde de qualidade, e os restantes portugueses, a grande maioria, que não tendo essa capacidade económica fica condenada ao acesso apenas a um sistema residual e caritativo de saúde, com cuidados de saúde e outras prestações de nível inevitavelmente inferior.

**2.3.26.** A desresponsabilização do Estado no que respeita aos seus deveres básicos de garantir a protecção de saúde a todos os portugueses, e a privatização da saúde — seja através das diversas modalidades de privatização das unidades prestadoras de cuidados, seja através do pagamento da prestação dos cuidados de saúde ou de seguros que a garantam — representaria um pesado retrocesso social. E essa política conduziria em linha recta, nas condições concretas da socie-



dade portuguesa, ao aumento das despesas com a saúde, quer as suportadas directamente pelos cidadãos, quer as suportadas pelo Estado, e conduziria a mais desigualdades, mais discriminações e mais injustiças sociais.

**2.3.27.** O PCP assume por isso a defesa do Serviço Nacional de Saúde. Não do SNS como está, desfigurado pelas continuadas orientações neoliberais que foram postas em prática e com as quais o Governo do PS não assumiu, durante um ano, uma posição clara de ruptura. Mas do SNS regressado à filosofia e à inspiração democrática e humanista inicial, ajustado às novas condições de progresso tecnológico, aos problemas que o crescimento dos custos e a evolução organizativa colocam, aos novos e mais exigentes padrões de saúde possíveis e por isso acessíveis a todos os seres humanos.

**2.3.28.** O PCP propõe como orientações estratégicas, articuladas, para uma nova política de saúde a reforma democrática do Serviço Nacional de Saúde (estabelecendo a sua autonomia e regionalização, um novo quadro regulador do financiamento do SNS e a gestão democrática das unidades de saúde) e políticas prioritárias, que apresentou desenvolvidamente a público, nos domínios da concretização do direito à saúde, da qualidade dos serviços, da valorização dos cuidados de saúde primários, dos medicamentos, da promoção dos direitos dos utentes, da saúde mental, da toxicodependência, e da SIDA.

**2.3.29.** No que respeita à política de habitação verificou-se que a última década se caracterizou pela demissão dos governos de exercer as suas responsabilidades, tentando remetê-las sem os correspondentes meios para o poder local. Deste modo não foram implementadas medidas que combatam as carências brutais da população sem capacidade económica. A pesar da emigração, os cálculos mais rigorosos estimam em 800 mil fogos as carências habitacionais, a que há que acrescentar a degradação do parque habitacional construído, avaliada em 20 a 25 mil fogos por ano, bem como o aumento da procura por parte de jovens que constituem novos agregados familiares. O ritmo de construção, sobretudo para as camadas insolventes e de recuperação do parque habitacional construído está muito longe de corresponder ao ritmo que seria necessário para caminhar para a resolução deste grave problema nacional.

**2.3.30.** Os governos do PSD alienaram as suas responsabilidades, quer afirmando que o Estado não tem vocação para construir e que o problema teria que ser resolvido pelo mercado, quer afirmando que a responsabilidade seria das autarquias. O próprio Programa Especial de Realojamento (PER), com o qual o Governo afirmou com propósitos eleitoralistas, seis meses antes das eleições autárquicas de 1993, que iria

pôr termo às barracas, só abrange as áreas metropolitanas e impõe encargos incomportáveis às autarquias. O Governo do PS não inverteu os aspectos essenciais da política anterior. Não assegurou um aumento substancial do investimento público neste sector, já que preferiu dar prioridade absoluta ao cumprimento dos critérios de Maastricht. Medidas pontuais positivas, como a revisão do regime do PER, tomada na sequência de um projecto de lei do PCP, não melhoraram a situação no que respeita às responsabilidades financeiras dos municípios, nem inverteram o essencial do problema.

**2.3.31.** Para inverter a situação o PCP considera, designadamente, necessário: assegurar um Plano Nacional de Habitação em que o Estado assumia plenamente as suas responsabilidades; adoptar políticas de solo e urbanísticas de interesse público e efectuar uma efectiva descentralização de atribuições e meios financeiros; incentivar um mercado de arrendamento; rever o regime do Plano Especial de Realojamento de acordo com o princípio de que o Governo não pode deixar de assumir responsabilidades essenciais; acelerar a reabilitação urbana e do parque habitacional, com atenção aos centros e núcleos históricos; reforçar o apoio concedido às cooperativas de habitação, à auto-construção e às formas de associativismo para resolução do problema habitacional designadamente das camadas carenciadas; aumentar a eficácia e o volume do apoio ao crédito bonificado para a aquisição de habitação.

**2.3.32.** Quanto à **Toxicodependência** e ao tráfico de drogas eles constituem dos maiores flagelos com que se confrontam as sociedades contemporâneas e que não tem parado de se agravar no nosso país onde estimativas recentes apontavam para a existência de cerca de 120 mil toxicodependentes e de um crescente número de mortos por causas ligadas à droga.

**2.3.33.** A resposta a esta situação não tem correspondido nem à sua dimensão nem à sua gravidade. Assim foi com os governos do PSD cuja política deixou agravar a situação e assim sucede actualmente com o governo do PS, ao não introduzir alterações de fundo e ao não disponibilizar mais meios para combater estes flagelos. O PCP propõe, para uma nova política de prevenção da toxicodependência e de combate ao tráfico de drogas: uma política geral que contribua para eliminar as causas das vulnerabilidades que conduzem à toxicodependência e um verdadeiro plano de prevenção e de combate ao tráfico; uma vigorosa acção de prevenção primária; uma rede nacional pública para o atendimento, tratamento e a reinserção social; a necessidade de ter presente que o toxicodependente é um doente e que não se deve sujeitar os simples consumidores a penas de prisão que nada resolvem e tudo podem agravar; o reforço e uma



maior eficácia no combate ao tráfico de drogas e ao branqueamento de capitais; o apoio à investigação científica destes fenómenos e à formação de técnicos; e uma postura activa de Portugal no plano internacional para que seja assegurada uma ordem mundial mais justa e um desenvolvimento mundial equilibrado.

**2.3.34.** No que respeita à questão do **ambiente** verificou-se a contradição entre por um lado o agravamento dos problemas e o aumento da consciência social da sua gravidade e por outro a carência de medidas que estejam à altura da dimensão e importância das questões que estão colocadas para a Humanidade no seu conjunto, para o país e para as populações de muitas regiões e localidades. Portugal mantém aliás, problemas típicos dos países mais desenvolvidos, como a poluição de certas indústrias e as carências de tratamento de resíduos industriais e, simultaneamente, problemas típicos dos países menos desenvolvidos, como as carências em matéria de qualidade da água para abastecimento público em algumas regiões, recolha e tratamento de esgotos (águas residuais) e recolha, reciclagem e tratamento de lixo domésticos. Problemas como os incêndios, a seca, a política florestal, a destruição de importantes áreas agrícolas, a desertificação, o desordenamento urbano e o desordenamento de importantes áreas do litoral vêm agravar o problema ambiental.

**2.3.35.** Face a esta questão, os governos têm desprezado a necessidade de um projecto global de desenvolvimento sustentado e têm procurado aproveitar os fundos comunitários para a área do ambiente, canalizando-os para acções de propaganda e para lucros privados, estimulando a privatização de sectores ou procurando a sua centralização, ao mesmo tempo que se mantém a situação de penúria relativa dos municípios. Ao mesmo tempo, multiplicam-se áreas protegidas, mas sem garantir a democraticidade da sua gestão e a necessidade de assegurar alternativas para as populações residentes.

**2.3.36.** Consciente da gravidade do problema, o PCP propõe as seguintes medidas: assegurar a participação de Portugal nas organizações e iniciativas internacionais com base numa concepção humanista e de defesa do desenvolvimento sustentado, que respeite os interesses actuais das populações, bem como das gerações vindouras; adoptar uma política em que o Estado assumam plenamente as suas responsabilidades e colabore com outros poderes públicos com base em concepções democráticas e descentralizadoras; assegurar uma política adequada de resíduos, que privilegie a redução, a reciclagem e a reutilização bem como o tratamento na base dos interesses das populações; reforçar o investimento na qualidade da água e do ar, na recolha e no tratamento de efluentes no combate à poluição sonora; reforçar os estudos de

impacte ambiental, bem como a sua qualidade; desenvolver e aprofundar as acções de ordenamento do território com especial atenção aos meios urbanos e ao litoral e às zonas mais sensíveis, com colaboração das autarquias e da Administração Central; reforçar as acções de informação e educação ambiental.

**2.3.37.** No que respeita ao **desporto**, verificou-se que com a responsabilidade dos sucessivos governos de direita pela área desportiva, o país desportivo regrediu, e prejudicou-se profundamente o desenvolvimento desportivo nacional.

**2.3.38.** Não evoluiu significativamente o número de portugueses que praticam desporto informalmente ou federados; na prática continua a não haver educação física no primeiro ciclo do ensino básico; milhares de alunos dos outros ciclos do ensino obrigatório e do ensino secundário continuam a não ter educação física nem acesso ao desporto escolar; o desporto universitário tem uma expressão limitada. O défice global de instalações desportivas ascende a centenas de milhões de contos; a importância do orçamento do desporto, ao longo destes anos, oscilou entre os 0,25% e os os 0,30%, o que significa que quem assume os custos do desporto são as famílias, as autarquias locais e o associativismo, limitando o governo a distribuir os dinheiros do Totoloto e do Totobola. Os atletas de alta competição continuam sem condições adequadas de preparação. Continua por conceber um plano nacional de infraestruturas desportivas que o apressado e demagógico projecto "Desporto Escolar 2000", relativo aos pavilhões escolares, não conseguiu esconder. A Lei de Bases do Sistema Desportivo continua por regulamentar seis anos depois e a legislação em vigor não responde às necessidades e exige correcção urgente designadamente a revogação imediata do regime jurídico das federações. O desporto escolar conheceu sete medidas distintas e está em preparação o oitavo modelo não se cumprindo o decreto-lei em vigor sem qualquer justificação. Continua a grande confusão da formação em educação física e desporto; e finalmente o INDESP, autêntico espelho da desastrosa política do PSD, atolou-se em situações de corrupção, compadrio e ilegalidades levando à prisão dos seus principais responsáveis.

**2.3.39.** É indispensável pôr fim a esta política de destruição do desporto nacional. Lamentavelmente o PS foi quem iniciou esta orientação, não se vislumbrando nos dias de hoje na acção do governo socialista uma política diferente da que tem vindo a provocar um grande atraso ao desporto português. De cerca de um ano de acção do governo PS ficam apenas a tentativa de aproveitamento político do fenómeno desportivo de alta competição, da actividade das selecções de futebol e dos Jogos Olímpicos assim como a famigerada iniciativa do "Totonegocio".



**2.3.40.** O PCP considera que o desporto deve ser encarado em toda a sua dimensão e impacto nas mais diversas áreas da vida social, designadamente na educação, na cultura, na economia, no turismo, na saúde, no desenvolvimento e crescimento do movimento associativo, na integração social dos deficientes, na afirmação da mulher, na melhoria da qualidade de vida, na afirmação internacional do país.

**2.3.41.** O PCP defende a definição de uma autêntica política de democratização da educação física e do desporto nacionais, capaz de garantir aos jovens e a todos os cidadãos a efectiva prática desportiva. O PCP propõe como orientações estratégicas para uma política desportiva: a concepção de que o desporto constitui um importante factor de desenvolvimento cultural e de integração social; a garantia de que o desporto constitua um direito real e a democratização crescente das actividades desportivas com o alargamento do número de praticantes, com actividades ricas de conteúdo cultural e correctamente concebidas do ponto de vista técnico e com a participação activa dos praticantes na concepção, organização, gestão e avaliação das actividades; a garantia da prática da educação física e do desporto em todas as escolas portuguesas em todos os níveis da escolaridade; o apoio ao associativismo e o reconhecimento do papel fundamental dos clubes na resposta às necessidades da prática desportiva; o apoio a uma efectiva descentralização desportiva; e a atribuição dos meios financeiros capazes de garantirem a implementação de uma política de efectivo desenvolvimento do desporto.

**2.3.42.** Quanto à situação dos **trabalhadores emigrantes portugueses** ela tem evoluído em consonância com a evolução da situação do povo trabalhador dos países onde se encontram. É, no entanto, um facto que os trabalhadores migrantes são os sectores mais fragilizados e as primeiras vítimas das medidas repressivas e anti-sociais que têm sido desenvolvidas nestes últimos anos, em particular nos países capitalistas mais desenvolvidos.

**2.3.43.** A política de emigração que foi levada a cabo nestes últimos anos pelos governos do PSD, caracterizou-se pelo discurso fácil e demagógico centrado no voto para o Presidente da República. Virando costas aos verdadeiros problemas dos trabalhadores emigrantes e suas famílias o PSD orientou a acção governativa no apoio aos grandes empresários portugueses, ou de origem portuguesa, com vista ao seu envolvimento no processo de destruição do Sector Empresarial do Estado. Ao mesmo tempo extinguiu, porque incómodo para o Governo, o Conselho das Comunidades Portuguesas, estrutura representativa do movimento associativo dos emigrantes.

**2.3.44.** O diploma que cria o Conselho das Comunidades Portuguesas constitui uma medida de grande

importância para a qual o PCP muito contribuiu. A nível governativo são notórias as contradições entre o discurso de boas intenções e os meios existentes (que o próprio Secretário de Estado reconhece serem insuficientes) para a aplicabilidade das medidas necessárias para uma nova política de emigração.

**2.3.45.** O PCP defende: uma intervenção do Governo português de firme defesa dos direitos dos nossos emigrantes, face às insistentes medidas discriminatórias de que são vítimas nos países onde residem; a melhoria do ensino do português no estrangeiro; o planeamento de acções, em particular junto dos mais jovens, de apoio às suas iniciativas, assim como, para estimular o seu interesse pela defesa e promoção da nossa língua e cultura; o apoio às iniciativas promovidas pelo movimento associativo no âmbito da divulgação da língua e cultura portuguesas; a reestruturação da rede consular portuguesa no mundo. Reestruturação esta, à qual deve estar associado a revisão do Regulamento consular, a modernização e informatização dos serviços e as adequadas acções de formação profissional dos respectivos trabalhadores; que o Governo deve ter de facto em conta as sugestões e propostas da comunidade portuguesa através das suas organizações representativas, nomeadamente o movimento associativo, o sindicato dos trabalhadores consulares (STCDE) e o sindicato dos professores (SPE).

## **2.4. Evolução política — O Estado e o regime democrático**

**2.4.1.** A subordinação do poder político ao poder económico do grande capital nacional e também, crescentemente, transnacional, constitui um dos traços mais negativos da evolução política nos últimos anos e que condiciona de forma mais significativa o funcionamento do Estado e do próprio regime democrático.

**2.4.2.** A ampla consagração constitucional dos direitos, liberdades e garantias tem vindo a ser contrariada por uma prática de discriminações e de regressão nas empresas e na sociedade, de favoritismo e de fomento de clientelas partidárias, de alastramento de fenómenos de corrupção.

**2.4.3.** A consagração constitucional da separação e interdependência dos vários órgãos de soberania foi durante anos contrariada pela tentativa de concentração de poder no Primeiro Ministro e no Governo, pelo esvaziamento relativo da actividade e intervenção da Assembleia da República e pela contestação da actividade dos órgãos de fiscalização e controlo do poder executivo.

**2.4.4.** A democracia directa nunca foi posta em prática e a ampla consagração constitucional da democracia participativa tem sido contrariada pela



inviabilização de direitos das estruturas representativas dos trabalhadores e de outros sectores sociais, pela governamentalização do aparelho do Estado, e pela transformação dos direitos de participação em meros procedimentos formais, em que as opiniões emitidas não pesam nem influem nas soluções legislativas e nas políticas governamentais.

**2.4.5.** A consagração constitucional da descentralização e do poder local tem sido contrariada por uma orientação centralista, discriminatória e autoritária, de imposição de encargos sem recursos e de asfixia financeira. À consagração constitucional das regiões administrativas e à promessa eleitoral do PS de as instituir, tem correspondido na prática o protelamento indefinido da sua criação e o prosseguimento da actividade de estruturas de administração central periférica, burocrática e concentrada em cinco capitais de distrito.

**2.4.6.** Continua por outro lado sem ser respeitado o princípio de que os direitos sociais, económicos e culturais são parte integrante dos direitos fundamentais, devendo dispor de idêntica protecção. Pelo contrário prossegue a tendência de desresponsabilização do Estado, o desmantelamento de serviços públicos e de transformação de áreas como a educação, a saúde, a segurança social, a habitação e o ambiente em instrumentos de lucro privado.

**2.4.7.** Na evolução da situação política nos últimos anos, após o XIV Congresso, avultam a derrota do cavaquismo em Outubro de 1995 e a posterior eleição de Jorge Sampaio para Presidente da República, atirando por terra as esperanças da direita de recuperação rápida através da Presidência do poder perdido no Governo e na Assembleia da República.

**2.4.8.** O fim do período de predomínio dos partidos da direita, PSD e PP, em qualquer órgão de poder político, quando durante uma década o PSD controlou ferreamente dois deles — o Governo e a Assembleia — representou de modo muito claro, como o Comité Central oportunamente assinalou, a abertura de uma nova fase na vida nacional. No entanto, apesar da abertura desta nova fase comportar, inequivocamente, a marca da vontade de mudança e da necessidade de uma nova política expressa pela maioria do eleitorado, o afastamento do PSD do poder não veio pôr de facto termo à política de direita. O governo do PS, embora com alterações de estilo, aparece em questões essenciais, especialmente nos domínios económico e social e a nível externo, a continuar a política de direita.

**2.4.9.** O processo de **revisão constitucional** actualmente em curso na Assembleia da República assume especial importância na vida política do país. Importa transformar a revisão constitucional numa batalha de massas em defesa dos trabalhadores e da democraticidade do sistema político. Com efeito, como mostram os debates e o conteúdo de alguns projectos

de revisão, muitas das questões que estão em causa, especialmente os direitos sociais, dizem respeito directamente a sindicatos e outras organizações dos trabalhadores, a organizações juvenis e a diferentes estruturas representativas de interesses populares. Por outro lado, as propostas de degradação da democracia representativa dizem respeito a todos os cidadãos, quer se trate da eleição da Assembleia da República ou de câmaras municipais. Está em causa o alcance da proporcionalidade na conversão de votos em mandatos na eleição da Assembleia da República (que também pode ser afectada por alterações da legislação ordinária). Está em causa também a eleição directa e proporcional das câmaras municipais. Os acordos bilaterais entre o PS e PSD vem na sequência de se terem verificado acordos entre o PS e PSD visam designadamente criar o maior número possível de dificuldades à regionalização, inviabilizar um referendo sobre a aplicação do Tratado de Maastricht e degradar a democraticidade do sistema político. Não é preciso que se verifique um acordo solene e formal entre o PS e PSD, como o que esteve na base da revisão constitucional de 1989, para que este acordo exista. O interesse do PS, em particular, será o de garantir um acordo secreto de bastidores e, simultaneamente, que ele não seja conhecido dos portugueses. Ao mesmo tempo, o PSD pode tentar instrumentalizar o acordo em torno de normas constitucionais como moeda de troca num acordo mais vasto, compreendendo igualmente outras matérias.

**2.4.10.** Os trabalhos da Comissão Eventual de Revisão Constitucional confirmaram que existem motivos de preocupação. É o caso da convergência do PS e do PSD no sentido de criar dificuldades à regionalização e inviabilizar o referendo acerca da aplicação do Tratado de Maastricht, ao mesmo tempo que se podem desenhar outros acordos prejudiciais para a democracia, em especial em matéria de sistema de eleição da Assembleia da República e das câmaras municipais. Trata-se, agora, de impedir a possibilidade de o povo português se pronunciar designadamente acerca da terceira fase da União Económica e Monetária, incluindo sobre a moeda única e os sacrifícios que implica o cumprimento dos critérios de convergência, com preterição do emprego, do crescimento económico e da satisfação de necessidades do povo português. Significativamente, os partidos que impediram agora a criação da possibilidade de referendar a aplicação do Tratado são os mesmos que impediram anteriormente que o referendo sobre o Tratado de Maastricht se realizasse. É também inaceitável o facto de o PS e o PSD não terem permitido referendar em caso algum tratados ou convenções internacionais, mas apenas «questões de relevante interesse nacional» neles incluídos, o que permitirá seleccionar — eventualmente de forma



arbitrária — as questões que mais convenham ao poder político.

**2.4.11.** Tendo em conta os diversos projectos de revisão constitucional que pretendem eliminar direitos e distorcer o sistema de eleição de órgãos de poder e a perspectiva de prosseguimento da revisão constitucional sobre outras matérias, o PCP considera que os trabalhadores e as suas organizações e todos os democratas se devem empenhar no sentido de que possam ser evitados, através da mobilização popular, prejuízos para a democracia e os direitos fundamentais, em particular para os direitos sociais. Como resultado do seu projecto de revisão constitucional, na opinião do PCP a revisão da lei fundamental, a fazer-se, deve fortalecer os direitos fundamentais, em especial dos trabalhadores e os direitos económicos, sociais e culturais e a democracia e não enfraquecê-los.

**2.4.12.** Quanto ao **processo de regionalização** os factos revelam que o PS não está interessado em cumprir as suas promessas. Depois de ter defendido a regionalização no seu Programa Eleitoral e no Programa de Governo e de o Primeiro Ministro ter mesmo defendido publicamente, dentro e fora da Assembleia da República, uma data concreta para a realização de eleições para as regiões administrativas, o PS nunca mais referiu tal propósito. Mas é no texto acordado pelo PS, PSD e PP na Assembleia da República que avulta mais claramente a posição do PS em matéria de regionalização. Com efeito, a revisão constitucional irá manter a regionalização como constitucionalmente obrigatória, mas vai fazer depender a «instituição em concreto» de um referendo nacional e de um referendo regional, o que coloca algumas questões fundamentais. É incontestável que o PS, depois de ter jurado que nunca o faria, fez depender o cumprimento de normas da Constituição de referendo, o que é grave em si e é grave como precedente que corresponde a antigas reivindicações da direita, renovadas na presente revisão constitucional. Esta posição contrasta com o impedimento, uma vez mais, do referendo acerca do Tratado de Maastricht. Em segundo lugar, o carácter vinculativo do referendo dependerá da participação de pelo menos 50% dos eleitores, o que pode tornar a validade de normas já aprovadas pela Assembleia da República, designadamente a Lei de Criação das Regiões, dependente dos abstencionistas, ou melhor, em boa parte de inscritos em cadernos eleitorais que já deveriam ter sido eliminados e que são em grande número em Portugal. Importa ainda sublinhar que, obrigando a aplicação destas normas à realização de um referendo nacional e de referendos regionais sobre as regiões administrativas à aprovação de uma lei ordinária que o regulamente, o PS não garantiu uma maioria para a sua aprovação.

**2.4.13.** O PCP sublinha, entretanto, que enquanto

este processo decorria na Assembleia da República prosseguiu o debate público sobre a regionalização. Neste quadro, as assembleias municipais e outros órgãos autárquicos pronunciaram-se massivamente a favor das regiões, sobre as suas áreas e sobre outras matérias relacionadas. Por isso, é justo afirmar que este procedimento do PS, em coincidência com os partidos de direita, contraria a generalidade das posições que se têm vindo a manifestar pelos municípios, que sentem pesadamente os inconvenientes do centralismo e da burocracia na sua actividade e reclamam generalizadamente, agora como há muito, a instituição das regiões administrativas.

**2.4.14.** O processo da regionalização democrática do Continente, tal como o PCP a propõe, pode contribuir para corrigir as desigualdades de desenvolvimento do país, reforçar a descentralização e a democracia, contribuir para uma reforma administrativa democrática e para a autonomia municipal, ameaçada pelas ingerências das Comissões de Coordenação Regional.

**2.4.15.** Os projectos de lei do PCP correspondem a propostas de um processo de regionalização participado, «de baixo para cima», com uma equilibrada definição de atribuições e competências e regras de financiamento claras.

**2.4.16.** O PCP prosseguirá o combate para garantir a regionalização, tal como a Constituição a prevê, no interesse da democracia, das populações e do desenvolvimento.

**2.4.17.** A **política de defesa** ficou marcada nos últimos anos por um prolongado processo de transformações nas Forças Armadas portuguesas conduzido pelo Governo PSD (que teve o apoio do PS nos seus aspectos mais negativos e fundamentais e que o actual Governo pretende prosseguir). Esta orientação ignorando a missão principal das Forças Armadas na defesa do território nacional contra qualquer ameaça externa, tem como objectivos centrais a adequação aos novos conceitos estratégicos e doutrinais da NATO e a integração das nossas Forças Armadas em forças multinacionais de intervenção no quadro da NATO e da UEO, simultaneamente na qualidade de braço armado da União Europeia e pilar europeu da NATO. Para a obtenção desses objectivos e sob a capa da reestruturação e redimensionamento, cuja necessidade não estava em causa, o PSD alterou os principais pilares legislativos enquadradores da instituição militar, à revelia da Constituição e sem um debate aberto com os principais interessados e a sociedade em geral. O PSD implementou uma política que aprofundou o nível da integração e dependência externa, condicionando em elevado grau a soberania de Portugal na área da defesa nacional. Executou uma política que esvaziou e na prática pôs em causa a natureza do Serviço Militar Obrigatório, subvertendo a natureza e o modelo de



Forças Armadas consagrado na Constituição, bem como uma política de governamentalização da instituição.

**2.4.18.** Em resultado das eleições legislativas de 1 de Outubro — derrota do PSD — foram colocadas expectativas de alteração da orientação governativa. Decorrido um ano de Governo do Partido Socialista o que marca estruturalmente a sua política na área da defesa é a viabilização constitucional da existência de Forças Armadas totalmente profissionalizadas e a prossecução das opções do PSD em matéria da política externa — NATO, UEO, PESC — preconizando o reforço do empenhamento e participação de Portugal em missões internacionais no quadro de objectivos alheios aos reais interesses do nosso país — caso do envio de militares portugueses para a Bósnia.

**2.4.19.** Neste quadro é particularmente grave que o Governo PS não tenha ainda promovido um debate nacional sobre a redifinição do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, de modo a proceder ao necessário ajustamento do sistema de forças, do dispositivo e a garantir os meios financeiros necessários à sua implementação.

**2.4.20.** Nos últimos anos, de forma mais ou menos notória, registaram-se profundas alterações no universo dos militares. Assistimos à diminuição para níveis relativamente insignificantes de militares em prestação de serviço militar obrigatório e à transferência dos seus problemas para os militares em regime de voluntariado ou de contrato, bem como à subida do número de militares nestes regimes de prestação; existe um número crescente de militares do sexo feminino, com influências globalmente positivas; verifica-se um crescente nível de habilitações dos militares e as respostas que coloca ao nível das perspectivas de carreira, cargos e funções, especialização técnico-profissional, valorização social e material; regista-se o conhecimento e a crescente consciência dos direitos e uso dos mesmos bem como a recusa da prepotência e do autoritarismo e a apetência crescente no que toca ao alargamento dos direitos de cidadania, ainda inusitadamente restringidos, etc..

**2.4.21.** Paralelamente devem merecer destaque as múltiplas dinâmicas associativas de militares que contribuem para a democratização das Forças Armadas.

**2.4.22.** A política do PSD, entrando em choque com direitos e expectativas dos militares, ferindo nalguns casos a imagem pública das Forças Armadas e consequentemente a dignidade daqueles que as servem, gerou a activação de mecanismos legais e constitucionais de defesa dos seus direitos, dignidade e dignificação profissional.

**2.4.23.** Neste processo realça-se a acção e iniciativa das estruturas associativas militares, a Associação Nacional de Sargentos, a Associação dos Oficiais das

Forças Armadas e a Associação dos Militares na Reserva e Reforma (ANS, AOFA, ASMIRR) com a promoção de debates e colóquios sobre variadas matérias, com a apresentação de estudos e propostas junto da Assembleia da República, Provedoria de Justiça e outros órgãos do Poder.

**2.4.24.** O amplo, diversificado e persistente trabalho desenvolvido pelas estruturas associativas de militares tornou o associativismo militar de carácter sócio-profissional numa realidade incontornável nos anos que correm.

**2.4.25.** O PCP propõe uma política alternativa consubstanciada nos seguintes princípios fundamentais: defesa do princípio da aplicação das Forças Armadas a missões nacionais; promoção de um amplo debate nacional sobre os conceitos fundamentais na área da defesa nacional e apreciação, na sequência da definição conceptual referida, de uma nova Lei de Programação Militar que consubstancie os investimentos em equipamento militar com base em critérios e prioridades que visem o interesse nacional; aprovação de medidas valorizadoras nos aspectos social, material e profissional da condição militar, dignificação e valorização da prestação do Serviço Militar Obrigatório e manutenção do actual conceito na Constituição; consagração do Associativismo Militar com carácter sócio-profissional e aprovação de regras definidoras de um relacionamento institucionalmente digno; oposição à criação e participação portuguesa em qualquer bloco político-militar europeu ou em qualquer processo visando tal objectivo, bem como em projectos de integração em forças multinacionais de intervenção; prosseguimento da defesa da dissolução da NATO.

**2.4.26.** A política de justiça ficou marcada pela tentativa de governamentalizar o sistema judiciário e pelo agravamento do fosso entre os cidadãos e a justiça, criando dificuldades de participação e acesso e de defesa dos direitos individuais e colectivos nos tribunais. O carácter caro e lento do seu funcionamento, com a falta de informação sistemática sobre os direitos dos cidadãos e com a inexistência de mecanismos de acesso ao direito e à justiça, é um traço indiscutível do sistema de justiça. A orientação do Ministério da Justiça caracterizou-se por uma notória falta de capacidade de diálogo, arrogância e confronto, o que se traduziu em instabilidade e atentados à independência do poder judicial e tribunais. A total degradação do sistema prisional e da política de reinserção social é um outro traço de uma orientação que, sistematicamente, tentou substituir as medidas e os investimentos pela demagogia.

**2.4.27.** Apesar das declarações e da proclamação das intenções de diálogo, o governo do PS não enfrentou nem corrigiu os problemas essenciais da justiça que continuam, no essencial, a verificar-se.



**2.4.28.** Em contraste com esta política o PCP propõe: aproximar a justiça das populações, garantindo a participação efectiva dos cidadãos (juízes sociais, direito de acção popular e outros; pôr termo à onerosidade da justiça e criação de um sistema efectivo de acesso ao direito e aos tribunais; reforço da independência dos tribunais e modernização das condições da administração da justiça (parque judiciário, informatização, meios técnicos e humanos); simplificação e desburocratização do processo judicial; reformulação do direito penitenciário, com garantia dos direitos fundamentais dos reclusos, prestação de cuidados de saúde, prevenção da toxicod dependência, SIDA e Hepatite B, e efectiva política de reinserção social.

**2.4.29.** A política de segurança caracterizou-se pela ineficácia e pelo crescimento da inquietação dos cidadãos. Os traços mais marcantes desta política de administração interna são o aumento da violência policial e das acções de repressão e de intimidação sobre os trabalhadores e outras camadas da população e o aumento dos índices de criminalidade e delinquência responsáveis pelo elevado clima de insegurança das populações. Da responsabilidade do Governo PSD são também as medidas de reforço e centralização das forças de segurança (as super-esquadras), a multiplicação dos seus aparelhos de repressão (corpos especiais de intervenção), a diminuição do patrulhamento e afastamento das populações (fecho de esquadras), a comprovada infiltração impune em movimentos de opinião, sindicatos, etc., por agentes do SIS e outros ao serviço do Governo, a integração crescente no quadro das policias europeias (Europol) e das políticas de segurança xenófobas. São, por outro lado, a diminuição da vertente civilista das forças de segurança, a fuga ao diálogo com dirigentes associativos e a sua perseguição (processos disciplinares) e tentativas da divisão, a recusa do sindicalismo nas forças policiais (à revelia da tendência europeia).

**2.4.30.** Os profissionais das Forças de Segurança, através das suas estruturas associativas representativas, nomeadamente APG/GNR e ASPP/PSP, têm intervindo permanentemente, no sentido de garantir estabilidade e justa progressão nas carreiras, formação técnica adequada, dignificação dos Estatutos e sistemas remuneratórios, horários de trabalho equilibrados e folgas compensadoras do desgaste profissional, desmilitarização e judicialização, direito ao associativismo representativo e, no caso da PSP, à criação do Sindicato.

**2.4.31.** Do balanço da acção governativa do Partido Socialista no seu primeiro ano de governo ressalta, no essencial, a ausência de mudanças de fundo nas opções relativas à política de segurança. Não se verificaram medidas no sentido de privilegiar os factores e

as medidas de prevenção e de proximidade das populações, bem como relativas à natureza das forças de segurança, com vista à sua progressiva desmilitarização e ao reforço da sua vertente civilista. Sem embargo dos aspectos positivos que teria a proclamação de uma nova atitude de diálogo e abertura, persistem indecisões, omissões e atrasos graves no que toca a medidas concretas que ponham cobro à impunidade e irresponsabilidade nos casos da intolerável violência policial, julgando com severidade e prontidão exemplar os crimes cometidos por agentes de forças de segurança. Faltam igualmente outras medidas que possam contribuir para uma democratização nas forças de segurança.

**2.4.32.** Em matéria de segurança e tranquilidade pública, o PCP propõe: o combate ao crime, sobretudo o combate às suas causas, às desigualdades e injustiças, o que passa pelo êxito na luta por nova política de desenvolvimento económico, social e cultural harmonioso e integrado; uma política de segurança que garanta e defenda a legalidade democrática e os direitos dos cidadãos, prevenindo e reprimindo o crime, proibindo actuações ilegais e antidemocráticas dos Serviços de Informação, garantindo a fiscalização efectiva e democrática da sua actividade e pondo termo às acções repressivas sobre os legítimos protestos populares; uma política de segurança com uma forte componente preventiva, que aproxime a polícia dos cidadãos e renove a confiança das populações nas forças de segurança; alterar radicalmente o caminho seguido na reestruturação das forças de segurança, designadamente, abrindo novas esquadras e postos onde necessário e melhorar o policiamento preventivo, restringir ao mínimo os efectivos dos corpos especiais de reserva, em benefício do patrulhamento urbano, reorganizar e otimizar as capacidades de resposta das forças de segurança, com base na definição do seu carácter civilista e judicializado; uma política de segurança que dinamize a intervenção das populações, das comunidades e das autarquias na discussão dos problemas de segurança e viabilize a sua participação através dos Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos em todos os municípios do país, que dote as forças policiais com meios humanos e materiais suficientes e com formação técnico-profissional adequada e humanizada e que promova a melhoria das condições de vida e de trabalho dos profissionais das forças de segurança e respeite os seus direitos de cidadania, designadamente o reconhecimento do direito de associação sócio-profissional para a GNR e de associação sindical para a PSP.

**2.4.33.** A reestruturação democrática do Estado e o aprofundamento da democracia que o PCP defende (ao contrário da «reforma do sistema político» que o PS, PSD e PP preconizam) constituem fins em si



mesmos e, simultaneamente, um instrumento para concretizar direitos, liberdade e garantias os cidadãos e para realizar eficaz e eficientemente outras políticas, designadamente as que têm influência na concretização dos direitos económicos, sociais e culturais.

**2.4.34.** Impõe-se tornar a democracia representativa mais genuína e defender a representação proporcional na conversão de votos em mandatos.

**2.4.35.** Ao nível dos órgãos de soberania, impõe-se realizar plenamente o princípio da separação e da interdependência. Importa igualmente reforçar os poderes e o papel legislativo e fiscalizador da Assembleia da República, bem como reforçar e melhorar o estatuto da oposição. As funções de outros órgãos de fiscalização devem ser reforçados e o seu estatuto de pluralismo e independência plenamente assegurado.

**2.4.36.** Ao nível da Administração Pública impõe-se assegurar um plano de modernização, desburocratização, descentralização e desconcentração com carácter sistemático, dignificar a função pública e assegurar o fortalecimento e respeito dos direitos dos seus utentes.

**2.4.37.** Nesse quadro, é necessário fortalecer o Poder Local do ponto de vista financeiro e das suas competências. Impõe-se igualmente criar as regiões administrativas, nos termos que a actual Constituição estabelece, como importante factor de democratização administrativa e de desenvolvimento.

**2.4.38.** Assim se romperá com uma política centralista, autoritária, de asfixia financeira das autarquias e de criação de múltiplas dificuldades burocráticas no seu funcionamento, bem como de fortalecimento das Comissões de Coordenação Regional e da administração periférica, para impedir a criação das regiões administrativas.

**2.4.39.** A reestruturação democrática do Estado nas áreas que asseguram as principais funções sociais — a saúde, a educação, a segurança social — constitui uma matéria da maior importância. Trata-se de concretizar novos modelos de organização e de gestão democrática desses serviços, que dêem boa resposta aos interesses das populações nas condições de crescente complexidade funcional e territorial das suas estruturas, que desenvolvam processos dinâmicos de auto-regulação democrática e desenvolvam uma participação mais activa e responsável, e por isso estimulante, dos seus profissionais.

**2.4.40.** Impõe-se dignificar o serviço público como meio privilegiado de assegurar a concretização dos direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos, invertendo o processo de desmantelamento ou privatização sistemática dos serviços públicos, sobretudo dos que podem dar lucro, ainda que à custa da penalização dos utentes. Em consonância, é preciso dignificar a função pública e os seus trabalhadores,

garantindo melhores condições de remuneração, motivação e estabilidade.

**2.4.41.** Por outro lado, a democracia participativa tem que estar presente como um dos critérios essenciais de estruturação e reforma democrática do Estado. Daqui decorre, designadamente, a necessidade de audição sistemática dos interessados no procedimento administrativo, a consagração do direito da iniciativa legislativa das populações, a criação ou revitalização de estruturas de participação, em particular dos trabalhadores e suas organizações. Impõe-se, por outro lado, democratizar a intervenção dos trabalhadores e outras entidades no procedimento legislativo, fazendo com que as consultas deixem de ser uma mera formalidade para serem objecto de real atenção.

## 2.5. Evolução da política cultural

**2.5.1.** Ao longo de todo o período que se seguiu ao XIV Congresso, a cultura continuou a ser, em termos orçamentais e na ordem das prioridades políticas, o parente mais pobre entre as diferentes áreas de acção governativa, muito longe do papel que o PCP lhe atribui na construção de uma democracia avançada.

**2.5.2.** Entretanto, ao contrário do que acontece noutras áreas, não se pode dizer, no que a esta respeito, que o Governo do PS está a continuar a política dos anteriores governos do PSD.

**2.5.3.** Há que distinguir, então, duas fases neste período: a primeira, correspondente aos derradeiros anos da governação do PSD, marcada por um extremo agravamento de todos os aspectos negativos; a segunda, a do início da governação do PS, onde se verificam medidas pontuais positivas e se anunciam propósitos, em geral, mais ajustados às necessidades, mas onde persistem as hesitações, a lentidão, as acções contraditórias e a escassez de meios.

**2.5.4.** Os últimos anos da governação do PSD na área da cultura ficaram marcados pela chamada reestruturação da SEC, um verdadeiro terramoto com que se procedeu à liquidação das estruturas fundamentais para a defesa do património e o desenvolvimento cultural e se entregou a gente afectada ao cavaquismo o controlo dos mecanismos do poder e a gestão dos meios para o sector, acentuando, desta forma, o dirigismo e o paternalismo governamentais em relação à política cultural e, ao mesmo tempo, a desresponsabilização do Estado em relação à cultura.

**2.5.5.** Com esta «reestruturação» agravaram-se as piores orientações dos governos do PSD, que já vinham de trás, nomeadamente, a imposição à cultura dos critérios do mercado e do lucro, as práticas censórias e discriminatórias em relação aos criadores e às actividades culturais, a instrumentalização da cultura ao



serviço da propaganda do governo, a promoção de concepções extremas de individualismo e de outros valores alienantes, obscurantistas e reaccionários.

**2.5.6.** A governação do PS iniciou-se com a criação do Ministério da Cultura e várias medidas pontuais que correspondiam a reivindicações formuladas pelo PCP e a generalidade dos meios democráticos do país — Parque do Vale do Côa, novo papel do IPPAR, maior transparência na atribuição de subsídios, suspensão da lei do Património Subaquático, anulação do essencial da «reestruturação» da SEC. Foi adoptada uma postura dialogante por parte dos novos governantes do sector, foram sustidos ou corrigidos alguns dos desmandos da governação cavaquista e substituídos, em vários casos correctamente, os responsáveis por esta nomeados.

**2.5.7.** Entretanto, a dotação orçamental para a cultura continuou a ter um irrisório aumento, que dificilmente se conforma com a promessa de Guterres de duplicar orçamento para o sector no espaço da legislatura. Não estão definidas as formas de articulação entre os vários institutos dependentes do Ministério, nem se conhecem as orientações para uma efectiva política de descentralização. Não foi, ao contrário do prometido, regulamentada a Lei do Património, nem revista a Lei do Mecenato. Tardam as definições dos incentivos à criação artística e literária e em geral a definição das políticas sectoriais para o teatro, o cinema, a música, a dança ou o livro.

**2.5.8.** Estes atrasos e inconsequências não podem desligar-se das lutas dos «lobbies» que se verificam dentro do próprio aparelho do PS para esta área.

**2.5.9.** As pressões das concepções neoliberais dominantes da União Europeia e com fortes simpatias no interior do Governo não são favoráveis à afirmação da identidade e potencialidades culturais do nosso país, nem à valorização do património e dos criadores nacionais, nem aos valores de uma cultura democrática.

**2.5.10.** Há, pois, razões para que os comunistas mantenham as maiores reservas quanto ao desenvolvimento futuro da política cultural do Governo do PS. Sem prejuízo do seu empenho de sempre de contribuírem para que se concretize uma orientação positiva na área da cultura.

**2.5.11.** O PCP propõe uma política de cultura que: salvede a apropriação social do património cultural e, ao mesmo tempo, apoie a criação e os criadores contemporâneos; fomente o desenvolvimento cultural das populações e a generalização do acesso à recepção e à criação culturais; promova a projecção internacional da cultura portuguesa num quadro de activa defesa da diversidade cultural à escala europeia e mundial; aumente a dotação orçamental para a cultural e assegure o seu crescimento progressivo.

## **2.6. Evolução da comunicação social**

**2.6.1.** Quanto à comunicação social, acentuou-se a tendência para os grandes órgãos de comunicação constituírem um poderoso instrumento da política de direita, das ofensivas antidemocráticas, da defesa dos interesses do grande capital. Nos últimos anos ocorreram também mudanças profundas no panorama deste sector traduzidas, nomeadamente, na crescente concentração da propriedade dos meios de comunicação social e no seu domínio por grandes grupos económicos cada vez mais associados ao capital estrangeiro; no surgimento das televisões privadas desencadeando modificações e fenómenos, a nível dos conteúdos da programação, com profundas incidências no plano dos gostos e valores; num acesso, que se generaliza, à televisão por cabo e por satélite; na institucionalização das rádios locais; no aparecimento de uma nova linguagem informativa que confunde deliberadamente informação com comentário; na criação de um clube restrito de comentadores e analistas, seleccionados pelas suas afinidades ideológicas e impulsionadores de visões redutoras da realidade.

**2.6.2.** O serviço público de televisão abdicou de um modelo e de uma filosofia de programação e informação próprios e integrou-se na lógica da televisão comercial, na mera luta pela captação de audiências e de receitas publicitárias.

**2.6.3.** Simultaneamente, registou-se uma fragilização crescente das condições de exercício do jornalismo, tanto no plano da insegurança de vínculo laboral como no da dificuldade em salvaguardar o respectivo código deontológico e de salvaguardar a democraticidade interna das redacções. Outras profissões inerentes ao universo mediático enfrentam o mesmo tipo de dificuldades éticas e profissionais.

**2.6.4.** Também a imprensa regional não viu reconhecida a sua importância para a vitalidade do regime democrático e foi inserida em sistemas de apoio do Estado baseados em critérios casuísticos e em relações de compadrio partidário.

**2.6.5.** Assistiu-se também a uma proliferação de publicações especializadas, com destaque para as que glosam as matérias omnipresentes na programação e a informação televisivas e que valorizam o anedótico, a emotividade e a fulanização, em prol de uma desideologização aparente dos conteúdos e da comercialização das políticas editoriais.

**2.6.6.** O balanço do primeiro ano de governo do Partido Socialista é, no mínimo, frustrante, tal é a contradição entre as suas promessas e o que foi realizado.

**2.6.7.** O PS prometeu levar a cabo um contrato de concessão do serviço público que garantisse a sua



independência e um financiamento adequado à natureza desse serviço. Porém, na RTP, tal contrato não garantiu os meios essenciais à definição do seu modelo, nem lhe permitiu revelar ganhos significativos em matéria de pluralismo, enquanto na RDP tal contrato é simplesmente inexistente.

**2.6.8.** As rádios locais encaram com benévola expectativa a nova Lei da Rádio e a sua próxima integração nos esquemas de apoio do Estado. Mas esse apoio, tal como o que já vinha sendo concedido à imprensa regional, far-se-á por portaria, ao sabor dos critérios aleatórios do governo.

**2.6.9.** A discussão da nova Lei de Imprensa não foi iniciada e do novo estatuto jurídico da LUSA não há notícia.

**2.6.10.** No âmbito da revisão constitucional, o PS propõe a criação de uma nova entidade reguladora do sector com o objectivo expresso de reforçar a imagem de independência desse órgão face ao poder político. No entanto, essa proposta estabelece os mecanismos que asseguram que, no plano partidário, só o PS e o PSD poderão participar na eleição dos seus membros.

**2.6.11.** Este balanço, necessariamente preocupante porque revelador de uma evolução que se faz ao arripio dos fundamentos democráticos da nossa sociedade, é demonstrativo de que a comunicação social constitui, simultaneamente, um efeito das políticas globais prosseguidas em matéria de desenvolvimento económico e social do nosso país e um seu instrumento essencial.

**2.6.12.** O processo de concentração empresarial na comunicação social (e as suas repercussões no pluralismo do sistema comunicacional), bem como o crescente predomínio das razões do mercado sobre as razões da informação isenta e objectiva, constituem matéria de reflexão e intervenção.

**2.6.13.** O desaparecimento da chamada «imprensa de tendência», surgindo no seu lugar uma imprensa dita «de referência» e proliferando uma outra imprensa dita «popular», introduziu formas de condicionamento da livre escolha do cidadão eleitor que desmentem a apregoada neutralidade e apoliticidade desses media.

**2.6.14.** Hoje, a imprensa, tomada no seu significado amplo, não se caracteriza, como faz crer, pela ausência de mensagem política ou ideológica, mas pela imposição do «consenso» ditado pelo mais forte; pela construção de uma visão harmónica de uma sociedade sem conflitos estruturais; pelo primado das soluções técnicas que escamoteiam as opções políticas que lhes subjazem; pela difusão de uma ideologia do conformismo, da resignação e do fatalismo.

**2.6.15.** A sua reivindicada «neutralidade» e «objectividade» actua no plano das mentalidades e dos comportamentos e não está isenta de responsabilidades no aprofundamento dos fenómenos de abran-

damento da solidariedade e da participação cívica, de despolitização, no aumento do abstencionismo e na diminuição da militância partidária e sindical.

**2.6.16.** Alimentando manipulações grosseiras, análises parciais, utilização de sondagens, discriminações e silenciamentos, essa imprensa fez-se porta-voz de ideias, valores, normas, de quadros mentais e de referências, cujos efeitos continuarão a repercutir-se, ao mesmo tempo que impede o debate plural das questões que afectam a construção do nosso futuro.

**2.6.17.** A atitude que, designadamente nos períodos eleitorais, importantes meios de comunicação social claramente assumiram de ostensivo desrespeito por princípios e regras básicas da legislação eleitoral puseram em evidência perigosas concepções como a de que os meios de comunicação estariam acima das leis do país e a de que, em suma, em nome de alegados «critérios jornalísticos», poderiam constituir-se em donos da democracia e tutores do eleitorado.

**2.6.18.** A recente evolução da comunicação social em Portugal, apesar dos progressos na qualificação e nas preocupações com as condições do exercício profissional, não tem favorecido o reforço dos valores do Estado democrático e deve ser, portanto, considerada como uma importante questão na nossa intervenção política.

## **2.7. Os grandes problemas sociais e nacionais — das suas causas à alternativa**

**2.7.1.** A extensão e a gravidade dos problemas que hoje se manifestam e evidenciam globalmente na sociedade portuguesa e em muitas das suas áreas e sectores, espelham de forma indistigável o fracasso da política de direita na solução dos problemas nacionais, política que tem sido conduzida por sucessivos governos e que o actual governo do PS, nas suas linhas fundamentais, está a prosseguir.

**2.7.2.** A essência, natureza e característica essencial dessa política, é a da restauração do capitalismo monopolista de Estado, com os seus diversos elementos constitutivos no que respeita às estruturas socioeconómicas, aos instrumentos de domínio económico, à fusão com o poder político.

**2.7.3.** E o seu fracasso não é o resultado de quaisquer dificuldades ou ciclos de carácter conjuntural. Ele representa o completo desajustamento das opções de fundo de uma estratégia económica e social de direita em relação às necessidades e potencialidades do país, o seu desrespeito pelo normativo constitucional e a sua incapacidade para enfrentar de forma bem sucedida os complexos desafios com que Portugal está confrontado.

**2.7.4.** Essa estratégia representa no fundamental a



reedição de velhíssimas teses e opções políticas, essas sim bem ajustadas aos interesses da grande burguesia portuguesa, agora no novo quadro da integração europeia e da mundialização das economias: a concepção dos grupos monopolistas como células a partir das quais se deve estruturar e articular todo o tecido e o funcionamento económicos; a reforçada ligação entre o poder político e o grande capital, observável no papel do Estado na acumulação acelerada do capital e na reconstrução e dinamização dos principais grupos económicos; a atribuição de um lugar estratégico ao investimento estrangeiro mesmo quando este se confina, como tem sido frequentemente o caso, a actividades especulativas e à intermediação e quando envereda pela deslocalização de actividades em busca de lucros rápidos; a aposta num crescimento económico centrado fundamentalmente numa dinâmica exportadora, assente em produções com reduzido valor acrescentado e no baixo nível dos salários, da qualificação e da protecção social dos trabalhadores; a tentativa de vender a posição geo-estratégica de Portugal como elo e plataforma de interesses estratégicos dos grupos transnacionais.

**2.7.5.** Essa estratégia antes assumida pelos governos do PSD e agora prosseguida pelo governo do PS é a responsável pelo aprofundamento do carácter periférico e dependente da sociedade portuguesa, com a brutal fragilização do tecido produtivo nacional e a acentuação de um perfil de especialização produtiva pouco valorizado, a inserção subalterna na divisão internacional do trabalho e o agravamento das assimetrias regionais.

**2.7.6.** A integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, com os desenvolvimentos e aprofundamentos decorrentes do Acto Único e do Tratado da União Europeia de Maastricht, com a atribuição ao país de vultuosos fundos comunitários e a sua apropriação em parte significativa pelo grande capital tem favorecido os processos de concentração capitalista e funcionado simultaneamente, como argumento, suporte e objectivo de tal modelo.

**2.7.7.** Perdida a ilusão de que a integração comunitária iria automaticamente conduzir Portugal a níveis de vida europeus, ruída a confiança na panaceia dos milhões da CEE e na benemerência do investimento estrangeiro, desfeitas as promessas de mudança do cavaquismo e crescentemente goradas as expectativas abertas pelo governo do PS, confrontados com o desemprego, a exclusão social, a insegurança e a recessão económica, os portugueses e a sociedade portuguesa enfrentam complexos e contraditórios sentimentos de desânimo, de impotência e desespero, mas também de descontentamento e protesto e, sobretudo, a incontornável necessidade de lutar por uma vida melhor, por um Portugal mais seguro, mais iguali-

tário, mais democrático e a assunção da correspondente exigência de um outro e novo rumo político.

**2.7.8.** Face à situação extremamente desfavorável a que a política de direita conduziu o país, quer no plano interno quer no plano externo, é necessário e urgente afirmar o papel essencial e decisivo que uma nova política, uma política nacional e de esquerda, é chamada a desempenhar. E as potencialidades e possibilidades que existem para a sua concretização, tendo como base a participação activa dos trabalhadores e de todas as classes e camadas da sociedade interessadas no progresso e independência de Portugal.

**2.7.9.** Essa afirmação começa pela importância de um posicionamento político que, no quadro objectivo de crescentes interdependências e de persistentes relações de dominação, procura enfrentar os constrangimentos desfavoráveis e alargar as margens de manobra do país. Significa, depois, o empenhamento num processo de desenvolvimento que defenda os interesses dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas, objectivo em si e condição para o indispensável dinamismo e mobilização social e política da sociedade portuguesa.

**2.7.10.** Portugal pode alargar o seu espaço de manobra no quadro comunitário por uma posição de firmeza e permanente negociação, de atempada e conveniente definição das estratégias adequadas aos interesses nacionais e não pela conhecida e subserviente posição de aluno bem comportado, com total abdicação da invocação dos interesses do país, inclusive do interesse vital. Por uma visão de longo prazo na abordagem dos problemas nacionais e não por uma posição de vendilhão que troca tudo por umas remessas imediatas de ecus. Pela busca de convergências com outros países que enfrentam problemas semelhantes aos de Portugal e com todos quantos, na Europa, lutam por uma construção europeia ao serviço dos povos e não do grande capital.

**2.7.11.** A sociedade portuguesa dispõe de condições e potencialidades para a solução dos grandes problemas nacionais. O país tem recursos naturais e humanos que lhe permitem acreditar num futuro diferente e melhor. Uma experiência humana e histórica de séculos, o que lhe dá uma coesão nacional ímpar na Europa. Uma cultura própria e uma reconhecida adaptabilidade do povo português às alterações de condições. Uma juventude disponível e numerosa. Uma mão-de-obra com uma qualificação de saber feito no trabalho, pesem embora as insuficiências do nível escolar da população portuguesa e da formação profissional e as deficiências, selectividade e discriminação que continuam a caracterizar um sistema escolar injusto. Milhares de trabalhadores com a dura experiência da emigração, mas também com a capacidade de



trabalho, saber adquirido e inteligência que podem garantir uma mais valiosa participação na economia nacional. Potencialidades cujo aproveitamento equilibrado permitirá contribuir para o crescimento da produção nacional e a alteração para um perfil produtivo mais valorizado. Uma localização geográfica que aliada aos laços que a história construiu pode potenciar, com vantagens mútuas, processos de cooperação e intercâmbio.

**2.7.12.** É possível a materialização de outro projecto, de um projecto de esquerda para a sociedade portuguesa, que assegure a mobilização social e política dos portugueses e que neste limiar do século XXI aprofunde a democracia em todas as suas dimensões — política, económica, social e cultural. É possível uma sociedade mobilizada e confiante com valores e referências civilizacionais e não com o vazio cultural e o estilhaçar social que a política de direita produz. Uma sociedade em que os cidadãos não sofram o temor do desemprego, da precariedade do trabalho, da crescente insegurança e exclusão social, antes encarem o presente e o futuro com confiança nas capacidades próprias e da colectividade, assentes nas potencialidades do desenvolvimento económico e social, com trabalho para todos. Onde o livre desenvolvimento individual se concilie com elevados níveis de satisfação e solidariedade colectivas.

**2.7.13.** No seu Programa o PCP propõe ao povo português a construção de uma democracia avançada cujas cinco componentes ou objectivos fundamentais são:

**1º.** um regime de liberdade no qual o povo decide do seu destino e um Estado democrático, representativo, participado e moderno;

**2º.** um desenvolvimento económico assente numa economia mista, moderna e dinâmica, ao serviço do povo e do país;

**3º.** uma política social que garanta a melhoria das condições e vida do povo;

**4º.** uma política cultural que assegure o acesso à livre criação e fruição culturais;

**5º.** uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

**2.7.14.** É no quadro desses objectivos fundamentais de luta que o PCP tem particularizado um conjunto de linhas para uma **nova política**, para uma **política de esquerda**, que permitam enfrentar com sucesso os principais problemas e desafios imediatos com que Portugal e os portugueses estão confrontados. São elas: desenvolver a economia, travar os processos destrutivos, e promover o emprego; melhorar as condições sociais e o ambiente, como objectivos e factores de desenvolvimento; promover a educação, a ciência e a cultura; assegurar a liberdade, concretizar uma reforma democrática do Estado e aprofundar a democracia; lutar por um Portugal de progresso e justiça, aberto ao Mundo, e por um novo rumo na integração europeia. E que o PCP tem sublinhado a importância da constituição de um governo democrático que realize tal política.



# 3.

## Por uma reforçada intervenção social e política

**3.0.1.** O desenvolvimento da luta de massas e dos movimentos sociais, conjugado com uma reforçada intervenção do PCP e dos comunistas nas instituições e na sociedade, é factor determinante para assegurar e alcançar conquistas políticas, sociais e culturais favoráveis às massas populares, para derrotar a política de direita e criar as condições para se atingir uma verdadeira alternativa democrática.

**3.0.2.** Isto é particularmente verdadeiro nas condições de uma profunda crise social, económica e cultural, de perda, para muitos, de valores de solidariedade e de progresso, de aprofundamento do processo contra-revolucionário e consequente desfiguramento do regime democrático.

**3.0.3.** Num quadro de bipolarização política e instrumentalização dos grandes meios de comunicação social ao serviço da ideologia e da estratégia das classes dominantes, e em que o domínio das instituições do Estado se faz por forças políticas que não se diferenciando nas questões essenciais, competem entre si apenas para assegurar, pela via da alternância, o comando da gestão do sistema, é pela acção política do PCP e pela organização e intervenção directa das massas que os trabalhadores e a generalidade dos portugueses melhor poderão compreender a importância da acção colectiva, e adquirir a consciência social e política necessárias para as transformações estruturais e estratégias de sociedade, sem o que os seus problemas e os do país não serão resolvidos.

### 3.1. A luta de massas no combate à política de direita

**3.1.1.** O período que nos separa do XIV Congresso, com excepção do espaço de tempo em que se desenvolveram expectativas e ilusões na mudança política resultantes do afastamento do PSD do poder, foi marcado por uma aguda conflitualidade social, política e institucional, e por uma combativa e diversificada luta de massas contra a política de direita.

**3.1.2.** Tendo como eixo central a acção dos trabalhadores, desenvolveu-se uma objectiva frente social, abarcando além dos trabalhadores, classes e camadas sociais muito diversas (agricultores, pequenos e médios empresários, intelectuais e quadros técnicos,

juventude, mulheres, reformados), vítimas de uma política que feria (e continua a ferir) os interesses e aspirações de praticamente todas as classes e camadas não integrantes da grande burguesia.

**3.1.3.** Esta frente social, que se expressou numa multiplicidade de acções e convergiu na rejeição da política de direita, embora não se tenha traduzido numa arrumação de forças no plano político, capaz de viabilizar uma verdadeira alternativa política, foi determinante para a acentuada redução da base de apoio do PSD e para a criação das condições que conduziram à sua derrota nas legislativas de 1 de Outubro e de Cavaco Silva nas presidenciais de 14 de Janeiro.

**3.1.4.** O PCP prosseguindo a comprovada orientação de assegurar o carácter interdependente e complementar da sua intervenção na dinamização da luta de massas, da acção institucional e da intervenção directa do Partido, confirmou-se como uma força indispensável na resistência à política de direita, no assumir das aspirações e reivindicações das massas populares e na batalha para se alcançar uma verdadeira alternativa democrática.

**3.1.5. A luta dos trabalhadores** reflecte a natureza da ofensiva desencadeada pelo patronato, pelos governos do PSD, e prosseguida pelo Governo PS, contra as condições de vida e de trabalho, as conquistas democráticas e os direitos.

**3.1.6.** Tiveram grande significado, pela combatividade, persistência e confronto directo com os governos, a luta dos trabalhadores da Manuel Pereira Roldão contra o encerramento da empresa, da Telecom pela defesa do Acordo da Empresa, dos Mineiros de Aljustrel e Pejão contra o encerramento das minas, da TAP, pela defesa de direitos e contra os despedimentos, do complexo da Grundig, da Torralta, pela defesa da empresa e a garantia dos postos de trabalho, da Siderurgia Nacional, da ABB, da Lisnave, da Valfrío e da Renault contra os despedimentos, a luta dos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado contra o desmantelamento das empresas e as privatizações.

**3.1.7.** Numerosas foram as lutas de empresas e sectores pelo desbloqueamento dos processos de contratação colectiva, pelo pagamento de salários em atraso, por aumentos de salários, contra a violação de direitos, pela redução do horário de trabalho, pela segurança no trabalho e a defesa da Segurança Social.



**3.1.8.** A luta dos trabalhadores da Administração Central e Local, por aumentos de salários, pela defesa de direitos adquiridos, contra os «disponíveis», pela revalorização das carreiras, contra a privatização e desmantelamento de serviços públicos, teve um grande papel para na amplitude da luta de massas dos trabalhadores e no combate às políticas governamentais.

**3.1.9.** As lutas dos professores e de outros trabalhadores do ensino, pelas suas reivindicações profissionais e por uma escola pública de qualidade para todos os portugueses; dos médicos, dos enfermeiros e de outros profissionais da saúde, pela valorização e dignificação das suas carreiras e pela defesa e aperfeiçoamento do Serviço Nacional de Saúde; constituíram uma valiosa e constante contribuição para a melhoria das condições de trabalho desses profissionais e para a salvaguarda das funções do Estado na área social.

**3.1.10.** A luta contra a Lei da Polivalência e Flexibilidade traduziu-se em milhares de acções nos locais de trabalho, no envio de 1600 pareceres de estruturas dos trabalhadores à Assembleia da República, em manifestações de rua e concentrações junto dos órgãos do poder, tendo sido decisiva para esclarecer os trabalhadores e a opinião pública sobre a verdadeira natureza da iniciativa legislativa do PS, um dos mais graves atentados aos direitos do mundo do trabalho.

**3.1.11.** Os milhares e milhares de acções de protesto e luta reivindicativa, umas pequenas, outras grandes, assumindo uma enorme diversidade de formas, desde o recurso à greve (forma de luta amplamente utilizada a todos os níveis), a concentrações, manifestações, cortes de vias de comunicação, vigílias, plenários, abaixo-assinados, foram decisivos para contrariar medidas gravosas e impor justas reivindicações.

**3.1.12.** Foi pela luta que em muitas empresas se defenderam postos de trabalho e legítimos direitos, foi pela luta que elevado número de trabalhadores de sectores (comércio retalhista, metalurgia, cortiça, mármore, cimentos, indústria farmacêutica, etc.) viu consagrada nos contratos colectivos a redução do horário de trabalho semanal. A luta por aumentos salariais, apesar de condicionada por uma insistente política de contenção previamente determinada pelos governos e seus aliados na concertação social, não tendo alcançado os objectivos desejados foi, no entanto, factor decisivo para contrariar as tentativas de degradação dos salários e para que, em muitos sectores e empresas, se rompessem os tectos salariais que o patronato tentou impor.

**3.1.13.** O mesmo poderá dizer-se dos resultados alcançados na luta pelo emprego e contra os despedimentos. Não fora a corajosa acção dos traba-

lhadores e hoje o desemprego seria ainda maior.

**3.1.14.** Embora a luta contra a liquidação do Sector Empresarial do Estado tivesse sido insuficiente e ficando aquém das necessidades, considerada a dimensão e profundidade da ofensiva contra as conquistas sociais e os direitos dos trabalhadores, não é menos verdade que foi a corajosa e consciente intervenção de milhares de trabalhadores que impediu que o processo de destruição fosse mais rápido e profundo e a perda de direitos mais grave.

**3.1.15.** Apesar da grandeza e dos resultados da acção dos trabalhadores, da criatividade demonstrada na busca de novas formas de luta, algumas insuficiências importa considerar e acompanhar, nomeadamente: a fraca coordenação, no tempo e no espaço, de muitas lutas; a pouca articulação entre lutas pela satisfação de reivindicações de carácter imediato e novas frentes resultantes da ofensiva contra a legislação laboral, a Segurança Social, as funções sociais do Estado, etc..

**3.1.16.** A defesa do direito histórico à negociação colectiva, sujeita a uma poderosa ofensiva por acção conjunta do patronato, Governo e UGT, nem sempre mereceu a atenção necessária, insistindo-se em formas rotineiras de apresentação de contratos e desligadas da mobilização dos trabalhadores. A necessária e indispensável articulação entre a luta contratual e a luta nas empresas foi igualmente pouco cuidada. A divulgação das lutas e dos seus resultados continuou a ser insuficiente.

**3.1.17.** O Partido, através das células de empresa e dos seus membros nas estruturas unitárias, desempenhou papel determinante no impulso e na organização da luta dos trabalhadores. Muitas foram as lutas encabeçadas por membros do Partido. Entretanto, se há casos em que as células, conhecendo profundamente os problemas e o estado de espírito dos trabalhadores, discutiram, prepararam e dirigiram as lutas em todas as suas fases, outros casos se verificaram em que as organizações do Partido prestaram atenção insuficiente às lutas ou deixaram às estruturas unitárias essa tarefa, com graves consequências para o seu desenvolvimento, para o prestígio do Partido e a sua ligação às massas.

**3.1.18.** Como resultado das orientações decididas na Conferência Nacional do PCP de 26 de Novembro de 1994, regista-se uma melhoria, ainda que insuficiente, nesta direcção de trabalho.

**3.1.19.** O prosseguimento da política de direita pelo Governo PS, atingindo gravemente os trabalhadores, torna imprescindível que se considere o desenvolvimento da sua luta como uma linha prioritária de trabalho.

**3.1.20.** Outras classes e camadas contribuíram de forma relevante para o desenvolvimento e a amplitude



da luta de massas. Os agricultores, desenvolvendo um número significativo de acções contra a política agrícola e para travar uma maior degradação da situação na agricultura, muitas delas de grande combatividade; os pequenos e médios empresários, em que avultam as lutas conduzidas pelas estruturas do Norte contra as grandes superfícies; os pescadores, em luta contra medidas condicionadoras da sua actividade, pelo pagamento de subsídios devido a paralisações forçadas da frota, por melhores condições de vida e de trabalho a bordo das embarcações; a juventude, contra o aumento das propinas e as provas globais, as mulheres, pela defesa da idade da reforma aos 62 anos; os reformados e os deficientes, apresentando cadernos reivindicativos às entidades oficiais e realizando marchas e concentrações nacionais junto de órgãos de poder.

**3.1.21. A luta das populações** constitui uma realidade relevante no conjunto da luta social e política desde o XIV Congresso: pelo seu elevado número e diversificação de objectivos; pelo carácter de massas e rápida radicalização que muitas delas assumiram; pela sua extensão nacional; pelo impacto mediático que conseguiram; pelo grande significado e importância que tiveram contra as consequências da política de direita na vida das populações; mas, sobretudo, pelo enorme contributo que deram para o descrédito e derrota do governo PSD onde, sem dúvida, sobressaiu com particular força e destaque a luta dos utentes da Ponte 25 de Abril contra as portagens.

**3.1.22.** Na base dos principais problemas detonadores das lutas das populações estão no geral, as consequências das opções neoliberais da política social e económica seguida pelos governos do PSD e agora do PS, conducentes à crescente desresponsabilização do Estado das suas funções sociais.

**3.1.23.** O desenvolvimento, diversificação e amplitude da luta e protesto das populações reflectem de forma crescente, as enormes contradições decorrentes das grandes desigualdades de desenvolvimento criadas entre regiões, com a progressiva desertificação e subdesenvolvimento do interior e o crescente sobrepovoamento urbano do litoral, com todos os problemas sociais e económicos daí decorrentes, mas também os resultantes do alastramento entre largos sectores da população, de forma muito significativa, da marginalidade, da prostituição, da toxicodependência, da corrupção, da violência e da criminalidade.

**3.1.24.** Por isso, a par das lutas e protestos cujos objectivos podemos considerar como tradicionais na luta das populações, assistimos, nos últimos anos, ao desenvolvimento de grandes acções de massas envolvendo populações inteiras de concelhos ou regiões, em defesa da actividade produtiva, do emprego, do de-

envolvimento económico e social, (como, por exemplo, a actividade do Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento, envolvendo mais de 600 organizações de todo o Alentejo e que, entre outras iniciativas, realizou a «Embaixada do Alentejo» a Lisboa; em defesa da prevenção da toxicodependência e de medidas de segurança e tranquilidade públicas.

**3.1.25.** Caracterizada por uma grande espontaneidade e utilizando uma grande riqueza de formas de acção (abaixo-assinados, petições, concentrações, vigílias, manifestações, cortes de vias rodoviárias e ferroviárias, tribunais públicos, impedimento de obras...), a luta das populações, perante a necessidade do seu prosseguimento e face à manutenção dos problemas, evoluiu em muitos casos para formas orgânicas permanentes, (comissões de utentes, comissões de luta, comissões e associações de moradores, etc.), por forma a assegurar o seu acompanhamento regular.

**3.1.26.** O Partido teve papel muito positivo e em vários casos essencial, na iniciativa e acompanhamento das lutas das populações, mas há igualmente a registar que nem sempre as organizações locais mostraram suficiente conhecimento dos verdadeiros problemas que afectam as populações, as suas aspirações e nível de descontentamento, tendo sido surpreendidas pelo desenvolvimento de acções de protesto.

**3.1.27.** Casos houve, igualmente, em que faltou iniciativa às organizações locais no desencadear das lutas, tornando difícil a intervenção do Partido, enfraquecendo a sua ligação às massas.

**3.1.28.** Frustradas as expectativas de mudança política, às velhas expectativas juntar-se-ão muitas outras. O desenvolvimento das lutas das populações é não só essencial para a resolução de graves problemas que afectam o seu viver, como para dar maior amplitude e coesão à frente social que rejeita a política de direita.

**3.1.29.** Com vista ao desenvolvimento deste trabalho devem ser consideradas como prioritárias para a intervenção do Partido as seguintes orientações:

a) conhecer os principais problemas que afectam as populações, o seu estado de descontentamento e avaliar, em cada momento, a possibilidade de desencadear acções concretas para a resolução, definindo em diálogo com as populações objectivos e formas de luta;

b) incentivar os membros do Partido para uma participação e intervenção activa na iniciativa, dinamização e organização da luta das populações;

c) afirmar as posições políticas do Partido, quer em relação aos problemas, quer em relação às lutas em si;

d) articular a acção geral do Partido junto das populações com a intervenção dos membros do Partido nas autarquias e outras instituições.



## 3.2. A intervenção do PCP no combate à política de direita

**3.2.1.** A par da intervenção constante nos movimentos e acções de massas, feita sempre com o objectivo de defender os interesses dos trabalhadores e do povo, de reforçar a sua unidade e elevar a sua combatividade, e das eleições que, em si mesmas, foram grandes batalhas de esclarecimento e combate à política de direita, o Partido, dando mostra de grande vitalidade, interveio activamente com a sua identidade e projecto próprios, com propostas concretas, em toda a acção política e social.

**3.2.2.** A intervenção política do Partido junto da sociedade e nas instituições, pautou-se pelo combate persistente e coerente à política de direita, pela contribuição para a resolução dos grandes problemas nacionais, pela necessidade de conjugar esforços das forças democráticas para se alcançar uma verdadeira alternativa democrática.

**3.2.3.** Pela identificação com os anseios e aspirações das massas populares, pela sua acção e intervenção política, pelo seu projecto, o PCP afirmou-se como a única e verdadeira oposição à política de direita e objectivamente a expressão política da frente social que se opõe a essa política.

**3.2.4.** O PCP não deu tréguas aos governos do PSD, desenvolveu múltiplas campanhas de esclarecimento sobre a natureza da política de direita e suas consequências, mobilizou e uniu forças, tomou a iniciativa e afirmou a necessidade e a possibilidade de uma nova política. Foi o único Partido que salientou a importância e desenvolveu uma intensa acção para que, tão cedo quanto possível, se pusesse termo à governação desestabilizadora do PSD que, a concretizar-se, teria poupado ao país elevados custos.

**3.2.5.** O Partido foi a força política que se levantou contra o escandaloso processo das privatizações, de desmantelamento do Sector Empresarial do Estado, combateu os processos de destruição do aparelho produtivo nacional, na indústria, na agricultura e nas pescas e alertou para os problemas da desertificação do mundo rural.

**3.2.6.** O PCP promoveu uma persistente e continuada intervenção em defesa do regime democrático, contra as tentativas para o pôr em causa. Denunciou e combateu práticas e propósitos do PSD como: a lei do segredo de Estado; a utilização do SIS como polícia política ao serviço do governo; a brutalidade repressiva e a governamentalização do Estado. Contrariou a ofensiva contra o poder local democrático e desenvolveu uma vasta acção em sua defesa e valorização, e em prol da necessidade e importância da regionalização administrativa do país. Rejeitou a profissionalização das

forças armadas. Desmascarou o nepotismo e a corrupção, indissociáveis da forma da direita exercer o poder. Foi o único grande partido a alertar o país sobre o verdadeiro significado de Maastricht e a exigir uma política europeia que salguarde os interesses e soberania nacionais.

**3.2.7.** O PCP foi o motor da resposta à ofensiva contra os trabalhadores, designadamente às alterações à lei da greve que visavam pôr em causa o exercício desse direito e a outras mutilações da legislação do trabalho.

**3.2.8.** O Partido, estreitamente ligado à realidade nacional, aos problemas do povo e do país, promoveu deslocações, contactos e encontros com trabalhadores, populações, aprofundando o conhecimento da situação, dando a conhecer as suas análises e propostas, contribuindo com a sua acção política para a defesa dos seus interesses e para a resolução de problemas.

**3.2.9.** A campanha política desenvolvida pelo Partido contra a Lei da Flexibilidade e Polivalência foi determinante para esclarecer o seu verdadeiro conteúdo, mobilizar a opinião pública e fazer compreender a política do PS.

**3.2.10.** A acção coerente, corajosa e determinada do PCP foi decisiva para a resistência à política de direita, para o desgaste dos governos do PSD, para a sua derrota e afastamento do poder, e constitui hoje o elemento essencial para a mobilização de consciências e vontades, no combate à política de direita que o Governo do PS prossegue e na criação de condições para uma efectiva alternativa, para uma política de esquerda ao serviço do povo e do país.

**3.2.11.** Na Assembleia da República, o PCP opôs-se à governamentalização imposta pelas maiorias absolutas do PSD, interveio permanentemente em defesa dos trabalhadores e dos interesses nacionais e populares, contribuiu para a criação das condições que levaram à derrota da direita nas eleições legislativas de Outubro de 1995.

**3.2.12.** Na actual legislatura, com uma profunda alteração da composição da Assembleia da República, sem maiorias absolutas, o PCP tem actuado no sentido de serem concretizadas as expectativas de mudança geradas com a derrota do PSD. De entre as iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP salientam-se as relativas à redução do horário semanal de trabalho, à idade da reforma das mulheres aos 62 anos, ao sistema de fiscalização do SIS, a revogação das propinas e o reforço dos direitos das mulheres. Do vasto conjunto de iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP foram aprovadas, nomeadamente, a do desenvolvimento florestal, a do regime de tutela das autarquias locais e a do regime jurídico do tráfico e consumo de estupefacientes. O PCP contribuiu igualmente de maneira determinante para demonstrar a real falta de vontade políti-



ca do PS para enfrentar e resolver os problemas fundamentais do país, bem como a convergência e a continuidade, no essencial, das políticas de direita que têm vindo a ser prosseguidas pelo seu Governo.

**3.2.13. Nas autarquias locais,** os eleitos comunistas e outros democratas da CDU, enfrentando sucessivas tentativas de reduzir a capacidade financeira e a autonomia do Poder Local, prosseguiram um importante trabalho ao serviço das populações onde são maioria e asseguraram no geral uma intervenção construtiva e de combate a irregularidades e ineficácias nos órgãos onde são minoria.

**3.2.14. No Parlamento Europeu,** os deputados comunistas portugueses deram uma activa contribuição para a constituição do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica. Defendendo em Bruxelas e Estrasburgo o que defendem em Portugal (em contraste com os deputados do PS, PSD e PP que no Parlamento Europeu aprovaram orientações e medidas que lesam os interesses de Portugal) desenvolveram uma actividade intensa e qualificada, centrada na firme defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses, no combate às imposições supranacionais e às políticas neoliberais do Tratado de Maastricht, na luta por uma outra Europa de paz, progresso e cooperação, na solidariedade com todos os povos sujeitos a ditaduras ou regimes de opressão e agressão imperialista, e particularmente para o povo de Timor-Leste.

### **3.3. Os trabalhadores e as suas organizações de classe**

**3.3.1. Os trabalhadores e as suas organizações de classe,** com particular destaque para o movimento sindical, continuam a ser uma força social determinante não só na defesa dos interesses dos trabalhadores, das massas populares e do país, como na resistência à política de direita, e confirmaram-se, pela sua acção e pelos seus valores, como elementos essenciais na defesa do regime democrático.

**3.3.2. A classe operária,** pelo seu lugar no processo produtivo, por estar no centro da luta entre o trabalho e o capital, pelo grau de organização e experiência de luta, continua a ser a força dinamizadora e mobilizadora das lutas de classe contra o capital e da vasta frente social de luta contra a política de direita e pelo progresso social.

**3.3.3. Esta realidade,** confirmada pela vida, não anula uma outra realidade, que é a de as posições do movimento operário e sindical, globalmente consideradas, se terem enfraquecido. Confrontado com um processo de reestruturação geral das condições de exploração da mão-de-obra, assente na desregu-

lamentação das relações laborais e na intensificação da exploração, o movimento operário e sindical enfrenta uma poderosa ofensiva e actua num quadro profundamente alterado, que afecta a sua estrutura, formas de organização, capacidade de intervenção, direitos e condições de trabalho e de vida.

**3.3.4. No período que nos separa do XIV Congresso,** com o aprofundamento de processos que se desenvolvem há vários anos, operaram-se significativas mutações de carácter qualitativo na composição, estatuto laboral e lugar nos processos produtivos:

— a estrutura do desemprego alterou-se na sua dimensão (aumentando em volume e tornando-o massivamente crónico), na sua natureza (aumentou o desemprego de longa duração), na sua extensão (afecta todos os sectores e crescentemente a mão-de-obra qualificada), no seu ciclo de variação (o desemprego diminui pouco ou aumenta mesmo, em períodos de crescimento económico), a precariedade, nas suas múltiplas formas, aumentou e tende a generalizar-se como forma de estatuto laboral;

— desenvolvem-se processos de atomização das relações laborais e processos de concorrência entre trabalhadores em resultado dos elevados índices de desemprego e incerteza quanto ao futuro;

— com a chamada libertação da mão-de-obra «velha», com o crescimento dos assalariados jovens e mulheres, altera-se a composição etária e de sexos;

— com as reestruturações industriais, as mudanças tecnológicas, as novas formas de organização e divisão do trabalho e da actividade e das estruturas económicas, alteram-se a natureza e a composição do trabalho assalariado. Os próprios conceitos de empresa, de patrão e da condição de trabalhador assalariado tornam-se fluidos com o recurso à subcontratação, aos recibos verdes, ao falso estatuto de trabalhador por conta própria;

— com o afastamento dos lugares de residência dos locais de trabalho, modificam-se as formas de organização de vida, a psicologia social e a disponibilidade para a actividade militante;

— com o aprofundamento do processo contra-revolucionário, as alterações nas estruturas socioeconómicas, as limitações de direitos, as privatizações e a fragmentação de grandes empresas, alterou-se o nível de concentração dos trabalhadores e o papel de sectores em que estes têm maior consciência de classe, mais forte organização e experiência de luta.

**3.3.5. Todas estas mutações se repercutem não só sobre as formas de organização do trabalho, a natureza da mão-de-obra assalariada e estatutos laborais, mas igualmente na força organizada, unidade e condições de luta. O próprio imaginário colectivo tende a diluir-se, em muitos casos, ao tornar-se mais heterogéneo o**



mundo do trabalho e a formação da consciência de classe é mais morosa e complexa.

**3.3.6.** A dificuldade na resposta às novas realidades, o enfraquecimento das células de empresa como principal forma de organização do Partido para a acção junto dos trabalhadores, diminuem a capacidade de organização e de luta dos trabalhadores e sua formação política e ideológica.

**3.3.7.** As actuais dificuldades do movimento operário e sindical, embora de longa duração e complexa superação, são temporárias. A própria história do movimento operário e sindical conheceu, já no passado, situações de crise, que todavia vieram a ser ultrapassadas. As alterações de carácter objectivo no plano das inovações tecnológicas, nas novas formas de organização do trabalho e composição dos trabalhadores assalariados, não transformam a natureza exploradora do capitalismo. Natureza que, na actualidade, se intensifica e alarga com a extensão do trabalho assalariado a novos ramos produtivos, a novos sectores e profissões.

**3.3.8.** O agudizar da luta de classes entre o trabalho e o capital é uma realidade inquestionável. As lutas de massas, incluindo formas de luta superiores, abarcam novas camadas de trabalhadores, abrindo sólidas perspectivas ao seu desenvolvimento e à organização dos trabalhadores e do Partido.

**3.3.9.** A ampliação do trabalho assalariado gera fenómenos contraditórios na coesão da frente de luta dos trabalhadores. A condição objectiva de explorados e a compreensão subjectiva do seu lugar nos processos de relações económicas e sociais não são automáticas. Mas a sua crescente participação na acção de massas alarga a sua adesão aos valores de solidariedade e compreensão quanto à importância da acção colectiva.

**3.3.10.** O desenvolvimento da acção organizada dos trabalhadores, a elevação da sua acção combativa, o reforço da sua unidade e a formação da consciência de classe, são inseparáveis do reforço da influência política e ideológica do Partido junto dos trabalhadores, do desenvolvimento e reforço das suas organizações de classe, nomeadamente do movimento sindical e das comissões de trabalhadores, organizações às quais os membros do Partido devem dar a máxima atenção ajudando a encontrar as soluções para os problemas que defrontam para conseguirem responder aos grandes problemas do mundo do trabalho.

**3.3.11.** O movimento sindical continua a ser a maior organização social de massas, força necessária e indispensável para a organização e unidade dos trabalhadores e defesa dos seus interesses profissionais e de classe.

**3.3.12.** O movimento sindical, pela sua acção, pelas camadas sociais que representa, pelos valores que inspiram o seu projecto, afirma-se como uma força

fundamental para o regime democrático.

**3.3.13.** O papel, a influência e o prestígio da CGTP-IN e do movimento sindical que agrega, são determinados pela sua acção em defesa dos interesses dos trabalhadores e do país e pela sua identidade própria, sendo esta determinada pelas suas características fundamentais: natureza de classe, de massas, democrática, autónoma e unitária.

**3.3.14.** O desenvolvimento do movimento sindical confirma que a influência que os comunistas têm nele, a qual é determinada por razões históricas e pela sua acção constante e consequente em defesa dos interesses dos trabalhadores, tornou-se factor determinante da identidade e da força, independência, consciência de classe, unidade e influência de massas da CGTP-IN e do movimento sindical unitário.

**3.3.15.** A defesa da identidade do movimento sindical não contraria o seu necessário e permanente processo de renovação, o combate à rotina e à cristalização de conceitos e métodos de trabalho, a resposta aos novos problemas (objectivos e subjectivos), sendo antes condição para o seu sucesso.

**3.3.16.** A par de aspectos altamente positivos no seu desenvolvimento, o movimento sindical enfrenta dificuldades e novas realidades que requerem estudo atento, soluções adequadas, envolvimento e participações dos activistas e dos trabalhadores.

**3.3.17.** Na análise das dificuldades que o movimento sindical enfrenta quanto às formas de organização e de intervenção, capacidade reivindicativa, peso de cada sector, sua identificação com as aspirações das novas camadas de assalariados, não podem deixar de ser tidos em conta os traços marcantes do mercado de trabalho, os efeitos das mutações tecnológicas e da divisão do trabalho, as condições políticas e socioeconómicas em que se processa a exploração da mão-de-obra assalariada.

**3.3.18.** O avanço do processo contra-revolucionário, a limitação de direitos, as alterações produzidas nos mecanismos e métodos de dominação do capital sobre o trabalho, alteram profundamente as condições em que actua o movimento sindical, enfraquecem as suas posições, exigem novas formas de organização, mas não invalidam o papel e a necessidade do movimento sindical como organização de classe.

**3.3.19.** Não têm fundamento na realidade as teses anunciadoras do «fim do sindicalismo», quer por ser uma «organização datada» (fruto da revolução industrial), quer por ter supostamente desaparecido a sua razão de ser (a luta de classes), ou ainda pela impossibilidade que haveria de se organizarem trabalhadores com vínculo de trabalho precário ou inseridos no trabalho clandestino.

**3.3.20.** O movimento sindical é o resultado da evolução do capitalismo e da classe operária como



força autónoma. Uma organização tornada inevitável pela natureza exploradora do capitalismo, natureza que se mantém e se intensifica na actualidade com o desenvolvimento do capitalismo monopolista e sua internacionalização; pela necessidade dos trabalhadores assalariados como classe se organizarem para fazer frente à classe dos capitalistas.

**3.3.21.** O extraordinário desenvolvimento do processo de assalariamento, alargando o campo de exploração capitalista a novas camadas, não restringe, antes alarga, como se comprova pelo desenvolvimento do movimento sindical, o campo da sua intervenção a novos sectores e camadas.

**3.3.22.** O desenvolvimento e a crescente intervenção das estruturas sindicais dos professores, dos médicos, dos enfermeiros, dos magistrados..., englobando milhares de associados e integrando-se em grande parte no movimento sindical unitário e no movimento geral dos trabalhadores, reforçam a importância do movimento sindical.

**3.3.23.** Os activistas sindicais comunistas, junto com os trabalhadores, têm a enorme responsabilidade de assegurar o êxito dos necessários e inadiáveis processos de renovação e reestruturação sindicais, ditados por razões objectivas e subjectivas e que não são separáveis do quadro da ofensiva do capital contra o mundo do trabalho.

**3.3.24.** Estes processos abarcam praticamente todas as áreas da vida sindical, no plano da estrutura orgânica, das formas de intervenção, da natureza das reivindicações e da sua formulação, das formas de luta, exigindo um conjunto de medidas articuladas entre si e inseparáveis umas das outras.

**3.3.25.** Os comunistas defendem que estes processos devem ser ditados por alguns princípios fundamentais, nomeadamente:

a) adequar a acção sindical e as medidas orgânicas às alterações no mercado do trabalho, marcadas pelo desemprego massivo, crescente precariedade, mobilidade da mão-de-obra e evolução da estrutura sectorial das profissões;

b) desenvolver uma reestruturação orgânica que, com ampla participação dos trabalhadores, reforce os sindicatos, rentabilize meios e quadros, assegure os pólos sindicais regionais e a implantação sindical nos locais de trabalho, como garantia da ligação das estruturas aos trabalhadores;

c) desenvolver a democracia sindical a todos os níveis da estrutura e incentivar a participação dos trabalhadores na vida sindical;

d) dar muito maior atenção à juventude e às mulheres trabalhadoras que, pelo seu crescente peso na mão-de-obra assalariada, se tornam decisivas para a força e influência futuras do movimento sindical;

e) desenvolver a acção de massas, articulando as reivindicações de carácter imediato com as de carácter mais geral, e avançando reivindicações que tenham em conta as novas camadas de trabalhadores e a necessária articulação entre os trabalhadores no activo, os desempregados e reformados.

**3.3.26. O movimento sindical e a luta ideológica** — A ofensiva contra os direitos sociais e as condições de vida dos trabalhadores faz-se acompanhar de uma intensa ofensiva ideológica, com o objectivo de levar os trabalhadores a renunciarem à ideia de transformações sociais, inculcando a ideia da comunidade de interesses entre trabalhadores e patrões e de que o capitalismo é o melhor e único dos mundos possíveis, que as suas vítimas não devem agarrar-se a privilégios ditos corporativos e ilegítimos, aceitando como normal e inevitável o desemprego, a degradação salarial e o desmantelamento da segurança social.

**3.3.27.** Esta operação de intoxicação ideológica dispõe de poderosos meios e de um verdadeiro exército de especialistas e escribas, que se afadigam a defender a mercantilização do social, a camuflar as verdadeiras causas da exclusão separando-as do sistema de relações sociais que as engendram. As inovações tecnológicas são responsabilizadas pelo desemprego.

**3.3.28.** Neste mundo, dito de inevitáveis regressões sociais e em que se afirma estar a desaparecer o próprio sistema de trabalho explorado, só lhes resta decretar o fim do sindicalismo ou o abandono do seu carácter de classe, transformando os sindicatos em organizações filantrópicas, organizações indefinidas de cidadãos, ou a sua integração no sistema.

**3.3.29.** A acuidade da batalha ideológica em torno da natureza do movimento sindical, está ligada ao papel que este desempenha na luta dos trabalhadores contra o capital, o qual encontra nos sindicatos um obstáculo à depreciação da mercadoria força de trabalho, pela capacidade que os trabalhadores têm de se agrupar em organizações de classe combativas, de resistir, reivindicar e de se apresentar como força autónoma frente à classe dos capitalistas.

**3.3.30. O movimento sindical e a «concertação social»** — Na diversidade de teorias e práticas para «domesticar» e desarticular o movimento sindical, assume particular relevo a da «concertação social», contraposta à luta de classes, forma dita caduca de relações sociais.

**3.3.31.** As formas e os conteúdos dos processos de «concertação social» não são estáticos.

**3.3.32.** Na actualidade, estes processos, mantendo embora a sua essência de sempre (desarticular o movimento sindical como expressão dos interesses colectivos dos trabalhadores) são determinados pelas alterações que se operaram nos mecanismos de regulação da exploração da força de trabalho, na fase



do capitalismo monopolista de Estado e dos processos de internacionalização e livre circulação de capitais, processos que requerem uma certa «homogeneização» das condições de exploração da força de trabalho, condições determinadas pelos centros de coordenação do capital multinacional e aplicados pelos poderes políticos instituídos, quer sejam da responsabilidade de partidos socialistas, quer sejam de direita.

**3.3.33.** A «concertação social» institucionalizada constitui uma grave ameaça aos direitos e ao papel dos sindicatos como organização de classe. No plano ideológico, procura incutir-se a ideia da neutralidade do Estado como regulador das relações sociais, do primado do diálogo contra a barbárie da luta de classes. A «concertação social» é apresentada como forma pretensamente superior de democracia, difundindo-se a ideia de que os sindicatos, pela participação institucional, se tornam co-decisores das estratégias socioeconómicas, as quais são sempre previamente decididas pelos governos e o patronato.

**3.3.34.** No plano político, o sistema de «concertação social» tem como objectivo quebrar e desarticular a luta dos trabalhadores, corresponsabilizando os sindicatos pela ofensiva contra os salários, pela desregulamentação das relações laborais, pervertendo o sentido democrático de participação e violando o direito à livre negociação colectiva.

**3.3.35.** A «concertação social» institucionalizada conflitua com direitos e espaço de intervenção sindical, mas é uma realidade que está para durar e com a qual o movimento sindical vai ter de lidar, que requer orientações precisas, não podendo estas reduzir-se à dicotomia participar ou não participar.

**3.3.36.** O movimento sindical, como se comprova pelas suas orientações e práticas, é pelo direito de participação e negociação. Estes objectivos traduzem-se no estudo dos problemas gerais dos trabalhadores e do país, na elaboração de propostas para a sua solução e na apresentação de reivindicações para defender e melhorar os direitos socioeconómicos do mundo do trabalho.

**3.3.37.** A participação nos órgãos de «concertação social» é um direito que o movimento sindical exerce em função dos interesses de classe dos trabalhadores, tendo em conta o quadro concreto em que se desenvolve a sua acção e que aí se discutem orientações e podem ser tomadas decisões de grande significado para os interesses dos trabalhadores. Esta participação deve ser sempre encarada como uma frente específica de intervenção sindical, apresentando autonomamente as suas propostas, denunciando as medidas e orientações antilaborais e intervindo para as inviabilizar ou limitar os seus efeitos nefastos.

**3.3.38.** Não se pode alimentar a ilusão de que a «concertação social» institucionalizada coloca as

forças sociais e políticas nela envolvidas em pé de igualdade. Os níveis de participação institucional, seu conteúdo e eficácia são determinados pela natureza do poder e da política de classe que realiza, pela extensão dos direitos democráticos, pelas tradições, orientações e unidade dos trabalhadores, pela correlação de forças entre o trabalho e o capital.

**3.3.39.** A participação institucionalizada não poderá substituir nem limitar o desenvolvimento da luta de massas autónoma, mas antes assentar na sua intensificação em torno de reivindicações de carácter imediato, articulada com a luta por reivindicações de carácter mais geral, pela extensão dos direitos económicos, sociais e políticos.

**3.3.40. O movimento sindical e a unidade —** A luta de massas é não só o caminho mais seguro para a defesa dos interesses dos trabalhadores, fazendo-os intervir na resolução dos seus próprios problemas, como é também uma forma legítima e superior de participação democrática.

**3.3.41.** O movimento sindical unitário, encabeçado pela CGTP-IN, já deu mostras de grande dinamismo e capacidade para enfrentar as dificuldades e os novos problemas, por mais difíceis que sejam.

**3.3.42.** A grandeza das tarefas que se lhe colocam na actualidade, o desenvolvimento da acção reivindicativa, a defesa do direito à livre negociação colectiva, exige que se considere o reforço da organização, da influência do movimento sindical unitário e da unidade dos trabalhadores como tarefas correlacionadas e prioritárias.

**3.3.43.** O projecto de progresso social defendido pela CGTP-IN, assente na acção de massas, na solidariedade de classe e legitimado pelo amplo apoio que lhe dão os trabalhadores, é condição para o desenvolvimento da acção reivindicativa, o aumento da sua eficácia e para a defesa do direito à livre negociação colectiva como regulador das relações laborais.

**3.3.44.** A defesa da unidade, definida como linha orientadora estratégica, para que seja eficaz, requer uma actividade multiforme, tem de ter em conta a natureza das tarefas que se colocam ao movimento sindical no momento concreto, a natureza e o projecto das forças que intervêm junto dos trabalhadores e deverá ser suportada por alguns princípios fundamentais.

**3.3.45.** Desde logo, é indispensável definir-se que a unidade não se determina por ser um objectivo em si, mas pela necessidade de se construir um instrumento que torne mais eficaz a luta dos trabalhadores, sem o qual o objectivo da unidade na acção se transformará na «unidade» para a bloquear.

**3.3.46.** A unidade dos trabalhadores deverá reforçar-se na base da justeza dos objectivos, com o desenvolvimento da acção reivindicativa, com o objectivo de defender e melhorar os direitos dos trabalhadores e de



ter o seu suporte na participação e mobilização dos trabalhadores.

**3.3.47.** O desenvolvimento da acção reivindicativa e da unidade dos trabalhadores no quadro de pluralismo orgânico, e em que a UGT assume cada vez mais a função de «braço social» da estratégia do Governo e do patronato contra direitos fundamentais dos trabalhadores, passa igualmente pelo combate ao divisionismo, pelo esclarecimento dos trabalhadores quanto às suas práticas e sua natureza.

**3.3.48.** O envolvimento dos trabalhadores nas decisões sobre os problemas que lhes dizem respeito não é só um pressuposto essencial de uma prática democrática, é também indispensável para a unidade e a garantia de uma acção reivindicativa consciente, combativa e ampla.

**3.3.49. O movimento sindical e a cooperação internacional** — O significativo ascenso da luta de massas em vários países, em muitos casos ao arrepiro das organizações sindicais reformistas, a cooperação, coordenação e acções comuns que se têm desenvolvido a nível europeu, no plano geral, sectorial e de empresa, constituem factores altamente relevantes, potenciadores da unidade e da intervenção dos trabalhadores.

**3.3.50.** O domínio da economia pelas multinacionais, o aprofundamento dos processos integracionistas, a natureza global e coordenada da ofensiva do capital contra o mundo do trabalho, tornam mais necessário prosseguir e alargar a cooperação e a solidariedade internacionalistas.

**3.3.51.** O desenvolvimento desta linha de trabalho exige que sejam tidos em conta alguns princípios fundamentais, no sentido de garantir que as acções de cooperação e coordenação internacionais não contrariem, antes assentem, no desenvolvimento da luta autónoma ao nível de cada país, terreno no qual os trabalhadores enfrentam directamente a exploração patronal e as políticas concretas dos respectivos governos.

**3.3.52.** A necessária e indispensável cooperação e coordenação internacionais devem assegurar que estas não se sobreponham, e muito menos substituam as organizações de classe de âmbito nacional, com o argumento de que o desenvolvimento dos processos de mundialização, globalização e internacionalização das economias, acompanhados da criação de estruturas políticas e económicas supranacionais, requerem a criação de correspondentes estruturas sindicais e níveis de negociação colectiva supranacionais.

**3.3.53.** A defesa deste tipo de organizações, bem como a «concertação social» e a «negociação colectiva» europeias, longe da intervenção directa dos trabalhadores e dirigidas por cúpulas afastadas dos problemas e das aspirações reais das massas, insere-se na

estratégia de integração do movimento sindical no sistema de integração económica dominado pelo grande capital.

**3.3.54.** A importância da frente sindical para o próprio desenvolvimento do Partido e da sua identidade como Partido da classe operária e dos trabalhadores, torna necessário que as organizações partidárias dediquem maior atenção a esta frente considerando a distribuição de quadros, estudando as formas de enquadramento partidário dos quadros sindicais e reavaliando as estruturas do Partido para o acompanhamento desta frente de trabalho partidário, nomeadamente para assegurar uma mais eficaz articulação com as células de empresa e organizações de sector.

**3.3.55.** Com o objectivo de reforçar a unidade dos trabalhadores e a influência social e orgânica do movimento sindical unitário, são princípios orientadores da acção dos comunistas que intervêm nas estruturas sindicais:

a) dar maior atenção aos problemas que o movimento sindical enfrenta na actualidade, tendo em conta as mutações que se operam no mercado de trabalho, nas formas de organização do trabalho e nos mecanismos de exploração;

b) contribuir para a definição do conteúdo da acção e intervenção sindical, trabalhar para o reforço da organização sindical, para a sua ligação aos trabalhadores, intervindo com empenhamento no desempenho das tarefas que lhes estão atribuídas no quadro das suas responsabilidades, com pleno respeito pela autonomia e vida democrática das estruturas em que se integram;

c) desenvolver uma persistente acção tendente a reforçar a unidade do movimento sindicais, combatendo tendências desagregadoras, estreitando os laços de cooperação com outras correntes de opinião, aperfeiçoando a democracia sindical nas várias vertentes, nomeadamente no funcionamento dos órgãos e na participação dos trabalhadores, defendendo a identidade da CGTP e do movimento sindical, condição da sua unidade e coesão;

d) intervir mais activamente no esclarecimento dos trabalhadores sobre o papel e a importância do movimento sindical, na difusão do projecto da CGTP e no combate às ideias capitulacionistas e diluidoras das suas características como organização de classe.

**3.3.56. As Comissões de Trabalhadores** — Os direitos das Comissões de Trabalhadores com consagração constitucional, constituem um sério obstáculo aos objectivos do grande patronato e um instrumento democrático dos trabalhadores para a defesa dos seus direitos, para o alargamento da unidade e da elevação da sua consciência de classe.

**3.3.57.** A cooperação com o movimento sindical tem



sido um importante factor para fazer frente à ofensiva do capital a nível das empresas e nos sectores. O desenvolvimento desta forma de organização acusa tendências contraditórias.

**3.3.58.** Os processos de reestruturação industrial, os desmembramentos e desmantelamentos de empresas, levaram, nalguns casos, ao enfraquecimento e até ao desaparecimento de Comissões de Trabalhadores mas, noutros, à eleição de novas, em empresas resultantes do desmembramento.

**3.3.59.** Posteriormente essas novas Comissões de Trabalhadores elegeram, nalguns casos, as suas próprias coordenadoras de grupo ou de sector que, de forma criativa, evitaram o isolamento em cada unidade estatutariamente autónoma, mas dependente da *holding* que determina as orientações económicas, sociais e laborais do grupo.

**3.3.60.** Entretanto, a distribuição geográfica das Comissões de Trabalhadores é muito desigual tendo pouco significado em algumas regiões.

**3.3.61.** Quanto a empresas novas, formadas na sua maioria com mão-de-obra precarizada, verificam-se reais dificuldades em eleger Comissões de Trabalhadores ou, quando surgem, são por vezes influenciadas pelas Administrações e ideias de responsabilização.

**3.3.62.** A direita, e também o PS, pela via da revisão constitucional ou da concertação social, tentam descaracterizar a sua natureza, limitar ou retirar direitos de intervenção e substituí-las por órgãos de concertação da empresa, visando quebrar a acção reivindicativa a nível de empresa e a difusão da conciliação de classes.

**3.3.63.** Ao nível da União Europeia está em curso a aplicação de uma Directiva que cria os Comités de Empresa Europeus. Sendo um espaço que pode possibilitar a participação dos representantes dos trabalhadores, a sua composição, o seu funcionamento, os seus direitos e deveres, estão a ser determinados pelas multinacionais.

**3.3.64.** O desaparecimento e enfraquecimento de grande número de células de empresa, reflecte-se negativamente no panorama geral das Comissões de Trabalhadores.

**3.3.65.** Entretanto, os membros do Partido, pela sua acção concreta em defesa dos interesses dos trabalhadores, continuam a ser eleitos em grande número, tanto na generalidade das empresas industriais como no sector financeiro e dos serviços.

**3.3.66.** O reforço do trabalho do Partido junto dos trabalhadores, a criação e dinamização de células de empresa, deverão ser acompanhados do esforço das organizações partidárias para dinamizar a criação de Comissões de Trabalhadores.

**3.3.67.** Tendo naturalmente em conta as diferenças de situação nas empresas que colocam a necessidade

de soluções diferenciadas, os trabalhadores comunistas eleitos para as Comissões de Trabalhadores e Coordenadoras devem orientar a sua acção nas seguintes direcções fundamentais:

a) defender as características unitárias tanto na sua composição como na sua acção e aprofundar a cooperação com o movimento sindical unitário na defesa do Sector Empresarial do Estado, na acção reivindicativa e nas acções de massas;

b) defender os direitos de participação, intervenção e controlo de gestão, exercendo-os, impedir a descaracterização da sua natureza, combater a desconstitucionalização dos seus direitos e a sua substituição por órgão de concertação;

c) dinamizar a sua eleição nas empresas desmembradas ou em novas empresas e envolver todos os trabalhadores nesses processos, desenvolvendo a sua acção tanto para os trabalhadores efectivos como para os trabalhadores com vínculo precário;

d) combater tentativas para que os Comités de Empresa Europeus se substituam às Comissões de Trabalhadores. Assegurar a cooperação com o movimento sindical para a eleição, a partir das empresas, de representantes naquelas estruturas;

e) reforçar o grau de intervenção das Comissões Coordenadoras a nível de região, de sector e nas empresas do mesmo grupo económico, incentivando a eleição descentralizada de Subcomissões de Trabalhadores.

### **3.4. Outros grandes movimentos e organizações da frente social de luta**

**3.4.1.** A frente social que se opõe à política de direita, expressa num grande número de acções pela satisfação de reivindicações específicas de classes e camadas sociais e na intervenção para dar solução a graves problemas de natureza social, económica, ecológica e do viver quotidiano, assenta num diversificado e largo conjunto de movimentos de massas que lhe dá continuidade e coesão na acção.

**3.4.2.** Pelos seus objectivos, formas de funcionamento e intervenção, os movimentos sociais de massas, como sujeitos sociais, têm uma raiz profundamente popular, projectam valores colectivos e de solidariedade, alargam a compreensão da importância da acção das massas para a resolução dos problemas, garantindo uma forma de participação e intervenção democráticas que vai muito para além da representação institucional.

**3.4.3.** Os movimentos sociais de massas, tendo como núcleo central e força dinamizadora as organiza-



ções da classe operária e dos trabalhadores, são uma realidade que abrange grandes massas de agricultores, intelectuais, pequenos e médios empresários de sectores diversos, reformados, deficientes, mulheres, jovens, com organizações próprias, estáveis e com actuação regular, e um sem número de organizações e movimentações conjunturais ou duradouras de carácter muito diversificado.

**3.4.4.** Os movimentos de massas, na sua evolução são marcados pela política socioeconómica e exprimem as transformações operadas na realidade social, com destaque para o crescimento da proletarização de camadas intermédias, a «desproletarização» forçada de trabalhadores, o crescente peso das mulheres na população activa, a expansão urbana e os problemas que coloca ao viver quotidiano.

**3.4.5.** Através da frente social estabelece-se objectivamente uma aliança muito ampla de luta no plano social, da classe operária com camadas e classes intermédias que convergindo também objectivamente no plano político, se torna determinante para a derrota da política de direita.

**3.4.6.** Percebendo a importância do papel dos movimentos sociais de massas na resistência e na derrota da política de direita, o governo do PSD e, na mesma esteira, o do PS, marginalizam as organizações mais representativas afastando-as de órgãos de representação institucional, negando-lhes apoios, privilegiando os contactos com as organizações do grande patronato (CAP, CIP, CCP, etc.), financiam o divisionismo e procuram condicionar a intervenção e representação dos outros parceiros sociais ao quadro estrito do Conselho Económico e Social e da concertação social.

**3.4.7.** O Partido, tendo em conta a importância do reforço dos movimentos sociais de massas para a derrota das políticas de direita e para a construção de uma verdadeira política democrática, deve dar a maior atenção aos problemas destas organizações, fazer uma abordagem profunda de todas as questões que se prendem com esta realidade determinante para a concretização da estratégia das alianças sociais básicas — as alianças da classe operária com diferentes camadas intermédias.

**3.4.8. Movimento dos Agricultores** — O período que nos separa do XIV Congresso foi marcado pelo ascenso da luta de pequenos e médios agricultores contra a política agrícola de direita, pela defesa dos seus interesses e o desenvolvimento da agricultura nacional.

**3.4.9.** O desenvolvimento da luta dos agricultores confirmou ser fundamental para a sua unidade, intervenção de expressão nacional, elevação da combatividade, a existência de um forte movimento de classe constituído com base social e regional muito diversificada. Luta e movimento de classe essenciais

para a defesa da agricultura nacional.

**3.4.10.** As múltiplas lutas dos agricultores foram a necessária resposta à política agrícola do PSD, que o PS procura continuar a afirmar e que, sendo determinada pelos interesses do grande capital nacional e multinacional (agrícola, agro-industrial, distribuição) e dos latifundiários, e pelos processos de integração ditados por Bruxelas, conduziu a agricultura nacional a uma grave crise e degradou gravemente a situação económica e social dos agricultores com a diminuição dos seus rendimentos, o crescente endividamento e falência, e enormes dificuldades de escoamento das suas produções.

**3.4.11.** Consequência da política agrícola de direita, da cumplicidade de algumas associações com poder político e da elevação da consciência dos interesses de classe dos pequenos e médios agricultores, há a assinalar importantes alterações na arrumação de forças do movimento associativo (económico e de classe), sendo de salientar: processos de recomposição para fazer frente à ofensiva das multinacionais, pelo movimento cooperativo, que mantém contudo diversas orientações políticas e económicas contrárias aos interesses dos agricultores; dissensões internas na CAP, com o afastamento de algumas associações nela filiadas, surgimento de movimentos «independentes» e processos de aproximação e convergência com a CNA em torno de problemas e acções específicos.

**3.4.12.** Este período regista como factor relevante o facto da CNA, dispondo de um conjunto de estruturas de âmbito distrital, ainda que com zonas mal cobertas ou com trabalho pouco desenvolvido, se ter afirmado de forma inquestionável como a principal organização dos pequenos e médios agricultores portugueses.

**3.4.13.** Assumindo a defesa efectiva dos interesses dos agricultores, desenvolvendo um importante esforço para estabelecer acções com outras organizações, protestando contra as marginalizações levadas a cabo pelo poder político, a CNA retirou espaço à CAP, impôs o seu reconhecimento de facto como parceiro social ainda que não formalizado no Conselho Económico e Social, e principal representante da pequena e média lavoura.

**3.4.14.** Os êxitos alcançados não devem fazer esquecer problemas e deficiências, nomeadamente a situação de regiões e sub-sectores com trabalho insuficiente. Em particular há que dar a maior atenção ao necessário equilíbrio no inevitável aprofundamento da vertente dos serviços a prestar pelas associações (formação profissional, intermediação de subsídios, contabilidade, etc.), com a clara percepção do seu papel instrumental para apoiar o decisivo: a luta por uma outra política agrícola.

**3.4.15.** É necessário continuar a impulsionar o desenvolvimento do movimento unitário dos agricultores



res que tem grandes potencialidades e se reveste de extraordinária importância para a ampliação e consolidação da frente social que se opõe à política de direita, para se alcançar uma verdadeira alternativa democrática.

**3.4.16.** O PCP pela acção dos seus militantes nas estruturas unitárias, pela acção política directa, destacou-se por acções consequentes em defesa da agricultura e dos agricultores. É significativo que se tenha modificado a postura e verificado a aproximação de algumas estruturas económicas e associativas em relação ao Partido. No entanto, o prestígio do PCP junto destas camadas não tem tido tradução significativa ao nível da influência política e eleitoral.

**3.4.17.** O importante papel dos pequenos e médios agricultores na vida do país, um maior contributo da sua parte para uma nova política, exige que as organizações e militantes do Partido continuem a intervir nas seguintes direcções de trabalho:

a) reforço da organização do Partido junto destas camadas e das suas organizações económicas e sociais, com uma clara e maior afirmação directa do PCP, como única força do quadro partidário que, coerente e decididamente, defende os pequenos e médios agricultores e o mundo rural;

b) a continuação do trabalho dos militantes comunistas no movimento dos agricultores, pelo desenvolvimento da luta em torno de objectivos concretos, pelo reforço das suas organizações e a defesa das suas características unitárias e de massas, assentes na defesa da pequena e média agricultura, na defesa da produção nacional e do direito a produzir dos agricultores portugueses.

**3.4.18. Movimentos de intelectuais e quadros técnicos** — As movimentações de intelectuais, correspondendo a movimentos mais ou menos organizados, continuaram a ter uma expressão importante na vida nacional.

**3.4.19.** Estas movimentações traduzem o peso de uma camada social em rápido crescimento, representando já hoje 16,3 por cento da população activa do país. Esta camada social que é muito heterogénea do ponto de vista de classe e quanto às condições de trabalho, ao estatuto hierárquico e remuneratório, ao seu papel na revolução científico-tecnológica, na formação de mão-de-obra qualificada e no universo da comunicação, exerce, pelas repercussões do seu trabalho, uma influência política, económica, social e cultural tendencialmente superior ao seu peso relativo.

**3.4.20.** A tendência crescente para o assalariamento (mais de 70 por cento), a concentração em grandes pólos (saúde, ensino, administração central e local, grandes empresas), o peso relativamente grande de jovens, os agudos problemas que começa a defrontar, com a degradação das condições de trabalho e de vida,

com o desenvolvimento de novas formas de exploração, com as dificuldades no emprego e o crescente desemprego, aproximam grandes fracções desta camada social da situação em que vivem os demais trabalhadores e favorece de modo objectivo, embora contraditado em certos sectores da camada, por outros aspectos do seu estatuto tradicional, a possibilidade de desenvolvimento da sua luta e da sua convergência com a luta geral dos trabalhadores.

**3.4.21.** Nas movimentações verificadas nos últimos anos voltaram a destacar-se, pela amplitude, combatividade e resultados obtidos, os professores, os médicos, os enfermeiros e os magistrados, que são precisamente os sectores onde a organização sindical atingiu mais forte expressão e capacidade de uma intervenção permanente, o que constitui uma experiência a reter por outros sectores onde a luta ainda não atingiu idênticas proporções.

**3.4.22.** Ao mesmo tempo, lutando embora com a debilidade das estruturas de produção e recepção culturais, a actividade criadora dos intelectuais portugueses, na literatura e no cinema, na música, nas artes plásticas e na arquitectura, e em outros domínios, representou, também, neste período, uma forte afirmação esteticamente diferenciada, dos valores da liberdade e da democracia, e contribuiu para a expressão e investigação da complexa identidade cultural no nosso país.

**3.4.23.** No plano partidário, prosseguiram os esforços para melhorar o trabalho do Partido junto dos intelectuais e a participação dos intelectuais no trabalho do Partido, com realizações como as Assembleias de Sectores Intelectuais, nomeadamente de Lisboa e Porto, e o Encontro Nacional do PCP sobre «Os Intelectuais e a Sociedade/o Partido e os Intelectuais».

**3.4.24.** A rica experiência do trabalho com os intelectuais mostra que constituem orientações e tarefas fundamentais dos comunistas:

a) continuar a aprofundar o conhecimento das alterações que têm vindo a verificar-se na condição social dos intelectuais e aproveitar o impulso, as ideias e as experiências surgidas no Encontro Nacional para um redobrado esforço de trabalho nesta área, designadamente junto das suas camadas mais jovens, com a dinamização dos diferentes sectores intelectuais e a sua organização e integração nas várias organizações do Partido;

b) impulsionar a acção reivindicativa dos intelectuais por objectivos concretos relacionados com a sua situação e actividade profissionais, por políticas democráticas para os seus sectores de actividade, e contribuir para o desenvolvimento da organização e intervenção sindicais e outras;

c) valorizar o papel da cultura na solução dos problemas do país e apelar à intervenção dos



intelectuais para que contribuam, com seu saber e a sua capacidade criadora, para uma nova política que responda à necessidade de desenvolvimento e defesa da independência nacionais;

d) trabalhar para que acções dos intelectuais, no quadro da aliança básica da classe operária com os intelectuais e outras camadas intermédias, ganhem crescente expressão na luta por uma alternativa democrática.

**3.4.25. Movimento da juventude** — A juventude não é uma camada homogénea. Apresenta estratos etários, actividades, níveis culturais, origens de classe e perspectivas de vida diferenciadas.

**3.4.26.** No entanto, a juventude tem problemas e interesses específicos, gostos, hábitos, motivações e perspectivas próprias. Considera com naturalidade conquistas e direitos políticos, sociais e culturais, fruto da luta de gerações, é particularmente sensível a novos problemas e situações, tem uma enorme generosidade e vitalidade, tudo isto traços comuns — reforçados por aspectos da evolução da sociedade nas últimas décadas — que, não anulando, esbatem diferenciações, e lhe conferem as características de uma grande força social, com intervenção própria e um importante papel na sociedade.

**3.4.27.** Os governos do PSD desenvolveram uma política marcadamente anti-juvenil, que o Governo PS prossegue nas suas grandes linhas, tendo como consequência a continuação e agravamento dos principais problemas com que se confrontam os jovens portugueses: os problemas do emprego, com o aumento do desemprego e precariedade, a ausência de saídas profissionais e a não adequação do emprego ao nível da formação; os problemas da educação, com o escândalo das avaliações, os problemas do acesso ao ensino superior, a fuga ao cumprimento das responsabilidades do Estado no financiamento do ensino superior público e a tentativa de imposição das propinas, agora apelidadas de taxas; os problemas da habitação; os fenómenos da marginalização social e da toxicodependência.

**3.4.28.** O movimento juvenil compreende expressões muito diversificadas. nos seus objectivos, conteúdos e base associativa. Incorpora desde os jovens trabalhadores, os estudantes do ensino secundário e do ensino superior — suas principais componentes —, às associações e grupos em torno de problemas e actividades como o ambiente, a solidariedade internacional, o combate ao racismo, a música, a cultura, o desporto e o convívio, passando pelos escoteiros e outros grupos ligados às igrejas. Integra o associativismo juvenil mais estruturado, mas também associações e grupos informais que, na sua mobilidade e instabilidade, canalizam interesses de participação e intervenção.

**3.4.29.** A juventude tem um enorme potencial de

indignação, acção e capacidade transformadora que mais uma vez se comprovou, nos últimos anos, nas grandes movimentações juvenis que constituíram significativas expressões da juventude como força social em movimento.

**3.4.30.** Para libertar o enorme potencial de acção e luta da juventude assume particular importância: a identificação dos principais problemas dos jovens, dos objectivos e das reivindicações concretas susceptíveis de, em cada momento, mobilizar os vários sectores da juventude; a consideração com maleabilidade e criatividade das formas de esclarecimento, mobilização, organização e luta; o estímulo ao desenvolvimento do movimento juvenil na sua diversidade de estruturas e conteúdos; o contributo para a autonomia e independência do movimento juvenil, rejeitando as pretensões e orientações governamentais para o envolver e neutralizar na fraseologia do diálogo.

**3.4.31.** Tais linhas de orientação têm que estar associadas ao aprofundamento da intervenção em torno de outras questões e problemas que influenciam a formação das mentalidades e a definição das opções políticas e ideológicas da juventude, de modo a ganhar cada vez mais amplos sectores juvenis para os valores progressistas e para o ideal comunista.

**3.4.32.** Os jovens trabalhadores (segundo dados de 1995 sobre a taxa de actividade económica dos jovens dos 15 aos 24 anos), têm um grande peso no conjunto dos jovens — são 39% — e constituem cerca de 15% dos trabalhadores portugueses, com particular relevo em alguns sectores de actividade e em algumas zonas do país.

**3.4.33.** Os jovens trabalhadores têm os problemas do conjunto dos trabalhadores, embora com incidência e valorização diferentes, têm problemas específicos, formas de ver, expectativas, gostos e pólos de atracção próprios e não têm a mesma vivência histórica de outros trabalhadores, o que lhes dá referências diferentes para analisar os problemas e se posicionarem perante eles.

**3.4.34.** Estes factores objectivos que condicionam e limitam a intervenção e organização dos jovens trabalhadores, contribuem para que estas continuem muito aquém da dimensão dos problemas que hoje os afectam.

**3.4.35.** O desenvolvimento do trabalho junto da juventude trabalhadora implica: o estabelecimento de objectivos de luta gerais e específicos; a aposta numa efectiva responsabilização de jovens nas organizações dos trabalhadores, em particular a todos os níveis do movimento sindical; o apoio ao desenvolvimento da Interjovem considerando simultaneamente outras formas de organização e mobilização de jovens trabalhadores em torno de problemas e interesses específicos; o estímulo à sua organização e mobilização como



uma tarefa de grande importância a exigir uma atenção redobrada e medidas inadiáveis que devem ser assumidas claramente pelo Partido e pela JCP, coordenando e tomando a iniciativa.

**3.4.36.** As escolas constituem hoje os maiores pólos de concentração de jovens: mais de 340 mil estudantes com mais de 16 anos frequentam os estabelecimentos de ensino básico e secundário; mais de 300 mil frequentam o ensino superior. Estes números são, por si só, elucidativos sobre o vasto campo de intervenção que se abre à actividade dos comunistas e colocam como grande princípio a necessidade de intensificar esforços no sentido do aproveitamento das potencialidades existentes, de aumentar a influência do Partido e da JCP junto das massas estudantis.

**3.4.37.** O reforço da acção e da organização no Secundário exige o destacar de quadros e de meios capazes de conduzir a JCP a uma diversificada e dinâmica intervenção associativa, reivindicativa, social, política, cultural e de convívio na base de uma estrutura capaz de responder à necessidade de aprofundar, acompanhar e dinamizar esta acção específica e de formas organizativas flexíveis, ajustadas à realidade e eficazes. A JCP, com a sua iniciativa própria, em estreita colaboração e cooperação com as organizações do Partido, tem um papel decisivo e insubstituível nesta tarefa que constitui uma linha de trabalho prioritária.

**3.4.38.** O Superior assume uma importância crescente. Os estudantes do ensino superior desempenham um destacado papel no conjunto do movimento juvenil, com impacto real na sociedade. Simultaneamente representam um sector que assumirá, no futuro, importantes responsabilidades nos vários sectores da vida nacional.

**3.4.39.** O aumento da influência do Partido e da JCP junto dos estudantes do Superior passa pelo reforço da organização e dinamização da luta em defesa dos seus interesses específicos; pela contribuição para o desenvolvimento do movimento associativo; por uma mais activa intervenção social e política dos estudantes, pela intensificação da sua luta pelas grandes causas sociais e pela intensificação da sua intervenção cultural, pela ampla difusão dos ideais, valores e projecto do PCP. Para que tais objectivos sejam concretizados é necessária a intensificação da acção decisiva da JCP por um maior apoio do Partido, nomeadamente no plano político, de quadros e de meios.

**3.4.40.** A intervenção junto da juventude constitui uma das tarefas prioritárias do Partido à qual é necessário dedicar sempre, e a todos os níveis, maior e melhor atenção. O aumento da influência do Partido junto da juventude é um objectivo da maior relevância para o presente e para o futuro do Partido para cuja concretização é essencial o reforço da JCP, organização autónoma dos jovens comunistas e instrumento

fundamental e privilegiado para a intervenção do Partido junto das e com as massas juvenis. Nos últimos anos verificou-se uma aproximação significativa de jovens quer ao Partido, quer à JCP, estimulada pela acção do Partido e da JCP (ou pela acção conjugada PCP/JCP) em defesa dos interesses da juventude, e nela pesou significativamente o poder de atracção exercido pelos ideais comunistas e pelos seus valores essenciais, e pela intervenção coerente, firme, digna do PCP na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do país.

**3.4.41.** O período que decorreu desde o último Congresso do Partido fica marcado por um constante movimento de adesões à JCP que atingiu as 4 mil só desde o seu 4º Congresso. A JCP alargou a sua implantação, criaram-se e desenvolveram-se organizações distritais e novos colectivos com funcionamento regular e capacidade de iniciativa, alargou-se o número de activistas, aumentou a capacidade de intervenção e a participação de jovens, onde se destaca a participação no quadro da Juventude CDU. Os aspectos positivos referidos não devem, entretanto, iludir insuficiências e debilidades que persistem na actividade, na iniciativa e na organização dirigidas à juventude, designadamente quanto à acção junto dos jovens trabalhadores, não obstante as experiências positivas da Campanha pelo Emprego e do Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores Comunistas e quanto ao pleno aproveitamento das potencialidades existentes de mobilização da juventude.

**3.4.42.** A realização dos 4º e 5º Congressos da JCP em 1993 e 1996, que constituíram êxitos assinaláveis, revelando uma participação entusiástica e uma grande força revolucionária, permitiu avaliar a situação da JCP e traçar novos caminhos para corrigir deficiências, apontando as seguintes prioridades para intervenção dos jovens comunistas: uma organização profundamente ligada ao Movimento Juvenil, traduzida no estímulo à participação dos jovens comunistas nas suas diversas expressões, contribuindo para o seu reforço; o reforço, incremento e intensificação da acção política da JCP para uma maior afirmação pública das suas opiniões e propostas para a diversificação da sua actividade, abrindo a organização a novas áreas e interesses, permitindo o envolvimento de outros jovens; a afirmação do ideal comunista, assumindo a participação no combate ideológico dos nossos dias como fundamental.

**3.4.43.** A intervenção activa e constante do Partido na defesa dos interesses juvenis, o seu apoio ao movimento e às lutas da juventude, o estímulo à intervenção dos jovens na luta popular e democrática, constituem caminhos fundamentais para o aumento da influência do Partido junto da juventude, caminhos tanto mais eficazmente percorridos quanto mais forte e maior for o apoio do Partido à JCP, às suas linhas de trabalho, o



estímulo à sua iniciativa própria e autonomia, a responsabilização efectiva dos jovens e a confiança na sua intervenção. No plano da intervenção do Partido, destaca-se o papel que podem ter os comunistas que intervêm no movimento sindical e em outras organizações de trabalhadores, os eleitos nas autarquias locais, os professores comunistas e os quadros do Partido no movimento associativo popular, áreas de particular importância no âmbito do trabalho com a juventude. O recrutamento de jovens das diferentes áreas, o seu enquadramento adequado na organização partidária, a sua responsabilização com audácia pelas múltiplas tarefas, a sua integração efectiva nos organismos de direcção aos vários níveis, são direcções de trabalho indispensáveis para o reforço do Partido e para o aumento da sua influência na juventude.

**3.4.44. Movimento de Mulheres** — Os movimentos de mulheres, nas suas múltiplas formas de organização e expressão, continuam a desempenhar um papel muito importante para a intervenção das mulheres na vida social, política e cultural.

**3.4.45.** Dando expressão organizada à luta emancipadora e pela satisfação de reivindicações específicas, alguns movimentos de mulheres despertam consciências, levam à compreensão da natureza e das causas das discriminações e opressões de que são vítimas, contribuindo para ampliar e reforçar a luta geral pelo progresso social.

**3.4.46.** A evolução dos movimentos e da situação das mulheres processou-se de forma contraditória.

**3.4.47.** Alargou-se significativamente a participação das mulheres em diferentes áreas da vida nacional, participam crescentemente na produção material e em diferentes áreas do trabalho intelectual têm um peso predominante.

**3.4.48.** Com as transformações operadas nas condições de trabalho e nos hábitos de vida e com a sua luta, as ideias dos direitos específicos das mulheres como parte integrante de uma verdadeira cidadania ganharam maior dimensão na sociedade.

**3.4.49.** Entretanto, as mulheres são as principais vítimas da crise social, do aumento da exploração e do desfiguramento do regime democrático, tornando-se mais gritante o fosso entre as discriminações e as aspirações à igualdade.

**3.4.50.** As mulheres constituem a maior parte dos desempregados, são discriminadas na vida profissional e os seus salários são acentuadamente mais baixos (cerca de 1/3) que os dos outros trabalhadores, com as mesmas funções e tipos de trabalho.

**3.4.51.** Uma maior participação na vida activa, acompanhada de maiores retrocessos nos apoios e nas funções sociais do Estado, tornam mais difícil a vida das mulheres e o pleno exercício de importantes direitos, tendo-se aliás alargado o fosso entre o reco-

nhecimento dos direitos na lei e a vida real, situação que se agravou com a política dos Governos do PSD e que o PS prossegue.

**3.4.52.** Desenvolve-se uma persistente ofensiva ideológica justificadora das desigualdades e no sentido de difundir a ideia do «retorno da mulher ao lar», das vantagens do tempo de trabalho incompleto, «pintando-se» imagens idealizadoras da mulher e da família no sentido de acentuar e perpetuar o seu papel subalterno na sociedade.

**3.4.53.** Toda esta realidade confirma que a emancipação das mulheres e a eliminação das discriminações de que são vítimas, implicam profundas transformações socioeconómicas e nas relações sociais e uma crítica permanente às concepções obscurantistas e retrógradas sobre o papel da mulher na sociedade, devendo dar-se maior atenção aos problemas subjectivos que determinam a formação das mentalidades.

**3.4.54.** O PCP assumiu papel importante na defesa e divulgação dos direitos das mulheres, estimulando e organizando a sua luta por reivindicações específicas e de carácter geral, organizando acções de esclarecimento e intervindo a nível institucional na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, denunciando as violações de direitos, tomando iniciativas legislativas para a defesa e o reforço dos direitos das mulheres.

**3.4.55.** A Organização das Mulheres Comunistas (OMC) intervindo ao nível da secção das ONG do Conselho Consultivo da CIDM (Comissão para a Igualdade dos Direitos da Mulher), participando em debates e em grupos de estudos ligados à temática feminina, participando na Comissão junto da Associação para o Planeamento Familiar e na Conferência sobre a Mulher, realizada em Pequim, concretizando iniciativas próprias como a edição do livro «Subsídios para as lutas e movimento das Mulheres em Portugal sob o Regime Fascista» e da brochura «Direitos das Mulheres — Realidade Versus Lei», organizando as comemorações do dia 8 de Março, as mulheres comunistas realizaram um importante trabalho de esclarecimento.

**3.4.56.** Entretanto, apesar dos aspectos positivos do balanço do trabalho partidário nesta frente, há a assinalar retrocessos, nomeadamente quanto à atenção que algumas organizações partidárias dedicam a esta frente e aos problemas das mulheres, ao número de quadros para ela destacados, bem como quanto à atenção que o Partido dedica aos movimentos específicos. A Comissão junto do Comité Central para os problemas e a luta das Mulheres viu diminuída a sua actividade.

**3.4.57.** Para o desenvolvimento da luta das mulheres e o alargamento da influência do Partido, as organizações partidárias devem dedicar maior atenção aos seus problemas, às suas reivindicações e aos diferentes movimentos que dão expressão organizada às suas



lutas específicas. Nos últimos anos criaram-se novas estruturas, existindo actualmente mais de 40 organizações femininas. Embora um número significativo destas organizações tenha âmbito limitado e esgote a sua intervenção em iniciativas pontuais, contribui para chamar a atenção de problemas sobre o estatuto da mulher.

**3.4.58.** O Movimento Democrático de Mulheres (MDM), que continua a ser o único grande movimento unitário de mulheres com estrutura nacional e actividade regular, realizou este ano o seu V Congresso e alargou a sua influência junto de alguns sectores femininos no plano político e social.

**3.4.59.** O movimento sindical, organização de massas que abrange maior número de mulheres, dispendo de numerosos quadros e de estruturas nas empresas, nos diversos sectores e regiões, é a forma de organização mais importante e determinante na mobilização das mulheres para a luta e para a unidade dos trabalhadores.

**3.4.60.** Alargando a sua organização a novos sectores do trabalho assalariado, diversificando a intervenção organizada de camadas mais amplas de mulheres, contribuindo para uma mais estreita ligação entre a luta geral e a luta específica, o movimento sindical desempenha papel determinante no esclarecimento e na luta emancipadora das mulheres.

**3.4.61.** Para o desenvolvimento do trabalho do Partido nesta frente e o reforço da sua influência são linhas essenciais:

a) promover a discussão e definir o nível de importância desta frente de trabalho, tomando-se as medidas correspondentes para reforçar o Partido e melhorar a sua ligação às mulheres e suas organizações específicas;

b) reforçar o papel e a acção das mulheres comunistas no Partido e na vida social e política em geral, melhorando as formas de divulgação das posições do Partido junto das mulheres;

c) dinamizar o papel da imprensa e da propaganda do Partido na informação e na pedagogia pela igualdade;

d) contribuir para reforçar as organizações de mulheres.

**3.4.62. Movimento dos Pequenos e Médios Empresários** — Os pequenos e médios empresários constituem uma camada extremamente heterogénea e instável e encontram-se em todos os sectores económicos. As grandes modificações económicas e sociais, designadamente a concentração capitalista, estão na origem da criação e desaparecimento de milhares de pequenas e médias empresas. Muitas constituíram-nas trabalhadores despedidos, outras foram formadas como satélites de grandes empresas, de quem dependem. A composição e a origem social dos pequenos empresá-

rios modificou-se profundamente.

**3.4.63.** Na maior parte dos casos atravessam grandes dificuldades, as maiores das quais são pesados encargos financeiros, sendo vítimas, em relação às grandes empresas, de discriminações no recurso ao crédito, com juros muito altos. A crise económica, a invasão de produtos estrangeiros, a baixa do poder de compra das populações afectam directamente a viabilização das pequenas empresas.

**3.4.64.** A gravidade da situação e a falta de resposta e de capacidade reivindicativa das estruturas representativas tradicionais (normalmente na órbita da CIP, da CCP e das Associações Industriais de Lisboa e Porto) enfeudadas às grandes empresas, aos grossistas e à política de direita do governo do PSD, e agora do PS, estão na base de modificações de fundo na atitude dos pequenos e médios empresários, da sua disposição e da sua combatividade, expressas nas manifestações abertas de defesa dos interesses dos pequenos e médios empresários, sobretudo no comércio e distribuição, e mesmo uma modificação da correlação de forças no seio das associações de classe.

**3.4.65.** Ao mesmo tempo, registou-se o fortalecimento das organizações consequentes, como a Confederação Portuguesa das Pequenas e Médias Empresas, ou foram constituídas associações regionais, locais ou sectoriais reivindicando a sua independência orgânica e de orientação relativamente às estruturas tradicionais.

**3.4.66.** Existe, na actualidade, uma maior consciência dos interesses próprios dos pequenos e médios empresários, da sua contradição com os interesses dos grandes grupos económicos e com o processo de integração europeia, facilitada pelas modificações na origem social dos elementos que constituem esta camada. No entanto, persistem as tentativas de manipulação e a tentativa de polarizar lutas, procurando dificultar a estruturação e a formação de uma consciência política consequente.

**3.4.67.** O peso económico e social das pequenas e médias empresas é muito relevante. A deterioração económica e social, a persistência das orientações liberais e o ingresso de elementos na camada com larga experiência de luta e de organização, abrem novas perspectivas ao desenvolvimento das suas organizações de classe.

**3.4.68.** Um maior acompanhamento da situação e dos anseios destas camadas pode potenciar o surto de uma ampla acção e a sua confluência com a luta dos trabalhadores em geral.

**3.4.69.** Como linhas de orientação para o desenvolvimento desta área de trabalho impõe-se:

a) Incentivar a luta de massas dos pequenos e médios empresários e apoiar as suas justas reivindicações na acção geral do Partido e na interven-



ção institucional, designadamente na Assembleia da República e nas autarquias;

**b)** propor e apoiar medidas que criem um quadro jurídico, fiscal e administrativo favorável à actividade das pequenas e médias empresas, uma lei da concorrência e sua fiscalização por forma a eliminar os privilégios dos grandes grupos económicos, bem como uma política de ordenamento dos espaços comerciais;

**c)** Incentivar formas de associação, apoiar a revitalização das estruturas representativas dos pequenos e médios empresários, assegurando a sua participação na definição das normas de exercício da actividade.

**3.4.70. Movimento dos Reformados** — Os reformados, pensionistas e a população idosa em geral, constituem um estrato da população que se caracteriza essencialmente pelo crescente peso no conjunto da população portuguesa, rondando já hoje os 2,5 milhões, por serem pessoas na sua esmagadora maioria com baixos níveis de vida e grandes carências em matéria de apoios sociais e culturais.

**3.4.71.** O continuado e intensificado processo de reformas antecipadas, lançando na vida inactiva homens e mulheres relativamente novos, alterou qualitativamente a composição desta camada e originou novos problemas sociais e humanos. Há pessoas que poderão viver mais anos inactivos do que activos, com grandes problemas para o seu desenvolvimento e condições de vida.

**3.4.72.** Entretanto, compreendendo o peso social e político desta camada, o governo do PSD e, de igual modo, o do PS, desenvolveram activas campanhas de demagogia no sentido de iludir os reais problemas e inculcar a resignação. Governamentalizaram a Comissão Nacional Para a Política da Terceira Idade, marginalizam o MURPI e a INTER-REFORMADOS no que se refere à representação institucional e aos apoios, e fomentam, em colaboração com a Igreja, o aparecimento de estruturas não representativas, com o objectivo de fragmentar a organização e intervenção do movimento dos reformados com sentido unificador da sua acção reivindicativa.

**3.4.73.** Apesar destas condicionantes, das enormes dificuldades financeiras e de apoios técnicos, o movimento dos reformados, assente em estruturas variadas de carácter local, regional e nacional, mas complementares, com destaque para o MURPI (a maior organização nacional) e a INTER-REFORMADOS (com numerosas comissões em sindicatos e em organizações sectoriais), afirma o seu carácter de massas com uma activa intervenção.

**3.4.74.** Apesar das potencialidades que se abrem ao movimento dos reformados, quer pelo aumento do peso desta camada, quer pelo agravamento da sua

situação social, desenvolvem-se processos negativos que devem merecer a maior atenção. Verifica-se, nomeadamente, a grande absorção pelos problemas diários locais, em detrimento da acção reivindicativa mais geral, a tendência para centrar a procura de apoios (importantíssimos) quase exclusivamente nas autarquias, o quase abandono do estudo da problemática da terceira idade, o amortecimento da coordenação de diferentes estruturas, por cedências à chantagem de apoios financeiros oficiais e grande dificuldade na renovação de quadros, quer por má avaliação quanto à importância desta frente, quer pela persistência de preconceitos em relação a este trabalho.

**3.4.75.** No Partido, apesar da actividade única na defesa dos interesses desta camada social, organizando e animando a sua luta, apresentando iniciativas legislativas na Assembleia da República e desenvolvendo um importantíssimo trabalho de apoio nas autarquias, pode constatar-se uma menor atenção a esta frente fora dos períodos eleitorais. Em algumas regiões deixa-se quase exclusivamente às autarquias de gestão CDU o trabalho com esta camada, apesar do elevado número de membros do Partido responsáveis por associações locais e centros de convívio. Por outro lado, funcionam de forma irregular ou estão desactivados organismos, apesar do grande número de membros do Partido reformados.

**3.4.76.** Com vista ao reforço do trabalho partidário nesta frente, são de considerar as seguintes linhas de orientação:

**a)** contribuir para o reforço das estruturas unitárias e sua criação onde não existam, designadamente, criar e reactivar organismos responsáveis pelo trabalho nesta frente e melhorar a sua coordenação;

**b)** destacar um maior número de quadros para intervir nas estruturas unitárias, combatendo manifestações de sectarismo, de incompreensão e preconceitos quanto à importância do trabalho nesta frente;

**c)** dedicar maior atenção a toda a problemática da terceira idade e assegurar uma melhor coordenação entre o trabalho das organizações partidárias, do Grupo Parlamentar e dos autarcas;

**d)** desenvolver uma melhor articulação entre as células de empresa, os organismos sectoriais e as estruturas dos reformados que mantêm vínculos a essas empresas e sectores.

**3.4.77. Movimento dos Deficientes** — Sendo na sua grande maioria pessoas com graves carências económicas, baixos níveis de vida, carentes de apoios e marginalizados na sociedade, os deficientes foram com o governo PSD e continuam a sê-lo agora com o PS, profundamente afectados pela política de direita que se traduz na retirada de direitos conquistados, regres-



são nos apoios sociais e esvaziamento da lei orgânica do Serviço Nacional de Reabilitação.

**3.4.78.** Com uma composição muito heterogénea, o movimento dos deficientes revelou grande vitalidade organizativa e reivindicativa, desenvolvendo importantes e diversificadas acções de massas, apesar dos esforços do PSD e do PS para dividir e subalternizar as associações de deficientes e a União Coordenadora Nacional das Organizações de Deficientes.

**3.4.79.** As acções de protesto junto da Assembleia da República e do Governo, a elaboração de cadernos reivindicativos, realizações como Seminários, Colóquios, Tribunais de Opinião Pública, Parlamento Nacional de Deficientes, tiveram grande significado para sensibilizar a sociedade sobre a problemática da deficiência, defender os seus interesses e denunciar a política de direita.

**3.4.80.** O PCP desempenhou papel destacado na defesa dos interesses e direitos dos deficientes, realizando iniciativas de sensibilização para a problemática da deficiência, reivindicando a adopção de medidas a favor desta camada social e apresentando na Assembleia da República várias iniciativas legislativas que, se aprovadas, melhorariam significativamente a situação e os direitos dos deficientes e suas organizações.

**3.4.81.** Membros do Partido desempenham importantes responsabilidades em diferentes associações de deficientes e têm tido papel de vulto na preparação e dinamização da acção reivindicativa, mas há a assinalar sérias insuficiências e mesmo retrocessos no trabalho partidário desenvolvido nesta frente. Reduziu-se o número de quadros envolvidos nesta actividade. aumentaram as dificuldades no que toca a renovação de quadros associativos, reduziu-se o número de organismos ou é irregular o seu funcionamento, é desigual a atenção e compreensão nas organizações partidárias quanto à importância de uma frente de trabalho que abrange um milhão de pessoas com graves problemas sociais e humanos e cuja acção põe em causa directamente as políticas anti-sociais.

**3.4.82.** O movimento dos deficientes e a luta para o seu desenvolvimento terão de ter como primeira preocupação salvaguardar e reforçar a unidade, que garante a autonomia face às tentativas de governamentalização das estruturas e estabeleça objectivos comuns, objectivo para a defesa da participação das organizações de deficientes na definição, planeamento e aplicação da Política Nacional de Reabilitação, adopção de medidas concretas contra as discriminações, regulamentação e aplicação da Lei de Bases da Prevenção, Reabilitação e Integração das pessoas com deficiência, atribuição de apoios às Associações e todo um conjunto de medidas socioeconómicas e culturais que melhorem as condições de vida desta camada social.

**3.4.83.** Para o reforço do movimento de deficientes e o alargamento da influência do Partido, são de considerar as seguintes medidas e linhas de orientação:

a) criar novos organismos, reactivar outros e desenvolver esforços para destacar mais quadros para esta frente;

b) enquadrar e acompanhar regularmente os membros do Partido que intervêm em diferentes estruturas associativas e dedicar maior atenção ao estudo da problemática da deficiência;

c) dar maior divulgação pública às posições e propostas do Partido;

d) melhorar a coordenação da intervenção junto das massas e nas instituições (Assembleia da República e Poder Local).

**3.4.84. Movimento Associativo e Popular** — A importância e o valor do Movimento Associativo Popular decorrem da sua própria natureza. Do facto de constituir uma expressão de exercício de liberdade e exemplo da vida democrática, um espaço plural de criação e de resistência cultural e de afirmação da identidade nacional face ao processo de descaracterização no quadro da integração europeia. De ser uma escola de vida colectiva, de cooperação, de solidariedade, de humanismo e de cidadania. De desenvolver uma actividade importante nas áreas da cultura e desporto, do recreio, da educação, do ambiente, do património, etc.. De a sua actividade não ser substituível por qualquer alternativa de organização social e ainda menos por qualquer solução de ordem comercial, baseada no lucro.

**3.4.85.** O nosso país detém uma rica e diversificada vida associativa, mas é um país cujas potencialidades associativas estão longe de serem desenvolvidas. A situação associativa em Portugal é um implacável libelo acusatório das políticas prosseguidas pela direita (também pelo PS) nos últimos 20 anos. Derrotado o PSD, agora com um Governo PS não é visível qualquer mudança significativa de política. O PS tem demonstrado não estar interessado em contribuir para o desenvolvimento associativo do país.

**3.4.86.** Apesar das dificuldades e ausência de apoios e de políticas adequadas ao nível do poder central, o movimento associativo nos últimos anos desenvolveu-se, diversificou-se, cresceu e alargou a sua influência e protagonismo na sociedade portuguesa.

**3.4.87.** Desenvolveu-se uma poderosa economia social, gerada e gerida pelas associações, construída essencialmente na base de receitas próprias. O voluntariado continua a afirmar-se como um valor insubstituível na vida associativa. É crescente a atracção e a participação das populações, designadamente da juventude e da mulher na vida associativa. Há um esforço de criação de mecanismos e acções de formação orientados para a preparação dos dirigentes, para



a resposta às novas necessidades, problemas e desafios. É sensível a renovação e inovação, na esteira das melhores tradições associativas. Há a pesquisa e a concretização de novas formas de cooperação e coordenação associativas. Há uma relação diversificada, por vezes contraditória, com o poder local, mas é do poder local democrático, designadamente das autarquias de influência CDU que vêm os apoios do mais diverso tipo por parte da Administração do Estado.

**3.4.88.** O PCP considera que é indispensável fortalecer o movimento associativo, potenciar os meios existentes, dinamizar novas associações para novos interesses, apoiar a acção dos dirigentes no sentido de assegurar o carácter benévolo da sua actividade e o carácter formativo profundamente democrático do associativismo.

**3.4.89.** Apesar da intervenção de um número significativo de membros do Partido, é ainda em geral insuficiente a atenção que as organizações partidárias dão a esta frente de trabalho. Para a afirmação do movimento associativo, a intervenção dos membros do Partido desenvolve-se com os seguintes objectivos:

a) melhorar o nível de acompanhamento por parte das organizações partidárias dos problemas do movimento associativo, definir responsáveis aos diversos níveis e adoptar outras medidas orgânicas para ajuda e coordenação da actividade dos membros do Partido que actuam nesta frente;

b) analisar, aprofundar e prosseguir o desenvolvimento dos exemplos positivos de colaboração e cooperação, mutuamente vantajosos, entre as autarquias locais e o movimento associativo;

c) incentivar e aprofundar formas de cooperação e coordenação associativas e acção de intercâmbio a nível local, nacional e internacional;

d) potenciar o gosto pelo convívio e pela vida colectiva, contribuir para uma ampla participação de jovens e de mulheres nas associações populares, designadamente em tarefas de responsabilidade dirigente, criando novas condições para o rejuvenescimento, a renovação e a inovação na vida associativa.

**3.4.90. Movimento de defesa do ambiente —** Os problemas do ambiente, da defesa da natureza, ganharam uma enorme importância.

**3.4.91.** No período que decorre desde o XIV Congresso, as movimentações em torno de problemas ambientais desenvolveram-se e alargaram-se. Neste movimento integram-se associações ambientalistas, com expressões e objectivos diversificados. Criaram-se também laços entre organizações locais.

**3.4.92.** O Partido tem intervenção institucional meritória nesta área e uma linha programática de clara defesa do ambiente. Mas tem-se revelado necessária uma maior atenção a estas movimentações e associa-

ções nascentes, onde estão activos membros do Partido.

**3.4.93.** É indispensável que as organizações do Partido dêem maior acompanhamento a esta frente e aprofundem uma linha de estudo e iniciativa sobre problemas e lutas ambientais.

**3.4.94. Movimento Cooperativo —** Apesar da sua importância socioeconómica, manteve-se condicionado por factores negativos que têm dificultado a sua viabilização. A par das dificuldades económicas e sociais que o país vive e que se repercutem na actividade das cooperativas, manteve-se o desrespeito do governo PSD pela obrigação do Estado de prover «a protecção do sector cooperativo e social dos meios de produção», consagrado na Constituição da República.

**3.4.95.** O governo PSD desenvolveu uma outra linha de ataque à sobrevivência do movimento cooperativo com a aprovação na Assembleia da República de um Código Cooperativo (que não viria a ser promulgado pelo Presidente da República) em que se visava a eliminação dos princípios da gestão colectiva e democrática, a introdução de sócios financiadores com enorme capacidade de voto e controlo, bem como a possibilidade de transformar as cooperativas em sociedades anónimas com apropriação dos seus activos e patrimónios. A aprovação na Assembleia da República, em Julho deste ano, do novo Código Cooperativo limitou os perigos embora sem os conjurar.

**3.4.96.** No entanto a situação mantém-se preocupante, tanto mais que se frustraram as expectativas geradas com a posse do novo Governo PS. Os preceitos constitucionais continuam letra morta, não foram tomadas medidas de carácter jurídico, financeiro, ou outras de apoio e estímulo ao sector cooperativo, designadamente aos ramos não agrícolas delas urgentemente carecidos.

**3.4.97.** Sendo diferente a situação de ramo para ramo, as cooperativas têm procurado ultrapassar as dificuldades através de medidas do tipo intercooperação ou integração económica, de reestruturação orgânica, de fusões nas cooperativas leiteiras, de comercialização ou integração económica nas cooperativas de consumo e, em geral, os esforços de melhoria da eficácia da gestão sem perda da identidade do movimento.

**3.4.98.** O movimento cooperativo, apesar das dificuldades e ameaças que enfrenta, tem enormes potencialidades e poderá contribuir para a superação da crise económica e social, se forem garantidos os seus legítimos direitos e assegurados os indispensáveis apoios. Os comunistas que actuam no movimento cooperativo devem aí defender:

a) a criação de um quadro jurídico, financeiro e de apoio técnico que enquadre a actividade das cooperativas;

b) a possibilidade de acesso a linhas de financi-



amento vantajosas e medidas de fiscalidade que tenham em conta a natureza do sector cooperativo;

**c)** o acesso aos fundos comunitários por forma a dotar o sector de meios materiais e a possibilitar programas de formação dos cooperativistas;

**d)** o apoio às estruturas representativas nos diferentes ramos para o aperfeiçoamento das estruturas e dos serviços que prestam, tornando mais eficaz a sua função de representar os interesses das cooperativas em todas as instâncias e no seio do INSCOOP.

**3.4.99.** A par de todos estes movimentos que por representarem grandes massas, certa «coesão» social ou interesses de classe, e disporem de estruturas organizativas estáveis ocupam um lugar preponderante, existem e desenvolvem-se muitos outros movimentos e organizações formais e informais de grande significado.

**3.4.100.** São movimentos e organizações compostos por pessoas de grande heterogeneidade política, social e de classe, mas que convergem na defesa de grandes causas (solidariedade, paz, ecologia, defesa do património, direitos étnicos, etc.) e na resolução de graves problemas sociais.

**3.4.101.** São de destacar o **movimento anti-racista, movimentos e associações de imigrantes**, cuja acção é extremamente importante no combate à xenofobia e ao racismo, para a defesa dos direitos dos imigrantes e das minorias étnicas, para a educação cívica, a convivência democrática e o combate a forças e ideologias reaccionárias, o **movimento da paz e solidariedade**, cuja actualidade se renova e reforça com o avolumar de conflitos e planos e acções agressivas do imperialismo, as **associações e movimentos de defesa do património**, empenhados na preservação da memória colectiva e na valorização da nossa identidade; dos **utentes** contra a degradação dos serviços de transportes; as **comissões de base de saúde**, desenvolvendo acções na defesa dos utentes da saúde.

**3.4.102.** Estes movimentos e formas de organização exprimem uma profunda aspiração de largos sectores a uma real e efectiva participação democrática na vida nacional.

**3.4.103.** O Partido deve dar uma grande atenção ao desenvolvimento destes movimentos. Os militantes do Partido deverão desempenhar um papel activo na dinamização e concretização dos projectos em que eles se empenham, dando expressão viva e concreta à ligação do Partido às massas e ao desenvolvimento de uma acção de grande importância para a defesa dos interesses das populações e no combate à política de direita e ao reforço da vida democrática.

**3.4.104.** Estreitando a ligação às massas, é necessário virar decididamente as organizações do Partido

para o desenvolvimento da luta de massas.

**3.4.105.** É na luta que as massas melhor podem adquirir a consciência da necessidade de ruptura com os partidos que se alternam na gestão do sistema capitalista e da canalização do seu apoio para o PCP, que defende os seus interesses e direitos e garante soluções democráticas para os problemas nacionais.

**3.4.106.** O desenvolvimento das organizações unitárias é essencial para a acção ampla e eficaz das massas. A organização e a luta de massas são essenciais para a consciencialização social e política, para a revelação, afirmação e formação dos seus quadros dirigentes. Estar disponível para integrar e assumir cargos de direcção nas estruturas unitárias de massas é uma exigência que se coloca aos membros do Partido. Conhecer os problemas, definir objectivos que correspondam aos interesses e aspirações das massas, procurar novas, adequadas e eficazes formas de luta e acção, devem ser preocupações de todas as organizações e membros do Partido.

### **3. 5. As batalhas eleitorais e a intervenção do PCP nas instituições**

**3.5.1.** Os diversos **actos eleitorais de âmbito nacional** realizados no período decorrente entre o XIV e o XV Congressos (para as autarquias locais, em 12/12/93; para o Parlamento Europeu em 12/6/94; para a Assembleia da República, em 1/10/95; para a Presidência da República, em 14/1/96;) constituíram grandes frentes de luta democrática que pesaram consideravelmente no quadro geral dos esforços e da acção do Partido e cujos resultados, de forma relativamente constante e progressiva, foram exprimindo o processo mais profundo do enfraquecimento, crise e derrota da governação do PSD.

**3.5.2.** Considerando globalmente os processos e actos eleitorais realizados entre o XIV e o XV Congressos, são de assinalar como traços gerais mais marcantes:

**a)** a progressiva redução da base social e política do PSD e as sucessivas derrotas eleitorais, culminando com o seu afastamento do governo;

**b)** a continuada ascensão eleitoral do PS culminada com o seu grande êxito nas últimas eleições legislativas, conseguindo polarizar eleitoralmente a quase totalidade das deslocações de voto geradas pelo descrédito da governação do PSD;

**c)** a recuperação eleitoral do CDS-PP, mais significativa nas eleições legislativas, atenuando a anterior polarização da direita em torno do PSD;

**d)** a estabilização da influência eleitoral do PCP e da CDU em valores que testemunhando uma



grande capacidade de resistência em condições e numa conjuntura particularmente difíceis, evidenciam também dificuldades em fazer irromper um nítido processo de recuperação da influência perdida, designadamente no período 1987-1991; esta estabilização não deixa entretanto de significar que o PCP conservou uma influência eleitoral que o confirmou, mesmo no plano institucional, como uma força indispensável para uma verdadeira alternativa democrática que substitua a mera alternância entre PS e PSD na realização de uma política similar;

e) a manutenção da reduzida expressão das pequenas formações, sendo de assinalar o eclipse do PSN que deixou de ter representação parlamentar.

**3.5.3.** Os resultados das eleições para os órgãos das autarquias locais de Dezembro de 1993, salvo algumas variações, exprimiram, em termos gerais, a manutenção das tendências e da situação resultantes das anteriores eleições autárquicas de 1989.

**3.5.4.** O PSD sofreu novamente uma grande derrota, ao não conseguir qualquer recuperação significativa da grande quebra (em votos e em presidências de câmara) que tinha sofrido quatro anos antes, perdeu ainda a presidência de importantes municípios (como Cascais, Covilhã, Abrantes, Sintra, Torres Novas e Viana do Castelo), registou uma sensível quebra de votos na Área Metropolitana de Lisboa e perdeu 12 das 13 juntas de freguesia do concelho de Lisboa em que detinha a maioria.

**3.5.5.** O PS averbou um progresso eleitoral quer em termos de percentagem (36%, mais 3 pontos) quer em termos de presidências de câmaras (126, mais 7), registando entretanto um significativo fracasso no seu proclamado objectivo de enfraquecer as posições da CDU, designadamente na Área Metropolitana de Lisboa, onde, não obstante uma maior aproximação à CDU em alguns importantes municípios, não lhe conseguiu retirar nenhuma presidência de câmara.

**3.5.6.** O CDS teve um resultado similar ao de 1989, com uma ligeira quebra de percentagem (8,4%).

**3.5.7.** Apesar de largamente desfavorecida pela promoção da «bipolarização» entre PS e PSD, a CDU alcançou um resultado positivo que a confirmou como uma grande força do poder local democrático. Sem prejuízo de aspectos insatisfatórios, é de registar que a CDU conquistou a maioria e a presidência em 49 municípios (menos um que em 1989) e em 340 freguesias, que excluindo a coligação «Com Lisboa», atingiu na votação para as Assembleias Municipais e Juntas de Freguesia 13% dos votos e mais de 700 mil votos, a maior votação em termos absolutos obtida pela CDU depois de 1985.

**3.5.8.** De registar ainda, pelo seu particular signifi-

cado, a reforçada e ampliada vitória da Coligação «Com Lisboa», com base fundamental num acordo programático e de repartição de responsabilidades entre o PS e o PCP, conduzindo a que, por efeito dos resultados eleitorais, o número de vereadores do PCP tenha passado de 4 para 5 e de passarem a ser presididas por eleitos comunistas 25 juntas de freguesia, mais quatro que anteriormente.

**3.5.9.** É igualmente de assinalar, como um elemento novo depois de 1985, o facto de, em conjunto, a votação do PS, da CDU e da coligação «Com Lisboa» ter ascendido a 52,6% (para 42% do conjunto PSD-CDS).

**3.5.10.** Nas eleições para o Parlamento Europeu realizadas em Junho de 1994, o PSD sofreu uma nova e importante derrota, pois apesar de uma ligeira subida na percentagem (34,3%, mais 1,6 pontos que em 1989), perdeu a posição de partido mais votado para o PS que obteve 34,8% dos votos (mais 6 pontos que em 89).

**3.5.11.** O CDS, ao obter 12,4% dos votos sofreu uma quebra em relação ao seu resultado na anterior eleição para o Parlamento Europeu (14,1%), devendo entretanto ter-se em conta que, dada a mudança de orientação e atitude em relação à integração europeia ocorrida entre esses dois actos eleitorais e a transferência de Lucas Pires para a lista do PSD, o resultado alcançado pelo CDS representou um êxito superior ao que os resultados numéricos, isoladamente considerados, poderiam fazer supor.

**3.5.12.** A CDU alcançou 11,2% dos votos (quando em 1989 obtivera 14,4%) e elegeu 3 deputados, num resultado considerado insatisfatório, mas em cuja avaliação é indispensável ter presente que, entre as duas eleições para o PE, a CDU tinha sofrido uma quebra de 3 pontos percentuais nas legislativas de 1991.

**3.5.13.** Estas eleições para o PE foram profundamente marcadas por uma elevadíssima abstenção — 65% — que resultou da complexa conjugação de diversos factores, com destaque para a ausência muito generalizada de motivação em relação a uma União Europeia em crise e para a realização das eleições numa data correspondendo a um fim-de-semana muito prolongado em período estival.

**3.5.14.** É legítimo admitir que a CDU tenha sido particularmente penalizada pelo aumento da abstenção, dado que ela foi mais acentuada nos distritos de Lisboa e Setúbal, onde a CDU tem 60% da sua votação nacional.

**3.5.15.** O facto de o valor da abstenção ter sido o mais elevado desde as primeiras eleições em 1975, conduziu a que, não apenas a CDU, mas também o PS, o PSD e o CDS tivessem, em termos do número absoluto de votos, registado os mais baixos valores de sempre.

**3.5.16.** Como elemento de reflexão sobre estas eleições para o PE, é ainda de sublinhar que, apesar dos



esforços e orientações do partido no sentido de enfrentar as preocupações antecipadamente existentes quanto ao risco de uma enorme abstenção, não foi possível alcançar um comportamento diferenciado do eleitorado do PCP e da CDU que, em grande parte, terá acompanhado a tendência geral para uma grande abstenção.

**3.5.17.** Culminando um processo de firme combate popular e democrático à política e aos governos do PSD, em que o PCP desempenhou um papel fundamental, os resultados das **eleições para a Assembleia da República** realizadas em Outubro de 1995 saldaram-se por uma espectacular derrota do PSD, do seu governo e de Cavaco Silva, que pôs termo a 16 anos consecutivos de permanência do PSD no Governo, 8 dos quais com maioria absoluta.

**3.5.18.** Em termos estritamente eleitorais, a derrota do PSD cifrou-se, por comparação com as legislativas anteriores, na perda de cerca de 800 mil votos e de 16 pontos percentuais (de 50% para 34%).

**3.5.19.** O PS registou um grande êxito eleitoral atingindo a sua maior votação de sempre, obtendo mais 900 mil votos e aumentando a sua percentagem em 15 pontos percentuais (de 29,1 para 44%) e passando a dispor na AR de uma maioria relativa de 112 deputados (faltando-lhe 4 para a maioria absoluta), mas dispondo sozinho de uma representação parlamentar superior à soma das do PSD e do CDS-PP).

**3.5.20.** O CDS-PP, ao obter 9% dos votos (para 4,4% em 1991), regista um importante progresso eleitoral que, embora beneficiando de uma reorganização na influência relativa dos partidos de direita (esvaziamento do PSD que, a meio da década de 80, conquistara metade do eleitorado do CDS), poderá também estar ligado com uma certa renovação do seu eleitorado, designadamente pela atracção exercida sobre segmentos e em camadas sociais cuja situação as tornaram permeáveis ao discurso demagógico e populista da nova direcção do CDS-PP, incluindo a sua apregoada posição da defesa da soberania nacional.

**3.5.21.** A CDU ao alcançar 8,6% e eleger 15 deputados (menos 0,2% e menos 2 deputados que em 1991) não conseguiu realizar o objectivo do seu reforço eleitoral, que correspondia não só às expectativas existentes e confirmadas no decorrer da sua campanha eleitoral, mas sobre as necessidades objectivas da luta por uma efectiva mudança democrática.

**3.5.22.** Obtido em condições extraordinariamente difíceis (em que avultam gritantes perversões da democraticidade do processo eleitoral e uma intensa propaganda de «bipolarização» entre PS e PSD), o resultado da CDU, sendo insatisfatório, atesta entretanto uma travagem do sucessivo decréscimo de influência eleitoral que tinha vindo a verificar-se desde 1985. Pela primeira vez desde esse ano, a CDU não registou em

eleições legislativas uma quebra no número absoluto de votos (obteve mais 2 mil votos que em 1991).

**3.5.23.** Ao mesmo tempo, é legítimo adiantar que o reforço eleitoral da CDU terá sido inviabilizado pelo facto de muitos eleitores que apoiavam politicamente a CDU, no quadro de um grande movimento nacional de opinião e vontade de derrotar o PSD e o cavaquismo, terem sido atraídos pela ideia falsa e enganosa de que a única forma de derrotar o PSD seria votar no PS, não sendo de excluir que este equívoco tenha sido agravado pela aparente exibição de força do PSD nos últimos dias da campanha. Ora, os próprios resultados de 1 de Outubro mostraram à evidência que o reforço da votação na CDU não só nunca poria em causa a derrota da direita e para ela sempre contribuiria utilmente, como seria a forma segura de pesar no sentido da adopção de uma nova política.

**3.5.24.** As **eleições presidenciais** de Janeiro de 1996 foram marcadas pela tentativa do PSD de, através da candidatura de Cavaco Silva, recuperar da derrota sofrida nas eleições legislativas e, elegendo o seu antigo líder para Presidente da República, de alguma forma atenuar ou neutralizar o significado político dos seus resultados.

**3.5.25.** Num quadro em que só dois candidatos tinham possibilidade de ser eleitos, — Cavaco Silva e Jorge Sampaio, que apresentara a sua candidatura antes de qualquer decisão formal de designação ou apoio por parte do PS —, o PCP apresentou a candidatura de Jerónimo de Sousa, fixando como objectivo central da sua intervenção contribuir para a derrota de Cavaco Silva, assegurando ao mesmo tempo a marcação das diferenças de opinião do PCP relativamente a concepções expostas por Jorge Sampaio e afirmando a autonomia das propostas, orientação e projecto do PCP.

**3.5.26.** A valiosa e combativa campanha de Jerónimo de Sousa, a sua posterior desistência e o correspondente apelo do PCP ao voto em Jorge Sampaio representaram uma contribuição decisiva para a sua eleição (com 54% de votos) e para a derrota de Cavaco Silva (com 46%) que representou uma derrota de toda a direita, dado que no termo de um processo marcado pelo embaraço e pelas ambiguidades, se acabou por tornar explícito o apoio de destacados dirigentes do CDS-PP ao candidato do PSD.

**3.5.27.** É indispensável salientar que no período compreendido entre o XIV e o XV Congressos, se acentuaram situações, tendências e fenómenos, alguns dos quais correspondendo a graves perversões e limitações da efectiva democraticidade dos processos eleitorais, de cuja conjugação resultaram acrescidas dificuldades para o PCP e para a realização dos seus objectivos eleitorais.

**3.5.28.** Neste âmbito, são de destacar, entre muitos outros:



a) uma prolongada e praticamente constante discriminação do PCP em importantes meios de comunicação social, nomeadamente televisões, e que se traduz no silenciamento ou insuficiente cobertura de actividades, iniciativas, tomadas de posição e propostas, no afastamento de debates televisivos e colunas de opinião na imprensa, na segregação e preconceito relativamente, não apenas aos dirigentes do PCP, mas também a numerosos militantes comunistas com destacada qualificação e intervenção nas mais diversas áreas da vida nacional;

b) a intensa propaganda da «bipolarização» PS-PSD persistentemente inculcada pelos *media* (em muitos casos acompanhada de um ostensivo favorecimento relativo do CDS-PP), e que teve a sua expressão máxima nos debates televisivos realizados à beira da campanha eleitoral para as legislativas apenas com a participação dos líderes do PSD e do PS;

c) a sempre crescente influência e interferência dos meios de comunicação social na vida política, traduzida designadamente na adopção de critérios de superficialidade e de política-espectáculo e pressionando poderosamente no sentido de instituir a política comumente defendida pelo PS, pelo PSD e pelo CDS-PP como a única possível.

d) o desrespeito patente do princípio legal de igualdade de tratamento das diversas candidaturas durante as campanhas eleitorais, em que é de destacar, pela sua extraordinária gravidade e consequências, o facto de nas últimas eleições legislativas, os diversos canais de televisão, incluindo os do serviço público, terem nos seus serviços noticiosos passado a efectuar a cobertura das campanhas eleitorais na base de um critério de alinhamento e duração das reportagens escandalosamente favorável ao PS e ao PSD:

e) a forte acentuação de formas de condicionamento da formação da opinião e opção de voto, como é o caso das mistificações que, falseando a verdadeira natureza e finalidades dos actos eleitorais, foram inculcando em larguíssimos sectores do eleitorado a convicção de que as eleições legislativas são eleições para o Primeiro-Ministro ou a de que o único resultado que conta é a definição do partido mais votado.

f) a crescente e gritante desproporção de desigualdade de recursos financeiros aplicados pelas diversas forças políticas nas campanhas eleitorais (bem patente, por exemplo, no facto de que enquanto a CDU gastou 180 mil contos nas últimas legislativas, as despesas declaradas oficialmente pelo PSD e pelo PS foram respectivamente de 832 e 540 mil contos, sendo absolutamente legítimo suspeitar que ambos gastaram efectivamente muito mais);

g) o agravamento de múltiplas linhas de condicionamento e influência ideológicas tendentes a compartimentar e separar, de forma estanque, interesses sociais e representação política, sendo neste âmbito particularmente evidente a preocupação de silenciar ou desvalorizar as iniciativas e formas de intervenção em que o PCP se assume como protagonista no plano político de grandes causas e interesses sociais.

**3.5.29.** No quadro dos futuros actos e campanhas eleitorais, as **eleições autárquicas** a realizar no final do próximo ano constituem uma batalha política de grande importância que exige uma alargada e empenhada intervenção de todo o Partido. Independentemente das possíveis alterações do quadro existente em anteriores eleições (decorrentes eventualmente da revisão constitucional e porventura da regionalização), importa desde já prosseguir, aperfeiçoar e aprofundar o trabalho que tem sido realizado.

**3.5.30.** A concepção destas eleições como batalha de todo o Partido envolve quer as medidas e o trabalho especificamente eleitoral, no qual ressaltam as medidas de direcção, de quadros, de planificação e de dinamização e envolvimento da organização partidária, quer o prosseguimento do trabalho ao nível das autarquias e a sua correspondente valorização.

**3.5.31.** A afirmação e dinamização da CDU — Coligação Democrática Unitária como um amplo espaço democrático de intervenção e participação, aberto à contribuição de milhares de cidadãos independentes, disponíveis para trabalhar no interesse das populações e das respectivas freguesias, vilas e cidades, constitui uma tarefa e um objectivo da maior actualidade.

**3.5.32.** A confirmação de uma política idêntica à anterior por parte do actual governo do Partido Socialista, abrirá objectivamente campo a uma aproximação de numerosos democratas que, tendo confiado o seu apoio ao PS, o vêm agora utilizado para prosseguir uma política oposta à que aspiravam.

**3.5.33.** O PCP prepara-se, como regra, para concorrer em todo o país no quadro da CDU, à excepção do concelho de Lisboa, onde deverá ser assegurada a continuidade da positiva experiência das coligações «Por Lisboa» e «Com Lisboa».

**3.5.34.** A CDU apresenta-se, em todas as situações, como a força portadora de uma proposta autárquica capaz de dar resposta, de forma continuada e consistente, às aspirações de bem-estar, desenvolvimento e progresso locais. Um projecto para confirmar e desenvolver nas autarquias onde hoje já é a força responsável pelos seus destinos. Um projecto e uma força credíveis para se apresentar como alternativa para vencer em novas freguesias e municípios do país. Um projecto e uma garantia de defesa intransigente dos interesses populares, que faz do voto e apoio à CDU,



em todas as situações, um factor essencial para um funcionamento transparente e democrático de cada autarquia.

**3.5.35.** No âmbito da actividade de preparação das próximas eleições, merecem particular atenção:

a) o processo de elaboração das listas procurando garantir uma renovação e rejuvenescimento e o início do debate com vista à elaboração dos programas de acção para o próximo mandato;

b) o trabalho de dinamização e alargamento de apoios à CDU e o lançamento a prazo de um amplo movimento de juventude CDU;

c) a valorização do trabalho e acção geral dos eleitos e das autarquias de maioria CDU, e da importância da sua intervenção mesmo quando em minoria.

**3.5.36.** Não se desconhecem os meios que outros procurarão utilizar e concentrar com o objectivo, comum ao PS e aos partidos da direita, de enfraquecer as posições que o PCP e a CDU dispõem nas autarquias. Assim o fizeram, ainda que sem êxito, no passado. Assim haverá condições para que volte a suceder no futuro próximo. Tal situação requer a adopção enérgica de medidas, de concentração de atenções e de meios capazes de darem resposta a todo o momento à acção dos nossos principais adversários.

**3.5.37.** O valor da obra realizada constitui um dos principais argumentos que permitem enfrentar as eleições, com consciência das dificuldades, mas também das possibilidades de as ultrapassar com êxito.

**3.5.38.** Apresentam-se como objectivos globais, cuja concretização representaria um acontecimento de indiscutível significado, e relativamente aos quais o trabalho geral dos comunistas nas autarquias torna perfeitamente legítimo a eles aspirar:

a) a apresentação de candidaturas a todos os órgãos municipais e ao maior número possível de freguesias;

b) a confirmação e reforço das posições do PCP e da CDU nos municípios e freguesias onde hoje são maioritários;

c) a conquista da presidência em novos municípios e freguesias;

d) a ampliação das posições que hoje detêm em situações de minoria e a obtenção de mandatos em autarquias onde hoje não dispõem deles.

**3.5.39. O projecto autárquico do PCP,** o prestígio conquistado, a identificação com as mais sentidas e profundas aspirações populares e o nível da obra realizada pelos eleitos do PCP nas autarquias no decurso de vários mandatos, estão estreitamente ligados ao estilo de gestão e de exercício de poder.

**3.5.40.** A confirmação e aprofundamento de um exercício de poder adequado aos objectivos e natureza do Partido, num quadro de crescente complexidade que

envolve a intervenção nas autarquias, é indissociável do reforço e aperfeiçoamento do exercício do trabalho de direcção do Partido, exercido com intensa participação dos eleitos autárquicos, à margem do qual não é possível assegurar uma orientação coesa e coerente com os principais objectivos de intervenção dos comunistas nos órgãos de poder local. Por outro lado, nas circunstâncias actuais, importa encontrar as vias para conjugar os diferentes níveis de intervenção do Partido (central, regional, local), com vista a garantir um melhor apoio recíproco e uma melhor recolha e aproveitamento de experiências

**3.5.41.** Um exercício de direcção do trabalho nas autarquias assente basicamente na inserção colectiva dos eleitos nas estruturas e colectivos de direcção, no regular debate e decisão nos organismos, sobre as orientações essenciais da intervenção dos eleitos e na avaliação regular e colectiva do conteúdo e formas de exercício dos mandatos pelos eleitos comunistas.

**3.5.42.** O balanço positivo não deve fazer esquecer a necessidade de enfrentar aspectos negativos onde se manifestam, tais como deficiências na ligação às populações, na prestação de contas da obra realizada, rotina e burocracia.

**3.5.43.** Ao projecto autárquico do Partido e à sua concepção de exercício de poder é inerente um conjunto de características essenciais que marcam e diferenciam o estilo de gestão desenvolvido pelos seus eleitos. Da sua verificação depende a própria afirmação do nosso projecto, a eficácia e democraticidade da gestão e os níveis respectivos de realização.

**3.5.44.** Sublinham-se e relevam-se neste quadro:

— a afirmação, no exercício dos mandatos, dos princípios de trabalho, competência, honestidade, recusa de benefícios pessoais, desapego ao poder e defesa dos interesses populares;

— o reforço da ligação às populações como componente essencial de uma gestão democrática e participada, meio de mobilizar opiniões e apoios e de assegurar uma alargada informação e esclarecimento sobre o andamento, respostas ou ausência de resposta aos principais problemas locais;

— a procura de uma alargada participação da população e dos agentes e organizações locais no processo de decisão da autarquia;

— o exercício das suas funções por forma a garantir uma natural aproximação e acesso das populações ao eleito e uma resposta pronta às suas solicitações;

— a valorização do papel dos trabalhadores da autarquia, cuidando das condições de trabalho, assegurando o respeito pelos seus direitos e garantindo a sua valorização e formação profissionais, mantendo um diálogo regular com os mesmos e suas estruturas representativas;

— a salvaguarda do carácter público do serviço



prestado às populações em áreas estratégicas de atribuição do poder local e a garantia da defesa dos interesses e direitos colectivos sobre os particulares;

— o prosseguimento de uma prática continuada e consistente de descentralização, potenciando as novas condições de trabalho decorrente do exercício de mandatos em regime de permanência em muitas freguesias;

— a assunção pelos eleitos da sua intervenção na autarquia como contributo para o alargamento do prestígio e influência do Partido e factor de elevação da consciência social das populações.

— o apoio às justas lutas das populações, o fomento e apoio ao associativismo e a outras formas de expressão da intervenção colectiva e o respeito pelos cidadãos e a garantia dos seus direitos face à administração;

**3.5.45.** Do ponto de vista do projecto para a gestão das autarquias, os eleitos comunistas conjugarão o prosseguimento de uma atenção especial aos equipamentos e infra-estruturas, ao planeamento e gestão urbanística, ao património cultural e paisagístico e às actividades culturais e desportivas com uma atenção reforçada à luta pelo desenvolvimento sustentável (em especial à conjugação harmoniosa do desenvolvimento económico com o ambiente). Será particularmente importante a modernização da gestão e dos serviços, bem como a atenção às pequenas obras, ao embelezamento dos centros urbanos, às questões essenciais ao quotidiano das populações e à conservação e gestão dos equipamentos e infra-estruturas. Será igualmente fomentada uma maior atenção à cooperação intermunicipal.

**3.5.46. As eleições para o Parlamento Europeu** que se realizarão em 1999, assumirão considerável importância, tendo em conta a possibilidade de uma grande proximidade em relação às eleições legislativas e o facto de existirem projectos e prosseguirem intensamente acções no sentido de uma perigosa e cada vez maior transferência de poderes dos Estados para a União Europeia.

**3.5.47.** Neste quadro constituirão objectivos essenciais do PCP:

a) lutar pelo alargamento da sua representação no Parlamento Europeu;

b) trabalhar para o reforço da capacidade de intervenção no Parlamento Europeu e junto dos povos da coligação em que o PCP se insere;

c) procurar que a intervenção dos deputados comunistas e dos seus aliados contribua para uma Europa dos povos, da coesão económica e social e da igualização no progresso das condições de vida e de trabalho e não para uma Europa do neoliberalismo, das políticas monetaristas, do desemprego e do grande capital.

**3.5.48. As eleições para a Assembleia da República** que se realizarão, em princípio, em 1999, terão uma grande importância no sentido de derrotar os partidos de direita e a política de direita do PS, e fortalecer o PCP de modo a demonstrar que esse resultado deverá ser acompanhado de uma verdadeira mudança política e da derrota das políticas de direita e criar condições para uma alternativa democrática. Para se atingir estes objectivos impõem-se como tarefas políticas do Partido:

a) intensificar, junto das massas populares, um trabalho de esclarecimento de que sendo o PCP o melhor defensor dos seus interesses sociais, o apoio eleitoral ao PCP é também a melhor forma de nas eleições defender os seus interesses;

b) lutar para a derrota das tentativas e projectos de adulteração do sistema eleitoral da Assembleia da República, quer na revisão constitucional, quer em legislação ordinária;

c) garantir uma intervenção nas várias frentes de luta, conjugando a intervenção institucional, designadamente na Assembleia da República, com as lutas das massas populares;

d) valorizar sistematicamente a luta, a intervenção e os princípios a que obedece a intervenção dos deputados comunistas na Assembleia da República.

**3.5.49.** Ao longo dos últimos quatro anos não se alterou a situação já anteriormente verificada da falta de correspondência entre a **base de apoio social política e eleitoral** de que o Partido desfruta. O Partido dispõe de uma base de apoio social muito ampla que se traduz, antes de tudo, no papel por ele desempenhado como Partido dos trabalhadores e principal dinamizador da sua luta e no apoio correspondente que eles expressam às suas propostas no plano das reivindicações sociais e na confiança que exprimem aos seus membros nas eleições sindicais e das Comissões de Trabalhadores.

**3.5.50.** O Partido tem igualmente um significativo papel nos movimentos das classes intermédias e de outras camadas sociais, papel que lhe é reconhecido e expressivamente apoiado quando as movimentações revestem um carácter essencialmente social.

**3.5.51.** Esta ampla base reduz-se, no entanto, de modo muito significativo quando se passa do plano social para o plano político e ainda mais para o plano eleitoral, o que acontece mesmo em zonas de forte predominância populacional operária.

**3.5.52.** Esta discrepância é, acima de tudo, provocada pelo forte preconceito anticomunista que nunca desapareceu na nossa sociedade desde o derrubamento do fascismo, que tão acerbamente o cultivou, e que as forças da direita e o PS sempre exploraram em seu benefício, tanto no ascenso revolu-



cionário como ao longo do processo contra-revolucionário, sobretudo à medida que foram controlando de forma crescente os grandes meios de comunicação.

**3.5.53.** A instrumentalização deste preconceito foi acirrada ao extremo, em termos nacionais e internacionais, nos anos de 1989 a 91, com a intensa manipulação dos acontecimentos de Leste, desde a queda do muro de Berlim até ao desmoronamento da União Soviética, com consequências bem evidentes nos resultados eleitorais do Partido e da CDU.

**3.5.54.** No plano eleitoral, porém, o Partido e a CDU são também fortemente penalizados, especialmente nas eleições para a Assembleia da República, pelas concepções espalhadas pela direita e o PS sobre o voto útil» e o «voto para ganhar» e pela bipolarização largamente fomentada pelos grandes órgãos de comunicação social.

**3.5.55.** As diferenças significativas entre as votações obtidas pela CDU nas eleições para as autarquias em numerosos municípios e nas eleições para a Assembleia da República, nesses mesmos municípios, são claramente influenciadas pelas possibilidades ganhadoras da CDU, onde esta é poder ou alternativa de poder, pela possibilidade que os eleitores têm de conhecer o projecto e o trabalho realizado no quadro autárquico, o que atenua o efeito do preconceito anticomunista.

**3.5.56.** Além destas causas relativamente objectivas, as discrepâncias que se assinalam entre as diferentes bases de apoio do Partido radicam, com certeza, noutras causas de natureza mais subjectiva, que se prendem com o trabalho partidário em termos de discurso, mensagem e formulação da alternativa.

**3.5.57.** A necessidade de alargar a base social de apoio e de abrir perspectivas de trabalho para melhorar a correspondência da base social de apoio com as bases de apoio político e eleitoral do Partido, são grandes desafios que se colocam aos comunistas. São desafios que apresentam um largo terreno de possibilidades concretas para serem cumpridos.

**3.5.58.** A resposta a estes desafios compreende, nomeadamente, a acção junto das massas e o fortalecimento dos movimentos e lutas, a política de alianças, o projecto de alternativa política e de políticas alternativas, a forma de intervenção e as propostas eleitorais.

**3.5.59.** A experiência dos últimos anos aconselha a que essa resposta contemple, também, os aspectos concretos seguintes: a necessidade de o Partido intervir, ainda mais, como tal e directamente, em todos os grandes problemas dos trabalhadores e no desenvolvimento das suas lutas; no que toca às grandes questões do mundo do trabalho, o PCP deve aparecer, ainda mais, perante o país como uma força política indispensável; a necessidade de aparecer de forma mais explícita o papel e a influência que os comunistas e o

seu Partido exercem nos movimentos unitários das classes intermédias e outras camadas, incluindo através da atribuição de maior divulgação pública da qualidade do trabalho dos comunistas, dos militantes que se destacam à frente desses movimentos; a necessidade de uma muito mais larga publicitação das posições e das orientações do Partido, em relação às dificuldades, problemas e aspirações do campesinato, dos pequenos e médios empresários, especialmente da indústria e do comércio que se revelam pouco informados, incluindo através de uma malha muito mais densa de contactos e entrevistas directas e de ser assumido que o trabalho muito positivo de algumas autarquias CDU em relação ao empresariado pequeno e médio não se deve a uma inclinação pessoal dos presidentes ou vereadores dessas autarquias, mas obedece a uma orientação de fundo do PCP e da coligação.

### **3.6. O PCP como força aglutinadora da esquerda e de uma alternativa democrática**

**3.6.1.** Considerando a **caracterização e arrumação do quadro partidário**, é de assinalar que, além das modificações nas posições relativas dos diferentes partidos, decorrentes dos resultados eleitorais atrás analisados, verificaram-se também sensíveis alterações no posicionamento político-ideológico e na situação directiva de alguns deles.

**3.6.2.** Os seus traços mais importantes são os seguintes:

a) No PS, a equipa directiva encabeçada por António Guterres procedeu, desde o início do seu mandato, a uma inflexão ainda mais à direita, com uma ligação mais aberta aos interesses do grande capital, não só na intervenção concreta do partido, mas nas suas próprias posições programáticas. O PS tornou-se, mesmo em termos de programa, adversário das nacionalizações e defensor das privatizações e juntou-se à direita na defesa das teorias de «menos Estado» ocultando a real e operativa intervenção do Estado ao serviço do grande capital. Com a chegada ao Governo esta inflexão acentuou-se, adoptando o Governo PS, em termos práticos e políticos, as orientações neoliberais e as linhas essenciais de actuação, nomeadamente no domínio socioeconómico, dos anteriores governos do PSD. No plano do relacionamento interpartidário, o PS, que recusou entendimentos à esquerda com o PCP, entendeu-se como CDS-PP para aprovar o Orçamento de Estado para 1996 e a Lei da Flexibilidade e Polivalência e quer entender-se com o PSD para fazer uma nova revisão da Constituição e da legislação eleitoral. A deslocação do PS para a



direita não deixa de provocar uma área de descontentamento, cuja dimensão é difícil avaliar, dentro do próprio partido.

**b)** No CDS-PP, a liderança de Manuel Monteiro substituiu as orientações afectas à democracia-cristã, que vigoravam oficialmente neste partido, por um populismo de extrema-direita, radical nos ataques ao regime democrático, por vezes com tonalidades fascizantes, e a utilização de uma grande demagogia social e nacionalista.

Esta demagogia provocou algum impacto nos sectores tradicionalmente predispostos para a mensagem da extrema-direita e até em sectores populares mais deprimidos. A demagogia populista tem entrado, no entanto, em contradição com os «fretes» prestados ao Governo PS, determinados pelos potentados económicos a que o PP está ligado.

**c)** No PSD, as derrotas sucessivas em três eleições nacionais, culminando com a das legislativas, que o afastou do Governo, e o desaire de Cavaco Silva nas presidenciais, provocaram o regresso deste partido às crises directivas, às habituais «guerras dos barões» e a uma imagem de confusão que lhe retira credibilidade. Esta crise é agravada pelo facto de as classes dominantes apostarem, por agora, no PS para realizar a política da direita. Mas é evidente que elas não deixarão de apoiar uma solução alternante e, com toda a probabilidade, ainda com base no PSD, para substituir o PS quando este estiver desgastado, não deixando sequer de, falsamente, apontar o fracasso do PS, como o falhanço da esquerda.

**d)** Dos pequenos partidos apenas o PEV (Partido Ecologista «Os Verdes») tem representação parlamentar no quadro da CDU e uma actividade política diferenciada. Os pequenos partidos de esquerda ou esquerdistas continuaram em acentuado declínio, quase só reaparecendo (com excepção da UDP) para concorrer a eleições, onde obtêm resultados baixíssimos.

**3.6.3.** Comportando riscos para o país e o regime democrático, inclusive com os que podem ser acentuados com uma nova revisão da Constituição, esta evolução do quadro partidário marcada, essencialmente, por uma crise conjuntural dos partidos da direita e por uma ainda mais nítida deslocação do PS para a direita, coloca novas responsabilidades ao PCP e confere-lhe, ao mesmo tempo, amplas possibilidades de intervenção e de trabalho susceptíveis de se traduzirem em crescimento orgânico, político e eleitoral.

**3.6.4.** A natureza de classe da política de direita, antes praticada pelos governos do PSD e agora prosseguida nas suas orientações essenciais pelo Governo PS, claramente evidenciada pela sua profunda

ligação ao capital monopolista, atinge duramente os interesses e os direitos da grande maioria dos portugueses. Os reais beneficiários, em graus diversos, de tal política são (para além do grande capital estrangeiro e seus agentes) a grande burguesia financeira, industrial e agrária, e o círculo dos seus mais responsáveis e directos colaboradores, serventuários e gestores de interesses, algum alto funcionalismo e os que se movem nos circuitos da especulação financeira, da corrupção, do tráfico de influências e das negociações com fundos comunitários.

**3.6.5.** No combate a esta política e na construção de uma alternativa estão, portanto, objectivamente interessadas classes e camadas sociais muito amplas da sociedade portuguesa. A construção de uma frente social alargada de resistência e de combate à política de direita e de submissão aos interesses do capital estrangeiro, é indispensável à elevação da consciência social sobre as causas e os responsáveis dessa política, à transformação em sua condenação e à aquisição da consciência política de que há outro caminho, de que existe alternativa à política de direita, com o PCP e com a participação organizada dos trabalhadores, das populações.

**3.6.6.** Neste processo tem um papel decisivo a acção política geral do PCP, de todas as suas organizações e militantes, numa relação viva, dinâmica e transformadora com a sociedade, de que são elementos complementares: a contribuição e a iniciativa dos comunistas na dinamização e organização dos movimentos e das lutas sociais; a intervenção, a tomada de posição e o diálogo directos do PCP e das suas organizações com as mais diversas classes, camadas e grupos sociais atingidos pela política de direita; uma combativa intervenção nas instituições estreita e permanentemente vinculada e articulada com os interesses populares.

**3.6.7.** Não existe correspondência na sociedade portuguesa entre os interesses das classes e camadas sociais não monopolistas e a sua opção eleitoral maioritária. PS, PSD e CDS-PP, embora tenham na sua base social de apoio, de modo diferenciado, participação dessas classes e camadas, defendem fundamentalmente orientações e políticas que privilegiam o grande capital monopolista e são contraditórias com os seus interesses. Fazem-no num quadro de choques e conflitos que, além de visarem esconder convergências em questões essenciais, traduzem diferenças de opinião quanto aos caminhos que melhor asseguram a defesa dos interesses que protagonizam. Expressam a própria oposição de interesses entre diversos sectores do grande capital e são também reflexo no seu comportamento, nos seus avanços e recuos, das lutas e movimentos sociais e da correlação política de forças. O preocupante e crescente apagamento das diferenças



estratégicas entre PS e PSD configura a tentativa de reduzir as opções políticas dos portugueses a um «bloco central» inorgânico, funcionando na base da alternância de figuras que não de políticas, em que é reservado ao CDS-PP o papel de, através da sua demagogia populista tentar, sobretudo em camadas sociais mais gravemente carenciadas, evitar a canalização para o PCP do descontentamento popular causado pelos efeitos da política de direita e, nomeadamente, pelas consequências da actual política de integração europeia.

**3.6.8.** É, assim, necessariamente complexo, prolongado e contraditório, envolvendo uma grande diversidade de objectivos concretos, movimentos, planos de unidade, o processo de criação de uma vasta frente social de oposição à política de direita e a sua tradução, no plano político e institucional, por uma convergência de forças, correntes e sectores capaz de, com o PCP, dar corpo a uma alternativa de esquerda que exprima uma verdadeira mudança de rumo para Portugal.

**3.6.9.** A luta pela construção de uma alternativa exige que se mantenha uma pronta denúncia e combate pelo PCP, em aspectos essenciais e concretos, da convergência de políticas e orientações estratégicas entre o PS e o PSD e o CDS-PP. Exige igualmente uma firme orientação que não faça depender da postura da Direcção do PS o continuado esforço do PCP de diálogo e debate políticos visando, quer a derrota da política de direita (conduzida pelo PS ou por outros partidos) e das suas manifestações concretas, quer o desenvolvimento do mais amplo bloco de forças sociais e políticas capaz de sustentar uma alternativa democrática de política e de poder.

**3.6.10.** Neste quadro, considera-se entretanto que seria errado identificar totalmente o PS com o PSD e com o CDS-PP, ignorando as diferenças na base sociológica, na composição partidária, no percurso e na história política do PS (em que pesam sem dúvida valores democráticos) e não as tendo em conta no processo de relacionamento interpartidário e no diálogo político prosseguido pelo PCP.

**3.6.11.** **Existem condições políticas favoráveis à afirmação e ao crescimento da influência e do prestígio do PCP.** Importa aproveitá-las assumindo, de modo claro e convincente, e com audaciosa iniciativa política, o papel que lhe cabe no actual quadro partidário de **pólo aglutinador de valores e aspirações de esquerda e portador de uma alternativa democrática.**

**3.6.12.** O processo de construção de uma alternativa de esquerda exige uma ruptura decidida com a actual política e com as suas dependências dos grandes senhores do dinheiro e de Bruxelas. Exige a cooperação, a convergência e a acção comum de forças políticas, tem de ter como preocupação fundamental a

mobilização e intervenção dos próprios cidadãos. A construção da alternativa de esquerda que o PCP firmemente enuncia e defende, tem de integrar um claro respeito pela identidade e autonomia de cada força política, ao contrário das práticas e concepções hegemónicas do PS (de que foram exemplo os seus «Estados Gerais», concebidos como puro veículo de atracção para a sua órbita de cidadãos e grupos políticos, com vista à sua instrumentalização como elementos de disfarce da sua política de direita).

**3.6.13.** Embora seja uma urgência do ponto de vista dos interesses populares e nacionais, a construção de uma alternativa política será reconhecidamente um processo exigente, complexo e provavelmente demorado, sobretudo em consequência da orientação do PS, a qual previsivelmente só será passível de rectificação sob o efeito de uma fortíssima pressão social e política e de uma significativa deslocação de votos para o PCP nomeadamente do eleitorado PS.

**3.6.14.** Por isso mesmo, seria uma ilusão supor que a construção de uma alternativa é uma questão resolúvel exclusivamente na base de definições teóricas ou da imaginação ou criatividade políticas, bem como supor que o reforço eleitoral do PCP é um objectivo realizável na exclusiva base de modificações de discurso político ou da proclamação de objectivos políticos e eleitorais excessivamente ambiciosos a curto prazo. **A construção de uma alternativa à política de direita e aos Governos que a têm realizado só será possível com uma sensível alteração da correlação de forças actualmente existente, de que é factor decisivo e determinante uma expressiva ampliação da influência social, política e eleitoral do PCP.**

## **3.7. Reforço do PCP**

### **— o caminho da alternativa**

**3.7.1.** A ampliação da influência social, política e eleitoral do PCP e a construção de uma alternativa, implicam um persistente e audacioso trabalho nas seguintes direcções:

**a) o reforço do PCP na sociedade portuguesa, da sua ligação cada vez mais profunda com as massas populares, da sua organização, iniciativa e acção políticas, da sua intervenção nas instituições,** como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, mas igualmente partido portador de uma alternativa e de uma política para a sociedade portuguesa, que corresponde aos interesses fundamentais de outras classes e camadas não monopolistas. Partido de oposição à política de direita e ao Governo do PS e partido capaz de animar e dirigir o protesto, a reivindicação e a luta, mas igualmente partido capaz de contribuir no exercício



do poder, seja no plano das autarquias locais hoje, seja amanhã no Governo de Portugal, para dar resposta mais eficaz e mais justa aos problemas do país e dos portugueses. Partido com uma concepção nova e diferente do exercício do poder e da política, assente na profunda vinculação aos interesses populares, na seriedade, na transparência, na competência e isenção, na profunda vinculação aos interesses populares, no controlo do poder económico pelo poder político democrático, na combinação da democracia participativa com a democracia representativa de modo a valorizar e não distanciar os cidadãos da participação na vida política. Partido com uma identidade e uma imagem coerentes, que não mudam ao sabor das conjunturas e de cálculos eleitoralistas, mas em que a acção política quotidiana se articula com o projecto claro de uma democracia avançada e do socialismo para Portugal. Partido cujo fortalecimento passa pela capacidade de criar laços mais profundos, forjados no debate político e na acção comum, com os trabalhadores, com os agricultores, com a juventude, com os intelectuais e quadros técnicos, com todos os cidadãos que partilham a nossa convicção de que há outro caminho para Portugal, mas que vêem as esperanças frustradas pelo uso dado mais uma vez pelo PS à maioria conquistada nas eleições legislativas;

**b) o reforço em profundidade e amplitude da contribuição dos comunistas para o desenvolvimento do movimento de massas, dos movimentos e lutas sociais.** Do movimento sindical unitário e das Comissões de Trabalhadores. Do movimento camponês. Do movimento dos intelectuais. Dos movimentos dos pequenos e médios empresários. Do movimento juvenil. Do movimento das mulheres. Dos movimentos culturais. Do rico e diversificado movimento associativo. Dos movimentos e organizações de defesa de camadas mais fragilizadas da sociedade, como os reformados e os deficientes. Do movimento pela paz e pela solidariedade. Dos movimentos e organizações populares em torno de aspirações e interesses locais. Dos novos movimentos sociais, de utentes e consumidores, de defesa do ambiente e do património, dos direitos dos imigrantes e das minorias étnicas, de combate ao racismo e à xenofobia. Defendendo a autonomia e o sentido aberto e unitário das associações e movimentos, na base dos interesses comuns. Mas, contrariando uma visão neutra, atomizada e despolitizada dos movimentos sociais, normalmente associada a uma atitude de dependência do poder. Valorizando e fortalecendo os movimentos e organizações sociais como alicerce da democracia e da sua vertente participativa, como barreira às

políticas de direita, como geradores de consciência social e de solidariedade, de combate ao individualismo, ao conformismo e à passividade perante os problemas, de formação de uma mais avançada consciência política. É, pois, indispensável um forte e articulado desenvolvimento das lutas de massas e movimentos sociais em torno de objectivos concretos, mas impulsionando a sua convergência na reclamação de uma nova política e favorecendo a afirmação na sociedade portuguesa de um mais vasto e consistente movimento de opinião agregado em torno dos valores, eixos e propostas centrais de uma nova política, por forma a que estes venham a ganhar um peso muito maior no processo de formação das opções eleitorais dos cidadãos;

**c) a dinamização pelo PCP de um amplo movimento de debate, reflexão e diálogo com correntes e sectores democráticos, com organizações e movimentos sociais, com todos os cidadãos que reconhecem ser indispensável a construção na sociedade portuguesa de uma alternativa à política de direita** que, com diferentes matizes, tem caracterizado a governação do país, que essa alternativa exige a participação efectiva do PCP e deve ter como referência a modernidade e actualidade dos valores fundamentais da Revolução de Abril. Debate, reflexão e diálogo sobre a edificação dos alicerces, das condições e das políticas capazes de romperem com a actual lógica de «bloco central» politico-ideológico para a realização, na base da alternância, de uma política de direita conduzida por partidos cada vez mais semelhantes e que têm conduzido ao empobrecimento e mutilação da democracia portuguesa e ao afastamento de um número crescente de cidadãos da vida política. Debate, reflexão e diálogo assente no respeito pela identidade e autonomia dos seus participantes, desde logo do PCP. Debate, reflexão e diálogo que não se circunscrevem às fronteiras do relacionamento interpartidário, sem diminuir a importância destes, mas que se dirige a todos os trabalhadores, a todos os cidadãos e que pode e deve exprimir-se em diferentes iniciativas e acções comuns inseridas no combate às manifestações concretas da política de direita e num processo necessariamente prolongado de edificação de um bloco de forças políticas e sociais capazes de exprimirem os interesses das classes e camadas sociais não monopolistas e empenhadas num novo rumo democrático para Portugal. Da acção e da iniciativa criadoras do PCP e de todos os comunistas dependerá, em larga medida, a força que adquirir na sociedade portuguesa o movimento de opinião, de aspirações, de valores e de vontades capaz de impor uma viragem democrática na política portuguesa;



**d) a dinamização da CDU — Coligação Democrática Unitária, importante espaço de diálogo e acção comum dos comunistas com o PEV, a ID e milhares de cidadãos independentes,** lugar de encontro dos sectores mais consequentes da esquerda que têm sabido convergir no combate político e eleitoral contra a governação de direita, pelas conquistas e valores da Revolução de Abril e com um valioso e reconhecido património na gestão do poder local, constitui uma tarefa indispensável de modo a consolidar e ampliar a influência do PCP e dos seus aliados;

**e) uma persistente, ampla e qualificada comunicação do PCP com a sociedade, que ajude a superar o fosso e a contradição existentes entre as escolhas políticas dos cidadãos e os graves problemas sociais que sofrem no seu quotidiano.** Que contribua para que as opções políticas dos portugueses, e em primeiro lugar da classe operária e dos trabalhadores, sejam mais conformes com as suas aspirações e interesses de classe. Que combata a premeditada fragmentação da realidade para dificultar a sua compreensão, o deliberado corte mediático entre o «político» e o «social», a separação entre os problemas sociais e as suas causas e responsáveis políticos. Que não se conforme com a transformação da política em espectáculo e «feira de vaidades», que alerte contra a perigosa substituição na vida política da escolha entre projectos e orientações por figuras, imagens e estilos. Que desperte nos cidadãos um movimento de indignação e recusa da sua conversão em meros consumidores de informação efémera e superficial, de

cultura e de «subvalores», comandados pela medida perversa das audiências, com que as forças dominantes no poder e nos *media* procuram estimular a resignação e o conformismo dos portugueses face à política de direita, degradar valores, condicionar a elevação da sua consciência política, uma cidadania activa, a busca responsável de outros caminhos;

**f) a confiante afirmação, em todos os planos da intervenção do Partido, das suas organizações e militantes, do valor próprio das propostas e do projecto político do PCP,** com destaque para o seu projecto de uma democracia avançada — uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural — e para as suas propostas para uma política de esquerda visando nomeadamente desenvolver a economia, travar os processos destrutivos e promover o emprego; melhorar as condições sociais e o ambiente, como objectivos e factores de desenvolvimento; promover a educação, a ciência e a cultura; assegurar a liberdade, concretizar uma reforma democrática do Estado e aprofundar a democracia; lutar por um Portugal de progresso e justiça, soberania e independência, aberto ao Mundo, e por um novo rumo para a integração europeia. Ao mesmo tempo, é indispensável que esta afirmação seja acompanhada de uma insistente valorização da aptidão do PCP para o exercício de responsabilidades governativas e da utilidade e eficácia, para a defesa dos interesses dos cidadãos e para uma alternativa democrática, de um maior apoio ao PCP e do reforço da sua representação nas instituições e órgãos de poder.



# 4.

## Um Partido Comunista na passagem para o século XXI

### 4.1. Breve balanço da actividade

**4.1.1.** Desde o XIV Congresso o PCP, apesar das condições desfavoráveis que teve de enfrentar, manteve uma intensa actividade, marcada pelo esforço para superar dificuldades e insuficiências, mas também por uma significativa militância e capacidade realizadora. Para além da intervenção nas lutas de massas, nas batalhas sociais, políticas e eleitorais e da qualificada actuação nas instituições, que constituem valiosos elementos da acção política do Partido, a generalidade das organizações partidárias realizou muitos milhares de reuniões e plenários, festas e convívios, dezenas de Assembleias das Organizações.

**4.1.2.** Destacar igualmente a realização das Conferências Nacionais sobre «a organização e a intervenção do Partido junto dos trabalhadores», e sobre «o Poder Local e as eleições autárquicas», os Encontros Nacionais sobre, «as eleições legislativas», «a educação e o ensino», «os problemas da saúde», «a segurança social», «a ciência e a tecnologia», «os problemas da agricultura», «a situação das pescas», «o Partido e as mulheres trabalhadoras», «o Partido e os reformados», «o Partido e os intelectuais», «juventude e autarquias», «política de turismo», «movimento associativo e popular», ...

Em 1995, a Campanha Nacional de Fundos para a angariação de 150 mil contos constituiu um êxito de elevado relevo.

**4.1.3.** O Partido realizou milhares de iniciativas, de âmbito local, regional, sectorial e nacional, sobre os problemas candentes da vida nacional e de importantes sectores económicos, sociais e culturais, fazendo a «radiografia» da situação e apresentando propostas para os resolver. Particular significado teve o ciclo «Debates com o País», que abrangeu um conjunto de 250 iniciativas, com a participação de cerca de 20 mil pessoas.

O Partido desenvolveu um importante conjunto de iniciativas de combate à ofensiva ideológica da direita, designadamente as acções em torno das comemorações do 20º aniversário do 25 de Abril e dos 50 anos do fim da II Guerra Mundial, combatendo a falsificação da história, o branqueamento do fascismo e a adulteração do conteúdo e significado da Revolução de Abril.

**4.1.4.** A comemoração regular do aniversário do Partido com milhares de iniciativas, revestiu-se de grande importância para a divulgação e afirmação do projecto, dos seus princípios e ideais. As comemorações do 75º Aniversário, tiveram a este respeito particular relevo.

**4.1.5.** A Festa do «Avante!», que em 1996 se realizou pela 20ª vez, manteve-se como o maior acontecimento político-cultural do País e expressão do trabalho criativo e militante das organizações partidárias.

### 4.2. Trabalho de Direcção

**4.2.1.** Na sequência das orientações e decisões dos Congressos anteriores, o XIV Congresso implementou alterações na estrutura de direcção que, num quadro de grande exigência e complexidade políticas, assegurou em geral uma intervenção pronta e dinâmica, e a unidade de orientação e acção do Partido, embora se tivesse revelado complexa a interdependência, a complementaridade e a articulação das actividades dos diferentes organismos.

**4.2.2.** Para o reforço geral do trabalho partidário e da sua intervenção na vida nacional são imprescindíveis, o aprofundamento e melhoramento do trabalho de direcção e a preservação e enriquecimento de características tão importantes como o trabalho colectivo, a democracia interna e uma orientação e uma direcção únicas, a estreita ligação dos dirigentes às organizações do Partido e aos seus membros; uma melhor preparação dos trabalhos e do funcionamento do Comité Central e uma melhoria na articulação entre os organismos executivos, bem como o reforço do seu estreitamento na ligação às direcções regionais.

**4.2.3.** O Comité Central apresentará ao XV Congresso as propostas fundamentadas de alteração aos Estatutos, que assegurem a necessária conformidade com a proposta para a adopção de uma estrutura de direcção central que, de acordo com o balanço e o estudo da experiência da estrutura actual, e tendo em conta os meios, os quadros e as tarefas políticas que vão colocar-se ao Partido, reforce e aperfeiçoe o trabalho de direcção, melhore a sua eficácia, a sua intervenção e o seu funcionamento, aprofunde o conhecimento dos problemas e a elaboração das orientações, asse-



gure uma estreita ligação às organizações e sectores, no quadro do reforço do trabalho colectivo e da necessária renovação.

**4.2.4.** O Comité Central realizou, desde o XIV Congresso, 20 reuniões plenárias, o que lhe assegurou uma regular intervenção, no quadro das suas competências, na definição das orientações sobre as grandes linhas da actividade partidária. Entretanto, para que o Comité Central possa assumir mais cabalmente as suas responsabilidades em conformidade com os Estatutos — «dirigir a actividade do Partido no intervalo dos Congressos, assumindo a responsabilidade da orientação superior do trabalho político, ideológico e de organização do Partido» —, torna-se igualmente necessário preparar e organizar melhor as reuniões, a informação dos diferentes organismos e áreas de direcção central.

**4.2.5.** Tendo em conta as competências do Comité Central, a fase da vida partidária e nacional e o balanço da experiência acumulada no seu trabalho, considera-se vantajoso, no quadro da sua necessária renovação, manter as características actuais do Comité Central, nomeadamente no que se refere ao número dos seus membros, o qual não deve aumentar, e natureza da sua composição. Na elaboração da proposta do novo Comité Central devem também ser assegurados como critérios, designadamente: a participação de quadros do Partido, funcionários e não funcionários; responsáveis por grandes sectores da actividade partidária ou com intervenção destacada em importantes áreas da vida social e nacional; a diversidade de conhecimentos e experiências; uma larga maioria de operários e empregados, com uma forte componente operária; uma criteriosa distribuição geográfica; o reforço do número de mulheres e jovens.

**4.2.6.** As Direcções Regionais têm desempenhado um papel essencial no desenvolvimento da actividade e da iniciativa partidárias e na articulação entre as estruturas de direcção central e o conjunto do Partido.

**4.2.7.** É necessário proceder ao exame das estruturas de direcção e coordenação regionais e do seu âmbito, para considerar soluções que, de forma eventualmente diferenciada e tendo em conta a experiência, assegurem o fortalecimento destas estruturas e a maior eficácia da sua intervenção e do seu papel decisivo na ligação do Partido com os trabalhadores e as populações. São, designadamente, elementos a ter em conta nessa reflexão: as diferenças existentes entre organizações regionais quanto a força orgânica, capacidade e meios de intervenção, quadros, influência política e social; a divisão administrativa do País, não a considerando entretanto como limite absoluto quanto ao âmbito das direcções regionais (que em todos os casos correspondem actualmente a distritos ou regiões autónomas); a avaliação da experiência colhida com os organismos inter-regionais constituídos; a definição pelo

XV Congresso da estrutura de direcção central futura.

**4.2.8.** Devem também merecer reflexão outras estruturas intermédias de direcção (Comissões Concelhias, de sector ou classe profissional, de zona, etc.), no quadro do seu papel orgânico e político.

**4.2.9.** As estruturas de apoio à direcção central, que assentam em departamentos e serviços centrais, áreas de trabalho, comissões junto da Comissão Política, do Secretariado, do Comité Central, comissões de coordenação e grupos de estudo, continuaram a desempenhar papel de grande importância para aprofundar o estudo de problemas e contribuir para a elaboração de orientações e a elevação da capacidade de intervenção política do Partido, envolvendo neste trabalho um elevado número de quadros.

**4.2.10.** Entretanto, acentuaram-se dificuldades e insuficiências já verificadas no XIV Congresso — debilidade e funcionamento irregular de algumas destas estruturas —, por carência de quadros, não correspondência com as alterações de estrutura da organização de direcção central e a não rigorosa definição das prioridades.

**4.2.11.** Tendo em conta as experiências, uma avaliação das necessidades e possibilidades, a rentabilização de meios e quadros, a definição das prioridades de trabalho, a extensão e características das estruturas de apoio dever-se-ão adequar à estrutura de direcção central a decidir pelo XV Congresso.

**4.2.12.** Desde o XIV Congresso realizaram-se várias iniciativas nacionais e numerosas reuniões de quadros de diverso âmbito geográfico e sectorial para aprofundar e debater problemas da vida partidária e nacional. Esta linha de trabalho revelou-se de grande importância para a troca de experiências e elaboração de orientações políticas, para um maior conhecimento da realidade em que intervém o Partido, para a ajuda aos quadros e para a coesão e unidade de pensamento e acção das organizações.

**4.2.13.** Deve continuar a desenvolver-se esta prática, cuidando mais da sua calendarização, eficácia política e preparação, de acordo com as possibilidades reais da sua realização e mobilização.

### 4.3. Política de Quadros

**4.3.1.** Os êxitos alcançados pelo Partido são inseparáveis da acção de milhares de quadros e militantes no desempenho das inúmeras e variadas tarefas impostas pela luta.

**4.3.2.** No período decorrido desde o XIV Congresso, e seguindo as orientações aí aprovadas, três grandes questões foram preocupações do Partido relativamente aos quadros: o seu melhor conhecimento e acompanhamento, a sua preparação e formação e a sua responsabilização. Mas, em balanço, tem de



considerar-se que, a par de dificuldades objectivas subsiste ainda subestimação e rotina em relação a esta questão fundamental do Partido.

**4.3.3.** O conhecimento e avaliação dos quadros é uma questão complexa. A par dos progressos realizados, mantêm-se casos de grande superficialidade, subjectivismo e surpreendentes oscilações na apreciação dos quadros, assim como tendências para destacar só traços positivos ou só traços negativos e para avaliar um quadro apenas por uma faceta ou por um curto período da sua actividade. Por outro lado, ainda se verifica falta de compreensão e de fraternidade perante dificuldades de quadros no desenvolvimento das suas tarefas partidárias ou problemas da sua vida pessoal.

**4.3.4.** Uma correcta formação e desenvolvimento dos quadros é inseparável da sua adequada inserção na dinâmica do trabalho do Partido, nomeadamente a participação em reuniões e organismos a funcionar regularmente, com a atribuição de tarefas e controlo de execução e assunção de responsabilidades.

**4.3.5.** O estímulo à iniciativa e criatividade deve articular-se com o cumprimento das tarefas, a natural prestação de contas, a disciplina, a prática da crítica e da autocritica e a ajuda, sempre que é necessária. Também de grande acuidade é o pronto, fraterno e frontal esclarecimento dos problemas de quadros.

**4.3.6.** A formação e desenvolvimento dos quadros passam também pela sua preparação político-ideológica no plano teórico. O trabalho neste campo tem sido insuficiente. Contudo, apesar da menor disponibilidade face às expectativas para a participação, é de referir a realização de iniciativas de formação, nomeadamente palestras e 20 cursos, onde participaram 300 camaradas, sendo de realçar os resultados positivos obtidos nos cursos destinados a novos membros do Partido.

**4.3.7.** É de salientar a importância, para a formação de quadros, da realização de reuniões sobre temas gerais ou específicos, de reuniões das Direcções das Organizações Regionais alargadas a outros quadros, de debates e conferências como os que se realizaram por ocasião da celebração do 75º Aniversário do PCP.

**4.3.8.** Apesar dos avanços desde o XIV Congresso, verificou-se a responsabilização de numerosos quadros, aos mais variados níveis, incluindo de responsáveis de grandes organizações do Partido, mas continuam a persistir muitas insuficiências que é necessário ultrapassar.

**4.3.9.** É indispensável considerar, a todos os níveis de direcção, que o atraso na formação e responsabilização dos quadros pode provocar estrangulamentos no desenvolvimento do Partido. Preservar e desenvolver a firmeza política e ideológica, a preparação e capacidade de direcção e intervenção do

actual núcleo de quadros, assim como formar futuros quadros, designadamente funcionários, exige que a política de quadros seja encarada como uma das questões fundamentais do Partido.

**4.3.10.** A maior responsabilização de quadros operários, de quadros jovens e de quadros femininos coloca-se com grande premência nas mais diversas organizações e em vários níveis. Neste domínio impõe-se a programação de medidas, a fixação realista de objectivos e um grande empenho na sua concretização.

**4.3.11.** No conjunto dos quadros, os funcionários, que continuam a desempenhar um papel determinante na dinâmica da actividade partidária, são um importante contributo para o reforço da natureza de classe e do papel revolucionário do Partido.

**4.3.12.** O reforço do núcleo de funcionários é na actualidade uma questão particularmente importante para o fortalecimento do Partido. Trata-se não apenas do seu número, que é desejável poder aumentar (em alguns casos é mesmo indispensável e urgente), mas da sua renovação e rejuvenescimento, dando prioridade a quadros operários e jovens que se tenham destacado na luta e pela sua dedicação ao Partido.

**4.3.13.** Relativamente aos quadros funcionários, no contexto de uma maior atenção às suas condições de vida e de trabalho, foram tomadas algumas medidas para melhorar o seu estatuto material. Foram também consideradas medidas de apoio financeiro central a novas funcionalizações. Mas mantiveram-se globalmente insuficiências e dificuldades assinaladas no XIV Congresso — redução do seu número, insuficiente renovação, sobrecarga de tarefas e responsabilidades, problemas de preparação política e ideológica. Mantive-se, para responder a necessidades específicas do Partido, o recurso a quadros remunerados, cuja situação e estatuto necessitam de uma consideração global.

**4.3.14.** A situação existente impõe que seja feita uma ampla reflexão sobre as condições e a situação dos funcionários, com o objectivo de determinar as medidas necessárias à superação dos problemas, no quadro da manutenção das características revolucionárias intrínsecas do que, nas condições actuais, deve ser um funcionário do Partido.

## **4.4. Balanço, evolução e análise do trabalho de organização (1992/96)**

**4.4.1.** Ao realizar o balanço da situação orgânica do PCP, deve sublinhar-se que, apesar da manutenção de um quadro de condições objectivas desfavoráveis, a organização do Partido respondeu como um grande e forte colectivo, de forma capaz e viva, às muitas solici-



tações, tarefas e desafios, impostos por uma exigente situação política e social. Enfrentando uma enorme ofensiva política e ideológica, a organização partidária teve forças e energias para progredir em numerosos domínios, embora com diferenças regionais e sectoriais, concretizando orientações e iniciativas decididas pelo XIV Congresso.

**4.4.2.** O resultado da leitura dos indicadores orgânicos do Balanço Geral de Organização (Maio de 1996) e as apreciações realizadas a nível central pelas Direcções das Organizações Regionais e outros organismos, permitem, em segundo lugar, afirmar que, a partir de 1994, se verifica uma travagem na evolução negativa do quadro orgânico, que se desenvolveu desde o XII Congresso em 1988 e que ainda prosseguiu após o XIV Congresso. Esta é a conclusão síntese a reter do balanço e análise da situação orgânica.

**4.4.3.** O conjunto dos indicadores orgânicos resultante dos Balanços realizados deve ser avaliado mais pelas tendências evolutivas que mostram do que pelo seu valor absoluto. São as tendências evidenciadas que fundamentam a conclusão síntese referida e permitem dar conta simultaneamente de uma diversidade regional e sectorial significativa. Há organizações regionais que mostram já tendências de subida e outras em que ainda pesam sinais de descida nalguns indicadores.

**4.4.4.** Verificou-se em relação aos dados obtidos no Balanço realizado em Outubro de 1994 uma consolidação do núcleo mais activo do Partido e da estrutura orgânica. O número total de organismos cresceu e o número de membros do Partido em organismos estabilizou, com sete organizações regionais a apresentarem uma evolução positiva.

**4.4.5.** O número de membros do Partido com uma ligação ou contacto tem, relativamente a 1994 uma evolução favorável na maioria das organizações regionais (treze), embora a nível nacional se verifique globalmente uma evolução negativa. Esse número de membros do Partido atinge pouco mais de metade do total de inscritos.

**4.4.6.** O número de membros inscritos avaliado pelas Direcções das Organizações Regionais, na base dos respectivos ficheiros, na realização do Balanço Geral de Organização em Maio do corrente ano, evidencia uma estabilização nos últimos anos em torno de um valor médio correspondente a 140 mil. O PCP é um corpo vivo com um universo grande, atravessado não só pela conjuntura política, como pelas profundas mutações económicas e sociais que percorrem a sociedade portuguesa: encerramento de empresas, despedimentos e precarização do trabalho, emigração, incluindo a nacional, desertificação do interior Norte e Centro e do Alentejo, concentração da população nos centros urbanos. O número de inscritos sofre assim mudanças significativas afectando a contagem de um ano para o outro.

**4.4.7.** O número do Balanço deverá ser lido como um valor médio que ganha sentido na detecção da evolução média dos efectivos do Partido. (Os efectivos no pós-25 de Abril cresceram muito entre 1974 e meados da década de 80 (XII Congresso), decresceram entre essa data e finais de 1994, e apresentam-se agora tendencialmente numa fase de estabilização devido a um positivo processo de renovação de efectivos).

**4.4.8.** Pode acrescentar-se que a maioria dos inscritos não contabilizados num balanço, por dificuldades orgânicas (perdas de contacto com a organização, transferência entre organizações não concretizadas, etc.) mostra, quando se reata a ligação, querer permanecer como membro do Partido, com pagamento inclusive da quotização atrasada. O que é bem constatado pelas organizações que constituíram brigadas para a identificação e contacto sistemático de membros inscritos, dados como desligados e não contabilizados. É, por outro lado, reduzido o número daqueles que explicitamente se demitiram ou que assumiram o abandono efectivo do Partido.

**4.4.9.** Prosseguindo os esforços, realizados desde o XII Congresso, para a adequação entre o número de membros inscritos e os reais efectivos do Partido deve continuar-se a combater qualquer «limpeza administrativa» dos ficheiros.

**4.4.10. A composição social, por sexos e etária dos efectivos do PCP** decorrentes do Balanço apresenta pequenas diferenças relativamente aos dois Balanços anteriores (de 1994 e 1992). Diferenças que acompanham o evoluir da composição da sociedade portuguesa.

**4.4.11.** O Partido mantém-se como uma organização maioritariamente operária, apesar da ligeira redução do seu número e peso percentual, que é agora de 53,4% dos efectivos. Sendo percentualmente os empregados 20,9%, a soma dos operários e empregados representa 74,3%, sendo de sublinhar a progressão, em valor absoluto e em relação a 1994, do número de empregados. O número e o peso percentual dos intelectuais e quadros técnicos mantêm-se sensivelmente os mesmos do Balanço anterior.

**4.4.12.** Significado tem também a progressão em valor absoluto do número de pequenos e médios empresários ultrapassando os 3% do total. Este crescimento deve-se certamente mais à passagem a esta camada de membros do Partido anteriormente contabilizados noutras e/ou a uma actualização da situação profissional de muitos inscritos, e menos ao recrutamento. Mas os números mostram as potencialidades para fazer crescer a influência do Partido nessas camadas intermédias.

**4.4.13.** No que se refere à composição por sexos, o peso percentual de mulheres continua a aumentar mas o seu valor actual (24,4%) mantém-se insuficiente.



**4.4.14.** Quanto à composição etária uma muito ligeira subida em valor absoluto e percentual dos membros do Partido com menos de 21 anos não é suficiente para inverter a tendência de descida no escalão até aos 30 anos. Assim, mantém-se um insuficiente rejuvenescimento dos efectivos do Partido, face ao natural crescer do número de membros acima dos 40 anos.

**4.4.15. O número de organismos teve uma evolução global favorável** (sempre em relação a 1994), mas com alterações diferenciadas conforme a natureza dos organismos. Cresceu o número de organismos correspondentes a organizações por local de residência/área administrativa, Comissões Concelhias, Comissões de Freguesia e Núcleos Locais. Têm uma evolução contraditória os organismos por local de trabalho/sector profissional, com uma ligeira redução global dos Secretariados de Célula, com diferenças regionais acentuadas, enquanto cresce o número de organismos de sector profissional. Embora tivesse diminuído o número de organismos dedicados ao trabalho autárquico, tornaram-se mais numerosos os organismos voltados para o associativismo popular, para a informação e propaganda, para centros de trabalho e para outras frentes. A difusão da imprensa do Partido através da organização manteve-se estagnada, não tendo grande significado as alterações verificadas, dado terem sido ocasionadas por uma campanha de assinaturas que atingiu muitos dos que adquiriam os seus exemplares na organização.

**4.4.16.** A realização das Assembleias das Organizações e eleição dos respectivos organismos dirigentes foi mais frequente nos dois últimos anos. É normal a situação nas organizações regionais e muitas das organizações concelhias de maior força orgânica, assim como em outras organizações de sector e de base, mas persistem incompreensões e dificuldades quanto à necessidade e possibilidade da sua realização em muitas outras organizações.

**4.4.17. As principais orientações orgânicas do XIV Congresso** foram concretizadas, embora com diferenças regionais por vezes acentuadas.

**4.4.18.** No âmbito da primeira prioridade estabelecida, o trabalho junto da classe operária e dos trabalhadores em geral, e da acção dos comunistas no movimento sindical, nas comissões de trabalhadores e noutros movimentos unitários de massas, realizou-se, em 26 de Novembro de 1994, a Conferência «Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores». A Conferência permitiu uma abordagem esclarecedora dos problemas existentes, uma maior sensibilização e mobilização dos quadros e organismos do Partido para esta decisiva vertente do trabalho orgânico.

**4.4.19.** Confirmando e sistematizando direcções de trabalho e esforços orgânicos já em curso, nalgumas

das Organizações Regionais em que o problema tem mais relevância, a Conferência, entendida como ponto de chegada e como ponto de partida terá conseguido travar uma evolução muito negativa nesta área de trabalho. Verificam-se também esforços bem sucedidos de algumas organizações para encontrar soluções orgânicas dinâmicas que respondem as situações criadas pela destruição do aparelho produtivo. Apesar disso, o Balanço apresenta ainda uma redução do número de Secretariados de Células, embora com grandes variações regionais, como se assinalou atrás. E se outros vectores deste trabalho mostram progressos, a organização de sectores profissionais por exemplo, é manifesta a existência de muitas outras situações insatisfatórias, inclusive no desenvolvimento da atenção para novos sectores laborais e grandes unidades com elevada concentração de trabalhadores.

**4.4.20. Têm constituído estrangulamentos para o desenvolvimento e reforço das organizações e organismos**, um conjunto complexo de factores interdependentes, dos quais a análise e debate realizados apontam como principais as seguintes questões:

— quebra de militância, que com altos e baixos, conforme a conjuntura política, e com sinais positivos em 95 e 96, aparece como um grande obstáculo à concretização de iniciativas e à realização das tarefas partidárias;

— insuficiência de quadros, e de quadros funcionários, a par de dificuldades no aproveitamento dos militantes do actual núcleo activo. Os progressos na responsabilização de muitos membros do Partido (esforço a prosseguir) não são suficientes para as necessidades orgânicas que existem;

— dificuldades financeiras, de muitas organizações regionais e em particular das que têm menor força orgânica e influência eleitoral, onde a obtenção de fundos, sendo uma tarefa política de grande importância, exige um enorme dispêndio de esforços e de tempo;

— debilidades e fragilidades de muitas organizações e organismos de base e, em particular, a insuficiente iniciativa própria e capacidade de concretizar orientações e se ligar às massas e responder aos problemas dos trabalhadores e das populações;

— deficiências no conhecimento do meio em que uma dada organização actua, de um acompanhamento da organização pouco cuidadoso e de uma falta de ligação aos problemas existentes;

— subestimação do papel determinante da estruturação e do funcionamento orgânico regular num partido comunista e enfraquecimento em algumas organizações e organismos do trabalho colectivo.

**4.4.21.** A aplicação das orientações decididas pelo XV Congresso visa quebrar esses estrangulamentos e dinamizar o reforço e desenvolvimento da organização



partidária, indispensáveis para responder às responsabilidades que incumbem ao PCP.

## **4.5. Um Partido Comunista na passagem para o século XXI**

**4.5.1.** Se é verdade que são múltiplas e pesadas as dificuldades que a luta dos comunistas enfrenta, é também verdade que há sintomas de um crescente incómodo em vários sectores sociais, com a persistência da política de direita e as tentativas de uma redução das escolhas políticas. Há diversificados e crescentes sinais de preocupação com as ameaças aos direitos sociais e culturais e o que a muitos tende a aparecer como uma crise de civilização. Tais sintomas e sinais indiciam a possibilidade de mudanças de campo na luta social e política. Para aproveitar e concretizar tal possibilidade são necessárias a redobrada e renovada afirmação da identidade, projecto e propostas dos comunistas e dinamizar a intervenção política do PCP na sociedade portuguesa

**4.5.2.** O Partido Comunista Português é um Partido necessário, indispensável e insubstituível para os trabalhadores, para a democracia, para o povo português e para Portugal. Nenhum outro o pode substituir na defesa coerente, firme e dedicada dos interesses dos trabalhadores, do povo, das liberdades e dos direitos dos cidadãos, da democracia e da independência nacional.

**4.5.3.** O PCP, como consagram o Programa e os Estatutos, tem como objectivos e características da sua criação e da sua luta, a construção em Portugal de uma sociedade liberta da exploração e opressão capitalistas, aprofundamento da democracia, o socialismo e o comunismo. Sociedade liberta das grandes desigualdades, injustiças sociais e flagelos do sistema capitalista, e, com estruturas socioeconómicas e regime político verdadeiramente democráticos, capazes de assegurar ao povo português e a Portugal o desenvolvimento e progresso económicos, sociais e culturais, o progressivo melhoramento das condições de vida material e espiritual. O PCP integra no seu projecto de sociedade socialista os ensinamentos e lições da revolução de Abril e das suas históricas realizações e conquistas, assim como das experiências positivas e negativas, das vitórias e derrotas na construção do socialismo ao longo do século XX.

**4.5.4.** Constituem também elementos centrais da identidade do PCP, que se confirmam na sua acção concreta, a sua natureza como Partido e vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores, independente dos interesses, da política e das ideologias das forças do capital; uma estrutura orgânica e funcionamento que assentam em princípios decorrentes do

desenvolvimento criador do centralismo democrático (de que são características básicas uma profunda democracia interna, uma única orientação geral e uma única direcção central); uma base teórica e guia para a acção, o marxismo-leninismo (que, sem dogmatização de teorias e conceitos, constantemente se enriquece e se renova); a complementaridade e articulação das tarefas nacionais e dos seus deveres internacionalistas, o que faz do PCP um Partido patriótico e internacionalista.

**4.5.5.** A estreita ligação à classe operária, aos trabalhadores e às massas populares é um elemento constitutivo da sua identidade, razão da sua força, da sua capacidade de influência e luta.

**4.5.6.** A luta actual contra a política de direita, em defesa do regime democrático, por uma nova política, por uma política de esquerda, é o caminho para uma democracia avançada nas suas vertentes inseparáveis (política, económica, social e cultural) e pela soberania e independência nacionais. Caminho de luta que é, por sua vez, parte constitutiva da luta pelo socialismo.

## **4.6. Aprofundar uma intervenção coerente com a identidade e o projecto comunistas**

**4.6.1. O PCP afirma-se como o partido da classe operária e de todos os trabalhadores.** Não basta, porém, ao Partido Comunista, ter uma natureza de classe. É necessário que a vida partidária e a intervenção política e social dos comunistas estejam impregnadas dessa natureza, que decorre da sua identidade, e que se afirma nos objectivos que o PCP avança e nas prioridades que estabelece. Os trabalhadores assalariados constituem a principal, a mais numerosa e decisiva força social de transformação e progresso existente na sociedade portuguesa. A justa solução dos problemas nacionais é inseparável da satisfação dos interesses e aspirações dos trabalhadores. A consciência da sua força e do seu protagonismo decisivos na vida política e social do País, a participação activa dos trabalhadores e das suas organizações representativas, são fundamentais para a construção da autêntica alternativa democrática.

**4.6.2.** O PCP, pela sua composição, pela sua prática política, pela sua base social e eleitoral de apoio, tem como eixo central de toda a sua acção a mobilização e organização dos trabalhadores e das massas populares, a luta pela defesa dos seus interesses e direitos.

**4.6.3.** Na luta por objectivos imediatos ou na acção pelos objectivos de médio e longo prazo, tem importância determinante a organização e a intervenção no seio dos trabalhadores. Isso exige que, na distribuição das



forças disponíveis, quadros e fundos, sejam tidas em conta as concentrações regionais e sectoriais da classe operária e dos trabalhadores em geral.

**4.6.4.** A prioridade ao reforço da organização e intervenção do Partido no seio dos trabalhadores é também o caminho para contrariar concepções reformistas e de direita que tentam moldar e condicionar as atitudes e valores dos trabalhadores nos quadros ideológico do capitalismo.

**4.6.5. A luta, os objectivos e o projecto comunistas têm uma ideologia e uma base teórica próprias, o marxismo-leninismo,** contrariamente aos partidos que se afirmam sem ideologia ou interclassistas, para melhor mascarar a sua natureza de classe e identificação ideológica com o grande capital e o imperialismo. Base teórica não confinada a dogmas ou formulações abstractas, desligada de uma prática política e do movimento e história da luta de classes. Base teórica que exige, partindo das suas teses centrais e essenciais (elas próprias motivo de reflexão), renovação e desenvolvimentos capazes de responder às profundas mutações das sociedades humanas, aos espantosos progressos da ciência e das tecnologias neste findar do século XX, à necessidade de procurar os caminhos e as soluções para a superação do sistema capitalista.

**4.6.6.** A base teórica e a ideologia assim consideradas, são elementos essenciais para o estudo da realidade objectiva, e guia para a acção e para afirmar a independência das reflexões políticas e sociais, das análises, das propostas e soluções construídas pelo Partido Comunista face às teorizações e respostas dos partidos e ideólogos da burguesia e da oligarquia financeira.

**4.6.7. A natureza de classe deve estar presente nos princípios e critérios da direcção, organização e intervenção política e social do PCP,** pela procura de que os trabalhadores assumam as mais altas responsabilidades na direcção do Partido e em cargos institucionais.

**4.6.8.** As células, e outras organizações e organismos de trabalhadores, devem ser destacadas como um instrumento essencial e decisivo, dada a sua ligação directa às massas, para a participação e a organização políticas autónomas dos trabalhadores na sociedade. A que se acrescenta o seu papel para a elevação da consciência social e da solidariedade de classe dos trabalhadores, para integrar as novas camadas e gerações de trabalhadores, para promover a tradução da consciência social numa mais avançada consciência política e no apoio ao PCP.

**4.6.9.** Na acção política e social, parlamentar e autárquica do PCP deve continuar a estar sempre presente o objectivo de afirmar e defender os direitos e aspirações dos trabalhadores.

**4.6.10. A natureza de classe do PCP estabelece uma base sólida para o desenvolvimento de alianças sociais e políticas.** O que se contrapõe aos outros partidos, que mascaram efectivas alianças e convergências na defesa dos interesses do capital, debaixo da mesma e reivindicada natureza interclassista e da acentuação de diferenças secundárias e conjunturais.

**4.6.11.** O PCP empenha-se no alargamento das alianças da classe operária e de todos os trabalhadores em geral, com todos os sectores atingidos nos seus interesses pelo grande capital monopolista. O PCP não pretende uma instrumentalização de aliados e sectores próximos, antes assume a defesa dos seus interesses na luta contra um adversário comum: o grande capital. Para tanto, na luta pela defesa e aprofundamento da democracia, o PCP empenha-se na criação de uma vasta frente social, que abrange os operários, os empregados, os intelectuais e quadros técnicos, os pequenos e médios agricultores, os pequenos e médios empresários do comércio, indústria e serviços, bem como as mulheres, os jovens, os reformados e pensionistas, os deficientes, forças sociais que intervêm na vida nacional com aspirações e objectivos específicos. Igualmente procura que a expressão política do sistema de alianças sociais e da frente social se traduza na convergência e unidade das forças democráticas e patrióticas.

**4.6.12.** Da concepção da base social de apoio para uma alternativa democrática, o PCP infere o âmbito das alianças políticas, tendo sempre em vista os objectivos da luta a travar. São alianças em que o Partido, tendo em conta as diversas condições concretas históricas e objectivos imediatos, não abdica da individualidade e identidade próprias, nem sacrifica princípios centrais da sua natureza, ou o seu objectivo supremo de luta por uma sociedade socialista. São sempre alianças e convergências que reforçam e respeitam a sua estratégia transformadora da sociedade e o seu projecto revolucionário para Portugal.

**4.6.13. É a identidade do PCP que determina e explica a forma específica do exercício democrático do poder pelos comunistas.** Apesar da profunda diversidade de situações, decorrente de ele se realizar no Partido, nas organizações sociais ou nas instituições e órgãos de soberania, há traços comuns que lhe dão uma especificidade própria:

a) Um exercício do poder, como serviço aos trabalhadores e às populações, ao povo e ao País, desligado de interesses pessoais, ou de actuações eleitoralistas para a sua manutenção no poder;

b) uma concepção do poder como resultado e como exigência da organização e funcionamento democráticos das instituições. Em particular, a consideração de uma articulação poder/democracia participativa, em que os «eleitores» representados



não se limitam a eleger de tantos em tantos anos esses eleitos, mas em que assumem uma participação e controlo regulares ao longo do mandato, nas decisões e nas formas de exercer o poder;

c) uma consideração dos órgãos eleitos como colectivos (naturalmente com a excepção dos unipessoais) que devem funcionar democraticamente, afastando personalismos e presidencialismos desfiguradores dos colectivos, e onde a defesa das orientações do Partido se articula com respeito pela iniciativa, pelo âmbito e especificidade próprios, a autonomia e a vida democrática das instituições;

d) um comportamento no exercício do poder que respeite o dever de não ser, por esse motivo, nem beneficiado nem prejudicado financeiramente, e de conjugar a responsabilidade assumida perante os eleitores e a disponibilidade dos seus mandatos e a responsabilidade política perante o Partido.

**4.6.14.** Os eleitos comunistas não exercem o poder à margem ou acima do carácter de classe que atravessa todo o movimento social e político. É nessa base que devem compreender a sua actividade.

**4.6.15.** No desenvolvimento de uma política de classe coerente com a identidade e o projecto comunistas nas instituições democráticas, o PCP deve:

— Desenvolver e aprofundar programas políticos e uma prática dirigida aos trabalhadores e às massas populares, de defesa dos interesses e aspirações das camadas e sectores sociais compreendidas na política de alianças definida;

— aperfeiçoar e intensificar a ajuda aos membros do Partido para que o exercício do poder seja coerente com a identidade e características do PCP;

— manter e reforçar as orientações que garantam a presença nos órgãos do poder de operários e outros trabalhadores, contrariando assim o afastamento «natural» dessas camadas do seu exercício na actual sociedade portuguesa;

— conceber o exercício do poder na perspectiva do desenvolvimento da democracia participativa e, em consequência, intensificar os esforços para abrir espaço aos movimentos sociais, e ao reconhecimento do seu papel na participação e gestão da coisa pública;

**4.6.16.** Deve procurar-se que o exercício do poder pelos comunistas, em qualquer cargo para que tenham sido eleitos ou nomeados, seja exemplar e sem arrogância, mantendo assim o património de prestígio e seriedade, e contribuindo para a afirmação e o reforço do Partido.

## **4.7. Desenvolver a democracia interna**

**4.7.1.** Desenvolver a democracia interna é aprofundar criativamente o centralismo democrático, fundamento da unidade no quadro da direcção e trabalho colecti-

vos, do Partido como grande colectivo de militantes, e uma elevada consideração do valor do militante na contribuição e dinamização da actividade política.

**4.7.2.** São pilares fundamentais da democracia interna a participação e contributo dos membros do Partido na análise dos problemas e na elaboração da orientação partidária, a prestação de contas da actividade pelos organismos e militantes, a eleição dos organismos dirigentes, a valorização efectiva das organizações e organismos, a rejeição do sectorialismo e a coesão do Partido.

**4.7.3.** A democracia interna é a base mais sólida para a definição de uma orientação justa pelos órgãos estatutariamente competentes, para uma avaliação regular do trabalho de direcção a todos os níveis e para o empenhamento de todas as organizações e militantes, na concretização das orientações e decisões tomadas, designadamente as de âmbito nacional.

**4.7.4.** Uma das questões fundamentais para elevar a militância e reforçar a democracia é criar condições para uma efectiva participação dos membros do Partido na discussão e elaboração das orientações. Com esse objectivo é necessário: melhorar o conteúdo das reuniões e a sua preparação, assegurando espaço para o debate; respeitar as naturais diferenças de opinião, que são também factor de enriquecimento do Partido; valorizar o militante como elemento essencial na actividade e intervenção partidárias; aperfeiçoar o estilo de trabalho dos quadros que assegure, no âmbito da direcção colectiva, a responsabilidade individual e a mais alargada audição e intervenção dos militantes.

**4.7.5.** Importante vertente para aprofundamento da democracia interna e elevação da participação dos militantes é a concretização das assembleias das organizações e a eleição dos respectivos organismos dirigentes. O Comité Central decidirá, no quadro das normas estatutárias, sobre as orientações necessárias para a sua mais regular e frequente realização.

**4.7.6.** Um organismo é um conjunto de militantes que pode e deve, com a sua contribuição individual, enriquecer a análise e propostas do Partido e elaborar as respostas concretas necessárias para a intervenção partidária, inserida no quadro das orientações e decisões mais gerais.

**4.7.7.** Desenvolver a iniciativa e vida próprias dos organismos e organizações é contribuir para um maior envolvimento dos militantes e para a consolidação da estrutura orgânica, factor decisivo para o desenvolvimento da democracia interna e da dinamização e intervenção partidárias.

## **4.8. Reforçar a organização partidária**

**4.8.1.** O quadro actual em que se trava a luta política exige um PCP mais forte. Face às profundas muta-



ções nas estruturas económicas e sociais, uma intervenção qualitativamente nova e poderosa dos órgãos de comunicação social (*media*), o desenvolvimento da política espectáculo, a personalização, a intensa batalha ideológica, etc., a organização assume para o PCP um renovado e decisivo papel.

**4.8.2.** Apesar de dificuldades e obstáculos, objectivos e subjectivos, muitos são os factores que abrem perspectivas para uma abordagem confiante do trabalho de organização. Os dados do Balanço Geral de Organização; o crescimento do número de jovens que procuram o Partido e a JCP; o êxito de muitas iniciativas políticas realizadas nos últimos anos; a aproximação ao Partido de muitos homens e mulheres, incluindo camaradas que há muito se encontravam afastados; o património de prestígio e seriedade que o Partido continua a ter junto dos trabalhadores, dos intelectuais, de muitos e importantes sectores da sociedade portuguesa — são factores que, além de outros, fundamentam a possibilidade de uma melhor organização partidária.

**4.8.3.** Nesse sentido, a viragem decidida das organizações do Partido para a organização e mobilização dos trabalhadores, das outras camadas antimonopolistas e das populações para a luta, continuará a constituir o caminho mais seguro para o reforço e alargamento orgânico, social, político e eleitoral do Partido.

**4.8.4.** Outra questão central é como organizar e valorizar a intervenção social, cultural, política e partidária do núcleo activo do Partido, camaradas ligados às tarefas de organização, eleitos em instituições e activistas das organizações e movimentos de massas.

**4.8.5.** Às diferenças objectivas das situações onde se actua e à diferença das forças do Partido, quer do ponto de vista regional, quer sectorial — número de membros do Partido, influência política e ideológica, composição social da organização, etc. — deve, naturalmente, no quadro geral da estrutura orgânica definida estatutariamente, e conforme práticas comprovadas pela experiência, responder-se com diversidade de soluções orgânicas concretas. Poderá até acrescentar-se que quanto mais adequada for a resposta orgânica à especificidade, características e condições próprias das organizações e dos meios em que actua, mais eficiente será a correspondente intervenção e capacidade de mobilização do Partido.

**4.8.6.** Atendendo sempre a essa diversidade das situações concretas na busca das soluções orgânicas mais eficazes para a actividade partidária, impõe-se que se considerem três direcções principais:

— Continuar a renovação e rejuvenescimento das organizações e estruturas partidárias, onde o recrutamento de militantes assume um papel decisivo.

— Elevar a militância e valorização do papel do militante, como fundamento essencial para o reforço orgânico do Partido.

— Desenvolver o trabalho de reforço e constituição de organizações de base — as células — e de outras formas de integração orgânica dos membros do Partido.

**4.8.7. São necessárias mais adesões ao PCP e a continuação do trabalho de rejuvenescimento e renovação.**

**4.8.8.** Um objectivo central desta direcção de trabalho é o recrutamento de novos membros para o PCP e a JCP. A Campanha Nacional de Adesão ao PCP, o balanço do recrutamento realizado em 1995, o significativo número de jovens que têm aderido à JCP e ao Partido, demonstram as potencialidades existentes.

**4.8.9.** Há que continuar a agir com confiança, perseverança e organizadamente nesta direcção, ultrapassando posições de passividade, estabelecendo objectivos e planos de trabalho, definindo responsabilidades pelo contacto e diálogo, principalmente com trabalhadores, jovens, mulheres, visando a sua adesão ao Partido.

**4.8.10.** Uma particular atenção deve ser dada aos que se destacam na luta social e política, aos que militam nas organizações de massas. Esta deve continuar a ser uma tarefa de todo o Partido e, em particular, de cada militante e dos organismos de base.

**4.8.11.** Rejuvenescer o Partido significa avançar para uma presença mais numerosa, mais responsabilizada e responsável, mais interveniente, de quadros jovens no colectivo partidário a todos os níveis.

**4.8.12.** Esta é uma questão central para um partido que quer ganhar o presente e garantir o futuro. As potencialidades são evidentes, mas há que ultrapassar os escolhos objectivos e, sobretudo, as hesitações e preconceitos que continuam a tolher membros e organismos do Partido na entrega a quadros jovens de responsabilidades e espaço de participação que necessariamente lhes cabe ter.

**4.8.13.** Valorizar e reforçar o trabalho da JCP é uma linha prioritária mas não basta. Não haverá trabalho capaz com a juventude e para a juventude, nem se desenvolverá suficientemente o trabalho político do PCP, sem que o conjunto do Partido adquira significativamente uma rejuvenescida massa militante.

**4.8.14.** A renovação das estruturas, funcionamento e trabalho partidários passa pelo recrutamento, desenvolvimento da militância e o rejuvenescimento do Partido, mas não se esgota aí. A renovação exige a responsabilização renovada de camaradas, a mudança de tarefas e a alteração de responsabilidades onde se verificam situações de rotina e cansaço, e impõe, ao mesmo tempo, que se não perca a experiência e a militância. A renovação não significa tão pouco que não continuem assumindo as suas responsabilidades camaradas com muitos anos de Partido e que mostram na sua actividade estar em plenas condições de exercê-las.



**4.8.15.** Renovar significa criar audaciosamente novas propostas orgânicas, formas e estilos de trabalho da organização partidária e das linhas de abordagem dos problemas, não por qualquer *fétiche* do que é «novo», mas para corresponder às novas situações e exigências. Uma particular atenção deve ser dada à renovação do conteúdo e formas de organizar as reuniões, tendo sempre presente a sua motivação e utilidade.

**4.8.16.** Renovar significa combater a rotina e um trabalho predominantemente interno, «rodando» sobre os mesmos membros do Partido, virar as organizações e a intervenção para a vida, para os trabalhadores, para as massas, através de um trabalho vivo, criador, confiante, de encontro aos seus problemas, interrogações e anseios.

**4.8.17. É um dever fundamental dos membros do PCP «a militância numa das suas organizações»** (Artigo 9º dos Estatutos). O cumprimento deste dever é uma questão decisiva para o reforço da vida democrática e intervenção do Partido. A evolução da situação económica e social, a conjuntura, o resultado das lutas, a credibilidade do projecto e das alternativas, os problemas da vida pessoal, condicionam o activismo político e a militância. A perda de prestígio da actividade política decorrente dos fenómenos conhecidos de corrupção, nepotismo, tráfico de influências, vedetismo, da chamada «classe política», afectou também seriamente a imagem do militante político. Mas a força do ideal e do projecto do PCP, a razão das suas propostas, a seriedade da sua forma de estar e fazer política, constituem poderosos contributos para fazer crescer a militância partidária. As causas porque lutamos, os princípios e os valores que sustentam a actividade do PCP, são factores capazes de revigorar a militância e, em particular, entusiasmar e envolver politicamente muitos milhares de jovens.

**4.8.18.** Fazer crescer a militância é um objectivo necessário e possível, considerando como militância o activismo político, social, cultural, etc., mais a ligação orgânica regular a uma estrutura do Partido. Na militância em sentido lato, deve reconhecer-se a gradação de possibilidades e diversidade de situações. Pode ser um activismo reduzido ou esporádico numa campanha eleitoral ou em outras iniciativas, uma presença regular, como dirigente ou não, numa organização social, um trabalho mais regular numa organização partidária, ou uma disponibilidade superior, como a de muitos quadros não funcionários e, em geral, a dos funcionários do Partido e muitos camaradas que exercem funções a tempo inteiro em movimentos de massas e em instituições. Importante é que esse activismo tenha ligação e correspondência com o trabalho da organização do Partido. Os organismos e os quadros do Partido devem procurar estabelecer e definir as tarefas

adequadas, em diálogo com os respectivos membros do Partido, e fazer um acompanhamento que ajude a descobrir a motivação política e incentive o desenvolvimento da militância.

**4.8.19.** É necessário descobrir novas e redescobrir velhas formas de envolvimento e responsabilização dos membros do Partido e reforçar o funcionamento democrático, vivo, virado para os trabalhadores, as populações, os problemas «de todos os dias e de toda a gente», capazes de gerar uma forte motivação e empenhamento políticos.

**4.8.20.** Uma grande atenção deve ser dada ao acolhimento de novos membros do Partido para que eles se sintam úteis e para que tenha significado a opção política que fizeram. Igualmente deve ser objectivo a recuperação para uma militância regular dos camaradas que, por motivos diversos, dela se afastaram.

**4.8.21.** O militante é o sujeito essencial da organização do Partido. Sem marginalizar ou pôr em causa a condição de membro do Partido, dos que, por razões diversas, não têm, em dado momento, disponibilidade para um maior e mais regular activismo, há que valorizar os que assumem plenamente a sua condição de militantes do Partido. Sem militantes não há Partido Comunista, nem a profunda democracia interna e participativa que inscrevemos nos Estatutos poderá concretizar-se.

**4.8.22.** O «militante» contribui para fazer a diferença entre o PCP e os outros partidos. O Partido começa, prolonga-se e realiza-se pelo militante, na sua intervenção social e política, institucional e de massas.

**4.8.23.** O trabalho militante deve ser gratificante, desenvolver a responsabilidade e a iniciativa do membro do Partido e é a ponte estratégica para a ligação do Partido aos trabalhadores e às massas. A política faz-se, tece-se, de relações com as pessoas e entre as pessoas.

**4.8.24.** Fazer crescer o número de militantes e a sua qualidade (pelo trabalho numa organização e pela ajuda à sua formação política e ideológica), renovar profundamente o núcleo activo do Partido, enriquecendo-o com novos militantes, é o caminho certo e seguro para o desenvolvimento e criação de novos e mais quadros, inclusive funcionários, de que o Partido necessita.

**4.8.25.** O membro do Partido que reconhece em si «o Partido» através da sua actividade militante, adquire a compreensão da responsabilidade e importância da sua opção pessoal. Contraria-se, assim, uma visão abstracta ou distanciada do Partido («o Partido são os outros»), uma identificação do Partido só com a sua direcção, ou a procura de fórmulas milagrosas (outro comportamento dos órgãos de comunicação social, a imagem dos dirigentes, receitas orgânicas) para que o



Partido tenha bons resultados eleitorais. Ou ainda a ideia de que o possível sucesso do Partido passa por uma abdicção da sua identidade e formas de estar e fazer política, copiando as dos Partidos da burguesia, e não pelo esforço militante e empenhado dos comunistas, pela necessária acção, esclarecimento e mobilização das massas, no quadro da orientação, tácticas e estratégias definidas pelo Partido.

**4.8.26. É necessário desenvolver o trabalho pela valorização das organizações de base.** Como afirmam os Estatutos, «A célula é a organização de base do Partido, é o seu alicerce e o elo fundamental da ligação do Partido com a classe operária, com os trabalhadores, com as massas populares, é o suporte essencial para promover, orientar e desenvolver a luta e acção de massas».

**4.8.27.** O XV Congresso decide travar a batalha em toda a organização do Partido pela mais plena concretização do disposto neste Artigo 47º dos Estatutos. As células, cuja estrutura e funcionamento poderão ter soluções diversas, são essenciais para ligar à actividade do Partido milhares de membros desligados ou com contactos irregulares, para elevar a sua militância e ampliar e intensificar a ligação aos trabalhadores e às massas populares.

**4.8.28.** Esta direcção de trabalho deve ser articulada com a continuação e desenvolvimento de outras formas de integração orgânica dos membros do Partido, como a utilização de plenários, a convocação regular das assembleias e a realização frequente de iniciativas culturais, de convívio e outras.

**4.8.29.** Perante uma situação orgânica caracterizada por debilidades das organizações e organismos de base, devemos começar por identificá-las e definir as suas fronteiras com algum rigor.

**4.8.30.** Célula é toda a organização que enquadra directamente o conjunto dos membros do Partido numa empresa ou grupo de empresas, num local de trabalho, numa escola ou hospital, num sector profissional ou área de actividade, num bairro ou aldeia, numa freguesia ou grupo de freguesias, ou mesmo num concelho.

**4.8.31.** As organizações de base do Partido, as células, dando vida às atribuições e competências que os Estatutos lhes conferem, devem ser espaços privilegiados de debate, para os membros do Partido que a elas pertencem, sobre todos os problemas políticos, dos locais aos nacionais, que os interessem; para tomarem as decisões e as iniciativas que correspondam ao debate realizado e às orientações dos organismos superiores, para darem resposta aos problemas concretos dos trabalhadores e das populações.

**4.8.32.** Há que procurar uma vida da célula mais motivadora, capaz de a fazer funcionar também como espaço pedagógico do trabalho militante, o que exige um funcionamento mais flexível, adequado às condi-

ções de trabalho e da vida actual, às preocupações e ideias dos homens e mulheres que a integram. Procurar que a célula possa abranger a diversidade de disponibilidades, de situações e outros interesses dos seus militantes.

**4.8.33.** Num plano de valorização das organizações/organismos de base, considera-se importante:

— Dinamizar o seu funcionamento democrático e criar uma vida partidária viva e intensa, pela realização regular, que poderá ser anual, da sua Assembleia e eleição do respectivo organismo de direcção e pelo desenvolvimento da iniciativa política.

— Que os organismos superiores, dentro dos princípios orgânicos definidos nos Artigos 16º, 19º e 25º dos Estatutos, deverão envidar todos os esforços para desenvolver e incentivar a iniciativa e o funcionamento próprios das organizações e organismos de base, promovendo para isso toda a ajuda política, ideológica e de meios necessários, compatível com as possibilidades do Partido.

**4.8.34.** O Comité Central considerará no quadro desta direcção de reforço orgânico, o envolvimento de quadros do Partido que por razões do trabalho partidário não militem regularmente numa organização de base e o papel do responsável ou coordenador do organismo.

## **4.9. Por uma mais eficaz comunicação do Partido com a sociedade**

**4.9.1.** Os comunistas desenvolvem o trabalho de informação, propaganda e esclarecimento das suas ideias, projectos e propostas para Portugal, num quadro de profunda desproporção de recursos e meios comparativamente com outras forças políticas beneficiárias do apoio do grande capital; de concentração e controlo dos *media* e das novas tecnologias da informação por poderosos grupos económicos, reduzindo a comunicação a mercadoria e os cidadãos a consumidores; de domínio mediático da política-espectáculo, empobrecedora da democracia e secundarizadora do debate de ideias; de falsa e artificial bipolarização política; de manipulação e abuso das sondagens, usadas como instrumentos condicionadores da opinião dos cidadãos; de esforço de hegemonização ideológica da sociedade portuguesa pelos valores do chamado «pensamento único», celebrando o capitalismo como presente e futuro da Humanidade.

**4.9.2.** Ante a desigualdade de meios e o quase silenciamento ou deturpação das posições e actividade do Partido pelos *media*, o PCP não tem justamente baixado os braços. No balanço do trabalho realizado



no domínio da comunicação desde o XIV Congresso, importa assinalar, como elementos relevantes:

a) uma intensa e contínua actividade de informação e propaganda, apoiada no trabalho do Departamento de Propaganda (DEP), do Gabinete de Imprensa central e das organizações regionais, com um trabalho organizado e persistente junto da comunicação social de veiculação das posições e iniciativas do Partido, com a produção de numerosos materiais dirigidos, temáticos ou generalistas, a realização de várias Jornadas Nacionais de Propaganda e campanhas temáticas (como a campanha contra a flexibilidade e a polivalência), a circulação nacional de exposições, a produção de tempos de antena na rádio e televisão, a permanente e mais cuidada gestão de imagem nas iniciativas e intervenções públicas do Partido, acompanhada do reforço em meios técnicos de apoio, a utilização de grandes painéis de propaganda visual, o início (na celebração do 75º Aniversário do PCP) da presença permanente do PCP e das suas publicações centrais na «Internet», uma significativa produção descentralizada de materiais de informação e propaganda, com destaque para o aumento expressivo de boletins, comunicados e outras publicações;

b) a publicação regular e os esforços significativos realizados para diversificar e melhorar o conteúdo e apresentação gráfica da imprensa partidária — o «Avante!» e «O Militante» — bem como as medidas tomadas no plano central para o acompanhamento e dinamização da sua difusão, embora ainda sem correspondência significativa nos resultados;

c) as campanhas eleitorais realizadas, que constituíram instrumentos essenciais de comunicação das nossas ideias, a Festa do «Avante!», as numerosas iniciativas políticas de esclarecimento e debate, os comícios, sessões e outras iniciativas, as celebrações do 75º Aniversário do PCP e do 20º Aniversário da Revolução de Abril, etc..

**4.9.3.** A experiência colhida da complexa e diversificada actividade de comunicação, esclarecimento e diálogo com a sociedade que o Partido realiza, no contexto de uma aguda luta ideológica, justifica uma particular atenção às seguintes questões e problemas:

a) os modos e meios de combater a visão redutora e/ou deformada do que é, do que faz e do que pensa o PCP, veiculada pela generalidade dos *media*, para os membros e apoiantes do PCP e para os cidadãos, seja promovendo uma atitude mais crítica e atenta (não uma atitude rejeicionista ou isolacionista) quanto à leitura da realidade pelos *media*, seja por uma mais eficaz, atempada e ampla informação interna, seja agindo no plano do

relacionamento com os *media* e do combate pela sua isenção e pluralismo, seja fortalecendo o diálogo directo com os cidadãos;

b) uma imaginosa e profunda acção do Partido para vencer os bloqueamentos à compreensão da nossa mensagem, pela sedimentação, nas consciências e nos comportamentos sociais, de valores e representações da realidade que exprimem o chamado «pensamento único» ao serviço do capitalismo, e que promovem uma visão defeituosa das realidades, o individualismo, o egoísmo, a superficialidade, a perda de memória, o culto do efémero, o conformismo e a passividade perante as políticas de direita e os mecanismos de exploração e dominação;

c) a contradição entre a realidade do País, as aspirações e os problemas dos trabalhadores, da juventude, das populações, e o modo como essa realidade é representada, seleccionada e fragmentada nos *media*, exigindo do Partido e dos comunistas uma firme e coerente atitude para garantir, ao mesmo tempo, a autonomia da sua acção política, e contrariar o comando pela agenda dos *media* da vida política e, por outro lado, a capacidade para comunicar, num quadro mais exigente em que as novas tecnologias de informação alteram profundamente os conceitos de tempo e de espaço na informação e na percepção dos acontecimentos.

**4.9.4. Os comunistas, sem ignorar dificuldades, devem assumir uma mais ampla consciência de que o próprio Partido constitui uma grande e ímpar rede de comunicação militante,** uma enorme corrente de convicções e de vontades que, organizada e em movimento, é capaz de enfrentar a desigualdade de meios, e partir decididamente à conquista da inteligência e da sensibilidade de mais trabalhadores, mais jovens, mais cidadãos, para apoiarem as nossas propostas políticas e o nosso projecto. Valorizando os meios próprios de comunicação e de informação. Aproveitando melhor a imprensa, as edições, os materiais e os meios de informação e propaganda do Partido e fazendo-os chegar aos seus destinatários. Afirmando sempre a diferença entre a concepção que defendemos da informação e da propaganda políticas, caracterizada pela coerência entre imagem e conteúdo, e pelo apelo à inteligência na comunicação de ideias e propostas, e a concepção praticada por outras forças políticas, cada vez menos distinta da publicidade e do marketing, tratando os cidadãos como meros consumidores passivos e as ideias como mercadorias em que sobretudo conta a embalagem.

**4.9.5.** Constituem ainda orientações e direcções na actividade de comunicação:

a) trabalhar para o fortalecimento das estruturas de informação e propaganda centrais, no plano dos



meios, dos quadros, da sua formação e da sua capacidade de apoio ao conjunto do Partido nesta área; procurar também constituir ou reforçar estas estruturas nas principais organizações regionais; progredir no uso de linguagens e códigos de comunicação que contribuam para maior clareza e eficácia nas mensagens;

b) valorizar a actividade de informação e propaganda, promovendo a descentralização e a iniciativa próprias de todas as organizações, essenciais para uma mais eficaz e oportuna comunicação e relacionamento do Partido com os trabalhadores e as populações;

c) dinamizar campanhas de informação, mobilização e esclarecimento, em torno de causas e temas sociais e políticos considerados particularmente relevantes, prosseguindo também as positivas experiências de jornadas nacionais (e também sectoriais ou regionais) de propaganda, de edição e distribuição de materiais de informação e publicações de conteúdo temático, generalista ou dirigido;

d) promover uma mais desenvolvida e qualificada utilização das modernas tecnologias de informação na actividade de comunicação do Partido, sem menosprezar processos e soluções técnicas financeiramente menos exigentes;

e) cuidar da preparação e da imagem das iniciativas do Partido, assumindo a complementaridade da comunicação com os seus participantes e destinatários locais, e da sua projecção mediática e expressão nacional;

f) desenvolver, em articulação com as medidas de reforço orgânico, uma mais pronta e efectiva informação dos quadros e militantes que os capacite e responsabilize como agentes activos no seu círculo de vida e trabalho para a difusão das posições do Partido; dinamizar uma mais ampla intervenção e iniciativa dos quadros comunistas, designadamente dos intelectuais, no movimento e debate de ideias;

g) prosseguir os esforços para tornar mais atraente o conteúdo e a apresentação gráfica da imprensa partidária — «Avante!» e «O Militante» — e fortalecer a sua ligação com as diversas organizações do Partido. É indispensável desenvolver e apoiar a sua mais ampla difusão — com particular atenção ao «Avante!» — como tarefa e responsabilidade de todo o Partido: elevando a compreensão do seu papel como precioso instrumento de formação e informação na luta das ideias, e fomentando a sua leitura; tomando medidas de responsabilização de camaradas pela sua propaganda e divulgação nas organizações regionais, outras estruturas intermédias e organismos de base; criando comissões que apoiem esse trabalho, acom-

panhem o aparelho de distribuição e dinamizem a organização de correspondentes e difusores, e a rede de assinantes; animando a constituição de bancas e uma activa e organizada presença da nossa imprensa nas iniciativas do Partido.

## 4.10. Fortalecer a capacidade financeira do Partido

4.10.1. A experiência quotidiana de todos os membros do Partido e das respectivas organizações e organismos, é que os recursos do Partido são reconhecidamente insuficientes para o seu desenvolvimento e para a sua actividade. Na Conta de Gestão a apresentar ao XV Congresso far-se-á a apreciação dos resultados globais e a análise, rubrica a rubrica, das receitas e despesas, no período decorrido desde o XIV Congresso, na base das contas anualmente apresentadas ao Tribunal Constitucional e publicadas no Avante!, as quais comprovam a situação de equilíbrio verificada.

4.10.2. Mas se houve globalmente uma evolução positiva no equilíbrio das contas, tal facto deve-se, fundamentalmente, a critérios e medidas de gestão restritivos e de contenção.

4.10.3. Os saldos apresentados nas contas anuais impressionam, em geral de modo positivo mas, na realidade económica e financeira da Partido, tais saldos não alteram efectivas dificuldades, em consequência de limitações financeiras. Exemplos evidentes são os gastos baixos em informação e propaganda, sobretudo se tivermos em conta a atitude política de premeditado silenciamento por parte da comunicação social da luta dos trabalhadores e do PCP. Mesmo os gastos com pessoal, os mais significativos no plano das despesas, são apesar disso manifestamente insuficientes face às necessidades e características do Partido.

4.10.4. A análise aprofundada das contas evidencia que estamos muito próximo dos limites da capacidade de contenção e restrição de gastos, pelo que o crescimento das receitas se tornou um objectivo central de todo o Partido. Um tal objectivo deverá assentar sobretudo no financiamento próprio do Partido, tal como tem sucedido.

4.10.5. Deve ser mantida a posição do Partido de que «é inaceitável e deve ser proibido» o financiamento da vida política por empresas, e deve continuar a reclamar-se a adopção de medidas tendentes a limitar o poder dos meios financeiros (em grande parte por via dos donativos de pessoas colectivas) na vida política, designadamente através da limitação dos custos das campanhas eleitorais.

4.10.6. Neste quadro de princípio, torna-se indispensável o estabelecimento de metas quantificadas no



tempo, tendo em vista o aumento global do financiamento próprio. Assim, constituem objectivos e direcções de trabalho quanto à elevação das receitas:

a) No plano da quotização, fazer progredir a tendência verificada entre o XIV e o XV Congresso quanto à elevação do montante recolhido, e trabalhar para o aumento simultâneo do número de membros do Partido a pagar quota e do respectivo valor médio, e a fixação de uma meta de crescimento, tendo em vista o aumento das receitas ordinárias e o reforço da militância e da ligação dos membros do Partido.

b) Constituindo uma receita extraordinária, as contribuições dos membros, amigos e simpatizantes do Partido representam, para a generalidade das organizações do Partido, a única forma de diminuir ou equilibrar o tradicional défice. Considera-se, contudo, ser de assegurar em muitas organizações uma outra atitude quanto às abordagens, considerando-as não como forma de superar a pressão de tesouraria e dificuldades de um dado momento, mas como uma actividade regular, orientada e planificada. A fixação e concretização de objectivos anuais de crescimento constituirá uma importante ajuda na evolução geral das receitas.

c) É justo salientar a grande capacidade de iniciativa das organizações do Partido, traduzida na concretização de inúmeras, diferenciadas e criativas formas de angariação de fundos. A troca periódica de experiências entre organizações poderia potenciar, com adaptações adequadas às respectivas regiões, a captação de receitas, e o seu crescimento programado.

d) As contribuições de representantes e eleitos do PCP constituem a segunda verba mais importante da estrutura das receitas. Decorrendo da influência institucional do Partido, elas dependem, sobretudo, do grau de cumprimento do princípio de que os membros do PCP, eleitos ou nomeados, não devem ser beneficiados nem prejudicados financeiramente. Sendo certo que a maioria dos nossos eleitos cumpre honrosamente o princípio estabelecido, considera-se que a questão da contribuição dos eleitos comporta vários aspectos que exigem um permanente acompanhamento político, e sobretudo um melhor enquadramento, no âmbito das tarefas que realizam e das responsabilidades que têm.

**4.10.7.** A concretização dos objectivos propostos quanto ao aumento das receitas, associada a medidas de ajustamento na sustentação financeira da estrutura orgânica, permitiria abrir objectivos de desenvolvimento e de investimento, de acordo com um plano definido de prioridades, mesmo tendo em consideração o acréscimo de despesas resultante do calendário político

co previsível, nomeadamente as campanhas eleitorais.

**4.10.8.** As medidas de ajustamento implicam: a actualização do esquema de ajuda às organizações que ainda não garantem o seu autofinanciamento, de acordo com indicadores, prioridades e critérios de importância política a considerar; a avaliação das medidas futuras de apoio central a novas funcionalizações; o estabelecimento, pelas organizações com mais dificuldades, de objectivos de elevação da taxa de cobertura das despesas pelas receitas e, no caso das organizações com maior força orgânica que ainda sejam deficitárias, definição de objectivos e prazos para o seu autofinanciamento.

**4.10.9.** No programa de investimentos, importa ter em conta nomeadamente as seguintes necessidades: o restauro do património degradado; a construção de infraestruturas indispensáveis; a renovação criteriosa do parque automóvel; o desenvolvimento do processo já iniciado, no plano dos equipamentos e do recurso às novas tecnologias, para a normalização e racionalização dos procedimentos de apoio técnico e administrativo.

**4.10.10.** É necessário desenvolver o controlo financeiro, com o objectivo de acompanhar a evolução dos fundos do Partido e a sua gestão, na perspectiva da ajuda e da procura, conjuntamente com os organismos dirigentes das regiões, das soluções mais adequadas para os problemas.

**4.10.11.** A dimensão e o valor do património do Partido, nomeadamente o conjunto de Centros de Trabalho, adquiridos ou construídos com o contributo de milhares de comunistas e amigos do Partido, exige medidas de acompanhamento, defesa e manutenção.

**4.10.12.** Uma correcta gestão do património implica, como é natural, o constante questionar da sua rentabilidade e justificação ou, pelo contrário, da eventual necessidade da sua ampliação e melhoramento.

**4.10.13.** No período entre Congressos estabeleceu-se um novo quadro legal relativo ao financiamento dos partidos. O PCP, que desde sempre esteve em condições de mostrar as suas contas, adequou com naturalidade os processos contabilísticos do Partido a esse novo quadro legal.

**4.10.14.** As contas apresentadas ao Tribunal Constitucional respeitaram o Plano Oficial de Contas e as novas exigências legais, tendo o PCP sido o único dos grandes partidos que cumpriu a obrigatoriedade de o balanço ser representativo de toda a organização partidária e não apenas das contas centrais.

**4.10.15.** Esta exigência coloca, contudo, dificuldades, uma vez que tais contas são influenciadas em numerosos aspectos pela intervenção de muitos milhares de membros do Partido e de muitas centenas de organizações, na sua maioria sem qualquer estrutura profissionalizada, tanto mais que a actividade e as



características do PCP em particular, colocam problemas específicos.

**4.10.16.** Torna-se portanto indispensável assegurar medidas tendentes à ultrapassagem de deficiências e dificuldades, como a correcta e pontual elaboração das contas, e o assegurar em cada transacção os documentos justificativos com validade legal e fiscal.

## **4.11. Assegurar e desenvolver a dimensão nacional do projecto e do Partido**

**4.11.1.** No quadro das prioridades e direcções traçadas em matéria da organização, distribuição de recursos e concentração de atenções decorrentes da identidade, natureza de classe e dos meios existentes (sempre limitados), o PCP necessita de assegurar e desenvolver a dimensão nacional do projecto e da organização partidários. Dimensão que continua a exigir a manutenção e ampliação da influência e da organização do Partido nas zonas já hoje de maior força orgânica e política.

**4.11.2.** As desigualdades existentes de influência e trabalho do Partido não devem, contudo, levar a uma visão redutora e negativa sobre a presença do Partido em regiões e sectores onde a influência global do Partido e o papel social e político dos comunistas ultrapassa em muito as insuficiências dos resultados eleitorais.

**4.11.3.** O PCP não pode deixar que tendências de redução da sua presença territorial ou sectorial se expandam, ou que se ultrapassem limiares críticos e estabeleçam círculos viciosos (não elegemos porque temos poucas forças e temos poucas forças porque não elegemos), que tornem difícil a recuperação de níveis satisfatórios de influência política, social e eleitoral.

**4.11.4.** Para ultrapassar tais situações, a primeira condição é a consciência de que o problema existe, e de que, a não serem tomadas medidas suficientes, a situação pode agravar-se. Depois são potencialidades: a força nacional do próprio Partido e a sua capacidade para dirigir e orientar esforços orgânicos e políticos para onde eles se justifiquem; a existência, nas regiões e sectores, de uma base orgânica significativa, dispondo de quadros experientes e conhecedores, em muitos casos profundamente ligados às massas; a força de muitas organizações sociais; uma maior presença relativa de jovens nos efectivos do Partido e a gravidade dos problemas económicos e sociais existentes nas regiões e sectores, facilitam e estimulam a presença do Partido.

**4.11.5.** Também o património de prestígio já referido, de dimensão bem superior ao número de votos alcançados, é um importante ponto de partida para o desenvolvimento do trabalho, visando superar as desi-

gualdades e problemas existentes.

**4.11.6.** Três pontos de partida: começarmos pelo que temos e procurarmos definir uma estratégia que conte com as próprias forças; os pontos fortes, que é necessário não só consolidar mas reforçar, apoiam os pontos fracos, num quadro de ajuda mútua entre organizações e de solidariedade nacional do Partido; privilegiar, ao nível de cada região ou sector, as áreas, locais ou subsectores onde previsivelmente há mais possibilidades de desenvolvimento.

**4.11.7.** Um conjunto de políticas e orientações para assegurar e desenvolver a dimensão nacional do projecto partidário:

a) A intervenção nacionais do Partido deve assumar com força a diversidade regional e sectorial da sociedade portuguesa, o que simultaneamente deve ser articulado com projectos e programas políticos regionais e sectoriais, dotados de autonomia e lógicas próprias, integrados na orientação nacional do Partido.

b) O trabalho de direcção e políticas de quadros e financeira devem responder ao objectivo colocado:

— No plano da direcção a concretização de estruturas regionais capazes de conservar e reforçar a importante participação de muitos quadros não funcionários e a especificidade da sua intervenção política, e, simultaneamente, conseguir que os organismos da direcção regional constituam colectivos capazes para o desenvolvimento dos quadros que a integram, para a necessária intervenção partidária e política.

— Na política de quadros, inclusive funcionários, insistindo na responsabilização de militantes da região (ou do sector), criando ou mantendo linhas de ajuda económica e de formação específica, será para muitos destacados quadros do Partido uma experiência enriquecedora, uma envolvente política diversa daquela em que nasceram e se desenvolveram como quadros do Partido. O regresso às suas terras de origem, de quadros do Partido, sindicais ou reformados, com experiência de luta, por motivo de mutações no aparelho produtivo e na sociedade portuguesa, deve ser considerado como dando novos elementos ao desenvolvimento do trabalho local.

— Na política financeira, manter e aperfeiçoar critérios de distribuição de apoios que assumam o objectivo da dimensão nacional do Partido.

c) Em matéria de organização, cabe aos organismos dirigentes das respectivas regiões e sectores, em articulação com a direcção do Partido, e conforme os Estatutos, estabelecer as formas orgânicas e as direcções de organização e intervenção principais adequadas.



d) Na organização e intervenção das frentes de trabalho, procurando que tenham uma efectiva dimensão nacional, deve adequar-se o seu funcionamento à fragilidade orgânica e de quadros de muitas organizações regionais, e incentivar-se o esforço destas para corresponderem, dado o importante papel supletivo que o trabalho da frente pode ter, complementando o trabalho regional. As frentes de trabalho e a coordenação nacional de sectores e empresas permitem a integração orgânica de militantes e quadros que, na sua ausência, podem ficar desaproveitados.

e) Reflectir sobre a realização de iniciativas de âmbito nacional e, em particular, sobre a sua multiplicação e frequência.

f) Planificar melhor, em estreita articulação com todas as organizações regionais, a intervenção nacional dos quadros da direcção do Partido, por forma a obter uma cobertura geral do País.

g) Melhorar a articulação dos grupos parlamentares da Assembleia da República e do Parlamento Europeu com as regiões que em geral não elegem ou os sectores cujos problemas podem ter menor visibilidade política. Continuar a estabelecer na organização do trabalho parlamentar uma distribuição dos deputados por regiões/distritos e sectores.

h) Desenvolver criadoramente as experiências feitas e as potencialidades abertas pela Festa do «Avante!» para grupos de visitantes e participação política e cultural dessas regiões. Dar a conhecer o Partido, numa das suas iniciativas de maior força e impacto, é abrir janelas para o seu reforço a nível nacional.

## **4.12. Reforço da cooperação e da solidariedade internacionalistas**

4.12.1. A luta dos trabalhadores e do povo português está objectivamente inserida no processo mundial de libertação dos trabalhadores e dos povos. Defendendo firmemente a independência e soberania nacional, considerando que a sua primeira e principal responsabilidade é perante os portugueses e a sua luta, o PCP é activamente solidário com a luta dos outros povos e considera que a solidariedade dos comunistas, dos progressistas, dos trabalhadores e dos povos é de capital importância para o avanço da luta libertadora à escala dos diferentes países e no plano mundial. Para o PCP patriotismo e internacionalismo são inseparáveis.

4.12.2. Nos últimos quatro anos, o PCP desenvolveu uma larga e diversificada actividade internacional. Considerando como necessária à sua própria reflexão as informações, experiências e opiniões de outros

partidos, o PCP orientou a sua actividade internacional para as batalhas do presente, para a acção comum ou convergente dos partidos comunistas e outras forças de esquerda contra a ofensiva global do grande capital e do imperialismo, para a recuperação da influência e dos ideais libertadores dos comunistas. Foi linha de direcção fundamental intervir com as suas posições próprias na aguda batalha política e ideológica que tem percorrido o campo das forças progressistas, em particular quanto à necessidade dos partidos comunistas e da sua cooperação internacionalista com firme combate a tendências derrotistas e liquidacionistas, mostrando que os comunistas não só são necessários aos trabalhadores e à sua luta, como a sua cooperação é indispensável para a mais ampla e eficaz cooperação de todas as forças de esquerda, democráticas e progressistas.

4.12.3. Dando grande atenção ao desenvolvimento das relações num plano bilateral, o PCP recebeu em Portugal a visita de numerosos partidos, nomeadamente por ocasião da Festa do «Avante!» (entre 30 e 40 delegações em cada edição) e enviou ao estrangeiro um grande número de delegações em visitas oficiais ou de trabalho, tendo participado em numerosos Congressos, Festas de órgãos centrais, aniversários, conferências e outras iniciativas.

4.12.4. São de destacar, pela sua importância, as visitas efectuadas pelo Secretário-Geral do Partido a convite dos respectivos partidos comunistas, a Espanha, França, Grécia e Itália (Outubro-Novembro, 1994), à China, Vietname e RPD Coreia (Janeiro-Fevereiro, 1996) e a Cuba (Julho, 1996), assim como as visitas do Presidente do Conselho Nacional a Cuba (Outubro, 1993), a Itália (Dezembro, 1992) e ao Brasil (Abril, 1995).

4.12.5. No plano da cooperação multilateral de partidos comunistas e outras forças de esquerda, o PCP deu particular atenção à Europa. Empenhou-se profundamente na formação e actividade do Grupo de Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica no Parlamento Europeu. Promoveu e participou em encontros em torno da problemática da União Europeia envolvendo o PDS (Alemanha), o PCE, o PCF, o PCG e o PRC (Itália). Deu uma activa contribuição para o êxito do Comício de 11 de Maio de 1996, em Paris. Participou ainda em várias outras conferências e colóquios de partidos comunistas e outras forças de esquerda e progressistas. Fora da Europa, de sublinhar a participação nos Encontros do Fórum de S. Paulo, no Seminário de Calcutá promovido pelo PC da Índia (M), na Conferência de Solidariedade com o povo de África do Sul e outras conferências e encontros de carácter internacional.

4.12.6. O PCP manteve e reforçou as suas relações tradicionais, restabeleceu-as com partidos com quem haviam sido interrompidas em consequência dos acontecimentos.



tecimentos na Europa de Leste, e ampliou-as a novas forças políticas. O PCP prosseguirá uma linha de alargamento das suas relações, não só com os partidos comunistas mas com outras forças de esquerda e progressistas.

**4.12.7.** São orientações para o desenvolvimento da actividade internacional do Partido:

**a)** Acompanhar e aprofundar o estudo das grandes questões da vida internacional;

**b)** reforçar as relações com outros partidos comunistas e intervir para o fortalecimento e afirmação do movimento comunista e revolucionário;

**c)** estabelecer e/ou desenvolver as relações com outros partidos progressistas de esquerda e nacional-libertadores;

**d)** desenvolver as relações com partidos no poder que, nos respectivos países, definem como objectivo a construção de uma sociedade socialista, bem como com partidos que na ex-URSS e nos países do Leste da Europa procuram caminhos para retomar o rumo ao socialismo;

**e)** sem prejuízo das suas relações com outros continentes, dar particular atenção às relações com

os partidos comunistas e outras forças de esquerda na Europa, ao reforço da sua solidariedade e cooperação multilateral, ao desenvolvimento da acção comum ou convergente, em particular no que respeita à luta contra o Tratado de Maastricht e por uma outra Europa, de paz, progresso e cooperação;

**f)** contribuir para o reforço das estruturas e o relançamento da iniciativa de massas do movimento português de luta pela paz e solidariedade internacional;

**g)** articular melhor e potenciar a actividade internacional dos comunistas, nomeadamente no Parlamento Europeu e na Assembleia da República, assim como da JCP, no respeito pela sua dinâmica própria;

**h)** melhorar a divulgação internacional da actividade e das orientações do Partido;

**i)** desenvolver a acção pronta de informação, solidariedade e/ou protesto do Partido junto dos trabalhadores e das populações em relação aos acontecimentos mais marcantes da vida internacional.











Suplemento do **Avante!** nº 1193, de 10 de Outubro de 1996